



Nas tramas da cidade

Trajetórias urbanas e seus territórios

**Daniel Veloso Hirata
Eliane Alves da Silva
José Cesar de Magalhães Jr.**

**Vera da Silva Telles
Robert Cabanes**
organizadores

ASSOCIAÇÃO EDITORIAL
HUMANITAS

NAS TRAMAS DA CIDADE:
trajetórias urbanas e seus territórios

ASSOCIAÇÃO EDITORIAL HUMANITAS

Presidente

Moacir Amâncio

Vice-Presidente

Bernardo Ricupero

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Vera Lúcia Amaral Ferlini

Sueli Angelo Furlan

Victor Knoll

Beth Brait

José Jeremias de Oliveira Filho

Cícero Romão Resende de Araújo Filho

Antonio Dimas de Moraes

Valéria de Marco

Beatriz Perrone-Moisés

Berta Waldman

Jorge Mattos Brito de Almeida

Suplentes

Maria Luísa Tucci Carneiro

Wagner da Costa Ribeiro

Caelano Ernesto Plastino

Margarida Maria Taddoni Petter

Vera da Silva Telles

Gildo Marçal Brandão

Oswaldo Humberto Leonardi Ceschin

Véronique Dahlet

Paula Montero

Fábio Rigatto de Souza Andrade

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor

Gabriel Cohn

Vice-Diretora

Sandra Margarida Nitrini

Proibida a reprodução parcial ou integral desta obra por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem permissão expressa do editor (Lei n. 9.610, de 19.02.98).

ASSOCIAÇÃO EDITORIAL HUMANITAS
Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária
05508-080 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 3091-2920 / Telefax: 3091-4593
e-mail: editorahumanitas@usp.br
<http://www.fflch.usp.br/humanitas>

NAS TRAMAS DA CIDADE:
trajetórias urbanas e seus territórios

Vera da Silva Telles e
Robert Cabanes (Org.)

Daniel Vêloso Hirata
Eliane Alves da Silva
José César de Magalhães Jr.

Estudos Urbanos

© Copyright 2006 dos autores

Coleção Estudos Urbanos
Direção: Vera da Silva Telles

Serviço de Biblioteca e Documentação da FFLCH/USP

T684 Nas tramas da cidade : trajetórias urbanas e seus territórios / organizado por Vera da Silva Telles, Robert Cabanes. – São Paulo : Associação Editorial Humanitas, 2006.

442 p. (Estudos urbanos).

ISBN 85-98292-87-7

1. Sociologia urbana – São Paulo (SP) 2. Urbanização (sociologia) – São Paulo (SP) 3. São Paulo (SP) (aspectos socio-econômicos) I. Telles, Vera da Silva II. Cabanes, Robert II. Série

CDD 307.76098161

301.36

ASSOCIAÇÃO EDITORIAL HUMANITAS

Editor Responsável
Prof. Dr. Moacir Amâncio

Coordenação Editorial
M^a. Helena G. Rodrigues – MTb n. 28.840

Projeto Gráfico
Marcelo Berg

Diagramação
Marcos Eriverton Vieira

Fotos aéreas
Jorge Hirata

Fotos
Fabio Braga

Arte da capa
Andreia Nunes P. Moriz

Revisão de prova
Silvia Carvalho de Almeida

Sumário

11	Introdução
	Primeira parte: pontos e linhas
35	Capítulo 1 – Debates: a cidade como questão <i>Vera da Silva Telles</i>
69	Capítulo 2 – Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade <i>Vera da Silva Telles</i>
	Segunda parte: cenas urbanas, histórias e seus personagens
139	Capítulo 3 – Nas franjas da “cidade global”: tudo certo, tudo em ordem? <i>Vera da Silva Telles</i>
189	Capítulo 4 – Ao lado, o outro lado: veredas incertas <i>Daniel Veloso Hirata, José César de Magalhães Jr., Vera da Silva Telles</i>
243	Capítulo 5 – No meio de campo: o que está em jogo no futebol de várzea? <i>Daniel Veloso Hirata</i>
291	Capítulo 6 – No outro extremo da cidade: “aqui é tudo ocupação” <i>Vera da Silva Telles</i>

327 **Capítulo 7** – Territórios em disputa: a produção do
espaço em ato
Eliana Alves e Vera da Silva Telles

389 **Terceira parte:** os lugares da família
Capítulo 8 – Espaço privado e espaço público: o
jogo de suas relações
Robert Cabanes

433 **Conclusão**

INTRODUÇÃO

Introdução

COMO OUTRAS GRANDES cidades, São Paulo vem passando por transformações de fundo. Em uma paisagem urbana muito alterada, ganham forma e evidência tangível as transformações que, nas últimas décadas, afetaram Estado, economia e sociedade. Em seus espaços e artefatos estão cifrados os modos de circulação e distribuição da riqueza (desigual, mais do que nunca), as mutações do trabalho e das formas de emprego (e as legiões de sobrantes do mercado de trabalho), a revolução tecnológica e os serviços de ponta (e as fortalezas globalizadas da cidade), os grandes equipamentos de consumo e os circuitos de ampliados do mercado (e a privatização de espaços e serviços urbanos). Junto com os intensos deslocamentos inter e intra-urbanos, que acompanham as atuais mutações do trabalho e dos espaços urbanos, são transformações que têm alterado tempos, espaços e ritmos da experiência urbana. Alteram-se escalas de distância e proximidade, mudam padrões de mobilidade e acesso aos espaços urbanos e seus serviços, redefinem-se os agenciamentos da vida cotidiana, ao mesmo tempo em que a vida social é atravessada por um crescente universo de ilegalidades, que passa pelos circuitos da também expansiva economia (e cidade) informal, o chamado comércio de bens ilícitos e o tráfico de drogas (e seus fluxos globalizados) com suas sabidas (e mal conhecidas) capilaridades nas redes sociais e práticas urbanas.

É nesse cenário contrastado que crescem a pobreza, o desemprego e a precariedade urbana. Também a violência, quer dizer, a morte violenta, morte matada, como se diz em linguagem popular. E a tragédia concentra-se nas periferias da cidade. Mas como bem sabemos, todo cuidado é pouco quando se trata de lidar com as proximidades da pobreza e criminalidade, sobretudo nesses tempos em que a nossa velha e persistente, nunca superada, criminalização da pobreza vem sendo reatualizada sob formas renovadas, algumas sutis, outras nem tanto, na maior parte dos casos, aberta e declarada. Mas todo cuida-

do é pouco também porque não é coisa simples entender o que anda acontecendo por esse lado da cidade de São Paulo (não só nela). O fato é que também aqui, no lado pobre (e expansivo) dessas recomposições, o mundo social está muito alterado. As realidades do trabalho precário e do desemprego prolongado convivem com uma crescente e diversificada rede de integração nos circuitos de bens culturais e simbólicos, ao mesmo tempo em que a sociedade de consumo (e a lógica do mercado) vai se estendendo por todos os cantos, atingindo regiões tradicionalmente consideradas como lugares paradigmáticos da “pobreza desvalida”. Mesmo nas regiões mais distantes da cidade, os circuitos do mercado e os grandes equipamentos de consumo compõem a paisagem urbana, provocando mudanças importantes nas dinâmicas familiares e na economia doméstica, nas formas de sociabilidade e redes sociais, nas práticas urbanas e seus circuitos. Por outro lado, ao mesmo tempo e no mesmo passo em que ganha forma a versão brasileira das “metamorfoses da questão social”, os programas sociais se multiplicam pelas periferias afora e, entorno deles, vão se proliferando, por todos os cantos, associações ditas comunitárias que tratam de se converter à lógica gestionária do chamado empreendedorismo social, se credenciar como “parceiras” dos poderes públicos locais e disputar recursos nas fundações privadas (e a chamada filantropia empresarial) e agências multilaterais, isso em interação com miríades de práticas associativas e ao lado dos movimentos de moradia e suas articulações políticas, partidos e seus agenciamentos locais, igrejas evangélicas (também proliferantes) e suas comunidades de fiéis e, claro, a quase onipresença de organizações não-governamentais vinculadas a circuitos e redes de natureza diversa e extensão variada. É um feixe de mediações em escalas variadas que desenha um mundo social mil anos luz de distância das imagens de desolação das periferias de trinta anos atrás, mas também perpassado por toda sorte de ambivalências, entre formas (velhas e novas) de clientelismo e reinvenções do “direito à cidade”, convergências e disputas, práticas solidárias e acertos (ou desacertos) com máfias locais e o tráfico de drogas.

Se as evidências são tangíveis, nem por isso é coisa simples decifrar a dinâmica dessas transformações. O fato é que o ponto de clivagem dos tempos que correm em relação às décadas anteriores está no centro de uma já extensa agenda de estudos urbanos. Em sintonia com o que vem ocorrendo em outras regiões e países do planeta, na pauta dos debates estão as relações entre cidade e os fluxos globalizados do capital, produção do espaço e financeirização da economia, reconfigurações espaciais e segregação urbana, economia urbana e

a nova geografia da pobreza, reestruturação econômica e vulnerabilidade social. As pesquisas vêm se multiplicando sob diversas abordagens teóricas, diferentes procedimentos e escalas de observação, várias medidas da cidade e seus problemas. No entanto, ainda se sabe pouco sobre o modo como os processos em curso redefinem a dinâmica societária, a ordem das relações sociais e suas hierarquias, as mediações sociais e o jogo dos atores, as práticas urbanas e os usos da cidade. Vistas por esse lado, as realidades urbanas vêm apresentando desafios consideráveis. As referências gerais sobre emprego e desemprego, sobre transformações sociodemográficas e formas de segregação urbana esclarecem pouco sobre configurações societárias que fizeram embaralhar as clivagens sociais e espaciais próprias da “cidade fordista”, com suas polaridades bem demarcadas entre centro e periferia, entre trabalho e moradia, entre mercado formal e mercado informal.

Seria quase trivial dizer que está tudo muito alterado em relação às décadas anteriores. O que antes foi dito e escrito sobre a cidade e seus problemas, a “questão urbana”, parece ter sido esvaziado de sua capacidade descritiva e potência crítica em um mundo que fez revirar de alto a baixo o solo social das questões então em debate. Foi por esse prisma que, no capítulo que abre este livro, “Debates: a cidade como questão”, foi revisitado o debate que corria nos anos 80. Não como documento de uma época que já se foi e que pode, quando muito, interessar ao inventário bibliográfico ou revisão histórica exigidos pelos protocolos acadêmicos. Ao contrário, o feixe de referências e coordenadas que pautavam esse debate pode ajudar a refletir sobre a diferença dos tempos. As relações entre cidade, trabalho e Estado (e a questão nacional) definiam as coordenadas de um debate que fazia do urbano um ponto de condensação de um conjunto de questões que falavam do país, de sua história e suas destinações possíveis. A cidade – a cidade como questão – aparecia como cifra pela qual o país era tematizado e, em torno dela, organizava-se um jogo de referências que dava sentido às polêmicas, debates e embates sobre a história, percursos e destinações possíveis da sociedade brasileira. *Trabalho e reprodução social*, *classes* e *conflito social*, *contradições urbanas* e *Estado* eram noções (e pares conceituais) que se articulavam e se compunham em proposições formuladas nas pesquisas e ensaios que tratavam da relação entre moradia popular e reprodução do capital, entre desigualdades urbanas e relações de classe, entre migração e pobreza urbana, entre reprodução social e Estado. Modos de descrever e figurar a ordem das coisas, que eram também uma maneira de identificar e nomear seus campos de força e horizontes de possíveis.

Na virada dos tempos (década de 1990), o espaço conceitual (e crítico) em que essas referências circulavam foi deslocado, talvez tragado pelo vórtice de transformações que fizeram cortar os nexos que articulavam esses pares conceituais, que trouxeram questões que escapavam por todos os lados desses feixes de referência e fizeram erodir ou encolher os horizontes de possíveis que alimentavam as apostas políticas que pulsavam em todo esse debate. Isso que se convencionou chamar de desregulação neoliberal em tempos de globalização, financeirização da economia e revolução tecnológica fez por desestabilizar as referências e parâmetros pelos quais pensar a cidade (e o país) e suas questões, ao mesmo tempo em que as realidades urbanas se modificam em ritmo acelerado. Se as conexões que antes articulavam trabalho, cidade e política foram desfeitas, é como se, agora, cada um desses termos passasse a polarizar outros feixes de questões e compor outras relações que escapam do espaço conceitual no qual o debate dos anos 80 se processava. É desse ponto de clivagem que partimos. Se antes a questão urbana era definida sob a perspectiva (e promessa) do progresso, da mudança social e do desenvolvimento (anos 60/70) e, depois, da construção democrática e da universalização dos direitos (anos 80), agora os horizontes estão mais encolhidos, o debate é em grande parte conjugado no presente imediato das urgências do momento, os problemas urbanos tendem a deslizar e a se confundir com a gestão urbana e a pesquisa social parece em grande parte pautada pelos imperativos de um pragmatismo gestor das políticas sociais voltadas às versões brasileiras dos “*quartiers difficiles*”.

É essa diferença dos tempos que lança a interrogação quanto ao plano de referência a partir do qual descrever e colocar em perspectiva e sob (perspectiva crítica) a nossa complicação atual. Essa é a pergunta lançada nesse primeiro capítulo. Este é o duplo desafio: a construção de parâmetros críticos (e a reativação da tradição crítica das ciências sociais) implica ao mesmo tempo a construção de parâmetros descritivos para colocar em perspectiva realidades urbanas em mutação.

Entre, de um lado, os artefatos da “cidade global” e, de outro, os “pobres” e “excluídos” tipificados como público-alvo de políticas ou programas ditos de inserção social, há um entramado social que resta a conhecer, que não cabe em modelos polares de análise pautados pelas noções de dualização social, que escapa às categorias utilizadas para a caracterização da pobreza urbana e transborda por todos os lados do perímetro estreito dos “pontos críticos” de vulnerabilidade social identificados por indicadores sociais.

De nossa parte, optamos por um percurso exploratório. À distância de explicações gerais sobre a “cidade e sua crise”, e também de categorias prévias ou tipificações dos pobres urbanos e excluídos do mercado de trabalho, tentamos ler essas mudanças com base nas trajetórias urbanas de indivíduos e suas famílias. É por esse prisma que tentamos conhecer algo das tramas sociais que configuram espaços urbanos. A pesquisa está longe de oferecer um panorama geral da cidade e suas transformações recentes, e esse nem é o objetivo. Mas nem por isso essas trajetórias podem ser tomadas como ilustração ou demonstração de algo já sabido e dito como exclusão social ou segregação urbana. No curso de suas vidas, indivíduos e suas famílias atravessam espaços sociais diversos, transitam entre códigos diferentes, seus percursos passam através de diversas fronteiras e são esses traçados que podem nos informar sobre a tessitura do mundo urbano, seus bloqueios e seus pontos de tensão, mas também os campos de gravitação da experiência urbana nesse cenário tão modificado. Entre os deslocamentos espaciais e expedientes mobilizados para o acesso à moradia, os percursos do trabalho e suas inflexões recentes, os agenciamentos da vida cotidiana e os circuitos que articulam moradia e a cidade, seus espaços e serviços, essas trajetórias são pontuadas por situações que podem ser vistas como pontos de condensação de práticas, mediações e mediadores nos quais estão cifrados os processos em curso.

Se é verdade que o cenário urbano vem sendo alterado sob o impacto de deslocamentos urbanos, de mudanças nas formas e circuitos da mobilidade cotidiana e recomposições societárias nas circunstâncias do trabalho precário e desemprego prolongado, esses processos operam em situações de tempo e espaço. Processos situados, portanto. E agenciados por meio de um jogo multiforme de atores, de redes sociais e mediações de escala também variada. É um outro modo de interrogar essas realidades, que não parte de definições prévias e muitas vezes modelares de exclusão social, de segregação urbana ou de pobreza, as quais, no mais das vezes, deixam escapar a rede de relações e práticas que conformam um espaço social. Ao seguir os traçados dos percursos urbanos de indivíduos e suas famílias, é a própria cidade que vai se perfilando. Não como contexto dado, geral e homogêneo, para situar “casos” e explicá-los em suas determinações. São múltiplos os perfis da cidade que vão se delineando nos contextos variados nos quais se inscrevem os atores e o jogo tenso (e por vezes conflitivo) de suas relações. Situadas em seus contextos de referência e nos territórios traçados pelos percursos individuais e coletivos, essas trajetórias operam como prismas pelos quais o mundo urbano vai ganhando forma em

suas diferentes modulações. São elas, essas trajetórias, que nos orientam nessa prospecção de realidades em mutação, abrindo-se a novas questões e novas interrogações que vão se colocando nessa “construção exploratória do objeto” de que fala Bernard Lepetit.

A perspectiva descritiva que as trajetórias urbanas propiciam é questão tratada no capítulo dois, “Trajetórias urbanas: os fios de uma descrição da cidade”, que remete ao título dessa primeira parte do livro, “pontos e linhas”, e sugere uma descrição da cidade que siga as trilhas das trajetórias urbanas. Trata-se de um modo de descrever o urbano colocando em foco a trama das mediações e conexões que articulam e, ao mesmo tempo, transbordam campos de práticas nas suas formas estabelecidas (trabalho, moradia, consumo e serviços etc.), estabelecendo zonas de contigüidade e criando passagens onde não se esperava que acontecessem. Não contextos ou circunstâncias de localização, mas algo que é constitutivo de situações que traçam o seu próprio território feito de práticas, circuitos de deslocamentos, zonas de contigüidade e conexões com outros pontos de referência que conformam o social nas suas fronteiras e limiares, bloqueios e possibilidades. Territórios: não se trata de um objeto do qual poderíamos fazer o inventário das características, variáveis e determinações. Não se confunde com o perímetro espacial dos locais de moradia, tampouco se reduz às “comunidades” de referência. É sobretudo um plano de referência que permite colocar a cidade em perspectiva.

No plano dos tempos biográficos é toda a pulsação da vida urbana que está cifrada nos espaços e circuitos por onde as histórias transcorrem. No seu conjunto, na contraposição entre histórias e percursos diversos, são as modulações da cidade (e história urbana) que vão se perfilando nas diferentes configurações de espaço-tempo traçadas por essas histórias. Diferentes mas simultâneas e situadas em um mesmo plano de atualidade. E é isso o que pode nos oferecer uma chave para apreender as dinâmicas urbanas que definem as condições de acesso à cidade e seus espaços, a trama dos atores, as modalidades de apropriação dos espaços e seus recursos, as possibilidades (e bloqueios) para os indivíduos transformarem bens e recursos em formas valiosas de vida, para lembrar aqui a bela e forte proposição de Amartya Sen. É justamente nessas tramas da cidade que se aloja a complicação atual e que será preciso, por isso mesmo, auscultar. É nessas tramas que os lances da vida são jogados, é aí que se processam as exclusões, as fraturas, os bloqueios, e também as capturas na hoje extensa e multifacetada malha de ilegalidades que perpassam a cidade inteira e que operam, também elas, como outras tantas formas de

junção e conjugação da trama social. Aí também os elos perdidos da política, tragados que foram pelo princípio gestor que trata das “pontas”, da dita governança econômica e, de outro lado, da gestão do social e administração de suas urgências. No meio, quer dizer, em tudo o que importa, não existe o vazio que expressões como a de exclusão social podem sugerir, mas os fios que tecem a tapeçaria do mundo social, as tramas da cidade nas quais estão em jogo os sentidos da vida e das formas de vida.

A cidade em perspectiva e como perspectiva é o mote que estrutura esse segundo capítulo, seguindo o jogo dos atores e disputas que acompanham os deslocamentos espaciais e presidem a produção de espaços e territórios nas linhas de força traçadas pelas temporalidades urbanas e os tempos políticos da cidade; as tramas que, ao longo de um percurso, no tempo social-histórico das biografias, articulam trabalho e cidade e as bifurcações da experiência social quando esta é vista pelo prisma das gerações mais jovens que se lançam em um mundo urbano que seria inimaginável para os que chegaram nos anos 70; os fluxos urbanos que articulam espaços, territórios e cidade, que ganham configurações diferentes e desiguais conforme as regiões e que se abrem a experiências também diferenciadas da cidade.

É nesse último ponto que apresentamos as regiões em que a pesquisa foi realizada. De um lado, na ponta sul do eixo urbano dos espaços globalizados da cidade de São Paulo (o quadrante sudoeste), porta de entrada para uma extensa periferia que se estende e se espalha até as fronteiras urbanas, a região hoje delimitada pelo Distrito do Jardim São Luís começou a crescer, se expandir e se espalhar a partir dos anos 70, acompanhando os fluxos dos empregos industriais. É um cenário que traduz muito da história da chamada “urbanização por expansão de periferias” e no qual transcorrem as histórias e trajetórias da geração que chegou em São Paulo nos “tempos do progresso” e da ampla oferta de empregos industriais. Principal pólo industrial da “cidade fordista”, é por lá que também passava o “cinturão vermelho” das então muito ativas comunidades de base da Igreja Católica e das agitações operárias que iriam desembocar nas grandes greves da virada da década de 1980. Agora, os sinais da reconversão produtiva são nítidos. Também as recomposições urbano-espaciais da década de 1990, sob o impacto do muito próximo e muito rico quadrante da modernização globalizada da cidade, tudo misturado com a precariedade urbana que cresceu, e muito, com a chegada de novas levas de moradores no correr dos últimos anos nessa região que se transformou em um dos maiores pontos de concentração de favelas da cidade de São Paulo. Aqui, os fluxos da

riqueza e da pobreza se tangenciam o tempo todo, se entrecruzam nos equipamentos de consumo que atravessam a região e, nessa especial mistura do legal e ilegal, regular e irregular, lícito e ilícito de que são feitos os circuitos dos empregos que, do pólo moderno-moderníssimo da economia, vão se espalhando pelas redes de subcontratação e trabalho precário.

Do outro lado, no extremo leste da cidade, estão as chamadas zonas de fronteira, que concentram os piores indicadores de vulnerabilidade social e urbana. É uma região que cresceu no correr dos anos 80 e conheceu uma verdadeira explosão demográfica na década de 1990, com gente vinda de outras paragens da cidade ou, então, migrantes mais recentes, uns e outros sem alternativas, a não ser a instalação precária nesses confins pontilhados por grandes, alguns imensos, conjuntos habitacionais em torno dos quais foram se espalhando assentamentos irregulares, favelas e, sobretudo, as ocupações. Grilagem e conflitos de terra são uma marca desse pedaço da cidade. Em relação aos pólos de emprego e serviços, é tudo muito distante e os deslocamentos são demorados e penosos. Se na região do Jardim São Luís (zona sul) os fluxos urbanos fazem uma articulação (mais do que problemática) com os circuitos faiscantes da “cidade global”, aqui, dos confins da zona leste, chega-se ao “centro velho” da cidade, lugar de muita degradação urbana, muita concentração de camelôs, muita pobreza estampada nas ruas. Mas também onde são urdidadas as vinculações com os circuitos globalizados do mercado em torno de confecções e redes de subcontratação, reatualizando a história urbana da região, centro tradicionalíssimo da indústria têxtil (primeiro ciclo da industrialização paulista), porém agora todo reconfigurado em tempos de globalização, também deixando suas trilhas, que, do centro da cidade, atingem as regiões mais distantes da periferia leste pelas vias de uma meada inextrincável de intermediários e intermediações que reativam, na ponta poeirenta da cidade, o trabalho em domicílio, ao mesmo tempo em que o mercado informal local vai sendo, também ele, redefinido pela junção entre as circunstâncias da chamada economia popular, máfias locais e o comércio clandestino de bens lícitos ou ilícitos de procedência variada.

Duas escalas diferentes de distância-proximidade, duas configurações distintas de tempo-espço, duas modulações da história urbana. Não entenderemos muita coisa do que acontece nessas regiões sem levar em conta esse jogo de escalas e mediações que faz a conexão entre espaços, territórios e cidade, nas linhas traçadas pelas temporalidades urbanas e os tempos políticos da cidade. Tampouco as diferenças entre as regiões podem ser bem compreendidas

sem essas dinâmicas urbanas contrastadas e que estão longe de se reduzir aos indicadores sociodemográficos que medem a distribuição/concentração da pobreza no mapa da cidade.

São nessas duas regiões que se situam as trajetórias que tratamos de apresentar na segunda parte do livro, “Cenas urbanas, histórias e seus personagens”. Em cada um dos cinco capítulos que a compõem, tentamos puxar alguns, apenas alguns, dos “pontos e linhas” da primeira parte para descrever as cenas urbanas, as histórias e os personagens que vão se apresentando nessas trajetórias.

Com base em entrevistas biográficas, tratou-se de apreender essas modulações de tempo-espço nos percursos dos indivíduos e suas famílias, também cifradas nas defasagens e diferenças entre as gerações e, dessa forma, identificar a conjugação entre circunstâncias de vida, práticas e suas mediações. Nossa fórmula descritiva refere-se, portanto, aos locais de moradia para caracterizar conjuntamente as evoluções urbanas, não apenas os equipamentos e serviços, mas também os empregos e destinos sociais. Entre favelas, conjuntos habitacionais, periferias e ocupações mais ou menos consolidadas, entre famílias que apresentam em seu interior diferenças importantes conforme o tempo de moradia, itinerários anteriores, redes sociais e possibilidades de projetos futuros, o inventário e a tipologia são difíceis. Não foi esse, diga-se de partida, nosso objetivo. Tampouco oferecer um quadro exaustivo do cenário social e urbano atual. A preocupação foi identificar e descrever mecanismos localizados e contextualizados em que se entrelaçam os principais dados de uma sociedade em mutação.

Assim, a virada dos tempos está cifrada nas inflexões das vidas e circunstâncias de vida dos que, tendo chegado em São Paulo nos anos 70 ou início dos 80, fizeram um percurso pelos empregos fabris, chegaram às então distantes e desoladas periferias da cidade, realizaram o “sonho da casa própria” pelas vias da autoconstrução da moradia, viram-se às voltas com loteamentos clandestinos e envolveram-se nas lutas sociais do período (capítulo 3) ou, então, instalaram-se precariamente no que haveria de se transformar vinte anos depois em uma grande favela, na qual, e tal como contraponto da épica dos movimentos sociais, o clientelismo velho de guerra se faz presente e operante nas dobras e redobras das muitas ilegalidades de que é feito o mundo social (capítulo 4). Percursos (e mediações) diferentes porém simultâneos e que nos fazem ver como a história interna da família e dos locais de moradia vai se compondo com circunstâncias e atores da história social e da história política da cidade.

No caso de nossos entrevistados, são histórias que transcorrem lado a lado, em bairros contíguos no mesmo espaço que se abre nas franjas da “cidade global”. Para essas famílias, a diferença dos tempos coincide com a diferença das gerações, e são sobretudo os jovens personagens dessas histórias que podem nos informar alguma coisa sobre os vetores e linhas de força que desestabilizam campos sociais prévios, que redefinem os pólos de gravitação da geração anterior (entre o trabalho e as melhorias urbanas locais), deslocam suas fronteiras e também traçam as linhas que desenham as novas figuras da tragédia social. Diferença dos tempos, diferença das gerações, é a questão forte que estrutura ambos os capítulos.

É seguindo as trilhas dos mais jovens que vão se delineando os perfis ambivalentes da modernidade globalizada, uma experiência social que vai se configurando nos limiares e nas passagens entre mundos distintos, entre o universo empobrecido da periferia e os shopping centers e os lugares prestigiosos de consumo e lazer (referências urbanas inescapáveis para essa geração), os baixos empregos do terciário moderno e os circuitos do trabalho precário que tangenciam os fluxos da riqueza plasmados nos espaços urbanos. São esses limiares e essas passagens (e seus bloqueios) que precisam ser bem compreendidos e bem situados, pois é aqui que vai se armando uma teia de relações (e tensões) que escapa de definições modelares ditas de exclusão social ou segregação urbana. Não se trata de negar ou relativizar o drama social indicado por essas noções, mas de definir de outra forma o plano em que o problema pode ser colocado. Há sempre passagens que podem ser percorridas. Talvez o problema esteja nessas passagens, nos acessos modulados que elas permitem e no modo como os bloqueios se processam, não genericamente, mas sempre de formas situadas e mediadas por tramas de relações que conformam campos de força (e de tensão). Esse é o primeiro ponto a ser destacado nesses dois capítulos.

O segundo ponto, relacionado com o anterior, diz respeito à configuração da experiência do trabalho (e do não-trabalho). Pois são também esses percursos, da segunda ou terceira geração no interior dessas mesmas famílias, que nos fazem perceber as conexões entre trabalho e experiência urbana. Não mais as referências que ordenavam a experiência social dos tempos do “trabalho fordista” da primeira geração. Não mais as mediações do trabalho regulado, dos direitos trabalhistas e sindicatos que ritmavam os tempos da vida e os articulavam com os tempos políticos da cidade. Mas nem por isso o trabalho, mesmo precário e descontínuo, incerto e de futuro mais incerto ainda, deixa de

ser um poderoso conector com o mundo social. Outra experiência de trabalho, outra experiência urbana. Outros vetores de relações que articulam o trabalho (e o não-trabalho), a cidade e seus espaços. Outro diagrama de referências e relações que redefinem espaços e territórios, os agenciamentos da vida e das formas de vida, nos quais e pelos quais é possível apreender a nervura própria desse campo social redefinido.

No extremo leste da cidade, histórias de ocupação. O cenário é o muito pobre distrito de Guaianazes. O personagem que entra em cena no capítulo 6 poderia ser tomado como emblemático do que a literatura especializada define como trabalhador pobre, essa parcela de trabalhadores que vive da aleatoriedade dos empregos que se sucedem ao acaso das circunstâncias da vida e que tem percursos urbanos também marcados pela sucessão de habitações precárias, despejo de casas alugadas, moradias improvisadas, acolhimento esporádico de familiares, até conseguir estabelecer casa e família em algum desses pedaços de terra desocupada que pontilham a cidade nos interstícios do mundo urbano. Outra faceta, outra modulação da história urbana cifrada nos percursos descritos nos capítulos anteriores. O peculiar desse nosso personagem é que ele foi um muito ativo militante dos movimentos de moradia que pipocaram na região leste no curso dos anos 80 até inícios dos 90. Seus percursos informam algo sobre o modo como as mediações políticas do período chegaram a conformar o universo popular, construir referências, constituir campos de gravitação das vidas cotidianas. E por isso mesmo esses percursos também informam sobre a virada dos tempos no correr da década de 1990. No final, o militante político transformou-se em “liderança comunitária”; o direito à cidade, antes traduzido nas bandeiras de cunho universalizante do direito à moradia (e também transportes, quer dizer: direito ao livre e desimpedido acesso à cidade, outro pólo importante que impulsionava as mobilizações populares), agora parece deslizar-se na gestão das urgências locais em um microponto encravado no centro de Guaianazes, território de ocupação, um entre miríades de outros que pontilham toda essa região. Todos e cada um no fio da navalha entre a vida nua e as formas de vida, para falar nos termos do filósofo italiano Giorgio Agambem.

É nessa chave que se podem ler (e assim propomos) as histórias e acontecimentos que entraram em ponto de combustão em um truculento litígio de terras que aconteceu em 2001 em um bairro próximo, também território de ocupação (capítulo 7). Aqui, outros percursos, outras trajetórias urbanas, falam, cada qual a seu modo, da história recente: a conhecidíssima viração no mercado (e cidade) informal, na qual os agenciamentos da vida cotidiana se

fazem sempre e a cada momento nos limiares do legal e ilegal; o trabalhador regular que foi pego em cheio pela dita reestruturação produtiva e que, perdendo os pilares do mundo, vai se ajeitando (e se desencontrando) na vida entre a família e ajuda de uns e outros; o trabalhador migrante recente (anos 90) que vê desmoronar, em ato e ao vivo, o sonho de uma vida estável entre o trabalho e a moradia ou, então, os que, em busca e na defesa de um lugar no mundo, se lançam em uma militância que, agora, mais do que nunca, parece operar num jogo de vida e de morte às voltas com máfias locais, grileiros e seus matadores, e também a violência-de-todos-os-dias que vai campeando nesses territórios em disputa e que, qual um cupim comendo os andaimes do mundo, vai também se incrustando nas tramas da cidade pelas vias dos circuitos ampliados do narcotráfico. A produção do espaço em ato foi o título que demos a esse capítulo e que não deve ser compreendido em um sentido retórico. É disso mesmo que se trata. É um mundo em que as mediações das quais dependem uma forma de vida estão senão em suspenso (na truculência do conflito, da desapropriação, do acampamento improvisado para alojar os que viram suas casas serem destruídas), em equilíbrio frágil. Aqui, o fio da navalha entre a vida nua e as formas de vida; aqui, os limiares a partir dos quais todos e cada um pode se transformar em vida matável justamente porque descolada das formas de vida. Tudo isso em ato e ao vivo no jogo feroz de disputa no e pelo espaço e por territórios. Longe de ser apenas e tão-somente uma fase prévia e já conhecida da urbanização que haverá de chegar para normalizar o estado de coisas, podemos inverter os termos. Pois essa produção do espaço em ato sugere, para lembrar dessa vez a formulação aguda de Chico de Oliveira, a exceção que se tornou regra. É disso que falamos no *post-scriptum* que encerra esse capítulo, notando justamente as mais do que ambivalentes vias pelas quais a dita urbanização vai chegando passada a turbulência do conflito. Mas a chave disso tudo podemos decifrar nos percursos e trajetórias urbanas dos personagens dessa história. São eles que nos fazem ver algo dos fios que tecem a trama da vida nessa crescente e expansiva zona de indiferenciação entre o legal e ilegal, entre o lícito e o ilícito, entre o direito e a força, entre a norma e a exceção. Aqui se tem um jogo de perspectivas que coloca às claras o que aparece cifrado nas histórias e percursos descritos nos capítulos anteriores. Esta é a linha de atualidade que atravessa todas essas histórias em suas diferentes modulações de tempo-espaço, em suas diferentes configurações. É na simultaneidade dessas histórias que as tramas da cidade vão se perfilando e fazem ver a pulsação dos tempos que correm.

A violência, a “morte matada”, é fato presente e notado nas histórias tratadas em todos esses capítulos. Fato que aparece no registro da contabilidade das mortes-de-todos-os dias ou dos amigos de infância dizimados ao longo dos anos, curtos anos de vida dos mais jovens (capítulo 4). Fato que aparece cifrado no jogo de referências que delimita as fronteiras e limiares entre os “territórios de proteção” e o “lado de lá”, que redefine o lugar de quem é quem entre os “conhecidos” e os “outros” e redesenha a cartografia dos lugares, espaços e territórios (capítulo 3) ou, então, fato que aparece na experiência do medo e do isolamento em um lugar travejado por histórias de morte e gangues em disputa (capítulo 6). E também aparece não bem cifrado, mas estampado, claro e evidente, na erosão dos espaços da sociabilidade. Entre eles, o futebol de várzea, a “alegria do povo”, como se diz (ou dizia) na linguagem comum (capítulos 3 e 4). Esse é o tema do capítulo 5. Times e campos de futebol de várzea espalham-se por toda a periferia; os jogos mobilizam torcedores e suas famílias nos fins de semana, quando então é intenso o fluxo de ônibus todos embandeirados com os símbolos dos times em circulação pela cidade para os jogos marcados em vários pontos da periferia paulista. Mas os campos estão sumindo por conta da violência que começa a minar os jogos, ou, então, pela disputa por espaços, disputa palmo a palmo, seja com famílias sem-teto, que tratam de ocupar qualquer pedaço de terra vazio que lhes apareça pela frente, seja com as construtoras que se apossam desses espaços deixados até então vazios na muito conhecida prática da especulação imobiliária.

Mas acontece que o time tratado nesse capítulo não sumiu. Ao contrário, desde meados dos anos 90, vem seguindo uma trajetória ascendente até se transformar e se fazer reconhecer como time forte e vitorioso nas ligas, festivais e campeonatos que agregam equipes vindas de todos os lugares. Os fios trançados e entrelaçados, que fazem a história de um time de sucesso, é o ponto da discussão. Aqui, mais uma vez, é pelos percursos e trajetórias urbanas dos personagens que compõem essa história, atores em cena (e em jogo), que se pode acompanhar a tessitura do mundo social, vista agora não pelo prisma dos locais de moradia ou do trabalho, mas pelo ângulo desse “meio de campo” no qual convergem e se conjugam várias dimensões da vida (e da história) urbana. Por isso mesmo, é aqui que se arma um cenário especialmente privilegiado para apreender o jogo de luz e sombra que perpassa as tramas da cidade e que se densifica nos espaços e territórios em que essas histórias acontecem. Eis o sentido da pergunta enunciada no título desse capítulo: o que está em jogo no futebol de várzea? Pois o fato é que, também aqui, a virada dos tempos se faz

notar em uma teia muito intrincada de relações entre as competências de uns e outros para colocar o time nos circuitos ampliados da cidade, as mediações públicas que regulam os jogos de várzea (os Centros Desportistas Municipais, os CDMs) e uma nebulosa de relações mafiosas que passam pelos chamados negócios ilícitos, quando não pela intervenção direta dos chefes locais e donos do “ponto” para mobilizar patrocínio e recursos e que, no andamento das coisas do mundo, termina por sobrepor às regras do jogo outras tantas que afetam o jogo da vida. Jogo de vida e morte no qual a partida é decidida pelo respeito (ou não) às regras do procedimento, o “procedê” que cada qual tem que seguir para “sobreviver na adversidade”.

Ao que parece, os jogadores, os torcedores e os habitantes desse mundo adverso das periferias, todos eles sabem muito bem do que se trata, sabem muito bem o que está em jogo não apenas no futebol de várzea, mas na roda da vida. “Sobreviver na adversidade” não é para qualquer um. É preciso saber transitar nesses limiares entre o lícito e ilícito, o legal e o ilegal, entre o formal e informal. Limiares cada vez mais tênues, se não indiscerníveis. Esse é o ponto de ressonância entre as histórias que circulam em torno de um time da várzea e as outras tantas que se entrecruzam no litígio de terras tratado no capítulo 7, mas também nas cenas urbanas discutidas nos outros capítulos. Entre umas e outras, na contraposição dos diversos percursos e trajetórias urbanas, vai-se percebendo que, das partidas desse jogo, depende a vida e as formas de vida. Quer dizer: saber “sobreviver na adversidade” pode decidir a vida e os sentidos da vida, escapando dessa dura partida entre a “morte mata-da” e a desfiguração da vida para aqueles que viram “pobres-de-tudo”, a depender da ajuda de uns e outros, e que se transfiguram em público-alvo dos programas sociais ditos de inserção, os quais, nas palavras de Chico de Oliveira, não são mais do que a administração da exceção.

Como diz Bernard Lepetit, a cidade é feita de cruzamentos, faz convergir em uma mesma contemporaneidade práticas, hábitos, comportamentos e histórias vindas de outros tempos e de espaços diversos. Poderíamos dizer que essa é a questão presente no andamento de todas as histórias e percursos tratados nesses capítulos. E é também essa a perspectiva que permite recolocar “os lugares da família”, questão tratada na última parte deste livro. Pois a cidade é também o lugar das famílias e este é também um prisma pelo qual perceber as recomposições sociais dos tempos que correm. Esse é o tema do último capítulo, “Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações”. Cada geração carrega consigo novas formas de socialização, novas culturas urbanas e rela-

ções diferentes com a sociedade. Os mais jovens formam novas famílias e as famílias seguem destinos singulares de geração em geração. Destinos ligados aos lugares da cidade que foram conquistados. Destinos ligados a um trabalho desigualmente presente conforme a localização e as competências de uns e outros. Destinos também ligados à força ou fraqueza das uniões e das estratégias dos casais, que se prolongam de alguma maneira na geração seguinte. Não se trata aqui de descrever ou pressupor a permanência da família como instituição ou, ao contrário, falar de sua suposta desestruturação. Trata-se, sobretudo, de observar os processos de constituição de um espaço privado como espaço de interação, que, aos poucos e ao longo das destinações de uma vida comum, vai construindo suas regras e os sentidos da convivência interna e que é capaz de se articular com as diversas facetas do mundo público, nos diversos cenários que aí se apresentam. É por essa via que se poderia apreender as direções de uma recomposição de relações, que, sob vários registros, parecem conduzir a novos sentidos e novas formas de autonomia, fonte e fundamento talvez de uma ética no e para o espaço público. Nesses períodos de indeterminação da política e mais concretamente das relações entre espaço político e sociedade civil, a questão diz respeito às condições de constituição desse espaço privado e de sua possível articulação com o espaço público. É sob a forma perguntas, mais do que conclusões, que as questões são apresentadas. A hipótese que se propõe aqui explorar diz respeito às possibilidades de a família sair de um regime de privatização e privação para entrar em um regime de questionamento, de reivindicação e de relativa apropriação do espaço público pelas vias de novas mediações nascidas da sociedade civil e suas novas tensões. Esse é o sentido que está aqui conferido a esse espaço privado redefinido. Nessa dupla tensão, das pressões da sociedade política (aliás, amplamente conformada pelas forças econômicas), de um lado e, de outro, das pressões do espaço privado, seria possível se perguntar pelos novos sentidos contidos em práticas associativas renovadas e, por essa via, pelas possibilidades de ver nascer outras invenções da cidade.

* * *

A pesquisa que deu origem a este livro foi desenvolvida entre 2001 e 2004. Seguindo o sentido exploratório dessa investigação, abriu-se a novas questões que deverão ser perseguidas (e já estão sendo trabalhadas) no seu seguimento. Algumas delas são apresentadas no capítulo final, a título de conclusão.

Ao longo desse percurso de investigação, estão presentes as marcas da contribuição de muitos que nos acompanharam nesses anos. Chico de Oliveira, interlocutor constante, nos alerta e nos ensina o tempo todo a importância da imaginação crítica e a tarefa da crítica, sobretudo nesses tempos em que a política parece ter deslizado para a lógica gestonária do “estado de exceção” que hoje vigora. A crise da política (e a erosão de suas mediações), foco de sua reflexão, é questão que está presente nas linhas e entrelinhas de todo este livro. Como diretor do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), Chico sempre esteve pronto e disposto a interceder toda vez que fosse necessário para o bom andamento de nossos trabalhos. Com Cibele Saliba Rizek, discutimos ponto a ponto o andamento desta pesquisa e por todo esse tempo, no encontro das questões e inquietações comuns, aprendemos muito sobre os sentidos da cidade e suas figurações, sobre a indeterminação dos tempos que correm e a linha de sombra que atravessa a cidade e as tramas da cidade. As agudíssimas reflexões de Laymert Garcia dos Santos, sempre atento aos sinais dos tempos, nos incentivaram no esforço de dar um giro nas categorias e parâmetros para descrever esse mundo social que vem se ordenando e escapa às referências conhecidas. Com cada um e com todos, e demais colegas do Cenedic, as questões desta pesquisa foram discutidas e, mais ainda, amadurecidas ao longo de um sempre reaberto e questionador debate sobre os sentidos e aporias desse mundo que surge nas dobras da devastação neoliberal da década anterior. Agradecimentos especiais a Néia, sempre solidária e amiga, e muito eficaz em nos ajudar a resolver os pequenos-grandes problemas de nosso cotidiano de trabalho.

Reafirmando uma interlocução já de longa data, foram várias as oportunidades de discutir nossas questões com Lúcio Kowarick, e também vários os momentos em que, trabalhando juntos nos pontos de convergência de nossas respectivas pesquisas, pudemos ver confirmada a questão que Lúcio sempre e desde há muito nos apresenta: a cidade como espaço de luta, mesmo nos registros os mais agudos desse “viver em risco” que conforma a vida urbana e que ele sabe tão bem pesquisar e lançar ao debate.

Com Aldaíza Sposati aprendemos a importância de saber identificar os indícios, sinais e indicadores dos “desejos de cidade”, sem os quais é impossível imaginar a possibilidade de romper o círculo fechado do presente-imediato e reinventar as utopias da política. Com Dirce Koga, os sentidos políticos contidos nas medidas da cidade e seus problemas, e também as potências e bloqueios inscritos nos seus espaços e territórios. Jorge Kayano, com sua

sempre muito fina notação das implicações políticas daquilo que é dito e escrito, nos propiciou a discussão da primeira versão de alguns dos capítulos com os colegas do Polis. Com Miguel Monteiro e Frederico Ramos, as diversas escalas de observação da cidade e as possibilidades de sua combinação. A cada um e todos juntos, como responsáveis pelo Mapa da Exclusão/Inclusão Social, nosso reconhecimento pelas possibilidades que nos foram abertas de discussão junto com os pesquisadores do Centro de Estudos das Desigualdades Territoriais (Cedest).

Stela da Silva Ferreira e Ana Paula Lavos participaram ativa e diretamente de toda essa primeira rodada de pesquisa. A elaboração deste livro é grandemente devedora de um trabalho fino de elaboração do material de pesquisa que fomos acumulando nesses anos, e que ambas, como pesquisadoras de raro talento que são, souberam tão bem fazer. Os vários capítulos deste livro foram discutidos com os alunos de graduação e pós-graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, que entraram na roda para o seguimento desta pesquisa. Carol, Carlos, Gel, Ludmila, Rafael e Sílvia acompanharam a elaboração deste livro e, pegando o bastão das novas questões lançadas, formam um coletivo de pesquisa empenhado em seguir as veredas sempre inusitadas e inesperadas que vão se apresentando no transcorrer do trabalho de campo.

Jorge Hirata, responsável pelas fotos aéreas, nos acompanhou em andanças pela cidade para marcar com GPS os pontos que haveriam de ser, depois, registrados do alto de um helicóptero. Fábio Braga participou da pesquisa desde o início, em sintonia fina com a equipe, fotografando pessoas, lugares e espaços. Depois, ajudou-nos a escolher dentre centenas de fotos, aéreas e de solo, aquelas que haveriam de compor este livro. Junto com Marcelo Berg, o projeto gráfico do livro deve-se ao talento de ambos, parceiros no *Reflexo de Teto*.

A pesquisa foi realizada em cooperação com o *Institut de Recherche pour le Développement*, IRD (Convênio CNPq-IRD). A Etienne Henry, o reconhecimento do empenho e contribuição na montagem e realização da primeira etapa da pesquisa. Pierre Sabaté, representante do IRD no Brasil, sempre pronto ao apoio institucional para que a pesquisa chegasse a bom termo. Bernard Schelemmer, na qualidade de coordenador da *Unité de Recherche Savoir et Développement*, nos propiciou a possibilidade de discutir nossas questões de pesquisa com os colegas do IRD por ocasião de uma das estadias da pesquisadora brasileira na França.

A pesquisa não teria sido a mesma sem o apoio que nunca nos faltou do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Nas pessoas dos chefes de Departamento, Professor Lísias Nogueira Negrão e, agora, Professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, nosso reconhecimento pelas condições de acolhimento do pesquisador francês em suas várias e prolongadas estadias no Brasil. Também pelas condições favoráveis criadas para os trabalhos de toda a equipe.

Sem as bolsas e o auxílio do CNPq, esta pesquisa não teria sido possível. Os recursos de pesquisa alocados pelo IRD foram igualmente valiosos. A ambas as instituições, o nosso reconhecimento. À FAPESP, o agradecimento pelo apoio que nos permitiu a documentação fotográfica, bem como a continuidade dessa pesquisa. A publicação deste livro contou com o apoio do IRD e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

Vera da Silva Telles
Depto. Sociologia - USP
Cenedic

Robert Cabanes
IRD - França

São Paulo, junho de 2005

PRIMEIRA PARTE:
pontos e linhas

CAPÍTULO I

Debates:
a cidade como questão

Capítulo 1

Debates: a cidade como questão

Vera da Silva Telles

Trabalho, cidade, Estado: referências (desfeitas) de um debate

EM 1983, UM artigo que levava o título de “O Estado e o urbano” lançou um ponto de tensionamento nos debates que corriam na época. Nesse artigo, Francisco de Oliveira traçava as linhas de um diagrama de relações que faziam da cidade o cenário de um conflito cujo epicentro era o próprio Estado.¹ Para lembrar o título de outro artigo publicado alguns anos antes, em 1977, era um diagrama de relações que articulava “acumulação monopolista, Estado e urbanização” e definia a “nova qualidade do conflito de classes”.² A cidade era o seu cenário. E o urbano, o solo tecido no ponto de inflexão de uma intervenção estatal que redefiniria as relações entre campo e cidade, que regulamentava as relações entre capital e trabalho e articulava produção industrial e acumulação ampliada do capital. Nesse agenciamento das relações entre

¹ OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o Urbano. *Espaço e Debate: revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, jun.-set. 1982, p. 36-54.

² OLIVEIRA, Francisco. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, José Alvaro et alii. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo: Cedec; Paz e Terra, 1978, p. 65-76.

economia, cidade e espaço nacional, afirmava-se a potência do Estado na articulação geral da economia – o Estado “definia-se como potência de acumulação do capital privado”, “lugar onde se arbitra a distribuição do excedente social”.³ A face política disso, continua o autor, foi o desmanche do poder político das classes trabalhadoras no pós-64 e a reiterada anulação das vozes das classes populares. Nas cidades, todo esse processo ganhava forma, estava corporificado nos seus espaços, pulsava na nova estrutura de classes que aí se materializava e explodia na pobreza urbana, na massa crescente de trabalhadores pobres que se viravam por sua própria conta e risco nas periferias que então se expandiam e nas mil faces do problema urbano, “da poluição ao caos dos transportes urbanos, inevitavelmente criado pelo seu oposto, o automóvel, a dramática repetição da questão habitacional popular e a monótona repetição das soluções milagrosas, de que o fracasso da experiência do BNH parece não ter servido de imunização contra a retórica fácil; o aumento exponencial da insegurança do morador urbano, da criminalidade, da multiplicação coelheira do banditismo urbano, das chagas sociais expressas numa urbanização que se faz sem água e esgoto, a promiscuidade urbana que converte doenças geralmente consideradas não-epidêmicas em epidemias que ameaçam converter-se em catástrofes, como o recente exemplo da meningite e agora da encefalite; o descontrole do uso do solo urbano, em que a especulação imobiliária atua desenfreadamente [...] [...], o recente fenômeno dos guetos de ricos que se isolam e se autarquizam nos faraônicos conjuntos ‘Ilhas do Sul’, ‘Portais do Morumbi’, ‘Moradas das Torres do Sol’ [...], que são o oposto dos guetos dos pobres, expressos na multitudinária formação de vilas e jardins como se apelidam os bairros pobres de São Paulo”.⁴ Etc. etc. etc.

Essa “fenomenologia urbana”, descrita com força e contundência no artigo de 1977, parece ecoar nos problemas urbanos atuais, não fosse o aumento brutal de escala, tudo agora, mais de duas décadas depois, elevado à enésima potência. Mas acontece que, hoje, o problema urbano não é o mesmo de antes. Na época, já dizia o autor que “o problema urbano não é essa fenomenologia em que se compraz a tecnocracia, buscando solucionar exatamente o que só vê na aparência; por baixo, à maneira dos rios subterrâneos, corre uma articulação global que confere unidade ao todo e, por isso, e não por outra razão, a imagem é a mesma nos mil pedaços” (p. 68). Agora, com a

³ OLIVEIRA, Francisco. *O Estado e o urbano*. Op. cit., p. 53.

⁴ OLIVEIRA, Francisco. *Acumulação monopolista, Estado e urbanização*. Op. cit, p. 68.

distância dos anos e para refletir sobre a diferença dos tempos, poderíamos dizer que essa diferença está cifrada no campo de gravitação em que o problema urbano então se configurava, que permitia que os seus “mil pedaços” entrassem em ressonância e que definia o feixe de referências de um debate que tomava a cidade como questão.

O texto de 1983 (e também o de 1977) pode ser visto, hoje, como a inscrição polêmica de um campo de debate que vinha se armando e se firmando naqueles anos. A cidade como questão era definida com base em um conjunto cruzado de proposições que circulavam entre os fóruns do debate acadêmico e do debate político. *Produção e consumo, trabalho e reprodução social, exploração e espoliação urbana, classes e conflito social, dominação e política, contradições urbanas e Estado* eram noções (e pares conceituais) que circulavam, se articulavam e se compunham em proposições formuladas nas pesquisas e ensaios que então tratavam da moradia popular e os processos de periferização urbana, que discutiam as relações entre a autoconstrução da moradia e a reprodução do capital, entre desigualdades urbanas e relações de classe, entre migração e pobreza urbana, entre reprodução social e Estado. No correr dos anos 80, esse conjunto de proposições definiu um espaço conceitual se redefinia em sintonia com os eventos políticos da época. Essas proposições foram metabolizadas nos então proliferantes estudos sobre movimentos sociais e, no andamento do debate, os deslocamentos de ênfases foram grandes, das versões mais deterministas da noção de “contradição urbana” (ênfase nas “estruturas”) até a tematização das dimensões culturais, da “experiência de classe”, as identidades e subjetivações, passando pelas questões da cidadania e da participação política, da importância do jogo dos atores na dinâmica política, as imbricações entre espaços institucionais e a dinâmica “vinda de baixo”.⁵ Esse debate tinha variações internas importantes e apresentava modulações conforme as linhagens teóricas, tradições disciplinares e o modo como uns e outros trabalhavam paradigmas teóricos distintos em sintonia com as mudanças nos ares dos tempos por aqui e alhures. A polêmica também

⁵ Para uma ótima avaliação desses deslocamentos, cf. KOWARICK, Lúcio. *Estudos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000. Cf. também: VALLADARES, Lícia P.; FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Olhares sociológicos sobre o Brasil urbano: uma visão a partir do Urbandata-Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002, p. 60-83. Para o debate francês, Preteceille faz uma boa discussão sobre as relações entre categorias analíticas, políticas urbanas e os deslocamentos sociourbanos. Cf. PRETECEILLE, Edmond. De la ville divisée à la ville éclatée: questions et catégories de la recherche. In: MAY, Nicole; SPECTOR, Thérèse; VELTS, Pierre (Ed.). *La ville éclatée*. Paris: Editions de l'Aube, 1998.

era grande e por vezes feroz, sobretudo no que diz respeito à natureza e sentido político dos movimentos sociais.⁶ Mas o que importa aqui dizer é que variações, modulações e dissonâncias, polêmicas e divergências, tudo isso “fazia sentido”.

Visto de agora, poderíamos dizer que tudo isso, esse jogo cruzado e polêmico de referências, se processava num plano de consistência que permitia que as proposições circulassem e a polêmica se estruturasse em um jogo de coordenadas que fazia com que fatos, eventos e processos fossem figurados, tematizados e formulados como questões pertinentes. É esse jogo de referências e coordenadas que seria interessante aqui reter. Não como documento de uma época que já se foi e que pode, quando muito, interessar ao inventário bibliográfico ou à revisão histórica ensinada aos jovens estudantes nos seus primeiros anos de universidade. Pois é essa mesma distância que nos provoca a inquietação quanto aos parâmetros ou o plano de referência a partir do qual descrever e colocar em perspectiva a nossa complicação atual.

Para bem situar as coisas, ainda há uma outra questão a ser colocada. A consistência e a pulsação polêmica desse campo de debate davam-se no ponto de cruzamento entre uma experiência histórica, que vinha então sendo reinterpretada, e um horizonte de expectativas quanto aos futuros possíveis do país.⁷ Esse debate recolhia um movimento crítico que vinha da década anterior e dava mais um lance na reinterpretação do país, de sua história e de suas possibilidades. Aliás, é esse movimento crítico que define o andamento do texto aqui comentado. Nas linhas que traçam a maior parte de “O Estado e o Urbano”, o autor reatualiza o percurso da “crítica à razão dualista”, título de artigo lançado dez anos antes.⁸ Em 1972, anos de chumbo da ditadura militar, a inteligência crítica do país estava investida da exigência de rever e revisitar explicações e interpretações sobre as inflexões e rupturas da história recente, o ponto de clivagem representado pelo Golpe Militar de 1964 e elucidar os percursos e destinações da economia e sociedade brasileiras. A

⁶ A respeito, cf. PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michalea (Org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

⁷ KOSELLECK, Reinhart. Champ d'expérience et horizon d'attente: deux catégories historiques. In: *Le futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: Éditions EHESS, 1990.

⁸ OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebap* 2, São Paulo, p. 3-82, out. 1972. Este texto foi republicado em 2003. Cf. OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrindo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

inscrição polêmica de Chico de Oliveira nesse debate foi importante e ecoou por toda a década. Ao fazer a “crítica à razão dualista”, ao mostrar a simbiose do “arcaico” e “moderno”, do formal e do informal e o modo como essas relações eram tecidas, postas e repostas na lógica mesma da acumulação capitalista, o autor definia um plano de referência que projetava as figuras do “atraso” – a urbanização caótica, o terciário inchado, a economia de subsistência, o trabalho informal, a pobreza que se espalhava por todos os lados – no centro mesmo da moderna economia urbana e do conflito de classes. Era um debate em marcha, um campo de debate no qual as proposições de uns entravam em ressonância com outros, e as referências circulavam em inscrições polêmicas sobre o país, as cidades, a economia e as derivações da modernização brasileira.⁹

Em 1975, a publicação de *São Paulo, crescimento e pobreza*, resultado de um estudo promovido pela Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, deu eco a esse debate e fez circular amplamente, para além dos circuitos especializados e estritamente acadêmicos, um conjunto de proposições que estabelecia as relações entre acumulação e pobreza, que desmontava o “mito da marginalidade” associado à pobreza urbana e que lançava as noções de periferia e de urbanização periférica que iriam, nos anos seguintes, orientar a descrição dos problemas urbanos das grandes cidades.¹⁰ Em 1979, Lúcio Kowarick cunhou a expressão “espoliação urbana”¹¹, que circulou amplamente nesses debates, como referência que dava forma e sentido aos problemas urbanos nas suas relações com a “superexploração do trabalho” própria ao “capitalismo periférico”. Nesse livro, Kowarick reatualiza o trabalho crítico anterior,¹² e o problema da pobreza e segregação urbana aí comparece como questão que desloca os termos então propostos pelas teorias da modernização e da marginalidade urbana, para situá-las no centro das “contradições urbanas” do capitalismo moderno. É esse movimento crítico que estava cifrado nas pesquisas e estudos sobre um amplo leque de problemas que então configuravam a “questão urbana”. A importância que, nesses anos, ganhava o tema da autoconstrução da moradia popular é especialmente esclarecedora: longe de ser apenas a constatação de

⁹ Claro, a questão tinha muitas faces, os temas eram vários e as problemáticas também. Mas, aqui, o que interessa é situar o lugar do “urbano” – o urbano como questão – no andamento das coisas.

¹⁰ KOWARICK, Lúcio; BRANDT, Vinícius Caldeira (Org.). *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1975.

¹¹ Idem. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

¹² Idem. *Capitalismo e marginalidade urbana na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

práticas e fatos recorrentes nas nossas cidades, a autoconstrução aparecia como evidência – e era construída como evidência – que permitia figurar as relações entre o “arcaico” e o “moderno”, entre o formal e o informal, de tal modo que práticas e tradições populares da auto-ajuda operavam como um prisma que esclarecia as relações entre a superexploração da força de trabalho e as formas selvagens de urbanização ou, então, para colocar nos termos do debate, aquilo que então se convencionou chamar de urbanização por expansão de periferias.¹³

Mas então isso significa dizer que, se havia um espaço conceitual que definia a consistência desse campo de debate, não é porque aí se formulavam categorias e noções mais adequadas ao estado de coisas, mas pelo plano de referência que atravessava esse debate e que fazia do urbano e da cidade o ponto de condensação de um conjunto de questões que falava do país, de sua história e suas destinações possíveis. Debate que retomava o movimento crítico dos anos anteriores para relançar suas questões de um outro modo, sob outras perspectivas, outro feixe de referências e um outro modo de identificar as linhas de força pelas quais as realidades urbanas se ordenavam e sinalizavam potências e possibilidades de futuro. Os rumos possíveis da sociedade brasileira era a questão que atravessava todo esse debate e definia a pulsação polêmica de proposições que reabriam a interrogação sobre as relações entre desenvolvimento capitalista, modernização e modernidade. A cidade – a cidade como questão – aparecia como uma cifra pela qual o país era tematizado e, em torno dela, organizava-se um jogo de referências que dava sentido às polêmicas, di-

¹³ A questão já havia sido formulada por Francisco de Oliveira, em 1972, e será retomada por praticamente todos os estudos desse período sobre a moradia popular. Vale citar o autor: “uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o mutirão. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de economia natural dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. [...] [...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução das relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para fins de expansão do próprio novo. OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, op. cit., p. 32.

vergências, debates e embates sobre a história, percursos e destinações da sociedade brasileira.¹⁴

Talvez seja mesmo possível dizer, seguindo nas trilhas de Roberto Schwarz, que esses anos testemunhavam mais um capítulo (o último?) de um debate que fazia da “defasagem entre as aspirações da modernidade e a experiência efetiva do país um tópico obrigatório”¹⁵ e mobilizava a imaginação crítica na aposta de que seria possível superar as mazelas da sociedade e trazer as maiorias, desde sempre relegadas às fimbrias da modernização capitalista, ao universo de uma cidadania ampliada, em grande parte associada ao trabalho assalariado e aos direitos a eles associados. Pois bem, essa aposta foi perdida. Ao menos, foram desestabilizados os termos em que foi formulada. É a questão que o próprio Schwarz lança ao debate em artigo de 1993: como pensar o país quando a norma civilizada na qual, desde sempre, o país se espelhou, apenas nos promete, nesses tempos de capitalismo globalizado, uma modernização que não cria o emprego e a cidadania prometidos, mas que engendra o seu avesso na lógica devastadora de um mercado que desqualifica – e descarta – povos e populações que não têm como se adaptar à velocidade das mudanças e às atuais exigências da competitividade econômica? Como pensar o país se “o aspecto da modernização que nos coube, assim como a outros, for o desmanche ora em curso, fora e dentro de nós?”¹⁶

Na outra ponta, o que se desfaz como horizonte histórico e referência crítica é a própria noção de superação, noção fundante dos debates que percorriam as décadas anteriores. É esse o sentido polêmico da questão que agora, novamente, em 2003, Francisco de Oliveira traz ao debate público ao usar a imagem do ornitorrinco para descrever o país:¹⁷ um monstrengo feito de peda-

¹⁴ É um debate que, como mostra Cibele Rizek, vem de antes, é contemporâneo à própria formação da sociologia, fundando “um modo de pensar o país e seus processos de transformação a partir da cidade” e suas relações com a industrialização e a modernização. RIZEK, Cibele. *Os sentidos da cidade brasileira: figurações da ordem e de seus avessos*. Relatório de Pesquisa Cenedic, São Paulo, 2003.

¹⁵ SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 156.

¹⁶ Idem. Ainda o livro de Kurz. *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, n. 37, nov. 1993.

¹⁷ “Como é o ornitorrinco? Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, *donque* nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte *agrobusiness*. Um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo, avançando, tatibitate, pela terceira revolução, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligados aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulário que sofisticado; noutra, extremamente primitivo, ligado exatamente ao consumo dos estratos pobres. [...] [...]”. Cf. O Ornitorrinco. In: *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003, p. 132-133.

ços desconjuntados, diferenças, defasagens, descompassos, desigualdades, que, não sendo mais atravessados por uma virtualidade de futuro, não mais articulados internamente por uma “dialética dos contrários”, ficam onde estão, um neoatraso, como diz Roberto Schwarz em seu comentário, fatos irrevogáveis de nossa realidade, sem solução e sem superação possível no cenário do capitalismo globalizado e de uma revolução tecnológica que aprofunda e torna irreversível o abismo entre os países. Escrito em diálogo tenso com o texto de 1972, também ajuda a marcar a diferença dos tempos que o separam do texto de 1983 comentado no início. Nos vinte anos que se passaram, muita coisa aconteceu e muita coisa mudou nesse país. Temos a democracia, as instituições democráticas se consolidaram e o jogo político segue, mal ou bem, com tropeços e complicações, as regras da normalidade democrática. Mas, seguindo os pontos polêmicos do autor, as conexões que articulavam o “Estado e o urbano” foram cortadas ou viradas pelo avesso sob a lógica de um duplo desmanche, por cima e por baixo, a rigor, modulações de um mesmo movimento: a autonomização dos mercados em tempos de financeirização da economia e revolução tecnológica desfaz a sociabilidade plasmada no trabalho, ao mesmo tempo em que retira autonomia do Estado – “o Estado se funcionaliza como máquina de arrecadação para tornar o excedente disponível para o capital”, diz Chico de Oliveira. Quanto às políticas sociais, desconectadas (e impotentes para tanto) de um projeto de mudar a distribuição de renda, “transformam-se em antipolíticas de funcionalização da pobreza”. O que antes era percebido como exceção, singularidade de um movimento histórico que, esperava-se, haveria de alcançar algum patamar de normalidade, transforma-se em regra – as desigualdades abissais, a pobreza urbana, o desemprego, o “trabalho sem forma” das multidões de ambulantes que ocupam os espaços da cidade, bem, tudo isso está aí para ficar. É a “administração da exceção”, diz Chico de Oliveira em um artigo que leva o título “O Estado e a exceção: ou o Estado de exceção”.¹⁸

As questões propostas pelo autor vão muito além do que está sendo comentado nestas notas. Mas o que interessa aqui é apenas reter o sentido do petardo crítico lançado ao debate. Se a equação que se estabelecia entre trabalho, direitos e cidadania foi quebrada, se o movimento histórico que lhe dava plausibilidade foi interrompido, se a “hipótese superadora”, para usar os ter-

¹⁸ Esse texto foi apresentado como conferência de abertura de um fórum acadêmico de pesquisa urbana, em 2003, e pode ser considerado uma prévia do que viria a ser o *Ornitórrinco* publicado nesse mesmo ano (esse bicho esquisito e desconjuntado já comparece aí como figura do estado atual do país).

mos de Schwarz,¹⁹ foi erodida, então com quais parâmetros, ou a partir de quais parâmetros, colocar sob perspectiva crítica o atual estado de coisas? Como discernir as linhas de força que permitam reabrir essa potência de confrontar o presente e ampliar o horizonte dos possíveis, essa mesma potência (e essa aposta) que, de alguma forma, esta(va) contida na idéia de superação? A questão está longe de ser simples. A rigor, é o próprio problema que ainda precisa ser formulado e bem posto. E isso, claro está, não é coisa que se resolva assim de uma penada, e certamente não vai ser qualquer contorcionismo teórico que haverá de abrir caminhos.

Para reatar a discussão do início, o que vale aqui reter é a desestabilização das referências e parâmetros pelos quais pensar o país e, reatando pontos e linhas, a cidade e suas questões. Isso que se convencionou chamar de desregulação neoliberal em tempos de globalização, financeirização da economia e revolução tecnológica, pode ser lido como a desmontagem do diagrama de referências que conferia sentido, dava ressonância e qualificava a potência política das “mil faces” do problema urbano. E é por esse lado que seria interessante retomar a questão. É por esse lado que cobra interesse o confronto dos tempos e das pulsações dos debates que os atravessa (va)m. Pois é isso que pode nos dar a medida – uma medida em tudo inquietante – do estilhaçamento do pensamento crítico nesses últimos anos. Não se trata apenas de constatar a indigência dos debates recentes, em grande parte conjugados no presente imediato. Isso seria trivial, além de correr o risco de um julgamento excessivo e injusto com uns e outros. O problema é mais de fundo.

O problema está nas nossas dificuldades de discernir o que anda acontecendo nos tempos que correm e perscrutar as linhas de força que os atravessam. Na voragem de transformações que se superpõem em velocidade cada vez maior, o passado parece se esvanecer como referência trabalhada na experiência social, ao mesmo tempo em que o futuro torna-se indiscernível, e o horizonte dos possíveis parece devorado pela imprevisibilidade e aleatoriedade de fatos, acontecimentos e circunstâncias que parecem operar apenas no “tempo real” do mercado e seus imperativos (ou idiossincrasias). É como se vivêssemos um presente inteiramente capturado pelas urgências do momento, e não nos restasse muito mais do que a sua gestão cotidiana, sem conseguir figurar e

¹⁹ Hoje, diz Schwarz, “o naufrágio da hipótese superadora” aparece como “o destino da maior parte da humanidade, não sendo neste sentido, uma experiência secundária”. *Seqüências Brasileiras*, 1999, p. 58.

nomear as expectativas e esperanças que lançam as linhas de fuga de futuros possíveis. Hoje, a cidade parece armar o palco de algo como uma cacofonia, que, em um certo sentido, também traduz no plano do pensamento ou da inteligência crítica o esfacelamento das referências cognitivas e normativas que permitiam pautar o debate e suas polêmicas internas. Parece que se perderam de vez as conexões que articulam o econômico, o político, o urbano e social: a economia é coisa que parece transitar definitivamente em outra galáxia de referências, a política passa a se reduzir ao problema da gestão das urgências de um presente imediato e o urbano parece se desconectar de vez com a política, para ser confinado às formas diversas, velhas e novas, de gestão da pobreza. Quanto ao mais, face à erosão de referências futuras e em nome das urgências do presente, o campo fica aberto para um pragmatismo “bem fundado” que se apóia na pesquisa acadêmica para propor programas sociais aos “excluídos” do mercado de trabalho. Na prática, esse deslocamento (e esvaziamento) do espaço crítico termina por reatualizar o que Topalov²⁰ (1994) define como “epistemologia da filantropia”, que fragmenta a análise social na descrição cientificamente fundada de cada grupo social (as várias figuras dos “excluídos”) alvo de políticas focalizadas. Nesse registro, a reflexão (e a prática) fica inteiramente cativa do diagrama liberal nas formas possíveis de “gestão da pobreza”.

* * *

O fato é que estamos diante de mudanças e acontecimentos que desafiam os parâmetros estabelecidos de análise. Mas são tempos em que sobretudo são desestabilizados os parâmetros da crítica social, para além da denúncia das misérias do mundo ou do lamento nostálgico do que poderia ter sido e não foi, um verbo conjugado no futuro do pretérito. E sendo assim, ficamos como que desarmados diante de realidades urbanas nas quais vêm sendo tramados os rumos da modernização econômica – modernização seletiva como notam vários analistas, que fragmenta o território nacional entre ilhas de dinamismo e regiões descartadas ou excluídas dos circuitos globalizados,²¹ que sobreposição de novas clivagens e diferenciações sociais às conhecidas desigualdades de renda,²² que redefine a cartografia da pobreza urbana e amplifica a crise social nas

²⁰ TOPALOV, Christian. *Naissance du chômeur, 1890-1910*. Paris: Albin Michel, 1994.

²¹ ARAÚJO, Tania Barcelar. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2, p. 9-24, mar. 2000.

²² BOGUS, L.M.; TACHNER, S. P. São Paulo, velhas desigualdades, novas configurações espaciais, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, p. 153-174, maio 1999.

grandes cidades, ao mesmo tempo em que os espaços urbanos são crescentemente atravessados por ilegalismos de todos os tipos, para não falar da violência e seus impactos disruptivos nas sociabilidades cotidianas.

Hoje, é quase ocioso lembrar os efeitos excludentes das mudanças em curso na economia e sociedade. Mas também é verdade que compreender a crise social estampada nas grandes cidades é um desafio que nos interroga quanto aos critérios capazes de conferir inteligibilidade e sentido às novas realidades que vêm sendo engendradas nesse processo. São mudanças que deslocam, desativam e, ao mesmo tempo, reconfiguram campos políticos, relações de força, atores coletivos e suas formas de expressão, formas de conflito e suas arenas. São mudanças de fundo que desfazem ou deslocam o diagrama de relações que circunscreviam o espaço social (e o espaço da crítica) da questão urbana: trabalho, cidade e Estado, e a questão nacional.

A reestruturação produtiva em curso desde o final dos anos 80, e mais intensamente a partir da segunda metade dos 90, altera o cenário dos atores e redefine as condições da ação coletiva e reconfigura territórios e suas hierarquias no espaço nacional na lógica transnacional de redes produtivas que transbordam (ou implodem) as antigas definições nacionais, setoriais e categorias de atividades econômicas e grupos sociais (e suas formas de representação), ao mesmo tempo em que as formas de emprego são pulverizadas nas trilhas territorializadas das redes de subcontratação. O que hoje é chamado de flexibilização do trabalho (leia-se: dos direitos que regem ou regiam o contrato de trabalho) significa, na verdade, a desmontagem das mediações jurídicas, políticas e institucionais que conformavam o trabalho nas formas do emprego. Como diz Veltz,²³ por trás das mutações da organização do trabalho, das formas mais ou menos contingentes de agregação de tarefas individuais em produto coletivo, se esconde o declínio do complexo institucional em torno do trabalho e que fazia dela uma questão social e pública, tanto quanto econômica e privada. Daí a impotência das formas conhecidas de representação, mas também a falta de referência para as micronegociações e dos próprios indivíduos perdidos nas incertezas e aleatoriedades de suas trajetórias. As conseqüências disso tudo são devastadoras. Ao mesmo tempo em que se desfazem as mediações que permitiam o processamento dos conflitos e a elaboração coletiva de experiências partilhadas, toda a carga das incertezas econômicas e da vida social é deslocada para os indivíduos, as famílias e suas comunidades de referência. É

²³ VELTZ, Pierre. *Le nouveau monde industriel*. Paris: Gallimard, 2000.

nisso que se alojam a vulnerabilidade social e os processos de desafiliação discutidos por Castel.²⁴ Por outro lado, a financeirização da economia penetra as relações sociais e desativa formas públicas de regulação social,²⁵ de que é exemplo a importância crescente dos sistemas privados de seguro-saúde e previdência, nos termos de uma contratualização de serviços e relações que termina por transfigurar os direitos do cidadão em direitos do consumidor.²⁶ É nesse cenário que surgem as figuras de uma sociedade dilacerada entre a celebração de um individualismo empreendedor, sobretudo aquisitivo, e o fracasso do “individualismo negativo” (Castel) ao qual são destinadas, quando muito, a filantropia e a ajuda assistencial.

Não se trata tão-somente da ampliação do mercado informal e do aumento das hostes dos excluídos do mercado de trabalho. Concretamente, e aqui seguimos as pistas de Chico de Oliveira, a chamada flexibilização do contrato de trabalho significa uma informalização que penetra todas as ocupações e redefine por inteiro as relações de classe. É o trabalho “sem forma” que se expande no núcleo do que antes era chamado de “mercado organizado” e, com isso, como enfatiza o autor, as relações entre classe, representação e política vão para o espaço. Na base desse processo está o salto nas alturas da produtividade do trabalho em tempos de revolução tecnológica e financeirização da economia, de tal modo que o processo de valorização se descola dos dispositivos do trabalho concreto, já não depende da quantidade e dos tempos do trabalho da produção fordista (está para além da medida) e termina por implodir todas as distinções conhecidas: tempo do trabalho e tempo do não-trabalho, trabalho e consumo; as diferenças das ocupações perdem relevância do ponto de vista desse movimento da valorização do capital, ao mesmo tempo em que vai para os ares a divisão entre trabalhadores ativos e o que antes então era chamado de exército industrial de reserva. É o trabalho abstrato levado a extremos, “trabalho abstrato virtual”, que captura, mobiliza e transforma processos sociais e as atividades as mais disparatadas em sobrevalor. Quebra-se o vínculo entre trabalho, empresa e produção da riqueza e são outros agenciamentos e diagramas de relações que se constituem: para seguir as situações

²⁴ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

²⁵ MARQUÊS-PEREIRA, Jayme. *Crises financières et régulation politique en Amérique Latine*. Texto apresentado no Colóquio “Mondialisation économique et gouvernement des sociétés: l’Amérique latine, un laboratoire?”, Paris, 7-8 juin 2000.

²⁶ PAUTASSI, Laura. La réforme néolibérale de l’intervention de l’État en Argentine: des droits sociaux aux droits du consommateur, *Cahier des Amériques Latines*, n. 30, p. 85-104, 1999.

comentadas por Chico de Oliveira, a maquinaria abstrata de produção de valor é acionada a cada vez que se utilizam os caixas eletrônicos dos bancos ou quando, no recinto privado da vida doméstica, se acessam serviços e produtos pela Internet; são as formas de entretenimento, lazer, gostos e estilos de vida que movimentam um capital que faz do “nome da marca”²⁷ o principal esteio de sua valorização, ao mesmo tempo em que joga na mais radical irrelevância social miríades de trabalhadores espalhados pelas redes de subcontratação no mundo inteiro, submetidos ao trabalho precário, incerto, mal pago e degradado, gente sujeita aos espaços físico-sociais do trabalho concreto, mas que desaparece sob a pirotecnia do marketing e do espetáculo cultural. Zarifian fala de uma “economia de serviços” que não tem nada a ver com as divisões conhecidas de setores de produção, que a rigor transborda por todos os lados e torna irrelevantes essas mesmas divisões, pois diz respeito à trama de relações materiais e imateriais entre produção e consumo – publicidade, efeitos de marca, ações de marketing, cartões de fidelidade e tudo o mais que acompanha o produto ou o serviço vendido/consumido, de tal forma que os consumidores terminam por participar da formação do valor apesar de não entrarem em nenhuma contabilidade e em nenhum instrumento de gestão.²⁸ Outros vão lançar mão da noção de “trabalho imaterial” para discutir essas atividades que não são codificadas como trabalho, que tentam fixar normas culturais, modas, gostos e padrões de consumo,²⁹ que capturam e organizam os “tempos da vida”, e não mais apenas os “tempos do trabalho”,³⁰ tornando cada vez mais difícil diferenciar tempo do trabalho e tempo da reprodução.

São mutações de fundo. Mas então é preciso reconhecer que isso muda tudo nas relações entre trabalho e cidade, de tal modo que os pares conceituais que antes pautavam o debate sobre a “questão urbana” – produção e reprodução da força de trabalho, exploração e espoliação urbana, contradições urbanas e conflito de classe – ficam deslocados em um cenário que as formas do trabalho implodem, seja no registro de um trabalho que se descola dos dispositivos do trabalho concreto, seja no registro do trabalho precário, intermitente,

²⁷ FONTENELLE, Isleide Arruda Fontenelle. *O nome da marca: McDonnald's, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo: Boitempo, 2002.

²⁸ ZARIFIAN, Philippe. La disparition du marché. In: ZARAFIAN, F. *A quoi sert le travail?* Paris: La dispute, 2003, p. 135-147.

²⁹ LAZZARATO, Maurizio. Le concept de travail immatériel: la grande entreprise. *Futur Antérieur*, n. 10: 1992. (<http://multitudes.samizdat.net>).

³⁰ ASPE, Bernard; COMPES, Muriel; LAZZARATO, Maurizio. Le travail: un nouveau débat por de vieilles alternatives. *Futur Antérieur* n. 35-36, 1996.

descontínuo e que torna inoperantes as diferenças entre o formal/informal, seja ainda nas multidões dos sobrantes que se viram como podem, transitando entre as improvisações da vida cotidiana, expedientes diversos nas franjas do mercado de trabalho e as miríades de programas sociais voltados aos “excluídos”. É uma situação que está a exigir um giro em nossas categorias, de modo a construir um plano de referência que permita colocar em perspectiva e figurar esses processos, recolocar os problemas, pôr outros tantos e perceber, nas dobras das redefinições e desagregações do “mundo fordista”, outros diagramas de relações, campos de força que também circunscrevem os pontos de tensão, resistências ou linhas de fuga pelas quais perceber a pulsação do mundo social.

Mas, então, a pergunta: com quais parâmetros colocar em perspectiva e sob perspectiva crítica os processos em andamento? Duplo desafio: a construção de parâmetros críticos (e a reativação da tradição crítica das ciências sociais) implica ao mesmo tempo na construção de parâmetros descritivos para colocar em perspectiva realidades urbanas em mutação. Pois em torno das “zonas de turbulência”, pelas quais essas mudança em curso se processam, as realidades urbanas vão se modificando, e isso também em ritmo acelerado. E são as linhas de força dessas mudanças que ainda será preciso prospectar. Talvez então tenhamos que fazer um percurso mais exploratório. Prospectar os deslocamentos que vêm reconfigurando e redesenhando nossas realidades urbanas nos seus pontos de entrelaçamento e bifurcações para, nas suas dobras, chegar, talvez, a identificar e formular o feixe de questões que exige a imaginação crítica para apreender os campos de força que atravessam essas realidades.

Interrogando realidades urbanas em mutação

Não é de hoje o debate sobre as recomposições urbanas sob o impacto das transformações recentes no capitalismo contemporâneo. A literatura é vastíssima e, em que pese variações temáticas, diferenças interpretativas, divergências e polêmicas de ressonâncias variadas, é um campo de debate que vem assinalando as vias pelas quais as novas lógicas da produção flexível, da financeirização da economia e do papel do terciário de ponta alteram a anterior organização da “cidade fordista” e produzem rearticulações dos territórios por onde circulam capitais, bens, mercadorias, serviços e também populações em situações diversas de emprego, desemprego e exclusão do mercado de trabalho. Quanto à cidade de São Paulo e sua região metropolitana, já temos à

disposição um volume considerável de informações e pesquisas que mostram a sua redefinida (e reafirmada) centralidade nas dinâmicas nacional e regional, e seu lugar nos circuitos globalizados da economia.³¹ Pelo lado das atuais reconfigurações socioespaciais, as pesquisas vêm se multiplicando, abrindo o debate sobre as forças operantes na produção do espaço, os novos padrões de segregação urbana, sobre a nova geografia da pobreza urbana e da vulnerabilidade social.³² No entanto, ainda pouco se sabe do modo como os processos em curso redefinem e interagem com a dinâmica societária, a ordem das relações sociais e suas hierarquias, as práticas sociais e os usos da cidade, as novas clivagens e diferenciações que definem bloqueios ou acessos diferenciados aos seus serviços e espaços. Ainda será preciso decifrar o modo como as atuais reconfigurações econômicas e espaciais redesenham o mundo social e seus circuitos, os campos de práticas e relações de força. Vistas por esse ângulo, as realidades urbanas vêm apresentando desafios consideráveis. As referências gerais sobre emprego e desemprego, transformações sociodemográficas e formas de segregação urbana esclarecem pouco sobre configurações societárias que embaralham as antigas clivagens sociais e espaciais próprias da “cidade fordista”, com as suas polaridades bem referenciadas entre centro e periferia, entre trabalho e moradia, entre mercado formal e mercado informal.

De um lado, é o caso de se perguntar de que modo as novas realidades do trabalho (e do não-trabalho) redesenham os espaços urbanos e seus territórios e redefinem práticas sociais e os circuitos que articulam moradia, trabalho e serviços. As circunstâncias do desemprego prolongado, do trabalho intermitente e incerto ou do não-trabalho redefinem tempos e espaços da experiência social, desfazem ou refazem em outros termos o jogo de referências traçadas entre trabalho e moradia e que pautam ritmos cotidianos e tempos sociais. Alteram, poderíamos dizer, a própria experiência urbana, seguindo os circuitos descentrados dos “territórios da precariedade”. É um outro traçado urbano

³¹ MARTONI, Pedro Paulo. Informação e missão institucional: pesquisa desvenda economia paulista. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 1-2, jan.-jun. 1999; MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. São Paulo no contexto do sistema mundial de cidades. *Novos Estudos CEBRAP* 56, São Paulo, mar. 2000, p. 131-156.

³² TASCHNER, Suzana P.; BÓGUS, Lucia. A cidade dos anéis. In: RIBEIRO, Luís Cezar Queiroz (Org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2000, p. 247-280; CALDEIRA, Teresa P. *A cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2000; TORRES, Haroldo; MARQUES, Eduardo. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 4, 2001.

que vai se desenhando, seguindo a nova geografia dos empregos e as novas polaridades e segmentações entre os reduzidos e seletivos empregos estáveis e as miríades de empregos precários que vêm se proliferando nas fronteiras pouco nítidas entre o mercado formal e informal, entre os circuitos da economia globalizada e os contextos locais das tradicionais “atividades de sobrevivência”, também elas em expansão e também elas redefinidas por suas conexões com as redes de subcontratação ou, então, com os circuitos locais de consumo e circulação de bens.

Por outro lado, ponto e contraponto de uma mesma realidade, os capitais globalizados transbordam as fortalezas globais concentradas no moderníssimo e riquíssimo quadrante sudoeste da cidade e fazem expandir os circuitos do consumo de bens materiais e simbólicos que atingem os mercados de consumo popular. Shopping centers e grandes supermercados se multiplicaram no correr da década e desenharam um grande arco que chega até as periferias mais distantes da cidade, alterando o mercado de terras e valores imobiliários, provocando redistribuições demográficas e deslocamentos populacionais, mas também redefinindo as dinâmicas locais do tradicional mercado informal e da economia popular. O fato é que esses grandes equipamentos de consumo já compõem a paisagem urbana, redefinem circuitos e práticas urbanas, alteram escalas de distância e proximidade e operam como referências de tempos/espacos cotidianos.

Finalmente, o universo popular das periferias pobres da cidade é também ele redesenhado por um intrincado e multifacetado jogo de atores. Isso que a literatura vem designando como novo associativismo popular poderia (ou deveria) ser visto como um campo muito variado de práticas que mobilizam redes e circuitos muito diferentes na sua história interna, nas suas extensões, na natureza de suas vinculações e implicações nas dinâmicas locais: “entidades sociais” e suas parcerias com os poderes locais para a implementação de programas sociais diversos; ONGs com suas vinculações em redes de extensões variadas; partidos políticos e seus agenciamentos locais; movimentos de moradia e suas articulações políticas; associações comunitárias ancoradas na história local; igrejas e congregações evangélicas que vêm se proliferando pelas periferias da cidade com práticas associativas em torno de suas comunidades de féis.

O fato é que, se a tragédia social está estampada em nossas ruas e registrada nos inúmeros indicadores sociais hoje disponíveis, entender os processos está longe de ser tarefa simples. Se é evidente o aprofundamento de desi-

gualdades e distâncias sociais, também é verdade que os modelos polares de análise pautados pelas noções de dualização social não dão conta das novas realidades, se é que não produzem uma imagem desfocada do mundo social. Poderíamos dizer que estamos frente não a dualizações, mas sim à disjunção ou dessimetria (essa sim problemática), sobretudo no que diz respeito aos jovens dos bairros pauperizados da cidade, entre integração econômica, integração política e integração cultural.³³ É nessa disjunção que se tem o registro das dimensões societárias das atuais mudanças no mercado de trabalho (e suas exclusões), mudanças que interagem (em relações de convergência, tensões ou descompassos) com uma crescente e diversificada rede de integração nos circuitos dos bens culturais e simbólicos, ao mesmo tempo em que a sociedade de consumo (e a lógica do mercado) parece se estender por todos os cantos, atingindo territórios tradicionalmente considerados como lugares paradigmáticos da “pobreza desvalida”.³⁴ É ainda uma sociedade atravessada por processos societários inéditos e novas formas de sociabilidade, de subjetivação e construção de identidades,³⁵ além de novos padrões de mobilidade e acesso aos espaços urbanos e seus serviços, e também as ambivalentes redes sociais tecidas entre a dinâmica familiar, os espaços de lazer e consumo, o hoje crescente mundo das ilegalidades entre formas diversas de criminalidade e o tráfico de drogas.

São as linhas de força dessas mudanças que ainda será preciso compreender. À distância de definições prévias ou diagnósticos estabelecidos sobre as evoluções recentes da cidade, optamos por um percurso mais exploratório. Buscamos ler essas mudanças a partir da trajetória de indivíduos e suas famílias: seus deslocamentos espaciais em busca da moradia, seus percursos ocupacionais e suas inflexões nas circunstâncias do desemprego e precarização do trabalho, as práticas cotidianas que articulam espaços de moradia e a cidade, seus espaços e serviços. É por esse prisma que tentamos conhecer algo das tramas sociais que configuram espaços urbanos. A pesquisa está longe de oferecer um panorama geral sobre a cidade e suas transformações recentes, nem é esse o nosso propósito. Mas nem por isso essas trajetórias podem ser tomadas

³³ HAMMOUCHE, A. La politique de la ville: entre médiation et proximité. *Droit et Société*, 1998, p. 109-129.

³⁴ VALLADARES, Licia. Que favelas são essas? Rio de Janeiro, *Insight Inteligencia*, ago./out. 1999.

³⁵ CABANES, Robert. *Travail, famille, mondialisation. Récits de la vie ouvrière, Sao Paulo, Brésil*. Paris: IRD-Karthala, 2002.

como ilustração ou demonstração de algo já sabido e dito como “exclusão social” ou “segregação urbana”. Através das práticas, dos eventos, das inflexões e destinações que singularizam essas trajetórias, é possível apreender os movimentos e as tensões do campo social. No curso de suas vidas, indivíduos e suas famílias atravessam espaços sociais diversos, seus percursos passam por diversas fronteiras, e são esses traçados que podem nos informar sobre a tessitura do mundo urbano, seus bloqueios, suas fraturas, pontos de tensão.

É um modo de levar a sério que as diversas linhas de força (e suas zonas de turbulência) das mudanças recentes estão também traçando outros ordenamentos sociais que desfazem, deslocam, redefinem referências e mediações da trama social, tempos e espaços da experiência urbana, práticas urbanas, seus circuitos e deslocamentos. As trajetórias e cenas urbanas em que elas transcorrem podem oferecer indicações sobre as lógicas e dinâmicas societárias em curso. Três ordens de questões orientam essa investigação:

Questão empírica: é nesse cenário contrastado que crescem a pobreza, o desemprego e a precariedade urbana. E também a violência. Morre-se e mata-se muito na cidade de São Paulo (não só nela). A tragédia concentra-se nas regiões periféricas da cidade. Mas como nos ensina Alba Zaluar, se quisermos entender alguma coisa do que anda acontecendo, será preciso investigar a linha de sombra que perpassa a cidade inteira, em que se articulam a sedução encantatória do moderno mercado de consumo e o bloqueio de chances promissoras do mercado de trabalho, as práticas ilícitas que atravessam a dita economia informal (e não só, como bem sabemos) e os circuitos do tráfico de drogas, com suas capilaridades nas práticas cotidianas e nas tramas da sociabilidade popular.³⁶ “Viver em risco” é a forte expressão que Lucio Kowarick propõe ao analisar a vulnerabilidade socioeconômica e civil do Brasil urbano atual, mas que também sinaliza processos e circunstâncias que estão longe de se deixarem capturar por indicadores e por tipificações ou definições categoriais de “pobres” e “excluídos”.³⁷ Daí a exigência da construção de parâmetros descritivos para colocar em perspectiva realidades urbanas em mutação. Uma abordagem que abra uma senda investigativa ao revés das ênfases hoje predo-

³⁶ ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

³⁷ KOWARICK, Lucio. *Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. Novos Estudos*, Paris, n. 63, jul. 2000.

minantes nos “estudos da pobreza”, grandemente pautados por tipificações e categorias de políticas sociais voltadas às versões brasileiras dos “*quartiers difficiles*”. Entre as tipificações (ficções?) das chamadas “populações em situação de vulnerabilidade” e as análises gerais, o outro pólo dos debates atuais, sobre economia urbana e a “cidade global”, é todo o entramado desse mundo social que resta a conhecer. É nesse terreno que um estudo sobre trajetórias e mobilidades urbanas pode se mostrar fecundo, à distância de explicações gerais sobre a “cidade e sua crise”, e também de definições categoriais ou identitárias das populações urbanas.

Questão política: ao mesmo tempo em que hoje se faz a celebração das virtudes democráticas dos chamados fóruns públicos de participação, ao mesmo tempo em que, no debate atual, reativam-se as concepções clássicas de espaço público e sociedade civil como lugares por excelência da construção republicana e do consenso democrático, é o caso de se perguntar por um campo social que parece escapar por todos os lados dessas formas e figuras da política. É o caso de interrogar os sinais e evidências de uma ampliada e crescente zona de indiferenciação entre o lícito e ilícito, o direito e o não-direito, entre público e privado, a norma e a exceção, projetando uma inquietante linha de sombra no conjunto da vida urbana e suas formas políticas, zona de indiferenciação que cria situações cada vez mais freqüentes, que desfazem formas de vida e transformam todos e cada um potencialmente em “vida matável” (Agambem). Para usar os termos de Michel Agier,³⁸ entre a “cidade global” ou a “cidade genérica”, com seus artefatos iguais em todas as grandes metrópoles do planeta e os extremos da “cidade nua” (a gestão da pura sobrevivência biológica, dos que perderam tudo o que constitui uma forma de vida), há uma zona incerta que não se reduz às fronteiras físicas (se que é que estas existem) do que chamamos “periferia”, pois passa por todo o entramado da vida social, pelas práticas e suas mediações, pelos circuitos da vida urbana e as conexões que se fazem nas dobraduras da vida social. Sem a pretensão de responder e oferecer explicações, são questões que estão no horizonte dessa investigação. As trajetórias urbanas são pontuadas e demarcadas por situações que podem ser vistas como espaços de condensação de práticas, mediações e

³⁸ AGIER, Michel. *L'invention de la ville: Banlieues, township, invasions et favelas*. Editions de l'Archives contemporaines, 1999. Sobre a “cidade nua”, o seu livro. *Aux bords du monde, les réfugiés*. Paris: Flammarion, 2002.

mediadores que armam como que microcenos descritivas em que esses processos podem ser flagrados.

Questão teórico-metodológica: já é lugar-comum dizer que nossas teorias e categorias de análise não dão conta das novas realidades. Mas então será preciso levar isso a sério e saber tirar conseqüências. Não se trata de inventar novas teorias e muito menos domesticar essas realidades em alguma matriz explicativa geral. Trata-se, antes e sobretudo, de fazer da investigação uma experiência de conhecimento capaz de deslocar o campo do já-dito, para formular novas questões e novos problemas. Ao invés de dar um salto nas alturas e se agarrar em alguma teoria ou conceito geral, prospectar as linhas de força dessas realidades em mutação. Mais do que um conceito, a cidade é um *campo de práticas*, diz Roncayolo.³⁹ Essa é uma sugestão forte a ser seguida e que coloca o plano no qual uma investigação pode se dar, fazendo surgir feixes de questões que permitam modificar problemas previamente colocados – a “questão urbana” não existe como tal (definição prévia ou noção modelar), mas é configurada no andamento mesmo dessa prospecção como questões (sempre parciais) e interrogações (sempre reabertas) que vão se colocando nessa “construção exploratória do objeto” de que fala Lepetit.⁴⁰ É com essa perspectiva que buscamos seguir, prospectar, as mobilidade urbanas, seus espaços e territórios.

Nos pontos de inflexão, questões em discussão

Para bem situar as coisas, será interessante reatar com o começo e partir do diagrama de referências e relações que armaram o cenário urbano como questão nos anos 80. Pois, se o que importa é decifrar processos e práticas, então é também preciso dizer que estes só se deixam ver nos deslocamentos e pontos de inflexão que vão compondo as realidades urbanas, nas questões e novos problemas que surgem e que, aí sim, podem abrir o horizonte de uma reflexão fecunda.

Então, começando pelo começo. Já no final dos anos 80, o sinal de alarme foi dado. Em 1991, ao fazer o balanço de “cinquenta anos de urbani-

³⁹ RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1978.

⁴⁰ LEPETIT, Bernard. A cidade moderna na França: ensaio de história imediata. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Bernard Lepetit: por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 45-86. Também: Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*, op. cit.

zação”,⁴¹ Vilmar Faria acusava a dificuldade de situar o sentido das evoluções urbanas nas décadas anteriores. Eram tempos incertos, atravessados pelas dificuldades econômicas (crise, hiperinflação) e atribulações políticas (governo Collor), mas eram sobretudo anos que já traziam as marcas das mudanças do capitalismo contemporâneo. Quais os parâmetros, qual a medida para avaliar e colocar em perspectiva essas evoluções? Durante décadas, lembra Faria, a reflexão sobre a sociedade urbana fundiu-se e confundiu-se com a “reflexão sobre os processos de mudança social que caracterizavam a constituição de uma sociedade urbano-industrial – pobre e de consumo, heterogênea e desigual – na periferia da economia mundial crescentemente internacionalizada”.⁴² E durante décadas as transformações urbanas foram pensadas a partir de uma projeção de futuro formulada seja nos termos da modernização e progresso, seja nos termos do desenvolvimento autônomo, da reforma ou revolução, mas que ordenava processos e dados das realidades urbanas do ponto de vista dos obstáculos ou entraves estruturais a serem superados por alternativas políticas capazes de acelerar ou redirecionar processos sociais. Pois bem, nota Faria, chegamos ao final dos anos 80 sem poder avaliar as esperanças de que essas teorias se alimentavam. Além de terem perdido a “força aglutinadora”⁴³ de outros tempos, as mudanças recentes no país e no mundo deslocaram a ordem das evidências que pareciam dar-lhes plausibilidade. O problema, diz Faria, é: se esses modelos teóricos perderam vigência, se suas promessas perderam plausibilidade, com o seu esvaziamento também se perdeu “um fio condutor, um parâmetro, uma medida” para análises prospectivas.

A questão é interessante sobretudo pelo momento em que foi formulada. No início dos anos 90, trazia nela embutida uma pergunta sobre as destinações possíveis de uma transformação que, no correr das décadas, revirou o país de alto a baixo. É certo que, nesses anos, foram plasmadas as fundas

⁴¹ FARIA, Vilmar. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. *Novos estudos*, n. 29, mar. 1991, p. 98-119.

⁴² Idem, *ibidem*, p. 99.

⁴³ “Amalgamadas muitas vezes de forma contraditória pelo jogo político das forças sociais – e sem que aí faltasse a força aglutinadora do sentimento nacionalista e terceiro-mundista – essas visões de mundo davam eco aos ‘projetos de desenvolvimento’ das elites hegemônicas ‘modernizantes’ e substância à análise crítica e à prática política das contra-elites. O Brasil, eterno país do futuro, urbano, industrial e desenvolvido – se possível socialista – podia ser pensado e ‘projetado’. [...] Mesmo quando a internacionalização da economia integrou o país de forma dinâmica na expansão capitalista do pós-guerra, o confronto político dos interesses contemplados e postergados por essa integração deu substância teórico-ideológica à política e alimentou de esperanças a análise social e, portanto, a análise prospectiva dos problemas urbanos”. Idem, *ibidem*, p. 99.

desigualdades regionais, urbanas e sociais que caracterizam a sociedade brasileira, bem como os traços conhecidos da pobreza urbana concentrada nas periferias das grandes cidades. Mas também é verdade que tudo isso foi processado no bojo de um vigoroso ciclo de integração urbana – é esse o andamento do texto de Faria. Essas décadas foram caracterizadas por deslocamentos espaciais consideráveis (fluxos migratórios), pela construção de uma estrutura urbana ampla e diferenciada (apesar de muito segmentada e desigual internamente), pela formação de um mercado de trabalho unificado e a “contínua incorporação de massas de trabalhadores às relações sociais de caráter mercantil e, mais especificamente, às relações de assalariamento da força de trabalho”.⁴⁴ No final da década de 1980 já havia sinais de inflexão nesse processo. E as evidências vinham da interrupção do ciclo histórico de mobilidade social ascendente. A questão veio a público através de um artigo de Pastore publicado em 1993 e teve ressonâncias importantes nos debates daqueles anos. Pastore mostrava, então, que em comparação com a década de 1970, diminuía a proporção de indivíduos que sobem na escala social e, pela primeira vez, desde que essas informações vinham sendo obtidas, aumentou a proporção dos que desceram na pirâmide social.⁴⁵ Esse é um fenômeno novo na história social brasileira, diz Pastore. E para Faria, em artigo de 1992 sobre a conjuntura social brasileira, “talvez pela primeira vez no passado recente segmentos e gerações têm a dura experiência da mobilidade bloqueada [...] e as implica-

⁴⁴ “A expansão capitalista no Brasil... teve força dinâmica suficiente para criar um volume considerável de novos empregos na indústria de transformação, nos transportes, na produção de energia e com outras atividades correlatas, na construção civil, nas telecomunicações e no comércio moderno, nos serviços de intermediação financeira e de apoio às atividades produtivas, na administração pública direta e indireta e nos serviços sociais, desenvolvendo as ocupações modernas e diferenciando a estrutura social urbana”. Idem, *ibidem*, p. 104.

⁴⁵ Conforme mostra Pastore, até a década de 1980, a dinâmica societária brasileira foi marcada por um expressivo movimento de mobilidade social ascendente: nos anos 70, quase a metade dos brasileiros chegou a posições sociais mais altas que a de seus pais (mobilidade intergeracional) e mais da metade estava em posições superiores à sua posição inicial na carreira profissional; entre os indivíduos que mudaram de posição, 80% deles subiram na escala social – medida por categorias tipificadas de ocupação profissional – e 93% subiram em relação ao início de suas carreiras. Isso não quer dizer, insiste Pastore, que se possam avaliar teses que postulam a mobilidade social como indicador de diminuição das distâncias e desigualdades sociais. Pois o que é notável na dinâmica societária brasileira é que o aumento das desigualdades acompanhou, persistentemente, o processo de mobilidade social, sendo, a rigor, construído na dinâmica mesma pela qual essa mobilidade se fez historicamente. Pois se trata de uma mobilidade que acompanhou a diversificação e complexificação da estrutura social, com novas oportunidades de emprego, funções e atividades que a urbanização gerou ao longo das décadas. A partir dos anos 80 e mais ainda ao final da década, há sinais inequívocos de bloqueio dos movimentos de mobilidade ascendente.

ções dessa inflexão nas expectativas constituem uma das principais dimensões do problema social na presente conjuntura”.⁴⁶

Dez anos depois, o que eram sinais de um ponto de inflexão confirmou-se e desdobrou-se no novo cenário social das grandes cidades. Nesses dez anos, como se sabe, o país entrou em compasso com o capitalismo contemporâneo – abertura dos mercados aos capitais globalizados, reestruturação produtiva, novas tecnologias, mudanças nas práticas gerenciais, flexibilização do contrato de trabalho e, para dizer tudo isso de uma só vez: a implosão da chamada “norma fordista”, com os efeitos conhecidos no aumento do desemprego de longa duração, na precarização do trabalho, nos contingentes crescentes de sobrantes do mercado de trabalho. O assalariamento recuou de forma contínua ao longo da década, e os novos padrões de funcionamento do mercado de trabalho trouxeram a quebra de uma estrutura ocupacional que, mal ou bem, durante décadas permitiu a integração de amplos contingentes de uma força de trabalho pouco ou nada qualificada, interrompendo o ciclo histórico de mobilidade ocupacional e social. Na melhor das hipóteses, resta o que a literatura especializada chama de mobilidade circular, e o resultado é a tendência a uma crescente polarização no mercado de trabalho e aprofundamento das desigualdades sociais.⁴⁷ O mais importante, porém, são os deslocamentos, que foram consideráveis: da indústria para os serviços, do assalariamento para o trabalho informal, do emprego para o desemprego, do mercado para uma nebulosa de situações em que transitam os sobrantes entre as atividades domésticas e a chamada economia de sobrevivência, mas sempre com o selo de uma pauperização crescente. E se o assim chamado mercado informal aumenta (mais de 50% da população ativa na Região Metropolitana de São Paulo, entre assalariados sem carteira de trabalho e o chamado emprego autônomo), também aí os deslocamentos foram importantes. Como mostra Álvaro Comin, há evidências de que os capitais conectados nos circuitos da economia globalizada tendem a capturar os nichos em que tradicionalmente operavam parcelas importantes dos segmentos informais urbanos nos interstícios da economia urbana. Sendo assim, a simbiose do tradicional-moderno tratada por Francisco de Oliveira no início dos anos 70 foi, também ela, cortada,⁴⁸ essas atividades

⁴⁶ FARIA, Vilmar. A conjuntura social brasileira. *Novos estudos*, n. 33, 1992, p. 103-114.

⁴⁷ COMIN, Álvaro. *Mudanças na estrutura ocupacional do mercado de trabalho em São Paulo*. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

⁴⁸ “Uma parcela importante dos segmentos informais urbanos, que estruturavam sua reprodução de baixa capitalização de setores como o comércio e a construção civil, e também em certas franjas mais

sendo empurradas para fora dos circuitos centrais da economia, compondo o cenário da pobreza urbana e, na avaliação de Comin, acenando com “a barbárie típica que já se incorporou sistemicamente à vida de nossas sociedades, nos centros e também nas periferias”.⁴⁹

Na face urbana das mudanças, as inflexões também foram consideráveis – e é sobretudo por esse lado que se pretende, aqui, seguir a discussão. A mobilidade social medida por referência aos deslocamentos na hierarquia das ocupações, funções e profissões é apenas um lado ou uma das dimensões do que poderíamos definir como “ciclo de integração urbana” (Gribaudi): deslocamentos espaciais, integração no mercado de trabalho urbano-industrial, acesso à moradia e aos serviços urbanos compuseram os eixos em torno dos quais esse movimento se realizou. Para colocar nos termos do debate dos anos 80, eram eixos que desenhavam um espaço social no qual se processavam as “contradições urbanas”, no qual se expressava “o novo caráter do conflito de classes”, e a “espoliação urbana” ganhava tradução política nos “novos movimentos sociais” com suas reivindicações por equipamentos e serviços de consumo coletivo nas distantes e precárias periferias das grandes cidades. Mas, então, isso significa dizer que a mobilidade social sinalizava um movimento de integração urbana em que se entrecruzam percursos ocupacionais, trajetórias espaciais (habitacionais) e também uma relação política com a cidade.⁵⁰ A maioria dos que fizeram os grandes deslocamentos em direção à cidade nos anos 60 e 70 foram os agentes da chamada urbanização por expansão de periferias, experimentaram a autoconstrução da moradia mobilizando esforços familiares e a

periféricas das cadeias industriais, foram sendo deslocadas destes nichos exatamente pelo fato de que, aos poucos, capitais mais volumosos foram penetrando estas atividades. [...] Paralelamente, a expansão das redes supermercadistas, de moda e vestuário, o enorme desenvolvimento do mercado imobiliário (apoiado na modernização das técnicas de produção de edificação, cada vez mais intensivas de capital e menos de trabalho), os enormes ganhos de produtividade dos setores produtores de bens de consumo (que ao reduzirem substancialmente seus preços tornaram improdutivos certos serviços de reciclagem e conserto de roupas, calçados e eletrodomésticos mais mezinho), a expansão das redes de serviços pós-consumo (grandes concessionárias de automóveis, revendas e postos autorizados de manutenção de máquinas e equipamentos) e mesmo a disseminação de formas mais modernas e capitalizadas de prestação de serviços como alimentação (cadeias de fast-food), limpeza e cuidados pessoais (redes de lavanderias e cabeleireiros), certamente operam no sentido de reduzir os interstícios nos quais as modalidades de auto-ocupação encontram sua forma de reprodução ou pelo menos tendem a afastá-los dos circuitos centrais, mais dinâmicos, para a periferia”. COMIN, Álvaro, op. cit., p. 142.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 145.

⁵⁰ Para a discussão das relações entre mobilidade ocupacional, espacial e social nos ciclos de integração urbana, cf. o importante livro de Maurizio Gribaudi, *Itinéraires ouvriers: espace et groupes sociaux à Turin au début du siècle*. Paris: Éditions EHESS, 1987.

solidariedade intrapares, organizaram-se em associações locais e reivindicaram melhorias urbanas. Pelo lado do trabalho, parte deles se integrou nos núcleos dinâmicos da economia e formou as bases da organização e movimentação sindical que tanto marcaram a década de 1980. É essa dinâmica que foi tematizada nos debates que corriam nos anos 80, de tal maneira que poderíamos mesmo dizer que os termos desse debate traduziam em seu próprio registro um espaço social construído nas linhas que entrelaçavam trabalho, cidade e política. E é por esse lado que também podemos falar de uma ruptura do diagrama de relações que definiam a pulsação histórica e política desse espaço social.

Nos anos 90, a segregação urbana continua operante, e o crescimento periférico da cidade continua a acontecer. Mas a dinâmica já não é a mesma, os deslocamentos socioespaciais respondem a outras circunstâncias. Em contraste com as décadas passadas, não são mais alimentados pelos fluxos migratórios que diminuíram no correr da década de 1980 e chegaram a apresentar saldos negativos nos anos 90. Respondem a fatores de expulsão que ainda precisam ser mais bem compreendidos, mas que se dão no cruzamento entre as forças operantes no mercado de terras e a especulação imobiliária, a fragilização dos vínculos de trabalho e encolhimento de alternativas de emprego, e outros tantos que vêm de uma história já antiga de ausência ou precariedade de políticas habitacionais. Para usar os termos de Yves Grafmeyer,⁵¹ se nas décadas anteriores os deslocamentos espaciais traduziam “trajetórias de inserção”, agora são as “trajetórias de exclusão” que predominam. Em um cenário urbano muito alterado e, no contraponto de uma diminuição relativa da concentração populacional nas áreas centrais e regiões do seu entorno, a cidade de São Paulo conheceu uma verdadeira explosão demográfica em seus pontos mais distantes;⁵² as ocupações de terra vão se espalhando em cada pedaço de área livre nas regiões periféricas de assentamento já consolidado, fazem a mancha urbana se expandir nas chamadas “zonas de fronteira” e também nas áreas de proteção ambiental, reservas florestais ao norte e mananciais ao sul; e pontilhando os grandes eixos desses deslocamentos, os núcleos de favelamento mais do que duplicaram no correr da década. Entre favelas, ocupações de terra, loteamentos irregulares ou clandestinos, estima-se que a “cidade ilegal” atinja

⁵¹ GRAFMAYER, Yves. *Sociologie urbaine*. Paris: Nathan, 1995.

⁵² TASCHNER, Suzana; BOGUS, Lúcia M. São Paulo: Caleidoscópio urbano. *São Paulo em Perspectiva*, jan.-mar. 2001, v. 15, n. 1, 2001.

mais da metade da população paulistana. Essa não é uma situação exclusiva de São Paulo, sabemos. E tampouco é coisa recente, também sabemos.⁵³ Mas ganha configurações novas nos anos 90, seja pelas proporções que o problema ganhou, exigindo uma ordem de soluções que desafia os poderes públicos às voltas com restrições de recursos e a fragilização dos instrumentos de política urbana; seja pela multiplicação de situações de risco social⁵⁴ ou, então, a combinação por vezes explosiva, sobretudo nas regiões mais distantes da cidade, entre a questão social e os problemas ambientais que a afligem;⁵⁵ seja ainda pela constituição de uma zona cinzenta, aliás também em expansão, em que se misturam várias ilegalidades, dos grileiros de terra e imobiliárias fraudulentas, passando por políticos corruptos, “entidades sociais” de atuação duvidosa e, claro, o tráfico de drogas e as multifacetadas redes mobilizadas no assim chamado “comércio ilícito”.

Tudo isso tem sido amplamente notado e fartamente documentado por pesquisas recentes. Aliás, é preciso que se diga: a quantidade e a qualidade da informação hoje disponível são notáveis. Grades complexas de indicadores sociais e sofisticadas cartografias urbanas fazem o traçado da pobreza no conjunto da cidade, dos pontos críticos de concentração da exclusão territorial e vulnerabilidade social à distribuição desigual dos equipamentos urbanos e serviços sociais. E no seu conjunto vão desenhando os contornos de uma cidade muito desigual, mas também heterogênea, com diferenciações importantes atravessando e compondo os territórios da pobreza. São evidências que vêm alimentando os debates recentes sobre os assim chamados novos padrões da segregação urbana. Descobre-se que a cidade é muito mais heterogênea do que se supunha, que seus espaços são atravessados por enormes diferenciações internas, que pobreza e riqueza se distribuem de formas descontínuas, que os novos empreendimentos imobiliários e equipamentos de consumo alteram as escalas de proximidade e distância entre pobres e ricos, que os investimentos públicos realizados nos últimos anos desenharam um espaço que já não corresponde ao *continuum* centro-periferia enfatizado pelos estudos urbanos dos anos 80 e

⁵³ Cf. MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*: revista da Fundação Seade, 14(4), out.-dez., 2000, p. 21-33; As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília et al. *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensos, op. cit., p. 121-192.

⁵⁴ TORRES, Haroldo; MARQUES, Eduardo. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano, op. cit.

⁵⁵ MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. São Paulo: além do Plano Diretor. *Estudos Avançados* 17(47), 2003, p. 167-186, p. 174.

que, enfim, somando tudo, se as desigualdades e diferenças existem e aumentaram nos últimos anos, elas se cristalizam em um espaço fragmentado que não cabe nas dualidades supostas nos estudos anteriores.⁵⁶

O volume das informações impressiona, e a escala das transformações urbanas recentes também. O universo das evidências empíricas permite hoje o retrato detalhado da distribuição da pobreza nos espaços da cidade, e os recursos técnico-metodológicos hoje disponíveis permitem montar o caleidoscópio urbano a partir da composição de microdados que indicam clivagens e diferenciações das quais mal se suspeitava sob a ação das forças estruturantes da economia e da política. Mas nem por isso essa massa de informações é suficiente para discernir as linhas de força que atravessam o atual estado de coisas, e pelas quais essas transformações operam. Da informação ao conhecimento, a distância é grande: há mediações a serem percorridas. E, sobretudo, as evidências da tragédia social (e a grade de seus indicadores) estão longe de definir um plano de referência que nos permita colocar em perspectiva essas evoluções, ter uma cifra pela qual problematizar os tempos que correm e reabrir a interrogação sobre a cidade como questão, para além da constatação (e denúncia) dos “problemas sociais” e das recomendações bem fundadas de uma intervenção social direcionada aos pontos mais críticos da realidade urbana.

Diga-se de passagem que não deixa de ser interessante notar como a própria noção de segregação urbana presente em parte considerável do que tem sido escrito nos últimos tempos sofreu algo como um deslizamento em relação aos debates anteriores. Se é verdade que, na virada dos tempos, o espaço conceitual de antes (e plano de referência que definia a direção das perguntas e questões, e conferiam intensidade crítica e polêmica aos debates) foi esvaziado, é como se a noção de segregação urbana fosse também ela esvaziada de potência crítica, deslizando e reduzindo-se à descrição da distribuição da pobreza no espaço urbano. Mas também podemos arriscar um pouco mais: não se trata talvez de um esvaziamento conceitual, mas um outro agenciamento das palavras e as coisas em um outro pólo de gravitação de questões. É aqui que, novamente, cobra interesse refletir sobre a diferença dos tempos. Antes as

⁵⁶ MARQUES, Eduardo; BICHIR, R. M. Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. *Espaço e Debates: revista de Estudos Regionais e Urbanos*, ano XVII, n. 42, 2001; TORRES, Haroldo; MARQUES, Eduardo, op. cit.; TASCHNER, Suzana. P.; BÓGUS, Lucia. A cidade dos anéis, op. cit.

questões urbanas eram definidas sob a perspectiva (e promessa) do progresso, da mudança social e desenvolvimento (anos 60/70) e, depois, da construção democrática e dos direitos sociais como cifra de uma modernidade pretendida como projeto (anos 80). Agora, os horizontes estão mais encolhidos, o debate em grande parte é conjugado no presente imediato das urgências do momento, e o problema da pobreza urbana tende a deslizar e, no limite, a se confundir com os problemas da “gestão urbana”. Não é por acaso que o debate sobre os “problemas sociais” plasmados nas cidades termina por mobilizar uma outra fileira de noções que compõem hoje a agenda da pesquisa urbana – governabilidade, governança, capital social, redes sociais e outros tantos que talvez pudéssemos inventariar para averiguar o modo como essas referências circulam entre pesquisadores e centros de pesquisa, operadores políticos e formuladores de políticas sociais, ONGs, agências multilaterais e agências de financiamento de programas sociais.

O fato é que hoje sabemos mais e melhor sobre as características da pobreza urbana, o modo como ela se distribui nos espaços das cidades e as variáveis que compõem as situações de vulnerabilidade social e exclusão territorial. Mas sabemos pouco sobre as dinâmicas, processos e práticas sociais operantes nesse cenário tão modificado de nossas cidades. Sabemos mais e melhor sobre a escala dos problemas sociais e os pontos críticos espalhados pela cidade e seus territórios. Mas não sabemos discernir as linhas de força que atravessam essas realidades.

Se a cidade é um campo de práticas, para lembrar aqui novamente a sugestão de Roncayolo, então as evidências empíricas que indicadores e cartografias nos entregam podem e devem ser entendidos como pontos de cristalização de práticas e processos, como pontos de condensação de tempos sociais e temporalidades urbanas, experiência social sedimentada e história incorporada (Bourdieu) que será preciso reativar para o deciframento dos sentidos e direções das evoluções recentes, das tensões e fricções que atravessam as realidades urbanas. Mas colocar a cidade em perspectiva e como perspectiva significa assumir um certo prisma para exercitar esses postulados básicos da análise sociológica. Não é apenas um contexto, tampouco apenas o solo no qual situar o registro de condições de vida e suas mudanças – não é a mesma coisa que espacialização de dados e variáveis. A vida urbana é toda colocada sob o signo da mobilidade, diz Grafmeyer. E os fluxos migratórios, os deslocamentos espaciais e mobilidades habitacionais, os percursos ocupacionais e suas inflexões no tempo e no espaço, traduzem na escala dos destinos individuais e coletivos a

dinâmica das transformações urbanas.⁵⁷ Essa pode ser uma via fecunda para uma redescritção das mudanças recentes.

Sabemos que essa é uma questão definidora da sociologia urbana. Desde a Escola de Chicago e seguindo linhagens teóricas diversas, as mobilidades urbanas e as relações entre os deslocamentos espaciais, ocupacionais e habitacionais foram tomadas e assim pesquisadas por muitos como cifra para o entendimento das transformações urbanas, de suas linhas de ruptura e de fratura, mas também de recomposições e convergências, processos multifacetados por onde diferenciações sociais vão se desenhando, ganhando forma e materialidade nos espaços das cidades pesquisadas.⁵⁸ Esse é um prisma de análise que ganha, hoje, no debate contemporâneo, renovado interesse no contexto de transformações que se seguem em ritmo acelerado, alterando tempos e espaços da experiência social, redefinindo práticas e seus circuitos, desestabilizando referências e identidades coletivas, criando outras tanto junto com novas clivagens sociais e outros “campos de gravitação” da experiência social.⁵⁹

⁵⁷ “[...] a vida urbana é toda ela colocada sob o signo da mobilidade: migrações, mobilidades residenciais, os deslocamentos diários impostos pela especialização dos espaços. Estes fatos de mobilidade são portadores de desestabilização de pertencimentos e certezas. Mas são, ao mesmo tempo, os meios e os signos de adaptações mais ou menos bem sucedidas às exigências da condição cidadina. Traduzem assim, na escala dos destinos individuais, a ambivalência dos processos de desorganizações/reorganizações que são certamente constitutivos de toda vida social, mas que se exarcebam na cidade moderna. Os autores da Escola de Chicago desenvolveram amplamente este tema, dando eco à idéia simmeliana da necessária imbricação, no seio dos processos sociais, de ordem e desordem, de integração e ruptura”. Cf. GRAFMAYER, Yves. *Sociologie Urbaine*. Paris: Éditions Nathan, 1995.

⁵⁸ A respeito, cf.: GRAFMAYER, Yves. *Sociologie urbaine*, op. cit.; GRAFMAYER, Yves; JOSEPH, Isaac (Ed.). *L'Ecole de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Aubier-Montaigne, 4. ed. 1994. Mais recentemente, vale a pena consultar GRAFMAYER, Yves; DANSEREAU, Francine. *Trajectoires familiales et espaces de vie en milieu urbain*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1998; GRIBALDI, Maurizio (Dir.). *Espaces, temporalités, stratifications: exercices sur les reseaux sociaux*. Paris: Editions da EHESS, 1998. No campo da história urbana, cf. GRIBAUDI, Maurizio. *Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XXe siècle*, op. cit.

⁵⁹ Alain Tarrus, por exemplo, propõe o “paradigma da mobilidade” como perspectiva descritiva e analítica para apreender as tramas de relações sociais urdidas nos pontos de entrecruzamento de mudanças que afetam espaços econômicos, normas sociais e racionalidades políticas. Cf.: TARRIUS, Alain. *Les nouveaux cosmopolitismes*. Paris: L'Aube, 2000. Cf. Também: Territoires circulatoires et espaces urbain: différenciation de groupes migrants. *Annales de la Recherche Urbaine*, n. 59-60, 1994. Entre os pesquisadores urbanos, o estudo da mobilidade urbana vem sendo relançado como perspectiva que promete superar muitas das limitações da noções, categorias e parâmetros estabelecidos para medir e caracterizar a segregação urbana, já que, transbordados por uma complexidade inédita das realidades que exigem abordagens aptas a captar movimentos e deslocamentos, processos, práticas e o jogo dos atores. Entre outros, cf.: BRUN, Jean. La mobilité résidentielle et les sciences humaines. *Annales de la Recherche Urbaine*, n. 59-69, 1993, p. 2-13; LEVY, Jean-Pierre; DUREAU,

Mas, então, isso também significa dizer que, pelo prisma das mobilidades urbanas e seus pontos de inflexão no tempo e no espaço, é possível reativar questões colocadas em outros contextos e recuperá-las sob outras perspectivas, com outros dados e novas perguntas. E sendo assim, as questões tratadas nos anos 70/80, e comentadas por Vilmar Faria no início dos 90 (a mobilidade social bloqueada), podem ser aqui tomadas não como registro interessante de uma referência bibliográfica necessária nos protocolos acadêmicos, mas como questão que se desdobra em outras tantas, que se redefine em um outro tempo e outras configurações sociais. E talvez seja desse ponto que interessa começar, e tentar puxar as linhas que a partir daí vão se delineando.

CAPÍTULO II

Trajetórias urbanas:
fios de uma descrição da cidade

Capítulo 2

Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade

Vera da Silva Telles

Mobilidades urbanas e seus territórios

MOBILIDADES URBANAS: TRAJETÓRIAS habitacionais, percursos ocupacionais, deslocamentos cotidianos nos circuitos que articulam trabalho, moradia e serviços urbanos. Três dimensões entrelaçadas nas trajetórias individuais e familiares. Na definição precisa de Grafmeyer, na ótica dos atores, essas formas de mobilidade não são apenas interdependentes, são sobretudo diversas facetas de um processo único de reorganização das condições de existência.¹ Seus eventos precisam, portanto, ser situados nos tempos e espaços em que as histórias se desenrolam. É por essa via que se deixam ver como pontos de condensação de tramas sociais que articulam histórias singulares e destinações coletivas. Tempos biográficos organizam trajetórias que individualizam histórias de vida e estão inscritos em práticas situadas em espaços que as colocam em fase com tempos sociais e temporalidades urbanas.

Seguir as mobilidades urbanas não é, portanto, a mesma coisa que fazer a cartografia física dos deslocamentos demográficos. Não é simplesmente fazer

¹ GRAFMAYER, Yves. *Sociologie urbaine*. Paris: Éditions Nathan, 2005.

o traçado linear de seus percursos (pontos de partida, pontos de chegada). Tempos biográficos e tempos sociais se articulam na *linha de sucessão* (das genealogias familiares e suas trajetórias), mas também supõem uma *espacialização* demarcada pelas *temporalidades urbanas* corporificadas nos espaços e territórios da cidade.² Espaço e tempo estão imbricados em cada *evento de mobilidade*,³ de tal modo que, mais importante do que identificar os pontos de partida e os pontos de chegada, são esses eventos que precisam ser interrogados: pontos críticos, pontos de inflexão, de mudança e também de entrecruzamento com outras histórias – “zonas de turbulência” em torno das quais ou pelas quais são redefinidas (deslocamentos, bifurcações) práticas sociais, agenciamentos cotidianos, destinações coletivas. E são esses eventos que nos dão a cifra para apreender os campos de força operantes no mundo urbano, a trama das relações, de práticas, conflitos e tensões, enfim, a pulsação da vida urbana – a redistribuição de possibilidades, bloqueios, aberturas ou impasses que atravessam e individualizam cada história de vida, mas que também a situam em um plano de atualidade.

Poderíamos, então, dizer que as mobilidades urbanas são demarcadas e compassadas por eventos atravessados por *três linhas de intensidade*. A *linha vertical das cronologias*, em que os tempos biográficos se sucedem em compasso com o tempo social-histórico. No âmbito interno das famílias, a sucessão das gerações com suas linhas de continuidade e rupturas, heranças familiares transmitidas, redefinidas ou reinterpretadas conforme mudanças nos agenciamentos cotidianos e nas hierarquias internas. A *linha horizontal das espacialidades*, em que os tempos se efetuam: as práticas urbanas deixam suas marcas no espaço e estas se objetivam, ganham forma e constroem referências que permitem entrecruzamentos com outras histórias, outros percursos, outros eventos que pontilham a história urbana – não a linha das filiações familiares, mas

² Como sugere Roncayolo, os tempos e cronologia não sincronizados mas contemporâneos no presente histórico da cidade: o tempo dos assentamentos, das políticas urbanas, das evoluções da economia, da implantação das redes e serviços urbanos, dos operadores políticos, dos urbanistas etc. RONCAYLO, Marcel. *La ville et ses territoires*, op. cit. e *Conceptions, structures matérielles, pratiques. Réflexions autour du 'projet urbain'*. *Enquête*, n. 4, Paris: Éditions Parenthèses, 1997. Cf. também: LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001 e *Temporalités urbaines*. Paris: Anthropos, 1993.

³ Para uma discussão sobre as relações entre tempo e espaço imbricados nos “fatos de mobilidade”, cf. TARRIUS, Alain. *La mondialisation par le bas: les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris: Balland, 2003. Também do mesmo autor, *Les nouveaux cosmopolitismes: mobilités, identités et territoires*. Paris: Éditions de l'aube, 2000.

a das comunicações transversais que fazem conexões com outros pontos de referência do social (e da cidade). Atravessando tudo isso em uma *linha perpendicular*, os eventos políticos que ganham forma e também operam como referências práticas que compõem os territórios urbanos: a cronologia dos investimentos públicos, os descaminhos da moradia popular, os conflitos sociais e suas derivações, práticas de tutela e clientelismo, que vêm de muito tempo e persistem entrelaçadas com as mediações democráticas de representação política, formas de ação coletiva e de solidariedade, que se alimentam de fontes diversas e também vêm de tempos diferentes, aberturas e retrocessos políticos que se sucedem aos calendários eleitorais. Eventos e situações que podem ser tomados como vetores que conectam espaços e territórios com os tempos políticos da cidade.

De partida, é preciso dizer que estamos aqui nos colocando à distância das imagens (e descrições) correntes de uma cidade fragmentada, recortada por enclaves de riqueza, nichos de miséria e territórios de pobreza. Os percursos traçados por indivíduos e famílias nos orientam através de diversas fronteiras e nos indicam as modulações da vida urbana. Se existem fraturas, não derivam de uma categorização prévia, mas procedem da prospecção desses percursos. Nas palavras de Jacques Revel, seguir o traçado das trajetórias urbanas de indivíduos e famílias significa seguir “a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais (um destino particular) se inscreve”. É uma abordagem do social que responde a um “programa de análise das condições da experiência social restituídas na sua máxima complexidade”.⁴ Enriquecer o real, diz ainda Revel. É um modo de descrever o mundo urbano.

Ao seguir os percursos de indivíduos e famílias, são traçadas as conexões que articulam campos de práticas e fazem a conjugação com outros pontos de referência que conformam o social nas suas fronteiras ou limiares, bloqueios e possibilidades. Os percursos e seus circuitos fazem, portanto, o traçado de *territórios*, e são estes que interessa reconstituir. É preciso dizer que estamos aqui trabalhando com uma noção de território que se distancia das noções mais correntes associadas às comunidades de referência. É com um outro plano de referência que estamos aqui trabalhando. Nos eventos biográficos de

⁴ REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. Para uma discussão sobre as relações entre mobilidades urbanas, espaços e territórios, cf. GRIBAUDI, Maurizio. *Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XXe siècle*. Paris: Editions EHESS, 1987. Cf. também, GRIBAUDI, Maurizio (Org.). *Espaces, temporalités, stratifications*, op. cit.

indivíduos e suas famílias, há sempre o registro de práticas e redes sociais mobilizadas (ou construídas) nos agenciamentos cotidianos da vida, que passam pelas relações de proximidade, mas não se reduzem ao seu perímetro. Feitos de práticas e conexões que articulam espaços diversos e dimensões variadas da cidade, os territórios não têm fronteiras fixas e desenham diagramas muito diferenciados de relações conforme as regiões da cidade, as situações de vida e os tempos sociais cifrados em seus espaços. São esses circuitos e conexões que as trajetórias urbanas permitem apreender e que interessa compreender: a natureza de suas vinculações, mediações e mediadores, agenciamentos da vida cotidiana que operam como condensação de práticas diversas.

É aí, nessas dobraduras da vida social, que toda a complicação urbana dos tempos que correm pode ser flagrada; é aí que acontecem as exclusões, as fraturas, os bloqueios, e também as capturas na hoje extensa e multicentrada malha de ilegalidades que perpassam a cidade inteira e que operam, também elas, como outras tantas formas de junção e conjugação da trama social. Pontos de junção e conjugação da vida social que operam como campos de gravitação de práticas diversas: seus agenciamentos concretos, sempre situados, sempre territorializados, são atravessados pelas linhas de força das tensões e conflitos, dos acertos e desacertos da vida, das possibilidades e bloqueios, e também dos limiares de outros possíveis.

É um plano de referência que permite colocar a cidade em perspectiva. No plano dos tempos biográficos, é toda a pulsação da vida urbana que está cifrada nos espaços e circuitos por onde as histórias transcorrem. Na contraposição entre histórias e percursos diversos, são as modulações da cidade (e história urbana) que vão se perfilando nas suas diferentes configurações de tempo e espaço. E isso remete igualmente ao plano de composição da descrição do mundo urbano.

Lançar mão da noção de território supõe operar com a categoria de espaço. Como se sabe, a categoria de espaço lida com a *simultaneidade* e permite apreender as coisas no plano da *contemporaneidade* que constitui sua espacialização.⁵ Daí a exigência descritiva, diferente do princípio narrativo do tempo: contar uma história, descrever um espaço. Um trabalho descritivo que escape seja da abstração desencarnada dos números e indicadores, seja da referência exclusiva (e problemática) ao local, espaços ou microespaços das

⁵ BENOIST, Jocelyn; MERLINI, Fabio (Ed.). *Historicité et espacialité: le problème de l'espace dans la pensée contemporaine*. Paris: Vrin, 2001.

“comunidades”. Não se trata de negar a história, muito menos a narrativa daqueles que contam seus percursos e elaboram suas experiências. Trata-se, isso sim, de traçar a *simultaneidade de tempos sociais e de tempos biográficos distintos*. Simultaneidades que permitem traçar a contemporaneidade entre, de um lado, os que falam, com um tom épico e também nostálgico, dos tempos do emprego farto, das trilhas que seguiram e os traçados que construíram nos espaços da cidade das promessas dos anos 60/70 e, de outro, as gerações mais novas cujas experiências já não podem ser conjugadas no tempo do progresso e das promessas, são conjugadas em um outro jogo de referências tecido entre a dureza do desemprego e do trabalho incerto, a atração encantatória do moderno mercado de consumo, e também os novos circuitos de sociabilidade tramados na interface das mudanças operantes no mundo do trabalho e na cidade. Simultaneidade entre a desestabilização ou erosão dos mundos sociais construídos em torno do trabalho regulado para os que foram afetados em cheio pela reestruturação produtiva e os que, na virada dos tempos, transitam nas suas dobras e constroem outros campos de possibilidade. Simultaneidades de tempos/espacos diferenciados: tempos biográficos e tempo social sedimentados no que hoje é chamada de periferia consolidada com sua serrada trama de relações sociais, e as regiões mais distantes em que a urbanização ainda se faz em ato, conjugada no tempo presente, entre as inseguranças e percalços das ocupações de terra, da precariedade urbana e conflitos sociais pautados por uma truculência cuja desmedida termina por atualizar os tempos de longa duração de nossa história.

Mas se o esforço é traçar as simultaneidades entre situações e percursos, mostrando com isso a contemporaneidade das experiências as mais díspares, então isso significa que as situações descritas em um certo território terão que ser confrontadas com outras em outros lugares. As conjugações entre dimensões diferenciadas do mundo urbano, as conexões entre espaços e territórios distintos, tudo isso arma diagramas diferenciados de relações que definem a particularidade das diferentes situações. Ao confrontar, por exemplo, na região que se estende por trás dos eixos globalizados da cidade de São Paulo, um bairro de assentamento antigo que foi palco dos movimentos sociais nos anos 70 e 80, e uma próxima e contígua favela que surgiu na mesma época, descobrimos aí, nisso que seria o exemplo modelar da “cidade ilegal” de que trata a literatura, um diagrama de relações e situações que não são ou não seriam tão diferentes de outras, não fossem os traçados que fazem uma muito especial junção entre as duras condições da sobrevivência, a reluzente face globalizada da cidade e uma nebulosa das várias ilegalidades de que também é

feita a modernidade paulista. Ou, então, no também próximo conjunto habitacional construído no início dos anos 80, os traçados que puxam para outros vetores, campos de gravitação em que operam as práticas velhas e novas do clientelismo local, associações comunitárias, organizações dos movimentos de moradia, máfias locais e, ainda, o assim chamado Terceiro Setor. Mas também podemos encontrar todas as complicações que podem existir quando esse diagrama de relações, conjugações e conexões é feito de linhas truncadas, outras simplesmente cortadas ou então destruídas, seja pelas circunstâncias do desemprego e do trabalho precário, seja pelo isolamento das formas de moradia ou, então, pela truculência dos conflitos de terra que acontecem nos pontos extremos da periferia da cidade.

É no confronto entre as diversas situações que, tal como num prisma, a cidade vai se perfilando nos seus focos de tensão, nos seus campos problemáticos. A questão vai surgindo no entremeio, no momento em que o caleidoscópio gira e faz ver toda a complicação do mundo urbano. Não a “questão urbana”, pois isso suporia uma definição prévia e modelar. Mas as diferentes modulações do mundo urbano em cada uma dessas configurações. Toda a complicação que vem junto com a reestruturação produtiva em tempos de globalização e devastação neoliberal pode ser apreendida aí. Mas é nisso também que a noção de território pode se mostrar operante. Se é preciso a crítica, é no jogo das comparações que ela vai sendo tecida, ou melhor: *é nesse jogo de simultaneidades que os parâmetros da crítica podem ser construídos*, evitando, na falta de outro ancoramento, o risco tão presente nos dias atuais de fazer dos “tempos fordistas” um modelo normativo a partir do qual tudo o que vem depois só pode aparecer no registro do vazio (“não tem mais”, “não é mais assim”), quando não temperado pelo lamento nostálgico do que poderia ter sido mas não foi. Mas o vazio não tem potência. A complicação está nas positivities tecidas nas realidade urbanas atuais que traçam as linhas da atualidade.

O que importa é puxar essas linhas (ao menos algumas, ou o que o fôlego da investigação permitir) e, a partir daí, tentar apreender o *plano de atualidade* que atravessa as histórias e situações as mais contrastadas. A cidade não dissocia, diz Lepetit; ao contrário, faz convergir ao mesmo tempo práticas, hábitos, comportamentos e histórias vindas de outros momentos e de espaços diversos. E é feita de cruzamentos.⁶ Não se trata de imaginários difusos ou de

⁶ Vale a citação completa. A cidade “não dissocia: ao contrário, faz convergirem, num mesmo momento, os fragmentos de espaços e hábitos vindos de diversos momentos do passado. Ela cruza a

sociabilidades abstratas. É questão posta na materialidade da cidade, nas suas estruturas e nas redes que articulam espaços e territórios e que os conectam (mas também separam e bloqueiam) com os centros urbanos ou as várias centralidades em torno das quais gravita a vida urbana, vetores de práticas e deslocamentos cotidianos – não existe cidade sem centros e subcentros, diz Flávio Villaça; sem eles a cidade se volatilizaria como o gás que sai de uma garrafa, teríamos vilarejos ou comunidade, não uma cidade. Mas é também por isso que, como diz Roncayolo, não haveria sistema urbano “se não houvesse uma infra-estrutura de redes técnicas para suportar as trocas de produtos, de pessoas, de informações, de signos – tudo o que constitui o metabolismo urbano”. Habitação, serviços urbanos e transportes configuram campos de práticas – práticas que definem as formas de apropriação, usos e sentidos e conteúdos de espaços pertinentes e participam, portanto, ativamente das mudanças urbanas (Lepetit), delimitam tempos, espaços e ritmos das mobilidades urbanas e as formas de acesso ou bloqueios à cidade e seus espaços.

Assim, por exemplo, as formas de moradia e sua localização no tecido urbano, para além dos indicadores de maior ou menor precariedade habitacional, traduzem tempos coletivos e trajetórias urbanas, representam a consolidação ou rupturas de redes sociais e teias de solidariedade e interação com dinâmicas familiares e formas de composição da vida doméstica, tudo isso convergindo na construção de uma topografia da cidade que não corresponde ao seu mapa físico. É uma topografia feita de marcações de distâncias e proximidades, desenhada pelos circuitos sociais que abrem ou bloqueiam os acessos à cidade e seus circuitos e que interagem com os fluxos urbanos que, em princípio, os serviços públicos organizam ou deveriam organizar.

Como diz Isaac Joseph, pensar a cidade como domínio da circulação e do acessível (e seus bloqueios) é, de partida, “dizer que ela é tudo, menos o lugar de formação de uma comunidade. E apreender os bairros, notadamente os bairros desfavorecidos... a partir da cidade, é pensá-los no plural justamente porque situados (territórios, redes, comunicações) em um plano de consistên-

mudança mais difusa e mais contínua dos comportamentos citadinos com os ritmos mais sincopados da evolução das formas produtivas” [...] “Não se trata de colocar lado a lado as formas e os comportamentos, mas de considerar os atores e as modalidades de apropriação. Assim, a questão das temporalidades urbanas é colocada de outro modo. A cidade nunca é absolutamente sincrônica: o tecido urbano, o comportamento dos citadinos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes. Mas, ao mesmo tempo, a cidade está inteiramente no presente. Ou melhor: ela é inteiramente presentificada por atores sociais nos quais se apóia toda a carga temporal”. *Por uma nova história urbana*, op. cit., p. 141, 143.

cia que lhes autoriza a permanecer urbanos...”.⁷ E é sob essa perspectiva que a questão da segregação urbana pode ser bem situada. Nas mobilidades urbanas temos uma chave para apreender as dinâmicas que (re)definem as condições de acesso à cidade e seus espaços. Mobilidades urbanas, deslocamentos espaciais e acessibilidade são questões entrelaçadas que definem o plano de referência a ser considerado.⁸ A segregação não é a mesma coisa que distribuição da pobreza no espaço. Não é um problema afeito apenas aos “pobres e desvalidos” da cidade e não é questão que se reduz às medidas dirigidas aos pontos (e micropontos) da vulnerabilidade social. Como mostra Flávio Villaça, a noção de segregação diz respeito a uma relação entre localidades e a cidade. Não é uma relação física dada pelas escalas de distância e proximidade, tal como se poderia medir no mapa da cidade. É uma relação social que diz respeito à dinâmica da cidade, aos *modos como a riqueza é distribuída* (e disputada) e corporificada nas suas materialidades, formas e artefatos (Harvey), definindo as condições desiguais de *acesso a seus espaços, bens e serviços*.

A questão da acessibilidade, portanto, é fundamental. Como diz Bernard Lepetit, citando Lucien Febvre, o historiador, “na cidade como na natureza, o único problema é o da utilização de suas possibilidades”. E isso significa reconhecer a importância dos diferentes recursos de que os atores dispõem e a diversidade dos campos em que são capazes de agir.⁹ Talvez por aí se tenha também uma pista para escapar da antinomia entre uma noção abstrata (e por vezes retórica) de cidadania e os usos ambíguos da chamada cidadania local que muitas vezes pouco se diferencia de formas modernas de gestão do social, a rigor, o biopoder de que fala Foucault e que o autor identifica no centro

⁷ Para Joseph, em diálogo com o debate francês e sob uma perspectiva fortemente polêmica, “pensar o espaço das cidades como ordem de circulação e como organização da separação, significa forçosamente submeter à crítica aguda todo um vetor da filosofia do habitar ancorada na experiência da proximidade e do mundo sob a mão. Ora, esta experiência está no coração dos pensamentos da identidade e das práticas gestórias que procuram corrigir um déficit de urbanidade pela imposição de identificações imaginárias. [...] Concepção securitária de um lugar, mas sobretudo uma concepção redutora e localista da proximidade como sendo o lugar ou o representante representativo do *chez-soi*”. O alvo da crítica de Joseph são as armadilhas de uma suposta nova cidadania pensada em termos locais. Contra isso, o autor propõe pensar a cultura urbana da circulação e coloca no seu centro a questão da acessibilidade: não se trata, diz o autor, de fazer a apologia da mobilidade e muito menos do nomadismo. A acessibilidade diz respeito a espaços, objetos e serviços. JOSEPH, Isaac. *La ville sans qualité*. Paris: L’Aube, 1998, p. 92-93.

⁸ Este é o núcleo do argumento desenvolvido por Flávio Villaça n’*O Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 2001.

⁹ LEPETIT, Bernard, op. cit., p. 76.

mesmo da “governabilidade liberal”:¹⁰ gestão das populações, gestão das vidas e, nesses tempos em que a exceção se tornou a regra, administração de suas urgências. Se é que ainda hoje é possível propor a questão das relações entre cidade e cidadania, se esse é, ao menos, um horizonte ético que ainda nos interpela, então isso define o plano em que as questões podem ser colocadas. Ter a cidade em perspectiva e como perspectiva significa situar as práticas nos seus espaços e territórios, colocá-las em relação com a formas e a materialidade da cidade, o jogo dos atores e a trama das relações e suas conexões. Não se trata apenas de recursos materiais e formas urbanas. Trata-se, sobretudo, de considerar a trama dos atores, as modalidades de apropriação dos espaços e as possibilidades (e bloqueios) para os indivíduos transformarem bens e recursos em “formas valiosas de vida”. Talvez seja justamente nisso que esteja cifrada toda a complicação atual, e que será preciso auscultar, pois aí estão em jogo os sentidos da vida e das formas de vida.

A cidade em perspectiva: seguindo os fluxos das mobilidades urbanas

Deslocamentos: produzindo espaços e territórios

Pelo prisma das mobilidades urbanas e seus territórios, a história passada não se volatiliza nas brumas do tempo a serem recuperadas apenas pelo trabalho da memória (ou pelo balanço bibliográfico). Ela está corporificada e incorporada nos espaços e seus artefatos – traços materiais da vida social que são também vetores e referências de práticas e relações sociais atuais.¹¹ O “ciclo de integração urbana” que seguiu entre os anos 70 e até meados dos 80 ganhou forma e materialidade no que a literatura define como “periferia consolidada”. Vistas de hoje, com suas ruas pavimentadas, razoável cobertura de serviços e equipamentos urbanos, mal deixam imaginar o “fim de mundo” que

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique: Cours au College de France, 1978-1979*. Paris: Gallimard, 2004.

¹¹ GRAFMAYER, Yves; JOSEPH, Isaac, op. cit. Para David Harvey, mobilizando um outro arsenal teórico e por referência a outras questões, “o conjunto dos processos que se dão no espaço, que eu chamo de urbanização, produz inúmeros artefatos – uma forma construída, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicas, organizados em uma configuração espacial distinta. A ação social subsequente tem que levar em conta tais artefatos na medida em que muitos dos processos sociais (tais como os deslocamentos casa-trabalho) se tornam fisicamente interligados”. Cf. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio, *Revista Espaço e Debates*, ano XVI, n. 39, 1996, p. 51.

eram no início dos anos 70 – “aqui era só mato”, é a expressão corrente dos moradores quando narram seus percursos, epopéias urbanas contadas e lembradas como evidências de uma vida que, mal ou bem, foi construída, e assim narrada, sob o signo do “progresso”. Progresso: seta do tempo na qual os acontecimentos – eventos biográficos, eventos familiares, eventos urbanos – estão (ou parecem estar) em sincronia com o tempo social da urbanização.

Para os que chegaram à segunda metade dos anos 80, a cidade já estava muito distante das promessas da “cidade do progresso” dos anos 70, os percursos urbanos já serão outros, a experiência social não irá mais refazer essa peculiar articulação entre trabalho, moradia e cidade que marcou os “cinquenta anos de urbanização” descritos por Vilmar Faria. Entre as circunstâncias de uma crise econômica prolongada e uma reestruturação produtiva já em curso, de um lado e, de outro, as impossibilidades de refazer o périplo da autoconstrução da moradia nas periferias da cidade, muito provavelmente serão essas populações que irão alimentar o crescimento das favelas e das ocupações de terra nos anos 90. Ainda será preciso conhecer melhor os percursos e trajetos dessas populações. Mas podemos dizer que, muito provavelmente, aí se tem a convergência dos caminhos cruzados dessas figuras conhecidas na paisagem urbana, os trabalhadores pobres – as classes inacabadas, para usar a expressão de Francisco de Oliveira,¹² que vão se virando nas franjas do formal e informal, entre a sucessão de trabalhos incertos e desemprego recorrente. E que têm percursos urbanos também marcados pela sucessão de habitações precárias, despejos de casas alugadas, moradias improvisadas, acolhimento esporádico de familiares, passando por uma sucessão de ocupações temporárias até chegar a estabelecer “casa e família” nos interstícios do mundo urbano, ou nas fronteiras da periferia da cidade. A esses se agregam os que não chegaram a concretizar as promessas dos tempos do progresso, que não realizaram o “sonho da casa própria” e que, na mudança dos ventos, sobrantes do mercado de trabalho, vão perfazer as trajetórias de exclusão, para usar os termos de Grafmeyer.

São esses diferentes percursos urbanos e diferentes configurações da experiência urbana que escapam aos indicadores sociais que medem e identificam os pontos críticos de vulnerabilidade social no espaço da cidade. Duas gerações, dois ciclos urbanos: os tempos biográficos estão, portanto, em compasso com o tempo histórico e as temporalidades inscritas nos espaços e territórios traçados por esses percursos. Essa é uma primeira diferenciação a ser

¹² OLIVEIRA, Francisco. Anos 70: as hostes errantes, *Novos Estudos*, v. 1, n. 1, 1981.

feita, que nos oferece referências importantes para entender a pulsação das tramas sociais inscritas nas diversas situações sociais.

Por outro lado, e esse é o ponto a ser aqui enfatizado, as histórias se cruzam e entrecruzam na dinâmica da produção dos espaços e territórios: o campo de conflito e o jogo de atores que acompanham os deslocamentos espaciais; as temporalidades urbanas inscritas nos equipamentos coletivos; as tramas associativas que articulam dinâmicas locais com os tempos políticos da cidade.

Três registros da produção de espaço, três registros cifrados em histórias singulares e que situam essas histórias em um mesmo plano de atualidade:

Disputas pelo e no espaço: esses mesmos territórios que receberam as primeiras gerações em sua epopéia de progresso na “cidade grande” são pontilhados por ocupações que se sucedem em ritmos e intensidades diferentes, daí resultando um verdadeiro mosaico de situações, histórias e trajetórias que se corporificam em uma paisagem em que mal se distinguem as fronteiras entre bairros consolidados, áreas de ocupação ou, ainda, o favelamento que vai se espalhando por todos os lados. São histórias, portanto, que se entrelaçam nas vizinhanças e contigüidades de seus espaços.

Mas não se trata tão simplesmente de deslocamentos espaciais. A produção dos espaços passa por um intrincado jogo de atores e campos multifacetados de conflitos e tensões. As ocupações podem surgir “da noite para o dia”, como dizem os moradores do entorno, um barraco aqui e outro ali, uma semana depois já um amontoado que vai crescendo ao sabor das direções que o vento imprime aos rumores – “ouvi dizer que estavam invadindo por lá, então eu fui ver e fiquei...”, criando clivagens tensas ou abertamente conflituosas em um mesmo território de referência. No mais das vezes, arma-se um acirrado campo de disputas pelos usos dos “espaços vazios”, terras públicas ou sem proprietário definido, envolvendo moradores, poderes públicos e os “invasores” e, por vezes, os chefes locais do narcotráfico que dominam o “ponto”. São disputas que podem se dar nas formas abertas da negociação, que podem ser resolvidas pela violência e força bruta, ou seguir acordos tecidos nas zonas de sombra do jogo dos interesses inconfessáveis, para não dizer ilícitos. Mas há também a presença ativa dos movimentos de moradia que se alimentam das heranças das grandes mobilizações dos anos 80, que mobilizam os “recém-chegados, mal alojados” e promovem ocupações em outras paragens

da cidade. Atravessando tudo isso, os pontos de cristalização e reatualização das várias ilegalidades que atravessam a cidade e que são acionadas na produção dos espaços urbanos, passando por associações de atuação duvidosa, máfias locais, grileiros, as malhas da corrupção e do “comércio ilícito”, além de uma nova figura, que, ao que parece, vem ganhando espaço nos últimos tempos como mediador entre as várias ilegalidades e vai se especializando na arte de intermediação de compra e venda de terrenos irregulares – uma espécie de grilagem consentida e superposta a várias camadas geológicas de posse ilegal de terras.¹³ Pouco entenderemos da “cidade ilegal” que sempre existiu, que cresceu nos últimos anos e continua crescendo, se não levarmos em conta esse intrincado e tenso jogo de atores. Legal e ilegal, formal e informal, lícito e ilícito estão imbricados nas práticas e nos agenciamentos que presidem as disputas pelo e no espaço.

Temporalidades urbanas: estão inscritas nos serviços e equipamentos urbanos que demarcam espaços e territórios, pautam ritmos cotidianos, e definem circuitos das práticas urbanas. Referências comuns das histórias as mais diversas, também lançam as balizas do jogo conflituoso dos atores. A temporalidade própria dos investimentos públicos que recortam territórios, redistribuem os usos de seus espaços, alteram o mercado de terras e também abrem as sendas de novas ocupações (e disputas pelo e no espaço) que vão se instalando nos interstícios dessas zonas em mutação.

Seguindo as circunstâncias e tempos acelerados do capital globalizado, os grandes equipamentos de consumo também chegaram lá, redefinindo os circuitos de que são feitos esses territórios e suas referências. São pólos de gravitação das práticas cotidianas. Redefinições dos espaços e circuitos das práticas urbanas: “antes eu tomava dois ônibus e levava uma hora para encontrar uma lata de leite em pó para as crianças”, lembra uma senhora de 60 anos ao descrever as evoluções urbanas recentes no bairro onde mora. Referências de sociabilidade: práticas que articulam as redes sociais da vizinhança e paren-

¹³ A situação identificada por Luciana Correa Lago no Rio de Janeiro parece que está também se reproduzindo em São Paulo: “... já há indícios de que começam a se difundir, nos anos 90, novas formas de aquisição de lotes pelas camadas de baixa renda, em que o loteador passa a ter o papel de gerenciador do processo de ocupação ilegal de uma gleba a ser apropriada por um grupo de pessoas. Há um acordo entre o loteador e os futuros moradores quanto à não-titulação da propriedade e não-cumprimento das exigências urbanísticas”. LAGO, Luciana Correa. O que há de novo na clássica relação núcleo-periferia: a metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves (Org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p. 214.

tela com os modernos circuitos do consumo e lazer; grupos de jovens e garotos que se encontram nos shopping centers, cada qual organizando seus tempos (e parques orçamentos) contando com o “programa de fim semana”. Por certo, práticas de consumo e lazer estabelecem relações entre o “universo da pobreza” e os circuitos do mercado. Mas as coisas são mais complicadas e estão longe de validar qualquer celebração fácil das supostas virtudes da moderna sociedade de consumo. Pois esses equipamentos de consumo são fluxos socioeconômicos poderosos que redesenham os espaços urbanos, redefinem as dinâmicas locais, redistribuem bloqueios e possibilidades, criam novas clivagens e afetam a própria economia doméstica interna às famílias e suas redes sociais. A chegada dos grandes equipamentos de consumo desestabiliza ou pode desestabilizar as circunstâncias da economia local: o pobre proprietário do tradicional bar, bazar ou negócio montado na garagem de sua casa, que vê sua clientela encolher – é sempre possível encontrar produtos mais baratos nos grandes supermercados, também mais diversificados, além dos “signos de distinção” que acompanham os cartões de crédito que esses estabelecimentos tratam de popularizar. Centros de consumo, é também por lá que se encontram os novos e excludentes empregos, no mais das vezes intermediados por agências de trabalho temporário, empresas terceirizadas e mais uma nebulosa de práticas fraudulentas que mal escondem a conhecida (e proibida) marchandagem de mão-de-obra,¹⁴ e que vão mobilizando, entre os circuitos urbanos locais, os operadores de caixas registradoras, balconistas, porteiros, faxineiras, empregados para serviços variados, e também os seguros privados. E os cartões de crédito também chegaram lá e, com eles, práticas de endividamento que redefinem a economia doméstica, tomando o lugar ou deslocando o tradicional “fiado” que preenchia as páginas das “cadernetas de compra” do também tradicional (e também em extinção) dono de bazar e mercearia “ali-do-lado” ou, então, as regras da prestação e contraprestação do jogo das reciprocidades que sempre fizeram parte da “lógica da viração” tão própria do mundo popu-

¹⁴ Foi recorrente em nossas entrevistas na região sul da cidade a referência a uma cooperativa que reúne cerca de 2 a 3 mil (!?) “cooperativados” e que presta os mais diversos serviços, da faxina à segurança privada, nos supermercados da região, lojas de departamento, shopping centers, e também casas noturnas e os bingos que vêm se multiplicando nas grandes avenidas que recortam a região. Não foi possível (ainda) conferir a informação e saber do que se trata, mas os nossos entrevistados são unânimes na descrição: ganhos baixos e incertos, ausência de direitos e garantias, empregos que surgem e desaparecem conforme a aleatoriedade das demandas e a duração do “contrato”. Claro, nenhum foi capaz de explicar como são geridos os “contratos de serviços”, e muito menos o volume e destinação dos recursos, a não ser a constatação óbvia que não são distribuídos entre os “cooperativados”.

lar. Mas, então, é o caso também de se perguntar pelas complicações que aí vão se configurando, pontos de tensão entre as novas lógicas (e obrigações) mercantis e as circunstâncias do desemprego prolongado, do trabalho precário ou, simplesmente, do não-trabalho.

O tempo político da cidade: os espaços e territórios são também produzidos nos muito diferenciados diagramas de relações e vinculações que atravessam as tramas associativas locais: associações locais (e assim chamadas entidades sociais) vêm se proliferando desde o início dos anos 90, com suas parcerias e convênios com organismos públicos, conforme foi ganhando forma e realidade a municipalização das políticas sociais em um contexto de aumento da pobreza e do desemprego prolongado: programas de distribuição de leite e de cesta básica, ou alocações de formatos variados de renda mínima, compõem hoje o elenco dos dispositivos que as famílias acionam para lidar com as urgências da vida, ao mesmo tempo em que vão sendo ativadas formas novas e velhas de clientelismo e tutela ou, então, de formas nem sempre muito perceptíveis, as linhas tortas ou subterrâneas pelas quais se dá a disputa por recursos e poder nos agenciamentos locais. É mais do que freqüente encontrar famílias cuja sobrevivência passa em grande medida pelos programas sociais, variados e múltiplos ao mesmo tempo, mobilizando homens e mulheres, adultos e crianças, conforme uns e outros se ajustam (ou não) aos critérios de credenciamento que os qualificam como “público-alvo”. Muito concretamente, as alocações de recursos já fazem parte da “viração popular” e, nas suas trajetórias e percursos (que é o nosso assunto, afinal de contas), fatos e circunstâncias (“eventos de mobilidade”, para usar a linguagem técnica), também contam com essas mediações. Também muito concretamente, poderíamos fazer o traçado dessa muito peculiar “metamorfose da questão social”, de cidadãos reivindicantes a públicos-alvo, enredando-se a partir daí em uma outra teia de relações, em que não faltam desconcertos com critérios que ninguém entende muito bem (aliás, nem mesmo os gestores locais desses programas), que mudam conforme os ares dos tempos e o gestor de plantão ou, então, que simplesmente deixam de existir porque os recursos não existem mais, porque a “entidade social” não renovou o convênio/parceria, porque mudou o prefeito e suas prioridades ou, simplesmente porque o centro de interesse e disputa dos operadores políticos foi deslocado para outras paragens. Às vezes, para escapar dessas oscilações no jogo mutante de relações de força, nada mais seguro do que seguir o mais do que sólido caminho das lealdades políticas do velho e persistente clientelismo ou

então (ou junto com) a solidariedade ativa do chefe local do narcotráfico que trata de mobilizar comerciantes, perueiros, amigos e aliados para garantir recursos para as cestas básicas distribuídas por lideranças comunitárias, em autêntica e verdadeira interação com a “economia solidária” que deita raízes nas práticas da auto-ajuda e solidariedade intrapares, tão presentes no mundo popular. Tudo isso, como se vê, em fina sintonia com os tempos.

É certo que há também a face moderna e mais globalizada disso tudo. Sobretudo a partir da segunda metade da década de 90, em um cenário já marcado pelo encolhimento de recursos públicos e aumento da pobreza, e também da violência, as atividades comunitárias e associações de moradores se transformam em operadores das formas “modernas” de gestão social – gestão da pobreza. Entramos na “era dos projetos” e das parcerias; é a linguagem do Terceiro Setor alterando a anterior gramática política dos movimentos sociais¹⁵ e redefinindo a paisagem local, conforme a maior ou menor presença de ONGs com seus projetos, parcerias e vinculações em redes de extensão variada. Na prática, o “velho” e o “novo” se confundem, as fronteiras não são lá muito claras, até porque tudo acontece por vezes nos mesmos espaços e territórios, e os personagens – também não poucas vezes – passam e transitam entre um e outro.¹⁶ É verdade que os programas implementados são muito variados, mais modernos e mais empreendedores, “emancipatórios”, dizem seus operadores; também eles afetam e interagem com as dinâmicas familiares e seus expedientes de vida, mas contam com a mesma aleatoriedade, com a diferença de que os ventos que sopram aí vêm de outros lugares, das agências financiadoras, dos formuladores de programas, de seus avaliadores etc. etc.

É verdade também que tudo isso vai se processando de formas muito variadas conforme os locais e regiões da cidade, e sempre em interação com dinâmicas locais e um entramado também muito desigual de miríades de outras práticas associativas de perfis diferentes e diferentes ancoramentos na his-

¹⁵ Basta seguir o noticiário econômico para saber que o chamado mercado popular (as classes C e D, na linguagem dos economistas) está na mira dos grandes fabricantes e distribuidores, os cartões de crédito fazem parte da disputa pela captura de novos consumidores, o que significa também dizer que o pobre-mercado-dos-pobres também nos circuitos financeirizados do capital.

¹⁶ A mesma liderança da nota anterior, agora empenhada em transformar sua associação comunitária em uma organização de formato moderno, quem sabe uma ONG, também se empenha para credenciar sua “entidade” perante os órgãos públicos para a distribuição de leite e cestas básicas; também ela aciona os apoios e favorecimentos do novo e velho clientelismo político, e em torno desse mesmo personagem não faltam histórias, rumores, é verdade, sobre práticas pouco visíveis e não dizíveis quanto aos meios e usos dos recursos que mobiliza para colocar em prática seus programas.

tória local.¹⁷ Fragmentárias e descontínuas, são mediações – e campos de disputa – inscritas nas práticas urbanas e seus territórios, e que estão em sintonia com os tempos políticos da cidade. Mobilizam atores e coletivos que compõem as forças operantes nas “repúblicas locais”, para usar os termos de Werneck Vianna, que nota, e bem notado, que aí também se processa a disputa pelos sentidos da política,¹⁸ tudo sendo atravessado por toda sorte de ambivalências, entre formas (velhas e novas) de clientelismo e reinvenções do “direito à cidade”, passando ainda pelos acertos ou desacertos com máfias locais e o tráfico de drogas.

* * *

Produção do espaço urbano: deslocamentos espaciais e disputas pelo espaço; tramas sociais e mediações institucionais; temporalidades urbanas e os tempos políticos da cidade. Poderíamos seguir um longo inventário de microcenas desses territórios atravessados por lógicas e circuitos que transbordam por todos os lados as fronteiras do “universo da pobreza”. Ao contrário do que muitas vezes sugere a literatura que trata do “mundo da pobreza” e, ainda mais, no contrapelo das figurações de uma pobreza encapsulada no universo de suas privações e que são construídas pelas atuais políticas ditas de combate à exclusão, esses territórios são atravessados por lógicas distintas. Lógicas do mercado, certamente. Mas também a presença de atores políticos e institucionais situados em circuitos de práticas que também elas transbordam e fazem transbordar o perímetro estreito do “mundo da pobreza”, mesmo quando essas práticas se efetivam nos agenciamentos locais de gestão da pobreza e das urgências da vida.

Para retomar os termos dos debates correntes sobre os novos padrões de segregação urbana, se é certo que o modelo centro-periferia não é mais vigente, mais do que os indicadores que medem as distribuições sociodemográficas no espaço, são esses múltiplos pólos de gravitação das práticas cotidianas que sinalizam realidades em mutação. É aqui que talvez se esclareça a importância de perseguir as práticas e circuitos das mobilidades e trajetórias urbanas. São elas que nos dão as pistas desses pontos de condensação e de pólos de gravita-

¹⁷ Esses são alguns dos fios investigativos que estamos empenhados, agora, em seguir. Apenas indicadas nessas linhas, essas questões deverão ser tratadas em um segundo volume desta publicação.

¹⁸ VIANNA, Luiz Werneck. Entre duas Repúblicas. *Gramsci e o Brasil*. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci>>. Acesso em: 20 out. 2003.

ção que definem a pulsação dessas dinâmicas urbanas. Situadas em seus contextos de referência e nos territórios traçados pelos percursos individuais e coletivos, essas trajetórias operam como prismas pelos quais o mundo urbano vai ganhando forma em suas diferentes modulações. São essas variações que fazem ver as “zonas de turbulência”, pontos críticos em torno dos quais se dão deslocamentos e inflexões nas histórias individuais e familiares. E também fazem ver os mundos possíveis e de possíveis construídos nas diferentes configurações sociais tecidas por esses percursos, com suas tensões internas e as linhas de força de suas aberturas, bloqueios, impasses.

Percursos: trabalho e as tramas da cidade

Bifurcações nas destinações de uns e outros: traçados que precisam ser seguidos para colocar em perspectiva reconfigurações de mundos sociais. E por aí apreender o drama do desemprego ou do trabalho precário, para além da constatação monocórdia da “exclusão social”, mas como tramas de relações que escapam dos dados e indicadores que medem as transformações recentes no mercado de trabalho. Assim, por exemplo, a história de um ex-motorista de uma empresa pública de transporte (CMTC) privatizada no início dos anos 90. Como tantos outros da geração dos que fizeram o périplo “a caminho da cidade” (anos 70), instalou-se no que então era uma distante periferia carente de recursos urbanos. Com poucos dias em São Paulo, conseguiu emprego – “naquela época era fácil conseguir emprego, nem precisava procurar, era o emprego que procurava”, é a frase comum repetida por muitos ao falar daqueles tempos de “emprego farto”. E logo depois já estava seguindo a carreira de motorista, com todas as garantias e proteções do “emprego fordista”: estabilidade, salário decente, convênio médico, direitos sociais. E foi assim que se lançou no empreendimento da construção da casa própria, realizou o “modelo do chefe provedor” e enfrentou “aqueles tempos difíceis”. Tudo seguia nos eixos até o momento em que vieram a privatização e a demissão. A partir daí, segue-se uma sucessão de tentativas fracassadas de montar um negócio por conta própria. A aposta no comércio local não vingou. A história dessas tentativas e fracassos vai encenando o mundo social tramado pelos estreitos e frágeis circuitos do assim chamado mercado informal: a concorrência dos grandes empreendimentos comerciais que chegaram nesses anos, a pauperização da clientela, a fragilidade dos arranjos improvisados nas malhas das redes sociais locais entre parentes e conhecidos, equilíbrios frágeis rompidos por dívidas que

não podem ser pagas, promessas não cumpridas, desacertos entre uns e outros. O ex-motorista entrou em desespero, sumiu de casa e foi encontrado semanas depois dormindo nos bancos da rua do centro da cidade, junto com mendigos e outros infelizes do destino. Voltou para casa e converteu-se a uma igreja evangélica. Quatro anos depois, já no final de 2001, encontramos esse trabalhador fordista, que virou um conta-própria fracassado, tentando a sorte em um dos programas municipais de “emprego e renda” que leva o sugestivo nome de “Começar de Novo”. Se antes o trabalho o articulava com o mundo urbano e suas regulações (direitos, o 13º salário com o qual conseguiu dar entrada na compra do terreno, o salário certo e o convênio médico que garantiram o tratamento de uma filha doente), agora, na virada dos tempos, sua história termina por se recentrar nos circuitos locais de seu território – sem sucesso nas tentativas do trabalho por conta própria e sucesso incerto (muitíssimo incerto) no programa da Prefeitura. Seria mais uma história de uma vida que desaba no universo da pobreza (o trabalhador fordista que virou “público-alvo” de programas de combate à exclusão), não fosse o jogo das circunstâncias, também elas construídas por uma trajetória que passou pelos fios dos engajamentos políticos e da militância local e levou o nosso ex-motorista a dar outras destinações à sua vida, agora pelos circuitos das redes sociais acionadas por partidos e operadores políticos vinculados aos agenciamentos dos poderes públicos. O ex-motorista fordista virou, então, um “assessor local”, aliás, uma figura que começou a se fazer presente, e cada vez mais freqüente, a partir da metade dos anos 90.

Poderíamos dizer que é a história de um recentramento nos circuitos locais do território, agora pela via das mediações políticas. A partir daí, os percursos do ex-motorista, aliás como muitos outros, vão seguindo as tortuosas quando não nebulosas veredas que seguem o eixo verticalizado das máquinas políticas, passando por uma zona cinzenta na qual são pouco discerníveis as diferenças entre partidos e orientações, entre a ação social e clientelismo político – zona cinzenta em que “todos os gatos são pardos”. E que vai alimentando e se alimentando das microrelações de favor, ao mesmo tempo em que a ação social de uns e de outros fica também sujeita (e vulnerável) às disputas de poder e influência que marcam a trama política local. As histórias são muitas. Importa notar a construção desse campo de forças que vai como que sorvendo energias e enroscando seus fluxos em diagramas de relações, capturas, poderíamos dizer, que dizem algo, ou muito, das recomposições sociais e reconfigurações do jogo de relações que fazem, também elas, os traçados de um território.

Entre uma passagem e outra: a tessitura social construída no entrecruzamento dos percursos sociais, as circunstâncias de vida e contextos de referências. Em cada ponto de virada (o mercado local, os programas sociais da Prefeitura, partidos e poderes locais): campos de gravitação nos quais convergem histórias as mais diversas. E colocam em evidência – encenam – as forças e relações de forças operantes no mundo urbano e seus territórios: as mutações do trabalho e as redefinições excludentes dos mercados, certamente, mas também as regulações locais e as disputas em torno da gestão urbana que são também elas sinais dos tempos e sinalizam outros vetores de práticas e redefinições das dinâmicas locais.

Por certo haveria muito mais a dizer e descrever na história desse ex-motorista, a começar das recomposições internas à história da família, com suas hierarquias redefinidas, solidariedades familiares reativadas e os percursos traçados pelos filhos para fazer face a situações que afetaram a todos – recomposições sociais também operantes no mundo urbano.¹⁹ E essa história ainda teria de ser confrontada com outras, outros tantos percursos feitos de outras coordenadas e referências, de possibilidades ou bloqueios que aprisionam as vidas nas suas urgências mais imediatas, sem outras amplitudes para o agenciamento da vida cotidiana. Mas isso ficará para um outro momento em que essas histórias serão descritas: cenas familiares, seus personagens e os territórios em que suas histórias transcorrem.

Por ora, o que importa é chamar a atenção para a perspectiva descritiva que essas trajetórias permitem. Na história desse ex-motorista, trabalhador fordisto que foi pego pela virada dos tempos, temos um percurso ocupacional que seria pouco lisível se ficassemos presos às binaridades do trabalho e não-trabalho, ou se nos ativéssemos a proposições gerais (genéricas?) sobre a “exclusão social”. É certo que tratar do trabalho supõe discutir as questões em pauta atualmente: o encolhimento dos empregos e o desemprego, a desmontagem das regulações do trabalho e os percursos do trabalho precário, o trabalho incerto e o estreitamento dos horizontes de futuro. O que importa, porém, é colocar em evidência as práticas e suas mediações. E apreender a nervura própria do campo social que não se deixaria ver se nos mantivéssemos presos às binaridades clássicas na análise do trabalho e do urbano: formal-informal, centro-periferia, emprego-moradia, trabalho-família. Entre esses pontos de referência, arma-se um *campo social* feito num jogo multicentrado

¹⁹ Essa será questão discutida por Robert Cabanes no capítulo 8 deste livro.

e multifacetado de práticas, mediações e relações de força que tecem, de formas nem sempre evidentes, os campos de possibilidades, e também os bloqueios para o acesso e efetivações de possibilidades de trabalho e condições de vida.

É um outro modo de abordagem do trabalho, geralmente tratado seja no terreno da economia, das inflexões no mercado de trabalho e mudanças nas formas de organização de trabalho (o núcleo duro da sociologia do trabalho), seja sob o prisma da cronologia das trajetórias ocupacionais, seja ainda pelo ângulo das referências e experiências que conformam identidades e identificações coletivas. Impossível fazer economia dos processos estruturadores do social. Também impossível desconsiderar as seqüências cronológicas dos trajetos ocupacionais. Tampouco poderíamos passar por cima da polêmica questão das dimensões estruturadoras do trabalho na conformação de identidades, formas de vida e projetos sociais. No entanto, vista pelo ângulo dos espaços e seus territórios, essa conjugação entre estruturas, tempos e subjetividades arma um campo social que não cabe em linearidades simples.

Nas histórias e trajetórias que se pretende reconstruir mais à frente nos próximos capítulos, os nossos entrevistados comparecem como personagens, que, nos seus percursos, tornam perceptíveis práticas urbanas e os vetores policentrados em torno dos quais esse mundo social vai sendo desenhado. Eles nos oferecem os fios que precisamos perseguir para apreender as conexões que tecem os mundos sociais e, a partir daí, chegar não a conclusões fechadas, mas a perguntas e novas questões que abram perspectivas sintonizadas com os possíveis inscritos na realidade dos fatos e circunstâncias.

Bifurcações: na virada dos tempos, outros traçados do mundo urbano

Seguir os traçados das mudanças (e conturbações) do mundo urbano significa levar a sério processos e práticas que só se deixam ver nos deslocamentos e nos pontos de inflexão, de entrelaçamento, e bifurcações que vão compondo as realidades urbanas. Se até aqui foram comentados os deslocamentos nos espaços urbanos e nos percursos ocupacionais, estes também se processam no interior das famílias – na linha vertical da sucessão ou linhagens familiares, para lembrar a questão discutida páginas atrás. A diferença entre as gerações é um crivo que permite ver e figurar outras dimensões ou outras facetas de realidades em mutação. Afinal, a diferença entre gerações tem

atualmente a peculiaridade histórica de coincidir com mudanças de fundo no mundo do trabalho e nas dinâmicas urbanas.

Para as primeiras gerações, a virada dos tempos significou a desestabilização dos andaimes do mundo em uma situação que bloqueia perspectivas de vida, que invalida práticas conhecidas e descredencia saberes acumulados, “formas de ser e de fazer”, como diria Bourdieu, e os colocam em uma espécie de errância em que ficam embaralhadas as fronteiras entre o trabalho, a viração própria do mercado informal e a condição de “pobre”, público-alvo de políticas sociais. São figuras que podem esclarecer os sentidos da erosão do “mundo fordista” e encontram paralelos nas situações descritas no “A Miséria do Mundo”²⁰ ou, então, na “decomposição da classe operária” discutida por Pialloux e Beaud.²¹ Mesmo que nem tudo possa ser descrito sob o signo da tragédia pessoal daqueles cujas vidas desabam ladeira abaixo, e mesmo para aqueles que ainda conseguem se manter nos seus empregos e sobreviver à “desestabilização dos estáveis” (Castel), o tempo do progresso e de suas promessas esgotou-se – “naquele tempo bastava a experiência, agora é tudo mais difícil”. Quanto ao futuro, “agora é contar com a sorte”. Incertezas que se instalam no centro mesmo de um projeto de vida que se alimentava das promessas de um futuro mais promissor para os filhos – “fizemos até agora tudo o que foi possível, agora é com eles”. O futuro dos filhos? “Não sei, ninguém sabe... só Deus sabe”. Incertezas quanto às possibilidades de um emprego promissor. Mas também incertezas sobre os destinos da prole, o receio de que entrem no mau caminho ou, então, de serem atingidos pela violência de todos os dias – “eles saem e a gente nunca sabe se eles voltarão para casa com vida”.

Para os mais jovens, sobretudo para os que já nasceram na cidade, a situação ganha outras configurações e tem outros sentidos. Suas histórias já não podem ser compassadas pelas venturas e desventuras da epopéia do progresso que estrutura a narrativa da geração de seus pais. As circunstâncias atuais do mercado de trabalho não significam uma degradação de condições que foram melhores ou mais promissoras em outros tempos; já entraram num mundo revirado, em que trabalho precário e desemprego compõem um estado de coisas com o qual têm que lidar, e estruturam o solo de uma experiência de trabalho em tudo diferente da geração anterior. A experiência da urbanização

²⁰ BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

²¹ BEAUD, Stephane; PIALLOUX, Michel. *Violences urbaines, violence sociale: Genèse des nouvelles classes dangereuses*. Paris: Fayard, 2003.

(e a relação com a cidade) não se faz mais nas referências da passagem campo-cidade e na marcação dos eventos que davam o compasso do “progresso” na cidade. Para eles, o “progresso” já chegou e está constelado nas características de uma sociedade de consumo tão ampla quanto excludente, recortada por serviços e equipamentos urbanos que chegam até os pontos mais distantes das periferias das cidades, atravessada por um *ethos* do consumidor que se alastra até os segmentos urbanos mais pobres valendo-se do progressivo endividamento das famílias por meio das políticas de crédito ao consumidor. Enfim, tudo isso já marcava os anos 80, mas foi potenciado, acelerado e redefinido no correr da década de 1990 sob a lógica financeirizada dos capitais globalizados que capturam espaços urbanos, atividades econômicas e seus circuitos.

Sabe-se que é sobre os mais jovens que recai todo o peso do desemprego e do encolhimento das alternativas de um trabalho mais estável e promissor. É em torno deles que se cristalizam de maneira mais evidente as diversas formas de trabalho precário – trabalho temporário, terceirizado ou cooperativado, muito freqüentemente mediadas por agências de emprego e prestadoras de serviços. E é em torno de suas figuras que se entrecruzam os fios de um mundo social que vem se desenhando nas dobras do “mundo fordista” que se desfaz. Não por acaso, a diferença entre as gerações é questão, hoje, de primeira grandeza. Para Pialloux e Beaud, a “decomposição da classe operária” não tem a ver apenas com a dissolução dos coletivos do trabalho, mas também com a “ruptura na sucessão das gerações”. A experiência do trabalho incerto e descontínuo, as esperanças frustradas de um emprego regular e a impossibilidade de um outro futuro que não seja o círculo fechado tramado entre o trabalho precário e o desemprego, tudo isso termina por alterar as relações com o trabalho, com o emprego, com o sindicalismo e a política. E tudo isso se desdobra na erosão das referências “de classe” a partir das quais as identidades eram definidas e os critérios de reconhecimento de si e dos outros eram construídos.

Essas são questões importantes e que precisam ser perseguidas para entender as dinâmicas societárias que vêm se configurando. Mas contêm ou podem conter uma armadilha quando a discussão toma como parâmetro exclusivo a experiência prévia construída nos “bons tempos” da norma fordista. O risco aí é fazer uma descrição em negativo, que termina por falar sempre do mesmo (o trabalho fordista), apenas com os sinais invertidos. O problema não é tanto cair nas armadilhas da idealização de algo que não tem por que ser celebrado (essa é a crítica mais fácil de ser feita, e já foi feita por muitos), mas de ficar aprisionado num jogo de referências que não permite apreender os senti-

dos da experiência social que vem se desenhando. A diferença dos tempos e a ruptura das gerações é algo que precisa ser bem entendido, não para fazer a comparação ponto a ponto (era assim, não é mais), mas para situar os deslocamentos e bifurcações de uma experiência social que vai se fazendo em um outro diagrama de relações e referências que redefinem espaços e territórios. Situação que exige um trabalho de deciframento do social capaz de flagrar campos de força que vêm se desenhando no traçado das atuais reconfigurações do mundo social e, quem sabe, pólos de gravitação por onde experiências diversas e talvez disparatadas se articulem ou, pelo menos, convirjam e se entrecruzem em torno de outras referências e novas constelações de sentido.

Por certo, será importante compreender as mutações do trabalho e de seus significados, o modo como isso afeta formas de subjetivação, padrões de sociabilidade, critérios de reconhecimento, relações com o tempo e projetos de vida.²² Mas ainda sabemos pouco sobre a experiência do trabalho (e da cidade) dessas novas gerações. Mesmo supondo que o trabalho (e os locais de trabalho) perdeu o anterior poder de gravitação como lócus de investimento subjetivo, nem por isso deixa de ser um mediador importante na experiência social. Então, talvez possamos seguir nesse empreendimento exploratório e tentar identificar as linhas de intensidade que atravessam os percursos dos mais jovens, um outro diagrama de referências que articula moradia, trabalho e cidade.

Trabalho e cidade: relações redefinidas

O fato é que, ao perseguir os trajetos e percursos dos mais jovens, desenha-se um outro perfil da cidade. Ou melhor: é um ângulo pelo qual a cidade vai se perfilando com todas as ambivalências e complicações que recobrem os tempos atuais. Os percursos dos mais jovens (entre os 20 e 30 anos, pouco mais, pouco menos) fazem ver o outro lado da modernização neoliberal dos anos 90: os grandes equipamentos de consumo pontilhando os espaços em um grande arco que chega próximo aos bairros mais distantes da periferia.

Em que pese tudo o que se tem dito sobre fragmentação urbana e dualização social, o fato é que esses circuitos globalizados vão construindo pólos de gravitação importantes para as novas gerações que se lançam no mer-

²² SENNET, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 1998. Cf. também BESSIN, Marc. Les temps, une question de pouvoir. *Mouvements*, n. 2, jan.-fév. 1999, p. 47-54.

cado de trabalho e na vida urbana de uma maneira mais geral. Os shopping centers, que se multiplicaram nos últimos anos e se espalham pelas diferentes regiões da cidade, são referências urbanas importantes – é por lá que circulam os jovens das periferias pobres da cidade. E eles não se contentam com suas versões mais empobrecidas, quando não um tanto mal-ajambradas, dos shoppings de periferia. Quando as escalas de distância e proximidade permitem, sobretudo nas periferias que se estendem por trás das fronteiras da “cidade global” (a periferia sul da cidade), esses jovens não se intimidam com os brilhos faiscantes dos centros de consumo e lazer da classe média enriquecida e *branchée* nos modernos circuitos do mercado cultural. É por lá mesmo que eles circulam, em bandos, com grupos de amigos ou mesmo com suas famílias.

Mas os grandes equipamentos de consumo e seus circuitos são referências urbanas importantes também porque são fontes de emprego. No mínimo, isso nos obrigaria a levar a sério a sugestão de Saskia Sassen, de que entender as novas realidades urbanas exige que se desvencilhe do que a autora define a “narrativa da exclusão”: uma descrição das cidades globais – ou dos espaços globalizados – que tem como única referência os *winners* dos altos circuitos do capital.²³ Não por acaso, vale lembrar, no mesmo passo em que esses equipamentos se espalham pela cidade, vai também proliferando o igualmente muitíssimo moderno trabalho temporário mediado por agências de emprego conectadas a empresas terceirizadas de prestação de serviços. E são também por esses circuitos que os mais jovens fazem seus percursos, sempre descontínuos e sempre instáveis, no mercado de trabalho. E por esses circuitos fazem uma experiência da cidade tensionada entre a brutalidade das desigualdades (velhas e novas), a sedução encantatória do moderno mercado de consumo, mas também o jogo de possibilidades e bloqueios para o acesso a uma vida urbana ampliada.

Eis o ponto que coloca as novas gerações no centro nevralgico desse mundo social que vem se configurando. São jovens que se lançam no mundo em um momento em que o encolhimento dos empregos e a precarização do trabalho acontecem ao mesmo tempo e no mesmo passo em que os circuitos da vida urbana se ampliam e se diversificam.

Mas isso nos abre um outro feixe de questões que precisariam ser mais bem trabalhadas. Nesse mundo social redefinido, a experiência do trabalho (e do não-trabalho) entrelaça-se com a experiência da própria cidade. Mas se é assim, então será importante escapar dessa clivagem que atravessa o debate

²³ SASSEM, Saskia. *As cidades na economia global*. São Paulo: Nobel, 1998.

contemporâneo entre, de um lado, a economia urbana, a “cidade global” e os *winner*s dos circuitos globalizados do mercado e, de outro, a “exclusão social”, os territórios da pobreza e o mundo dos perdedores. O que se trata de ver aqui são as relações entre cidade e trabalho. Relações que não podem mais ser vistas nos termos do debate dos anos 80, mas que, por isso mesmo, precisam ser recolocadas se quisermos também escapar de uma visão empobrecida do mundo social reduzido às suas supostas binaridades. E é a própria experiência das novas gerações e seus circuitos, no nervo exposto das complicações atuais, que nos dá as pistas para tentar um giro no modo de descrever o mundo social. Pois são essas mesmas experiências que tornam no mínimo problemáticas as visões que hoje prevalecem de uma cidade fragmentada entre enclaves fortificados e globalizados, de um lado, e, de outro, o mundo da pobreza confinado nos bairros pobres espalhados pelas periferias da cidade. As evidências imediatas sustentam ou podem sustentar essa visão das coisas, mas podemos nos perguntar se essa não é uma medida estreita demais, que se fixa em certos pontos de cristalização dos fluxos da riqueza e fluxos da pobreza, que, vistos de um outro parâmetro, transbordam por todos os lados essas definições socioespaciais.

Não se trata, que se diga desde logo, de contrapor à “cidade dos muros”, para lembrar a expressão cunhada por Teresa Caldeira,²⁴ uma suposta (e falsa) democratização da “nova sociedade do consumo”. A questão é outra. E o que estamos aqui sugerindo é um outro modo de figurar e descrever esse mundo social. Mas então será preciso também recolocar o lugar dos grandes equipamentos de consumo nesse mundo atravessado pelos circuitos globalizados do capital. Sair talvez de sua figuração como lugares paradigmáticos da “sociedade do consumo”. E tomá-los por aquilo que são no movimento mesmo de valorização do capital.²⁵ Pois nesses tempos globalizados, seguindo os movimentos acelerados de desterritorialização do capital, a riqueza social (sobrevalor, é bom dizer) vai também se corporificando (e circulando por entre os) nos espaços da cidade, pedaços globalizados que vão cortando e recortando o mundo urbano:²⁶ as fortalezas globais concentradas no *côté* pós-moderno

²⁴ CALDEIRA, Teresa. *A cidade dos muros: Violência, segregação e cidadania na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2001.

²⁵ As relações entre acumulação capitalista, espaço e os “artefatos urbanos” é questão especialmente discutida por HARVEY, David. *op. cit.*

²⁶ Como diz Veltz, “as grandes cidades (são) uma formidável máquina de aceleração dos fluxos, que ligam os ritmos do consumo e dos modos de vida aos da produção e dos capitais, limitando a incerteza

da cidade e as formas predatórias e excludentes de apropriação privada do solo urbano;²⁷ os grandes equipamentos de consumo e lazer que se concentram nesses mesmos espaços, mas se espalham num grande arco que chega até mesmo às periferias da cidade, também cortando e recortando o mundo da pobreza; da cultura transformada em mercadoria às chamadas intervenções urbanas, pelas quais a cidade passa a ser ela própria gerida e consumida como mercadoria;²⁸ tudo isso e mais alguma coisa, ao mesmo tempo em que segue, numa extensão sem limite, a mercantilização de tudo e todos. Como tem sido amplamente noticiado, os celulares chegaram lá (façanhas da privatização, como se sabe), nos confins do mundo da pobreza. No entanto, ao mesmo tempo em que as redes de telefonia móvel se estendem, no mesmo passo vai se ampliando a inadimplência generalizada. E como vem sendo noticiado na imprensa, as empresas de bens e serviços estão hoje descobrindo as “potencialidades” desse enorme e expansivo mercado popular – afinal os pobres também consomem e a financeirização dos orçamentos domésticos, por meio dos cartões de crédito que se popularizam, instala o pobre consumo dos pobres, um consumo pingado, de pouco em pouco, nos circuitos acelerados do capital financeiro. O fato é que, qualquer um que circule pelos bairros das periferias mais pobres, haverá de encontrar a parafernália do consumo moderno e pós-moderno e haverá de encontrar o morador pobre desses lugares mais-do-que-pobres exibindo, junto com a fatura de uma dívida sempre adiada, as versões populares (ou nem tanto) de cartões de crédito, ou os cartões de compra dos grandes equipamentos de consumo que chegaram por lá: é a financeirização do popular fiado. Eis aí os “sujeitos monetários sem mercado”, para usar a expressão cunhada por Kurtz.²⁹ Ou o “homem endividado”, essa figura da “sociedade do controle”,

ao garantir às empresas as possibilidades as mais amplas de externalização dos riscos (por exemplo, pelo uso massivo da subcontratação) e acesso aos mercados mais flexíveis de trabalho mais qualificado. Braudel caracterizava as cidades como transformadores elétricos que aumentam as tensões, precipitando as trocas. Será preciso então se espantar que, na economia moderna da rapidez, estas tiram das cidades o essencial de seu crescimento? Mas essas formidáveis tensões temporais estão também na origem das desigualdades as mais radicais e que se concentram nas megacidades, expressando a ‘telescopage’ entre esta precipitação e a ausência de perspectiva de uma ampla parcela da população”. VELTZ, Pierre. *Mondialisation, villes et territoires. L'économie d'archipel*. PUF, 1996 (3^e édition 2000).

²⁷ FIX, Mariana. *Os parceiros da exclusão*. São Paulo: Boitempo, 2001.

²⁸ ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília et alii. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

²⁹ KURTZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

como diz Deleuze, que vem substituindo o “homem confinado” da sociedade disciplinar descrita por Foucault.

É bem verdade, diz ainda Deleuze, que o capitalismo mantém em escalas sempre crescentes a extrema miséria das majorias, povos e populações “pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas”.³⁰

Mas, para usar a linguagem do filósofo em outros textos, os “fluxos urbanos”, liberados pela subtração dos dispositivos do trabalho, circulam e vão encontrando outros agenciamentos e pontos de cristalização de que é evidência esse promissor e expansivo mercado que são o tráfico de drogas e as redes do crime organizado, aliás, também eles globalizados e conectados nos circuitos desterritorializados do capital financeiro. Nada mais eloqüente do que o retrato desenhado por Alba Zaluar de um garoto metido no tráfico de drogas no Rio de Janeiro: o menino favelado “com uma AR-15 ou metralhadora UZI, considerados símbolos de sua virilidade e a fonte de grande poder local, com um boné inspirado no movimento negro da América do Norte, ouvindo música funk, cheirando cocaína produzida na Colômbia, ansiando por um tênis Nike do último tipo e um carro do ano”.³¹

Isso não se explica, diz Zaluar, e com razão, pelos níveis de salário mínimo ou pelo desemprego, e muito menos pelo peso das camadas geológicas da tradição ou resquícios da violência costumeira do sertão, como muitas vezes se diz: “entender como o ilícito e o ilegal se enraizaram no setor informal para comandar um exército de desempregados e sócios menores é fundamental”, até porque tudo isso põe em movimento bens materiais e monetários que entram na circulação de mercadorias do mundo capitalista.

Entre a brutalidade da destituição dos miseráveis e os brilhos faiscantes desse capitalismo pós-moderno, entre o futuro sempre adiado (como a dívida, deixada para o dia seguinte, para um dia qualquer...) e o também muito pós-moderno presente imediato do garoto do tráfico em que tudo isso se conjuga no verso-e-reverso do capitalismo contemporâneo, há um entramado de linhas que

³⁰ DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 224.

³¹ ZALUAR, Alba. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editoria FGV; Editora UFRJ, 1996, p. 55-59.

se cruzam e entrelaçam, que atravessam e transbordam os domínios estritos da pobreza e da riqueza (esses que oferecem as evidências imediatas de uma cidade fragmentada ou dualizada, apartada) e vão montando um *socius* que ainda será preciso conhecer melhor.

Pelo lado do trabalho, são também esses e outros traçados que vão redesenhando o mundo social e a paisagem urbana. É o que acontece nos circuitos descontínuos do trabalho precário, temporário ou subcontratado. Passando pelos pólos descentrados no tecido urbano, vão serpenteando os pontos em que a riqueza se cristaliza nos espaços da cidade com as redes de subcontratação e agências de trabalho temporário, ao mesmo tempo em que esses mesmos circuitos da riqueza alimentam as conhecidas atividades de sobrevivência do dito mercado informal, reativam o velho conhecido trabalho em domicílio de antanho e passam por mil formas de práticas ilícitas que se espalham por todos os lados.

Junto com tudo isso, a experiência social também vai se fazendo em um outro diagrama de relações e referências que redefinem fronteiras e territórios. O desemprego intermitente e prolongado, o emprego incerto e descontínuo, esse constante entra-e-sai do mercado, tudo isso vai alterando e desestabilizando as referências que pautavam e ritmavam a vida social – os tempos do trabalho e os “tempos da vida” (individuais e familiares) perdem as sincronias que os dispositivos disciplinares do mundo fordista impunham, ao mesmo tempo em que se esfacelam as fronteiras dos espaços/tempos públicos de trabalho e os espaços/tempos privados do não-trabalho. Se é verdade que a desconexão entre trabalho e empresa já faz parte da paisagem social, se é verdade que a empresa perdeu seu poder de gravitação como lócus de investimento subjetivo, isso significa que os tempos da vida e os tempos do trabalho tendem a se articular sob novas formas não mais contidas nas relações que antes articulavam centro-periferia, emprego-moradia, trabalho-família, trabalho-não-trabalho. Eram binaridades que pautavam os ritmos da vida social, tendo por referência o trabalho com suas regularidades e os disciplinamentos impostos pelas formas de emprego.³² Mas, então, talvez seja necessário se desvencilhar dessas binaridades, assim como a do formal-informal, para apreender a nervura própria do campo social. Talvez seja por aí que possamos decifrar o modo como as

³² A propósito, cf. SUPLOT, Alain. *Critique du droit du travail*. Paris: PUF, 1994 e *Au-delà de l'emploi*: Transformations du travail et devenir du droit du travail en Europe. Paris: Flammarion, 1999. Cf. também BESSIN, Marc. Les temps, une question de pouvoir, *Mouvements*, n. 2, jan.-fév. 1999, p. 47-54.

reconfigurações do trabalho também redesenham mundos sociais e seus circuitos, os campos de práticas e relações de força que fazem a tessitura da cidade e seus espaços.

Isso está sendo aqui colocado de um jeito apressado. Mas serve como indicação de que talvez tenhamos que mudar o foco das atenções. Não mais as verticalidades que construíram o trabalho nas suas formas conhecidas (suas regulações centralizadas), mas os vetores horizontalizados de relações que articulam trabalho, a cidade e seus espaços, outros agenciamentos e outros eixos em torno dos quais desigualdades, controles e dominação se processam, afetam formas de vida e o sentido da vida.

Mas, então, retomando um ponto deixado solto mais atrás, é o caso de se interrogar pelos modos como a *experiência das desigualdades* vem se processando, junto com a vivência dos bloqueios a possibilidades de vida em um tempo que celebra o desempenho, a performance e o sucesso como medidas (aliás inefáveis) de autonomia individual.³³ Se não é mais remetida às configurações coletivas de classe, seria possível arriscar a dizer que essa experiência vem sendo *configurada nos espaços da cidade e seus circuitos*. A imagem do garoto do tráfico é eloquente nesse sentido. No seu contraponto, o fenômeno rap é algo mais do que um fenômeno cultural interessante em nossas cidades. Como bem nota Maria Rita Khel, as músicas dos Racionais MCs são a expressão de uma recusa do presente, resistência ao presente, sem nenhuma transcendência. Um presente imediato, afirmado no “ter atitude”, para usar a expressão dos “manos”. Recusa e denúncia do mundo reluzente do consumo. Recusa também do mundo do crime. Resistência ao presente pelo ato de permanecer vivo, “contrariando a estatística”.³⁴ E declarar o seu lugar: “essa porra é um campo minado/quantas vezes eu pensei em me jogar daqui/ mas aí, minha área é tudo o que eu tenho/a minha vida é aqui e eu não consigo sair/ é muito fácil fugir, mas eu não vou/ não vou trair quem eu fui, quem eu sou”, eis o trecho de uma de suas músicas. Resistência ao presente, “atitude” de afirma-

³³ Como bem nota Eheremberg, a autonomia não é mais pensada como recusa às subordinações de um mundo disciplinar (cf. os movimentos culturais dos anos 60), mas é agora figurada à imagem e semelhança da empresa, e o seu princípio é a concorrência e competição. Da atual celebração do esporte transformado em espetáculo de massa à projeção do empresário bem-sucedido (aliás também mediatizado e transformado em celebridade) como padrão moral a ser seguido, passando pelo consumo, eis as figuras do “novo individualismo” que vem se configurando desde meados dos anos 80. *Le culte de la performance*. Paris: Hachette Littératures, 1991.

³⁴ “... permaneço vivo, eu sigo a mística, 27 anos contrariando a estatística... eu sou apenas um rapaz latino-americano apoiado por mais de cinquenta mil manos”.

ção que desencadeia princípios horizontalizados de identificação,³⁵ que acena talvez para “devires minoritários” (Deleuze) que escapam dos axiomas que capturam energias sociais e afirmam outras possibilidades de vida, outras maneiras de problematizar a existência.

O fato é que os grupos rap são uma referência importante nas periferias da cidade. Suas apresentações e as letras de suas músicas metabolizam a vivência da pobreza periférica, mas em uma cifra em tudo e por tudo além do perímetro estreito do “mundo da pobreza” – não por acaso, são também eles um fenômeno globalizado, falam não para a “comunidade”, falam para o “mundo” ou por essa outra globalização feita por baixo, nas linhas e fluxos que escapam dos “aparelhos de captura” do capitalismo contemporâneo. Isso valeria, por certo, uma discussão à parte. Mas se vale arriscar em uma seara além de nossas competências, é porque esses grupos compõem as realidades das periferias urbanas. Como diz um de nossos entrevistados, “periferia a gente fala assim, é mais pessoas humildes, que não têm condições de se divertir, ter bom estudo, isso e aquilo, fazer uma faculdade... um divertimento, não tem condições de ir no shopping comprar uma roupa de marca... aquela música dos Racionais diz tudo... Pra mim, periferia é isso aí”. Esse é o depoimento de um rapaz de 30 anos, que mora em um bairro na periferia sul da cidade. Ele entrou na vida adulta já em um mundo revirado, que não encontra alternativas fora do trabalho precário (agências de trabalho temporário), amarga períodos prolongados de desemprego e viveu a virada dos tempos também pelo outro lado, o da violência que em poucos anos dizimou quase todos os seus amigos de infância e adolescência. Também “contrariou a estatística”. Apesar disso tudo, afirma sua identificação com o lugar, diz que é lá mesmo que quer ficar depois do casamento – “só quem mora aqui mesmo é quem sabe contar a história do bairro... periferia é um lugar até gostoso de se divertir, tem gente que fala que não, mas periferia é periferia mesmo”. Mas o que é então a periferia? Foi a pergunta. Periferia? “Aquela música dos Racionais diz tudo... periferia é isso aí”. Do outro lado da cidade, no fundo da zona leste, em uma área de ocupação recente e condições incrivelmente precárias de vida, é assim que um jovem de 20 anos fala de sua paixão pelo rap: “é a minha religião”, diz ele. A princípio, “ouvia só por ouvir”, até perceber que a música tinha a ver com ele, “com o seu dia-a-dia”, “com o cotidiano da periferia”. Para ele, não

³⁵ KHEL, Maria Rita. A fratria órfã. In: KHEL (Org.). *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000, p. 212.

faz diferença se o grupo Racionais MCs é da zona sul, pois “periferia é periferia em qualquer lugar, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, qualquer lugar...”. O rapaz associa o seu gosto pelo rap e o recente interesse pela política: “as duas coisas se complementam”, diz ele, “tem tudo a ver a ideologia do rap com a do PT”. Ambos são movidos, segundo ele, pelo “ideário da igualdade”.

Mas a violência também compõe os fluxos urbanos (e a experiência da cidade)

Mas se nos arriscamos em uma seara na qual nossos conhecimentos são parcos, é também porque a imagem do garoto do tráfico e a referência aos grupos rap, ponto e contraponto do andamento atual do mundo, nos dão a senha para introduzir uma questão inescapável e que também compõe os fluxos urbanos. Como diz Maria Rita Khel, as letras dos Racionais MCs “falam de um verdadeiro extermínio dos jovens da periferia”. De fato, para esses jovens, falar de seus percursos urbanos é também fazer a contabilidade dos seus mortos. “E seus amigos? Foram todos mortos”, é a resposta recorrente que se ouve. Foram mortos, leia-se: foram executados nos acertos de conta do tráfico, ou então por agentes da Polícia Militar que muito freqüentemente atuam como matadores a mando dos chefes locais do crime organizado. Diante dessa realidade, falar de “eventos de mobilidade” parece um tanto desfocado. É um termo consagrado na literatura especializada. Mas é um termo ascético demais para dar conta de uma realidade em que a violência também comparece como uma idéia “eventos” que demarca a experiência social e os fluxos da mobilidade cotidiana. Violência, quer dizer: mortes violentas. Termo técnico: homicídio.

Assim uma antiga moradora e liderança local descreve o bairro onde mora, um bairro que nos idos dos anos 70 esteve no centro dos movimentos pela regularização dos loteamentos clandestinos: o “progresso” chegou, é verdade – antes “isso aqui era só mato”. Mas as grandes fábricas que existiam na região, essas sumiram. O desemprego é grande, e “tudo piorou” nesses anos. A começar da violência, diz ela. Os adolescentes estão sendo mortos – “isso dói muito, são garotos que vimos nascer aqui do lado, dói muito ver crianças conhecidas sendo mortas”. Antes era “um bairro pacífico, gostoso de morar”. Agora, “todos nós temos medo”. É gente que vem de fora, “eles aparecem todos enturmados e encapuçados”... “são eles que dão medo”. Esse é um bairro da periferia sul da cidade, situado ali nas fronteiras dos espaços globa-

lizados e reluzentes da cidade de São Paulo. Sua descrição é parecida com a de uma outra liderança comunitária de um bairro próximo, um bairro que também esteve no centro dos movimentos de moradia dos anos 80. É um conjunto habitacional (Cohab). O problema surgiu há mais ou menos 10 anos, diz ela. É gente que vem de fora, “gente que vem para cá, uma moto atrás da outra, à noite – quando a gente ouve o barulho de moto vindo pra cá, a gente já sabe que vai ter matança”. Todos têm muito medo – medo de voltar tarde da noite para casa, medo pelos filhos, medo da matança que pode acontecer lá mesmo – “mataram gente no centro comunitário... essa é a realidade, é isso o que está acontecendo”. Uma garota de 19 anos diz que o bairro agora está mais sossegado. Antes, ela conta, era como “um condomínio fechado, para entrar você tinha que se identificar... era um inferno, você mal podia entrar, para entrar tinha que falar onde, com quem...”. Uma outra garota de 20 anos fala coisas parecidas: agora está tudo mais calmo, “mas teve uma época... vixe!!!!, eles avisavam na rua, que às 10 horas era para não sair na rua porque o bicho ia pegar. Sempre que vai acontecer alguma coisa, eles avisam”. Agora está mais sossegado. Por quê? “Uns foram presos, outros morreram, outros fugiram”, explica uma delas. Agora está tudo mais sossegado, mas tem gente que continua morrendo, sobretudo pessoal jovem – “teve duas meninas que morreram semana passada, morreram lá, naquela casa abandonada... E “outro dia, ali naquela rua, três famílias tiveram seus filhos mortos recentemente... e lá pra cima nem se conta...”.

Os “eventos de mobilidade” são constantes em toda essa região. Há gente que chega e vai se instalando como pode nas frestas abertas para ocupações, no mais das vezes improvisadas e em condições as mais precárias possíveis. Outros foram embora em busca de lugares mais baratos para viver. Mas outros tantos foram embora por medo da violência. É o que se ouve dizer. De toda forma, se o assunto são os “eventos de mobilidade” que articulam espaços e tempos diferenciados, nada mais eloquente do que a história que Laerte conta ao chegar naquele mesmo conjunto habitacional. Era o ano de 1984, tempo em que os movimentos sociais estavam mais ativos do que nunca no bairro, tempos aliás lembrados por muitos em narrativas épicas que fazem a cronologia das conquistas sociais do “povo organizado”. Foi nessa época que Laerte chegou. Estava à procura de uma casa para comprar. Não queria mais o ônus do aluguel e o bom emprego que tinha, desde 1977, como cabista da Telesp (nos tempos em que era empresa pública e garantia bons salários, direitos e benefícios sociais a seus funcionários), lhe dava condições de assumir o

compromisso da compra de uma casa própria. E foi assim que, por indicação de um amigo, chegou ao bairro e comprou a casa que depois iria reformar, ampliar e transformar na sua confortável moradia atual. Tudo certo e tudo em ordem, tudo de acordo com o *script* conhecido da aquisição da casa própria nos bons tempos do trabalho regulado e emprego estável. Tudo certo, tudo em ordem, não fosse a bizarra figura do então proprietário que estava arrumando “armas e bagagens” para montar acampamento em outras paragens. É assim que Laerte descreve o cenário:

... eu cheguei aqui tinha mulher pelada desenhada nas paredes, um monte de coisa, em cada esquina que você olhava tinha um cara queimando fumo, maconha, eu falei nossa não dá não... eu vim com a mulher aqui ela não gostou, mas aí o cara falou que queria vender, e era um traficante forte que morava aqui, só carrão que parava aqui, essa janela aqui era de madeira, tinha um buraquinho aqui, e tinha o portão, quando o pessoal chegava aqui ele olhava pelo buraquinho e sabia quem era, aqui era a pia, quando os homem chegava ele jogava tudo aí, camuflava e ninguém achava nada, tirava a água e colocava as trouxinhas em baixo, ele era o dono, depois ele passou para o irmão dele, aí eu cheguei e olhei, fiz negócio com ele...

[...] [...] O dia que ele foi lá em casa fechar negócio comigo, ele sentou no sofá com a perna dura, eu perguntei se ele tava com a perna machucada, ele puxou a calça assim, era uma “12” desse tamanho, serrada, eu falei você é doido! Ele falou eu ando com dois olhos na frente e dois a trás, eu trafico, passo, ele falava abertamente, depois mostrou uma “765” e botou em cima da mesa, eu falei guarda isso aí, os meninos tão aí... Depois eu soube que ele andou levando uns tiros no Jardim dos Reis, ele era matador também, só que quem atirava nele hoje, amanhã morria.

Verdade ou não, jamais saberemos. Pode ser que haja muito de exagero nessa história. Como diz o ditado popular, “quem conta um conto sempre aumenta um ponto”. Pode ser. Mas o que importa é que essa história e outras, fatos ou ficção, marcam referências que armam microcenários de uma violência que passa a compor a vida cotidiana. E essa história (e outras) serve de advertência contra visões simplificadoras do que pode estar ocorrendo periferia afora (e cidade afora). Decididamente, a “era da inocência” já se foi, se foi há bastante tempo e sem a polidez burguesa temperada pelo charme aristocrático que o belo filme (“A Era da Inocência”) de Scorsese nos mostra ao retratar o fim do outro século. A violência de todos os dias não pode ser associada tão simples-

mente a um universo feito de combinação de precariedade e tramas sociais esgarçadas que podemos encontrar nos pontos extremos da periferia paulista. Aqui, neste bairro, tudo é muito “moderno”, muito organizado, muito politizado e, ainda por cima, tudo muito sintonizado com as “políticas inovadoras” misturadas, como o empreendedorismo social do dito “Terceiro Setor” também presente e muito atuante no local. A violência confere contemporaneidade a essa “comunidade”, por baixo, na perseverante e voraz obra de cupim que vai comendo e erodindo os “pilares do mundo”.

Começamos com os circuitos ampliados da vida urbana para chegar à vida local de um bairro da periferia sul da cidade de São Paulo. Mas se a cidade é feita de cruzamentos, redes e conexões, então nada mais apropriado do que falar do tráfico de drogas e do crime organizado. Decididamente, essas microcenas não se resumem às circunstâncias de uma história local. Aliás, a imagem do garoto do tráfico descrita e comentada por Alba Zaluar pode nos economizar um tanto de linhas para falar das malhas que articulam o “local e global”, para usar os termos da moda, mas que se materializam nos espaços da cidade e seus territórios. Mas aqui também vale a provocação (na verdade, bem mais do que isso) de Bruno Latour, quando diz que “as palavras local e global possibilitam pontos de vista sobre redes que não são, por natureza, nem locais nem globais, mas que são mais ou menos longas, mais ou menos conectadas”.³⁶ E o problema de se fixar nas pontas é deixar de lado o mais importante: os agenciamentos intermediários e intersecções por onde as coisas circulam, os fatos são produzidos, as tramas de relações (e poder) são construídas.

Claro, nem tudo pode ser creditado na conta das façanhas do tráfico. Mas o mundo social também é feito de suas capilaridades. E como Alba Zaluar já notou mil vezes, e mil vezes bem notado, os padrões de sociabilidade e as regras de reciprocidade que organizam o universo popular são desestabilizados, quando não erodidos por disputas, comportamentos, práticas e princípios mafiosos de lealdade que não se restringem ao “negócio do crime”, mas transbordam por todos os lados, até porque tudo isso coloca em cena esse “indivíduo-qualquer-como-todo-mundo”³⁷ que vive por lá, com família, vizinhos, amigos

³⁶ LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994, p. 124.

³⁷ A respeito do “indivíduo qualquer”, que busca a distinção e o “desenvolvimento de si” através dessa versão moderníssima do individualismo contemporâneo que é o “culto daperformance”, cf. EHREMBERG, Alain. *Le culte de la performance*, op. cit. Aliás, vale reproduzir a epígrafe de um dos capítulos: “Eu sou alguém de único, como todo mundo”. Assinado: Arnold Shwarzenegger (ex-ator hollywoodiano, atual governador do Estado da Califórnia), fevereiro de 1986.

de infância e conhecidos do bar da esquina. Bem, São Paulo é diferente do Rio de Janeiro e os nossos bairros não são (ainda?) a “Cidade de Deus” descrita no livro de Paulo Lins. É o que se diz, e podemos deixar para os especialistas esclarecerem o assunto. Mas o fato é que há evidências de sobra que mostram a corrosão dos procedimentos de regulação moral das tensões e litígios – a solução violenta, e mais-do-que-violenta, acompanhada de desmedida e sinais de crueldade, tem sido freqüente no desfecho de brigas de vizinho, desafetos, disputas amorosas, dívidas domésticas entre uns e outros, tudo isso, enfim, que compõe as dimensões prosaicas da vida social.³⁸ É o cupim fazendo seu trabalho.

Fluxos urbanos: espaços, territórios e cidade

Trabalho, moradia, cidade: diagrama de relações, trama de mediações, redes policentradas de conexões e articulações, tudo isso ganha configurações diferentes conforme as regiões da cidade. Não se trata de diferenças internas à geografia física da cidade e seus espaços. Tempos, história e condição dos assentamentos nos vários pontos da cidade são uma questão certamente importante, e disso vão depender grandemente a maior ou menor densidade, enraizamento e extensão das redes sociais que estruturam o mundo popular. Mas as diferenças são sobretudo construídas pelas desigualdades das malhas de conexões e acessos que articulam esses pontos com a cidade, e é isso que vai definir as diferentes escalas de proximidade e distância: medidas sociais, não-físicas ou geográficas. Acessos desiguais e diferenciados aos serviços sociais, aos equipamentos de consumo, aos centros e subcentros da cidade. E, claro, acessos desiguais e diferenciados aos pólos de emprego. Em uma palavra, é da segregação urbana que se trata.³⁹

Assim, para falar apenas das regiões em que nossa pesquisa foi realizada: no lado sul da cidade, o Distrito do Jardim São Luís se estende por trás da ponta sul do eixo urbano dos espaços globalizados da cidade de São Paulo. Um hipermercado (Carrefour) e um majestoso Centro Empresarial, um dos ícones da “cidade global”, marcam limites e limiares entre os dois mundos. O Distrito do Jardim São Luís começou a crescer, se expandir e se espalhar a

³⁸ A propósito cf. FERREIRA, Maria Inês C. *Na ronda da pobreza: violência e morte na solidariedade*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2005.

³⁹ VILLAÇA, Flávio, op. cit.

partir dos anos 70, acompanhando os fluxos dos empregos industriais. É um cenário que traduz muito da história da chamada “urbanização periférica”, acompanhada pelos movimentos populares que foram conseguindo, no correr dos anos, as melhorias urbanas. É um cenário em que transcorrem histórias e trajetórias da geração que chegou em São Paulo nos tempos de oferta abundante de emprego e maiores chances de vida – as referências a isso são constantes: as grandes fábricas de Santo Amaro (Caterpillar, Metal Leve, MWM) fazem parte da memória local e pontuam muitas das biografias. “Bons empregos”, aquisição da casa própria (muitas vezes em loteamentos clandestinos) e melhorias urbanas (via movimentos populares) compõem uma história comum, e também as histórias individuais e familiares. Mas essas histórias agora se misturaram com todas as outras que acompanharam e vêm acompanhando a chegada das novas levas de moradores desde meados dos anos 80, mais intensamente e mais aceleradamente a partir dos 90. Hoje, a paisagem é a de um incrível empilhamento de casas e construções precárias, e o distrito se transformou num dos maiores pontos de concentração de favelas da cidade de São Paulo. O impacto da reconversão econômica é nítido nessa região, que foi o principal pólo de concentração das indústrias fordistas da cidade. As grandes plantas industriais desapareceram. E os pontos de referência se deslocaram para o lado da modernidade neoliberal e financeira da cidade, que vai pontilhando os limiares da região. De um lado, os shopping centers, que, no correr dos anos 90, partindo do lado mais rico da cidade, foram se espalhando na direção sul. É um amplo arco de centros de consumo freqüentados por gente que sai dos bairros da periferia sul da cidade. E do outro lado, direção oeste, as vias de acesso levam ao centro da riqueza globalizada. É por lá que estão os excludentes empregos “modernos”. É tudo relativamente próximo e de acesso também relativamente rápido, apesar dos transtornos do trânsito e da péssima qualidade dos transportes. Para ir direto ao ponto: é por aí que pulsa toda a complicação dos tempos. Não por acaso, foi dessa região que saíram os Racionais MCs, um dos importantes grupos rap da cidade, ao menos o que ganhou maior projeção e influência entre a garotada pobre e negra da cidade. Nessa região, os fluxos da pobreza e da riqueza se tangenciam o tempo todo, se entrecruzam nos grandes centros de consumo e nessa especial mistura do legal e ilegal, regular e irregular, lícito e ilícito de que são feitos os circuitos dos empregos, que, do pólo “moderno-moderníssimo” da economia, vão se ramificando pelas redes de subcontratação e trabalho precário. E também se entrecruzam nas redes do tráfico de drogas, do crime organizado e das mil formas de “comércio ilícito”.

Do outro lado da cidade, no extremo leste, estão as chamadas “zonas de fronteira”,⁴⁰ que concentram os piores indicadores de vulnerabilidade social e “exclusão territorial”.⁴¹ É uma região que cresceu no correr dos anos 80, uma verdadeira explosão demográfica em grande parte induzida pelos programas habitacionais do governo (municipal e estadual). Diferente da região sul, em que os assentamentos foram se processando na lógica privada do mercado, a presença do Estado aqui é inegável. Os grandes conjuntos habitacionais estão lá como evidência inescapável, mas também como evidência de precariedade e formas de segregação igualmente induzidas pelo próprio Estado. São programas habitacionais desconectados de políticas urbanas. Nas frestas abertas pelos investimentos públicos, foram-se instalando ocupações e favelas e, no entorno, foram-se espalhando os loteamentos clandestinos e mais um outro tanto de áreas de ocupação. Aqui, os grandes equipamentos de consumo não chegam a constituir uma referência das práticas cotidianas e ainda predominam as redes locais de supermercado de porte médio. Nessa região distante e precária, é a presença/ausência do Estado que circunscreve pólos de referência e campos de força que demarcam tempos e espaços. A começar da paisagem urbana: este amplo espaço dominado pelos assentamentos irregulares é pontilhado por grandes, e alguns imensos, conjuntos habitacionais da CDHU que brotam da terra aqui e ali, demarcando o tempo social (e político) nos espaços urbanos e seus traçados, e nos quais se pode sentir a pulsação de um território feito dessa especial conjugação entre intervenção pública, precariedade urbana e toda a malha das irregularidades, quando não ilegalidades, que se espalham pela região. Nos seus pedaços mais precários, a presença do Estado é evocada o tempo todo exatamente pela sua ausência, pelas dificuldades de acionar os órgãos públicos responsáveis pelas melhorias urbanas que nunca chegam, ou chegam com atraso, ou chegam ainda de modo descompassado. Cenários que atualizam os idos dos anos 70 (tão presentes nas histórias de nossos personagens da região sul), porém em um tempo/espaço no qual as figuras do “progresso” urbano não têm mais lugar. Os chamados “programas de emprego e renda” da Prefeitura de São Paulo estão lá para demarcar no espaço que os tempos já são outros, que o urbano e o trabalho já não podem mais ser conjugados no mesmo andamento, que “O Estado e o Urbano”, para lembrar o

⁴⁰ ROLNIK, Raquel. *Reestruturação urbana da metrópole paulistana: análise de territórios em transição*. Relatório de pesquisa, 2000.

⁴¹ ROLNIK, Raquel; CACCIA-BAVA, Sílvia; NAKANO, Kazuo. *A pobreza e o urbano no Brasil: leituras e questões*. Polis, mimeo, 1999.

artigo comentado no capítulo anterior, articulam-se agora em um outro diagrama de relações, não mais as regulações públicas que conformavam e articulavam mercado, espaços nacionais e a cidade, mas as formas de gestão do social e da pobreza: em um momento no qual as dimensões universalistas da cidade foram cortadas para serem, a rigor, desfiguradas nos circuitos do “mercado global” e do falso brilhante do cosmopolitismo mercantilizado dos novos serviços e espaços de consumo, o urbano parece mesmo se enrodilhar e se encapsular nas figuras da “comunidade” – ao invés da cidadania urbana (negada ou conquistada ou reivindicada), os “públicos-alvos” conformados por aqueles que parecem não ter outra existência fora das circunstâncias que os determinam nas suas “carências”.

Neste pedaço da cidade, a distância é um problema sério. As dificuldades dos deslocamentos intra-urbanos são consideráveis, apesar da abertura e expansão de uma linha do metrô, da renovação de uma linha de trem, da ampliação e melhoramentos das vias públicas. O acesso aos pólos de emprego nas regiões mais centrais da cidade continua difícil e penoso, e mesmo entre as regiões contíguas as conexões são difíceis e demoradas pelas vias indiretas ou então inexistentes das linhas de transportes. Para os que foram pegos pela virada da sorte nesses anos, perderam emprego e moradia em outras paragens, e chegaram em busca de alternativas mais baratas, o isolamento pode ser dilacerante – “aqui é como um exílio”, disse uma de nossas entrevistadas.

Mas a distância não é uma métrica simples entre pontos e localidades distintos no espaço. Circunscreve campos de tensão e problemas que têm sentidos e modulações diferentes conforme os tempos de assentamento das famílias, suas redes sociais, recursos e possibilidades construídos em seus percursos de vida. A distância tampouco é um espaço vazio, é algo que vai se especificando nas dobras do mundo social, nos pontos de junção entre espaços e que são demarcados por todas as complicações dos meios de transporte e circulação pela cidade.

Se, como diz Bernard Lepetit, na cidade “o único problema é o da utilização de suas possibilidades”, então é importante compreender os modos de articulação entre formas e usos da cidade.⁴² Assim é a história de um ex-metalúrgico que virou um próspero perueiro na região. Transitando nas dobras do mundo fordista e das realidades urbanas em mutação, seus percursos tornam perceptível a formação de territórios. São práticas que informam sobre os

⁴² LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*, op. cit., p. 76.

movimentos que afetam o mundo social. E tornam perceptíveis os fios que fazem a trama de campos sociais, que, neste caso, irão como que se densificar na configuração de um campo de gravitação em torno do qual ganha forma uma das mais explosivas dimensões da vida urbana na zona leste da cidade, envolvendo usuários, empresas de transportes, poderes públicos e esse novo e poderoso personagem urbano que são os “perueiros”, legais ou clandestinos.

Francisco, 36 anos (em 2001), trabalhava numa grande indústria metalúrgica desde 1984. Era um operário qualificado, ajustador e ferramenteiro com formação profissional. Em 1993, a fábrica fechou as portas para se instalar no interior de São Paulo. E foi então que Francisco se lançou como perueiro e teve sucesso nesse seu empreendimento. Na verdade, ele começou a “lotar” em 1984, logo que entrou na metalúrgica. O problema de transporte sempre foi grave na região, e foi nessas carências da vida urbana que Francisco foi construindo seus campos de possibilidade. Na época, os lotações eram raros e, como ele diz, “o pessoal daqui não tinha transportes, não tinha ônibus, não tinha asfalto, não tinha nada, era só terraço”. Comprou uma perua e complementava o salário com o transporte dos colegas de trabalho no início e no final da jornada. E nisso foi incentivado por sua ativíssima e muito pragmática esposa.

O casal mora entre Guaianazes e Cidade Tiradentes, em um bairro que apresenta um dos piores índices sociais da cidade de São Paulo. Não por acaso, foi lá mesmo que a Prefeitura resolveu dar início (2001) a seus programas de “geração de emprego e renda”. Mas o casal navegava, então, com os ventos da boa sorte: bom salário, carreira profissional promissora, casa própria, alguma poupança doméstica amealhada com muita hora-extra e jornadas suplementares nos fins de semana. Mas a distância era um problema. Os agenciamentos domésticos eram complicados – tudo longe, tudo difícil: centros de compras, hospital, centros de saúde, creche. Quando ainda trabalhava, Lindalva, a esposa, fazia um percurso para ela também penoso. Era vendedora no centro da cidade, no Brás, e depois um pouco mais ao norte da cidade. Tomava o trem que fazia a ligação do extremo leste ao centro da cidade: desgaste do tempo de percurso e também do empurra-empurra dos trens sempre superlotados – “eu preferia estar madrugando do que pegar aquele inferno de trem esmagando as pessoas”. Depois, quando largou o trabalho para cuidar dos filhos pequenos, ficava em casa e então observava: como ela, todos os moradores do pedaço dependiam do comércio e serviços que só existiam no centro de Guaianazes: mercados, correios, banco, comércio. Nessa época, “ir para o

centro” queria dizer ir até a estação de trem em torno da qual esse comércio cresceu. Acontece que não havia nenhuma linha de ônibus direta do bairro que cobrisse o percurso. E foi então que surgiu a idéia. Compraram uma perua e começaram a “lotar”. Foi uma iniciativa e um empreendimento domésticos. Cobriam o trajeto do bairro até Guaianazes. E Francisco, por sua vez, transportava os colegas da empresa – “era quando o pessoal saía do trabalho, eu ficava com a perua, saía de madrugada, dava duas ou três viagens; à tarde eu continuava trabalhando. Naquela época eram poucas as peruas – aqui, só tinha eu e mais um cara que também trabalhava lá”.

Em 1993, a fábrica fechou as portas, vieram as demissões. E foi então que Francisco se lançou e se firmou como perueiro. E isso terminou por projetá-lo no olho do furacão dos acirrados conflitos que, hoje, opõem proprietários de linhas de ônibus, usuários, poderes municipais e, claro, os próprios perueiros, também eles, em instáveis relações de aliança e conflito entre clandestinos e legalizados. Não há como não ver nisso tudo as formas como circunstâncias e meios foram se conjugando para a erosão, em ato, ao vivo, das regulações públicas que até muito recentemente davam a pauta e o tom das reivindicações em torno do universal direito de ir e vir. Sinais de um fundo deslocamento dos conflitos urbanos. Antes, juntamente com outras tantas demandas, os transportes públicos compunham uma pauta de reivindicações com inegável dimensão universalizante – poderíamos mesmo dizer que o “universal direito à cidade” era a linha de intensidade que atravessava os então “novos movimentos sociais urbanos” cantados em prosa e verso nos debates dos anos 80.

Agora, nesses tempos em que a política desliza e se desfigura nos termos da “governança urbana”, os conflitos urbanos parecem enrodilhados numa quase impossível gestão desse emaranhado de relações, interesses e forças em oposição, tudo isso no cenário explosivo de uma cidade ingovernável. Francisco é um perueiro bem-sucedido: com suas três ou quatro peruas que cobrem percursos rendosos, sua história (ou a história que ele conta) mal deixa ver o outro lado, nada edificante, de uma história que é também feita (ou sobretudo feita) de uma disputa feroz, por vezes mortal, nas tramas das relações mafiosas que controlam o hoje expansivo negócio do dito transporte alternativo.

Assim, um outro lado dessa história, contada por uma perueira não tão bem-sucedida, na verdade, uma perueira proletária: trabalha como motorista ou cobradora, e também como fiscal nos pontos das peruas. Celeste, 28 anos, mora com seu marido e filhos em uma casa alugada incrustada no meio da imensidão dos conjuntos habitacionais de Cidade Tiradentes. Mora lá desde

pequena e, desde pequena, acompanhou as aventuras dos perueiros que então começavam a se fazer presentes na região, ainda em meados dos anos 80. Celeste sempre “lotou”, desde os 14 anos – por gosto e paixão, diz ela. Desde cedo, quando ainda era garota, fez amizades e conhecimentos com gente da região. E foi assim que começou a acompanhar os perueiros quando ainda tinha 10 anos. Depois, começou a trabalhar para eles – “então a gente sempre teve essa amizade; quando faltava um perueiro ou quando precisava de uma ajuda, eles ligavam e diziam – ‘dá pra você fazer uma viagem para mim? Dá para você cobrar prá mim’; sempre foi assim, então a gente não é fixo, é como se fosse um quebra-galho... ou para cobrir aquele perueiro que não veio ou aquele que não estava dando nada. Entendeu? É assim...”.

Celeste conta muitas histórias dos perueiros da região. Viu surgirem as primeiras peruas e acompanhou todos os lances de uma história cheia de conflitos com os poderes públicos, com as empresas de ônibus, e também entre eles próprios. Ela conta que, na época, só havia três linhas de ônibus para cobrir uma região vasta, mais do que vasta. Surgiu a primeira perua: “foi um senhor que fundou a lotação... ele comprou a primeira perua, daí foi chamando um outro e mais um outro que tinha perua, foram entrando, entrando, então foi se juntando o grupo, e o grupo se tornou o dono do ponto... Depois, se alguém quisesse entrar, tinha que pagar para comprar a vaga, para poder rodar. É assim, tem que pagar para poder trabalhar”. O sistema funciona bem, diz Celeste, “mas existe uma máfia”. É assim que ela descreve as coisas: “o dono da linha é o chefão; o fiscal é o filho; o fiscal também; o outro filho tem perua, o sobrinho também... então é uma máfia. Entendeu?”.

Mas ao longo dos anos, a geografia do poder foi se alterando. O chefão morreu, foi morto há alguns anos: “mataram ele por causa da linha... queriam ficar com a linha, tomaram a linha dele. Entendeu?”. Entendemos. Apesar de ser difícil saber (mas podemos imaginar) como se dão as disputas pelo “ponto” e o jogo de forças das relações mafiosas, que, também sabemos ou podemos imaginar, não são apenas locais, estendem-se por toda a região. Celeste também descreve em detalhes como a coisa funciona. E é dos clandestinos que ela fala, gente que sabe muito bem burlar a fiscalização e se organiza um bocado para isso: “eles se comunicam por rádio e têm os repórteres motoqueiros (sic) que saem com os rádios, vão atrás das viaturas (de polícia) e vão avisando – ‘olha, a viatura está em tal lugar, está entrando em tal avenida, e então todo mundo some’”. Os “motoqueiros repórteres” se espalham pelas avenidas e instalam seus postos de observação nos principais pontos de circulação.

Celeste defende com convicção o direito de lotar, fala mal dos motoristas de ônibus, elogia o serviço dos perueiros e não poupa críticas à Prefeitura, que “quer tirar o ganha-pão” do pessoal que vive das peruas. Comenta que os perueiros são muito unidos e muito organizados. Não hesitam em quebrar os ônibus e interditar as avenidas quando se percebem lesados ou ameaçados: “são unidos mesmo e eles vão quebrar, não perdoam não, porque eles falam assim: se podem apreender nosso carro e deixar a gente sem o ganha-pão pra sustentar nossos filhos eles podem também ficar sem carro.... então eles quebram, tacam fogo em ônibus, dão pedrada, quem estiver dentro leva tudo pedrada. E esse é o perigo”. Podem ser também bastante solidários entre si, tampouco hesitam na ofensiva de iniciativas quando o assunto é defender o seu direito a circular pelas avenidas da cidade. Assim foi no caso de um acidente no trânsito: uma perua que se chocou com um caminhão. Morreram cinco. Acontece, explica Celeste, que a tragédia ocorreu em um cruzamento perigoso em uma das principais avenidas que cortam a região – “há muito tempo estávamos pedindo pra colocar sinalização”. Aconteceu o desastre: “nós, os perueiros, ajudamos quem estava machucado, pagamos o enterro das pessoas que não tinham condições. E depois que acabou o enterro, nós fomos pra avenida, interditamos o trânsito, colocamos uma fileira de pneus no meio da rua misturados com pau, madeira e tudo, e tocamos fogo pra chamar atenção, pra ver se eles colocavam a sinalização. Até hoje não tem essa sinalização. Entendeu? Lá não tem sinalização nenhuma, não tem faixa pra pedestre... é um retão, quem pega aquilo ali puxa 120 a 140 km/hora. Entendeu?”.

Os perueiros estão em todos os lugares. Também nas periferias da zona sul da cidade. O comentário freqüente nos rumores ventilados pelas regiões da cidade, que a mídia vez por outra também trata de divulgar, é que as relações com as redes do tráfico de drogas são mais do que episódicas, que os interesses e circunstâncias se cruzam e entrecruzam em nós inextrincáveis, tudo misturado nessa linha de sombra que atravessa os circuitos do mundo social. É verdade que, mais recentemente (2002-2003), a Prefeitura marcou alguns tentos nesse jogo complicado: negociou com empresas de transportes e perueiros a partilha das linhas principais e secundárias que servem a cidade e avançou na regulamentação do transporte alternativo. Os perueiros “legais” ganharam espaço (algum espaço, ao menos) em relação aos clandestinos. Mas a imprensa tem noticiado: o jeito encontrado para ficar em dia com a lei tem sido, freqüentemente, a formação de cooperativas de trabalhadores. Nesse caso, os perueiros ficaram em fase e em compasso com a modernidade neoliberal: as

cooperativas, várias delas, mal escondem a prática conhecida de fraude trabalhista, e os valores que deveriam ser partilhados cooperativamente desaparecem por vias que ninguém sabe quais são, viram fumaça...

As histórias também circulam pelo Distrito do Jardim São Luís. Mas, aqui, mais do que os perueiros, são os *motoboy*s que podem ser tomados como personagens urbanos que esclarecem um tanto dos fios intrincados que constituem e atravessam os territórios urbanos. Se os perueiros encenam a conjugação de circunstâncias que fazem da distância um problema e um nó inextricável de relações tramadas nesse jogo de luz e sombra em tempos de erosão das (desde sempre) frágeis regulações públicas da cidade, os motoqueiros, aqui nesse outro pedaço da cidade, fazem ver os pontos de combustão desse entramado de relações urdido nas “ligações perigosas” desses fluxos de riqueza e de pobreza que se tangenciam e se entrecruzam o tempo todo.

É possível encontrá-los em bandos circulando pelas ruas e avenidas que cortam a região. E é freqüente encontrá-los limpando e lustrando suas máquinas nas portas de suas casas. Trabalham para as inúmeras empresas de serviços terceirizados que atendem os luminosos circuitos da riqueza globalizada. Ou simplesmente navegam nas ondas dos serviços terceirizados que vão se espalhando por todos os lados. “Quem tem moto está com a faca e o queijo na mão”, disse um de nossos entrevistados, ao comentar as dificuldades do emprego. Com a moto, vai-se virando como pode, nem que seja para fazer um bico ou outro como entregador de pizza. E tendo uma moto, são maiores as chances (chances?) de ser chamado por alguma agência de emprego ou de serviços terceirizados para cobrir a demanda das empresas que circundam a região – “tenho um monte de colegas que se viram, alguns têm moto, os que não têm fica mais difícil, é mais fácil com a moto”. A moto opera também como “objeto de desejo” para muitos desses jovens. São capazes de “fazer qualquer coisa” para adquirir uma, nem que seja pelas vias certas ou tortas do endividamento. Até arriscar um emprego “seguro” para tentar a “sorte” (e o azar) em nome dessa espécie de ícone moderno que junta sonhos de consumo, símbolos de distinção (e marca de virilidade, talvez) e esperanças de emprego:

Aí eu tinha um pensamento. Era época que começou motoboy pra lá, motoboy pra cá, e eu sempre gostei de moto, aí eu comecei pôr na minha cabeça que eu tinha que trabalhar de motoboy. E o que aconteceu? [...] eu queria ser motoboy, eu queria comprar uma moto, e foi a época que o meu cunhado tinha acabado de

comprar uma moto, então de vez em quando eu andava de moto, então meu sonho era moto.

[...] eu sempre gostei de andar de moto [...] e a gente escutava falar... eu tinha amigos que tava começando de motoboy “ah, eu ganho vinte reais a cada hora”, então, se eu faço dez horas num dia eu ganho quatrocentos reais”. [...] Quando começou a febre porque tinha pouco e ganhava-se bem né, então como eu gostava de andar de moto e era uma chance de ganhar bem associei uma coisa a outra e coloquei aquilo na cabeça “não, eu quero ganhar bem e eu quero andar de moto”. Aí não deu certo[...].

“Aí não deu certo”: Mariano (24 anos) queria porque queria uma moto e trabalhar como motoqueiro. Largou o emprego que tinha (*office-boy*, com carteira de trabalho assinada, em uma metalúrgica em Santo Amaro). Mas era véspera de Natal e, a essas alturas, já tinha pulverizado suas parcas economias com compras e mais compras nos centros de consumo da região. Não sobrara nada para a moto – “saí desse emprego, fiquei sem moto, fiquei sem nada”. Há outras histórias, muitas delas longe de conter esse tom de leveza e graça com que Mariano fala de seus frustrados “sonhos de grandeza”.

Assim é a história de Arnaldo (22 anos), filho de um ex-metalúrgico, que, nos agitados anos da década de 1980, esteve na linha de frente das mobilizações operárias do período. Arnaldo bem que tentou seguir o exemplo do pai e conseguir um emprego industrial. Mas os tempos já são outros e, de demissão em demissão, só lhe resta mesmo a moto como alternativa para os bicos que encontra pelo caminho. Além do mais, é apaixonado por motos, seu assunto preferido, e é sempre possível encontrá-lo nas imediações de sua casa junto com os amigos, todos motoqueiros, lustrando as máquinas e se preparando para saírem juntos, em bando, para alguma “balada” na região. Houve um tempo em que Arnaldo acreditava que a moto haveria de lhe abrir as portas do mercado de trabalho. Não deu muito certo. Em 1998, começou a trabalhar de *motoboy* na ContaFácil, empresa terceirizada que presta serviços para a Sabesp: enviar aviso de atraso de pagamento nas contas de água – “você vai na casa da pessoa, a pessoa tem três contas atrasadas e você vai lá entregar o aviso de corte; a pessoa tem uma semana para pagar, se não pagar, vai outra pessoa lá, fecha o registro e lacra o registro”. Ficou apenas um ano e saiu em 1999. Saiu porque era muito perigoso, além de não ter carteira assinada, tampouco oferecer alternativas promissoras. A descrição de Arnaldo é precisa: sem registrar em carteira, a empresa exige que o funcionário tenha sua própria moto. O máximo que garantem é um convênio com uma oficina de peças –

“... se a moto quebra, vai lá, pega a peça e paga no outro mês”... “não tem registro em carteira e se tem acidente, aí você fica ferrado”.

Além do risco de acidentes de trânsito, o perigo maior está na própria natureza do serviço. Tinha que circular nas regiões onde as pessoas não pagam contas de água, quer dizer: no fundo mais pobre da periferia da cidade. E não poucas vezes, nesse percurso, o motoqueiro voltava a pé, sem a moto: “era muito perigoso... trabalhava com moto, ia em muita periferia... tem um vizinho que trabalha lá, já roubaram a moto dele”... “tenho dois colegas que trabalhavam lá, os dois já perderam moto... é mais periferia, favela, pro lado do Capão, tudo área perigosa. Parque Santo Antônio, Jangadeiro, Capão, Jacira... o pior lugar era o Jacira... esse colega meu roubaram a moto lá no Jacira”. Perspectivas de futuro? Nenhuma, diz Arnaldo e diz com firmeza: é trabalho para os que já não conseguem mesmo outra coisa na vida: “a maioria é cara que já teve passagem na polícia, não consegue outro emprego e daí tem que apelar para isso aí. É cara que já foi preso... não dá futuro, não dá nada, acho que não”.

O trajeto de um motoqueiro é mais do que eloquente para se pensar o modo como a experiência do trabalho abre-se ou desenrola-se nas múltiplas facetas da experiência urbana. É como se esse trajeto também percorresse a linha de intensidade que atravessa os vários mundos sociais que se sobrepõem e compõem a realidade urbana: a empresa pública de saneamento urbano, as novas formas de gestão e as práticas da terceirização, os insolúveis em tempos de “verdade tarifária” imposta pela lógica triunfante do mercado, a pobreza da periferia, e mais a legião dos que foram pegos pela “maldição do destino” e não mais conseguem emprego em canto nenhum, tudo isso misturado com as energias mobilizadas por esse objeto do desejo que são as motos, e que vão também constelando referências importantes na sociabilidade cotidiana dos jovens nessa região.

Mas as histórias que circulam são também muito confusas, tão confusas que parecem dar plausibilidade aos rumores e suspeitas de que as empresas de *motoboy*s, assim como os perueiros, são hoje “frente de investimento” do dinheiro sujo. E, ao que parece, essas empresas estão se proliferando nessa região situada nas franjas das “cidade global”. A história de Fernanda, 20 anos, diz alguma coisa disso. Seu irmão tentou se lançar em uma empresa de *motoboy*s. Não foi bem-sucedido e, em pouco tempo, estava enterrado em dívidas. Mas a garota ajudava o irmão e “ganhou experiência”, como se diz. Depois, a sorte do destino a levou para um escritório imobiliário no Centro Empresarial, que fica ali, na fronteira do Jardim São Luís, portal da “cidade global”. Era secre-

tária e sua tarefa era lidar com as empresas de *motoboy*. Saiu-se tão bem que foi chamada por um *motoboy* bem-sucedido, que queria montar uma empresa própria em Itapequerica da Serra, município da Grande São Paulo contíguo à periferia sul da cidade e não muito distante da região em que tudo isso estava então acontecendo. O rapaz trabalhava então numa empresa que “era bem falada, eu conhecia a maioria dos funcionários, eles iam direto falar comigo... aí eu falei ‘tudo bem’”. Daí para frente é uma sucessão de promessas não cumpridas, pagamentos não efetuados, cobranças de dívidas atrasadas, enquanto o dinheiro sumia por meandros inexplicados (inexplicáveis, talvez). É uma história muito confusa. Fernanda conta que os planos não eram modestos: montar a parte operacional em São Paulo, com motoboys, perua e ônibus. E em Itapequerica, o plano era montar pacotes turísticos para as escolas. O rapaz falava em promover excursões até Barretos, no interior de São Paulo. Fernanda logo se põe a campo e pede para o irmão providenciar o material gráfico necessário para a divulgação – cartazes, cartões de visita, envelopes com logotipo. Nesse meio tempo, a família toda de Fernanda já estava envolvida nesse negócio. A mãe foi chamada para fazer a faxina do escritório, a irmã foi contratada como secretária e havia ainda uma amiga do bairro que ajudava nos serviços internos. Ninguém recebeu pagamento. Os motoqueiros, mais de vinte, tampouco. E passaram a se recusar a trabalhar enquanto o pagamento não fosse efetuado – “ele nem aparecia na firma com medo dos motoboys”.

E os elos perdidos da política

A história de Fernanda é mesmo muito interessante: é uma garota com secundário completo e muito empreendedora, para usar o termo da moda. Além do mais, tem uma família muito articulada, mora em um bairro com uma superdensa malha de relações sociais, tudo também muito organizado, muito ativo, muito solidário. Em uma palavra: é uma garota portadora de capital social, outro termo da moda. Afinal, foi assim que conseguiu o emprego que poucos conseguem, no Centro Empresarial de São Paulo. Apesar da pouca idade, a trajetória ocupacional de Fernanda é notável: uma sucessão razoável de empregos, todos eles obtidos através da trama de relações por onde circulam informações e as “boas recomendações”. Mas é uma trajetória também notável pela instabilidade e vulnerabilidade, sempre nas fronteiras entre o mercado formal e informal – arbitrariedades várias, demissões sucessivas, salários atrasados, direitos desprezados. Bem, nada a estranhar, afinal redes e capital

social não deixam de repor as circunstâncias de circuitos empobrecidos de uma região igualmente empobrecida e terminam por acionar empregos precários de um mercado de trabalho, com o perdão da tautologia, precarizado. Mas a empreendedora Fernanda bem que chegou perto de escapar das tramas da precariedade, quando, mobilizando seu capital social, chegou a um dos ícones da modernidade globalizada e conseguiu o promissor emprego no Centro Empresarial. Mas foi esse mesmo capital social que o rapaz da empresa de motoboy tratou de mobilizar para o seu fraudulento negócio. Em pouco tempo, a única coisa que esse capital social acumulado lhe rendeu foram muitas dívidas (contas de telefone e água atrasadas em razão de um salário que nunca foi pago), compromissos não respeitados (o irmão empenhou o próprio nome para conseguir a impressão dos cartazes, e a conta ficou também para ser paga algum dia), além de muitos sustos, o pior deles quando apareceu no escritório um “cliente” encolerizado para cobrar a “sua parte”, de arma na mão, impróprios na boca e a ameaça de barbarizar o local. Mas o moço das motos a essas alturas já tinha se evaporado com os dividendos expropriados do capital social alheio, e ninguém sabia por onde andava.

Aliás, diga-se, a empreendedora Fernanda, assim como o jovem motoqueiro, moram no mesmo bairro do cabista da Telesp com a fantástica história que envolveu a compra de sua casa. O detalhe não é sem interesse. Pois esse é um bairro que poderia constar do rol dos casos exemplares de capital social e redes sociais atuantes. E tudo pode parecer muito edificante se o parâmetro for a “comunidade”, a “cidadania local” e o “empreendedorismo social” – tudo isso está lá. Mas, repetindo aqui a citação de Bruno Latour, se o assunto são as redes, estas não são nem locais, nem globais, apenas “são mais ou menos longas, mais ou menos conectadas”. E também envolvem “boas conexões” e “más conexões”. Quer dizer: o problema todo está em saber e compreender o modo como os vínculos e conexões operam, já que, sempre situados, se fazem na composição e conjugação entre circunstâncias, fatos, coisas e atores.⁴³ É aí que se torna perceptível a pulsação do mundo urbano. E é exatamente por aí que a barbárie de todos os dias também ganha forma, ao mesmo tempo em que o trabalho corrosivo do cupim vai seguindo o seu caminho. Antes que se diga que tudo isso é muito metafórico, reconheçamos que essas tramas também são

⁴³ LATOUR, Bruno. Fatura: De la notion de réseaux à celle d’attachement. In: MICOUD, André; PERONI, Michel. *Ce qui nous relie*. Paris: Éditions de l’Aube; La Tour d’Aigues, 2000, p. 189-208. Também: Une sociologie sans objet? Note théorique sur l’interobjectivité. *Sociologie du travail*, 1994, p. 587-607. Ambos os artigos estão disponíveis no site: <<http://www.ensmp.fr/~latour>>.

tecidas pelos fios das várias ilegalidades que vão se espalhando no mundo social. É isso o que essas histórias permitem perceber. E é por isso que, nessa primeira rodada de questões, o perueiro e o motoqueiro comparecem aqui como personagens urbanos que fazem ver os traçados que constroem os territórios, em suas relações com a cidade e suas dimensões.

Mas isso ainda abre uma outra questão: com exceção talvez do perueiro bem-sucedido, os três outros personagens aqui comentados, mas também o ex-motorista que virou assessor político e do qual falamos páginas atrás, colocam outras questões. Afinal, onde situar cada um deles? São pobres infelizes da sorte? Excluídos? Se não, faz algum sentido dizer que são então “incluídos”? São personagens que fazem os seus percursos nas tramas do mundo social. E essas categorias e as binaridades que as acompanham ficam estreitas demais para colocar em perspectiva as questões que essas histórias nos abrem. Os campos de força e toda a complicação dos tempos que correm estão exatamente nos pontos de conexão dessas tramas que fazem a tapeçaria do mundo social. Mas é aqui também que se aloja o desafio da invenção política, essa mesma que nos tempos atuais foi tragada pelo princípio gestor que trata das “pontas”, do lado vitorioso da boa governança econômica e, do outro lado, a gestão do social. E, no meio, quer dizer, em tudo o que importa, não existe o vazio que expressões como a de “exclusão social” podem sugerir, mas os fios que vão tecendo a barbárie que vem tomando conta da vida social. Mas, então, essas trajetórias e os personagens urbanos que nos permitem traçá-las nas cenas e cenários nas quais essas histórias transcorrem também nos dão pistas para pensar os elos perdidos da política na trama social de que é (são) feita a(s) cidade(s).

Riobaldo que tem a sabedoria dos grandes contadores de história, sabe do que fala quando diz que a vida é um rodado e que o demo está nas ruas. Ele sabe do que fala quando diz que o real não está no começo, nem no final, mas no meio da travessia. “Digo: o real não está na saída nem na chegada; ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”. São as veredas que fazem o Grande Sertão.
(Grandes Sertões: veredas, Guimarães Rosa).









SEGUNDA PARTE:
cenas urbanas, histórias e seus personagens

CAPÍTULO III

Nas franjas da “cidade global”:
tudo certo, tudo em ordem?









Capítulo 3

Nas franjas da “cidade global”: tudo certo, tudo em ordem?

Vera da Silva Telles

NO DISTRITO DO Jardim São Luís, a Vila Marinalva¹ é um bairro com todas as características de uma “periferia consolidada”. Casas bem construídas e bem acabadas, ruas pavimentadas, um intenso e movimentado mercado local. Próxima, uma avenida com terminais de ônibus e peruas que cobrem as principais linhas da região. Há uma cobertura bastante boa de serviços urbanos, escolas públicas, creches e um grande posto de saúde, razoavelmente bem equipado. Seguindo alguns poucos quilômetros pela Estrada de Itapecerica da Serra em direção a Santo Amaro, já na embocadura da Avenida das Nações Unidas, está o impressionante conjunto de prédios do Centro Empresarial de São Paulo. Ergue-se qual uma fortaleza, enclave globalizado incrustado ali, assinalando os limiares de dois mundos contrastados. Referência inescapável da paisagem local, mas ponto em que expectativas e bloqueios de emprego parecem se condensar: lugar possível-impossível de emprego. Os escritórios e agências de emprego estão lá localizados, mas mesmo para os empregos mais subal-

¹ Neste capítulo e em todos os outros, os nomes de nossos personagens são fictícios. Quanto aos locais de moradia, os nomes dos bairros foram alterados sempre que isso tenha sido necessário para preservar o anonimato de nossos entrevistados.

ternos, dos serviços de limpeza à ocupação de office-boys, os filtros são poderosos e seletivos. Deixar *curriculum vitae* no balcão de emprego no andar térreo é ritual quase obrigatório para os jovens da região, mas poucos alimentam expectativas de sucesso.

Ao lado, na distância de uma vista d'olhos, está o Carrefour e, à frente, o Extra. Os hipermercados chegaram à região em meados dos anos 90. O Carrefour está situado na embocadura da avenida Giovanni Gronchi, via de ligação com a Vila Andrade, portal de entrada para a região do Morumbi, com os casarões que faziam a exclusividade da elite paulista e, mais recentemente, os enormes e superluxuosos prédios de apartamento que abrigam os (muito) endinheirados em tempos de globalização. Se o Centro Empresarial está ali na sua monumentalidade, tornando visível a distância de tempos e espaços sociais, o moderno mercado de consumo parece embaralhar as fronteiras. Mais o Carrefour do que o Extra, este mais popular, menos freqüentado pela vizinhança abonada da região. Mas ambos operam como conexões entre a modernidade globalizada dos tempos atuais e os traçados da pobreza periférica. Conexões que operam pelo endividamento. Quer dizer: a financeirização do popular “fiado”, que sempre movimentou o comércio popular. Mas agora é diferente: o uso dos cartões oferecidos por ambos os hipermercados, Carrefour e Extra, move o consumo moderno, também carregando os “sinais de distinção”, para falar como Bourdieu. É assim que o mercado, a universalização operada pelo mercado, chegou lá. É com satisfação que um de nossos entrevistados, Carlos, vendedor em uma loja de móveis em Santo Amaro, conta o uso que faz dos cartões de crédito:

[...] temos o sistema de fazer compra lá, porque tenho cartão, a [esposa] também, fazemos a compra do mês, pegamos o carro e fazemos a compra mensal, de tudo. É melhor, me sinto mais em casa, de achar as mercadorias, sabê onde estão as coisas, acha tudo o que procura. O Extra também é bom, mas já não me sinto bem como o Carrefour, até porque o limite do Carrefour é quatro vezes o do Extra [...] então você quer fazer uma compra grande, alta mesmo, então vai lá e faz, passa o cartão e faz [...] no Extra o limite é tão pequeno (200,00) que não dá [...] no Carrefour é 900,00, e eles mandaram dois cartões novos agora. Eles também têm produtos mais baratos, com a marca do Carrefour, que eles compram das empresas e colocam o nome.

Aluísio, metalúrgico aposentado, é mais discreto, talvez tenha o distanciamento crítico de quem vai se equilibrando como pode na vida. Ou melhor, “se desequilibrando”:

Sempre que preciso de alguma coisa compro com cartão porque nunca tenho dinheiro sobrando. Desde que tenho cartão, nunca mais comprei com dinheiro [...] recebo o ordenado e é só para pagar o cartão. [...] como o meu dinheiro não dá, eu vou lá e compro com cartão, quando chega a fatura, pago o que posso. Não tem mês que eu não estou devendo [...].

Então vocês vão se equilibrando assim [...]?

É [...] vai desequilibrando mesmo, eu só vou pagando juros, e isso é ruim.

O Centro Empresarial e os hipermercados demarcam limites e limiares entre a “cidade global” e a periferia sul da cidade que se espalha “do lado de cá” da Marginal do Rio Pinheiros para esbarrar, na sua outra ponta, com as fronteiras naturais dos mananciais da represa do Guarapiranga. Limites e limiares transpassados pelos fluxos do mercado, com seus pontos e entrepontos de bloqueios-acessos. São poucos os que atravessam as pontes da fortaleza do Centro Empresarial. Mas as ruas contíguas parecem mais um vespeiro tal a quantidade de motoqueiros que ali se juntam para depois se espalhar por todos os cantos da cidade. Uma ruela estreita e sinuosa, que desce do bairro contíguo para desembocar quase que nas portarias do Centro Empresarial, é o ponto de encontro dos *motoboy*s. Ajuntamento que impressiona. São jovens moradores da periferia sul da cidade. Cavaleiros motorizados que fazem os traçados (alguns dos traçados) que ligam os territórios empobrecidos da região e os luminosos centros de serviços e comércio que se espalham pelo eixo oeste da Marginal do Rio Pinheiros para se concentrar e se condensar nas outras tantas fortificações que pontilham esse traçado – traçado também cruzado pelas avenidas, estas mais recentes, que surgiram no correr da década de 90 e que compõem a cartografia da “cidade global”. O fato é que os motoqueiros fazem parte da paisagem do Distrito do Jardim São Luís e estão presentes em todos os bairros que visitamos.

São muitos, é possível vê-los zanzando em bandos pelas ruas da região. Aparecem como que linhas vivas que fazem o traçado entre os vários pedaços que compõem essa espécie de caleidoscópio de lugares, espaços e territórios. Para Luís (19 anos), como para outros, a moto é um foco importante de uma sociabilidade que segue as vias que ligam entre si os vários bairros periféricos da região e unem estes com os centros de lazer e consumo que se espalham pelas avenidas:

[...] fim de semana é o dia todo [...] porque eu conheço muita gente ao redor do bairro e outros bairros também, Parque Santo

Antônio, Chácara, Jardim São Luís[...] Capão Redondo; então eu tô sempre andando por lá, você pára, conversa com um, aí fica conversando [...]

[...] todo mundo gosta de ter um moto assim pra andar... às vezes junta até cinco, seis, sai assim pra danceteria [...] sempre todo mundo reunido, todo mundo aqui gosta de ter uma motinho pra sair [...]

“Às vezes junta até cinco, seis, para ir às danceterias”. Além das danceterias nas avenidas que cortam a região, há também os shopping centers: como para muitos outros, principalmente os jovens, mas não apenas para eles, os shoppings Morumbi e Ibirapuera fazem parte das referências urbanas dos moradores da região. O Shopping Morumbi é relativamente próximo. Para o Ibirapuera, a distância é percorrida por vias de acesso fácil e razoavelmente bem cobertas pelas linhas de ônibus da região. Mas há vários outros que vão pontilhando a paisagem urbana em direção a Interlagos. É um amplo arco de centros de consumo freqüentado por gente que sai dos bairros da periferia sul da cidade. As preferências por uns e outros se diferenciam conforme estilos de vida, gostos e, também, claro, suas hierarquias de consumo e as avaliações do mais caro aqui-mais barato ali. Também participam, no mais das vezes pelas vias do endividamento pessoal, da universalização do mercado, ao mesmo tempo em que reconfiguram tramas de sociabilidade e as referências de tempos/ espaços cotidianos:

[...] a gente vai sempre junto, eu, pra ir sozinho, eu não vou, é muito difícil eu ir pro shopping sozinho[...] A gente vai sempre[...] jogar fliperama[...] e ver roupas assim, [...] um vai compra tênis, aí vai três ou quatro junto pra ver já[...] um compra uma coisa, outro compra uma camiseta, outro compra uma calça, então vai tudo junto; sempre quando vai, vai de quatro, cinco pra cima[...] Sempre chama, porque a gente não tem o que fazer aqui né[...] de manhã é aquilo né, vai jogar bola, solto pipa[...] e aí à tarde quando sai um pouquinho assim vai no shopping e[...] aí vê, roupa, tênis, sempre o que precisa, compra[...] (Luís)

As vias de acesso são relativamente fáceis. Ter um carro é coisa hoje comum, quase banal nos bairros da periferia da cidade. São carros velhos, muitos deles com evidente manutenção precária. Mas são visíveis nas garagens das casas e ruidosamente presentes nas congestionadas avenidas que cortam a região ligando a Marginal do Rio Pinheiros com o fundo da zona sul. Mas as

linhas de ônibus e os batalhões de peruas, clandestinas ou não, também fazem o traçado e permitem o acesso a essa ampla faixa por onde vão se espalhando e se concentrando os equipamentos de consumo.

Entre o Centro Empresarial e os hipermercados Carrefour e Extra está o terminal de ônibus da avenida João Dias, na embocadura da Estrada de Itapequerica com a avenida das Nações Unidas. Ponto de chegada das várias linhas de ônibus que servem os bairros da periferia, ponto de partida de outras tantas que fazem a ligação com outras regiões da cidade. De um lado, no eixo oeste, os caminhos levam aos centros globalizados da cidade e, um pouco mais à frente, os badalados bairros de classe média, Pinheiros e Vila Madalena – é por lá que circulam, com uma frequência notável, muitos dos jovens da região. De outro lado, os deslocamentos se fazem em direção ao centro da cidade e passam, antes, pelo Largo 13 de Maio, em Santo Amaro.

Aqui, outras linhas se encontram, as que descem pela longa, estreita e tortuosa avenida do M’Boi Mirim – dos fundos da região sul, nas áreas contíguas à represa do Guarapiranga, vão cortando uma paisagem muito pobre, também coalhada por favelas e assentamentos irregulares. É nesse eixo que se situa o Jardim Ângela, que ganhou as páginas da mídia pelos seus altíssimos índices de criminalidade violenta. E mais recentemente porque virou quase que um espaço de disputa pelas mil e uma organizações do chamado Terceiro Setor que lá atuam, algumas com o apoio da TV Globo e, claro, das organizações internacionais (Banco Mundial, Unicef). Um pouco antes encontra-se a Vila Remo: nos idos dos anos 70 e 80, ficou famosa, não ruidosamente e mediaticamente famosa como é agora o Jardim Ângela, mas pelos circuitos que articulavam na época a esquerda clandestina e as comunidades eclesiais de base. É lá que fica a Paróquia de Vila Remo, centro de irradiação do “cinturão vermelho”, que então era a marca da região sul e se estendia e contemplava o Distrito do Jardim São Luís, que é aqui o nosso ponto de partida. Vila Remo era um ponto de referência. O outro era o Largo 13 de Maio, ponto de entrecruzamento desses dois grandes eixos que cortam a região: a Estrada de Itapequerica e a Estrada do M’Boi Mirim. Aqui, o “cinturão vermelho” cruzava e se confundia com o cinturão dos empregos. Esses eixos que fazem articulação entre os bairros da região estavam, então, pontilhados, marcados e demarcados pelas grandes fábricas de São Paulo. Era o contraponto do ABC paulista. Ponto de passagem obrigatório, o Largo 13 era também a referência. Foi lá que o PT foi lançado, disse um de nossos entrevistados. Exagero ou não, o fato é que era o local de referência para encontros, comícios, as grandes

greves e manifestações operárias que agitaram a cidade a partir de 1978, até meados dos anos 80. Era também para lá que todos iam encontrar os empregos que eram então oferecidos – “a gente não procurava emprego, eles ofereciam emprego”. Hoje, as empresas sumiram, os “bons” (e para muitos inacessíveis) empregos estão em outro lugar, no outro eixo que liga a região com o chamado quadrante sudoeste da cidade. E o Largo 13 aparece agora simplesmente como um lugar feio, sujo, com um comércio empobrecido e construções degradadas, ruas tomadas por miríades de camelôs.

O impacto da reconversão econômica é nítido nessa região, que foi o principal pólo de concentração das indústrias fordistas da cidade. As grandes plantas industriais desapareceram de lá. E os pontos de referência se deslocaram. E assim voltamos ao Distrito do Jardim São Luís, ponto de entrecruzamento dos grandes centros de consumo, dos equipamentos urbanos e dos pólos de emprego, seguindo os fluxos da “cidade global” que vão como que transbordando para o lado de cá. Como numa grande angular, fica aí perceptível o confronto entre a “cidade fordista” e a “cidade global”, perceptível na paisagem urbana, nos seus pontos de confluência e bifurcação, na imbricação e superposição de diferentes universos sociais.

Histórias de um bairro

Na Vila Marinalva, os circuitos da “modernização” da cidade compõem a paisagem local com as marcas do “progresso” de uma região que, 30 anos atrás, “não tinha nada”: nem água, nem esgoto, nem cobertura elétrica, e onde tudo era difícil – até mesmo a aquisição dos bens de consumo mais básicos obrigava homens e mulheres a longos e penosos trajetos em linhas de ônibus precárias. Comparando com o tempo dos primeiros assentamentos, é um bairro com todas as características da modernização urbana. Sinais evidentes do “progresso”, não fosse a inquietante proximidade, do “lado de cá”, com os bairros de muita má-fama e muita precariedade. De um lado, o Parque Santo Antônio, que junto com o contíguo Capão Redondo e o próximo Jardim Ângela, compõe o chamado “triângulo da morte” – regiões que ganharam fama pelos mais altos índices de mortes violentas na cidade de São Paulo. Do outro lado, uma imensa região de favelas, ampla faixa que vai se espalhando por uma espécie de empilhamento de casas e barracos que se confundem e se misturam na paisagem local. São esses limiares que dão a tonalidade e definem a pulsação das histórias que aí transcorrem, entre os traçados que os articulam com o

lado moderno e reluzente da cidade e os outros que se estendem do “lado de cá” e se bifurcam por entre essa espécie de mosaico de situações, espaços e tempos que se superpõem, se diferenciam e se aproximam ao mesmo tempo.

Foi nessa região que foram lançadas as comunidades eclesiais de base ainda no início dos anos 70, anos de chumbo da ditadura militar, histórias de repressão política e também de resistência por meio do “trabalho de base” nos bairros distantes da cidade. Assim como aconteceria no outro lado da cidade, em São Mateus, zona leste, foi nessa época que teria início a história dos movimentos sociais, contada muitas vezes por seus personagens em tom épico e também muito nostálgico. O que sabemos desse pedaço foi através de Emília, liderança comunitária muito ativa na região. Na sua descrição, a Vila Marinalva, na época, era mesmo um fim de mundo. Não tinha nada – asfalto, luz, água. O ponto de ônibus mais próximo era longe: exigia 15 minutos ou mais de caminhada. E ainda por cima, era tudo loteamento clandestino. E é daí que começa a história. Conta que “tudo começou” em uma missa em que o padre provocou os fiéis, dizendo – conclamando – que teriam que se mexer e reivindicar a regularização dos terrenos. Era o padre da paróquia de Vila Remo. Lá estava o coração da ala mais à esquerda da Igreja e das comunidades de base; e também dos movimentos populares – foi lá que se organizou, em meados dos anos 70, o Movimento contra a Carestia, talvez o primeiro movimento popular com articulação estadual e depois nacional, e do qual saíram várias das lideranças que haveriam de ganhar a cena política nos anos 80. Foi lá também que foram organizados os primeiros movimentos sociais da região: além do movimento pela regularização dos loteamentos, as reivindicações por transporte (na mesma época) e, depois, por água, escola e postos de saúde. Vila Remo era também o local que centralizava as atividades da Pastoral Operária e foi um importante ponto de articulação do Movimento de Oposição Sindical, formado por militantes da esquerda operária (organizações clandestinas, junto com a esquerda católica) dos anos 60/70.

Diz Emília que o loteamento onde mora foi o primeiro, em toda a São Paulo, que se organizou – “praticamente inauguramos o movimento do loteamento clandestino”. É um cenário que traduz muito da história da chamada “urbanização periférica”, acompanhada pelos movimentos populares que foram conseguindo, no correr dos anos, as melhorias urbanas. Histórias e trajetórias de uma geração que chegou em São Paulo nos “bons tempos” do emprego farto e esperanças de uma vida melhor: as grandes fábricas de Santo Amaro (Caterpillar, Metal Leve, MWM e outras) fazem parte da memória

local e pontuam boa parte das biografias. “Bons empregos”, aquisição da casa própria (muitas vezes em loteamentos clandestinos) e melhorias urbanas (via movimentos populares) compõem uma história comum, mas também as histórias individuais e familiares.

De lá para cá muita coisa mudou. O “progresso” chegou, é verdade. Mas as grandes fábricas não existem mais, e o desemprego é grande. No correr dos anos, diz Emília, muita gente chegou, a carência de moradia é enorme e as famílias vão se instalando como podem, da forma mais precária possível, mesmo que seja em caixotes de madeira no córrego que atravessa o bairro. Dali mesmo da rua em que Emília mora, é possível ver essa paisagem contrastada.

Foi no correr desses últimos dez anos que tudo piorou, lamenta Emília. Tempos difíceis: oito anos de uma gestão municipal predadora e truculenta (Maluf e Pitta), que desestabilizou os movimentos de moradia e desfez muitas das conquistas dos anos anteriores. Ao que parece, o malufismo na região é forte (ou era, até muito recentemente). E é uma turma muito truculenta, Emília comenta. E lembra: na gestão de Luíza Erundina (PT, 1988-1992), foi criado um Centro Comunitário na região. Com a vitória de Maluf, isso foi destruído. No dia seguinte à vitória, chegaram no meio de uma festa que estava acontecendo no Centro: vieram em bando, ameaçaram de morte, com gente apontando arma de fogo para o pessoal que estava lá, a começar dela própria. Oito anos depois, só restava a carcaça – “eles levaram as portas, janelas, piso, telhas, tudo...”. Além disso, continua Emília, os padres progressistas foram mandados para longe, as comunidades de base já não são o que eram antes e entraram em cena as igrejas evangélicas com seus templos que se multiplicam em cada canto e por todos os cantos. E também a conservadora ala carismática da Igreja Católica, que construiu nas proximidades (na avenida das Nações Unidas) um majestoso templo. Aos domingos, é possível ver nas ruas da região fileiras de ônibus e muito movimento de carros se dirigindo para lá, levando multidões para assistir às performances do mais que midiático Padre Marcelo. Foi também no correr desses anos que a presença do tráfico de drogas começou a ser notada (ou mais notada) e, relacionadas com isso ou não, histórias (fictícias ou reais) de mortes e chacinas. Emília compartilha a avaliação de muitos outros: a violência é um problema que afeta uma juventude sem expectativas de vida, mas também sem locais de lazer – ficam zanzando na região sem ter o que fazer. Além disso, o desemprego. O pessoal que entra no mundo das drogas são jovens, na verdade, crianças de 14, 15 anos. Os adolescentes

estão sendo mortos – “isso dói muito”, são garotos que vimos nascer aqui do lado – “dói muito ver crianças conhecidas sendo mortas”. Antes era “um bairro pacífico, gostoso de morar”. Agora, “todos nós temos medo”. É gente que vem de fora, “eles aparecem todos enturmados e encapuçados”... “são eles que dão medo”.

Histórias familiares: percursos dos tempos fordistas

Esse é o cenário no qual transcorrem as histórias de Aluísio e Gerald, e as de Carlos e Rita. As duas famílias são vizinhas, moram a poucos metros uma da outra.

Para ambos os casais, a casa e a família operam como centros de gravitação de suas vidas. Os circuitos dos primeiros são mais diversificados e mais amplos, pela história que carregam e pela extensa rede familiar que construíram em seus percursos. Em que pese as diferenças de longitude de suas referências, casa e família demarcam as fronteiras de territórios construídos nas relações entre percursos de vida e as circunstâncias do espaço em que a morada está situada.

Construindo territórios

Um presente feito de referências de tempo e espaço

Se a gente olha para trás a gente acha até muito bom...
e se a gente olha o que tem por aí, dá até arrepio...

Aluísio (64 anos) e Geralda (62) compõem uma extensa família constituída por doze membros, incluindo genros e netos. São três diferentes domicílios construídos no mesmo terreno. O casal vive em uma casa grande, bem construída e bem equipada – TV, aparelho de som, ambos novos e modernos, telefone e um celular que toca freqüentemente. A história familiar corresponde à própria história da Vila Marinalva: loteamentos clandestinos, autoconstrução da moradia e lutas para a regularização do terreno. Traçaram um percurso também ele expressivo do que a literatura definiu como “urbanização por expansão de periferia”. Aluísio e Geralda vieram para São Paulo no começo dos anos 60. Os dois são migrantes da Bahia. Para ambos, a acolhida de

parentes que já moravam na região foi importante para seus percursos futuros. Não vieram juntos. Só se conheceriam e casariam anos mais tarde.

Seu Aluísio nasceu em Catolé, Bahia. Aos 20 anos veio para São Paulo. Era o ano de 1961. Veio porque lá a vida era muito difícil, não tinha terra para trabalhar – “era terra para os outros”... “vim um pouco por ilusão, um pouco por necessidade”. Já tinha irmãos morando em São Paulo. Chegando, foi morar em Cubatão. Trabalhou três anos na Cosipa, que, na época (1961), estava ainda em construção. Dividia uma pensão com os primos, todos solteiros. Conseguiu o emprego em alguns dias – “lá naquela época era fácil, era o emprego que procurava o trabalhador”... “chegava do norte, praticamente cego, se não tinha alguém para dar um empurrãozinho ... mas os primos ajudaram”. Trabalhava de carpinteiro. Demitido em 1963, “subiu a serra” e veio para São Paulo. Foi morar com um irmão na Ponte Pequena (perto da estação Armênia). Arrumou emprego como cobrador na empresa de ônibus São Luís (em 1963), e foi então morar em pensão em Santo Amaro. Depois disso, pela indicação de um amigo, conseguiu um trabalho como caseiro do presidente do “Clube Banespa”. Era no Paraíso. Depois, trabalhou no almoxarifado do Clube Banespa, na avenida Santo Amaro, onde ficou três anos. Dividia o quarto com aquele que seria seu futuro cunhado. Em 1996, conhece e casa-se com Geralda. O casal vai morar em casa de aluguel no Jardim Germânia.

Em 1967, quatro anos depois de sua chegada à cidade, Aluísio dá início à sua trajetória de operário industrial. Ele tinha então 30 anos. Passou por muitos empregos, mas foi um percurso marcado por algumas das empresas que pontilhavam a paisagem industrial de Santo Amaro: Lacta, Metalúrgica Albabi, Pirelli, Metalúrgica Primoelétrica. Sempre em postos pouco qualificados e mal remunerados. Mas foi uma trajetória contínua, sem grandes interrupções. E o saldo seria o sonho realizado da casa própria e uma família razoavelmente bem estabelecida. Na época trabalhava na Faguer e morava no Jardim Tomas (no eixo da Estrada do M’Boi Mirim): alugavam uma pequena casa, o proprietário pede a casa e o casal se ajeita como pode em um barraco de uma favela da região. As peripécias da moradia foram todas na região sul – Jardim Germânia, Santa Margarida, Capão Redondo, Jardim Tomas. Em 1977, Aluísio ficou sabendo por amigos que existia um terreno para vender na Vila Marinalva. Juntou esforços e recursos com um parente, comprou o terreno, construiu dois cômodos e a família lá se instalou em 1979. Passaram-se ainda muitos anos até a casa ganhar a forma e a aparência de hoje. Em 1990, a aposentadoria por tempo de serviço.

Em sua longa trajetória como operário industrial, sempre se manteve filiado ao sindicato – o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo: “sempre, sempre me filiei em sindicato de categoria, sempre participava das assembleias, o sindicato sempre se interessava pela gente, então eu também ia. O pessoal dos metalúrgicos, eram todos muito amigos Tinha muito benefício no sindicato, assistência médica gratuita e outras coisas... e também lutava muito pelo funcionário”. Aluísio fala de nosso velho conhecido sindicato assistencialista da tradição getulista e dos tempos do famoso Joaquinzão, pelego conhecido e renomado que manteve as rédeas do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo por décadas seguidas. E a família desfrutava, com gosto e proveito, dos serviços médicos, da colônia de férias e também das festas que o sindicato promovia. No entretanto, o loteamento clandestino, a autoconstrução e a briga pela regularização do terreno.

Quando se conheceram, Geralda trabalhava como empregada doméstica e morava na casa de seus patrões. Foi seu primeiro e único emprego em São Paulo. Com o casamento, deixa de trabalhar; o centro de sua vida passa a ser a família e os filhos. Quando compram o terreno na Vila Marinalva, o casal tinha um filho recém-nascido e mais dois, de 9 e 7 anos. O último chegaria cinco anos depois. Histórias que parecem tecer ao vivo o que a literatura chama de “modelo do chefe provedor”, construído na conjugação entre o trabalho regular e a autoconstrução da casa própria. A chamada “urbanização por expansão de periferias” é o movimento, tal como o andamento que define o tom e o ritmo dos “tempos fordistas” e seu inacabamento.

Vinte anos depois, os loteamentos estão regularizados e o bairro “progredu”. Tempo marcado e demarcado por um duplo eixo de referências – ponto e contraponto – que define o território nas suas relações com a história interna da família e as circunstâncias do espaço.

O aposentado Aluísio traça o desenho do bairro, fazendo a marcação das diferenças com o que era antes e o contraponto com o entorno: de um lado, as melhorias conquistadas pelo “movimento”, a “luta dos moradores”; de outro, os outros bairros muito piores, “dá até arrepio de ver”. E comenta Aluísio: “perto do que a gente vê por aí, isso aqui é um paraíso”. Mas agora, diz ele, “o pessoal não se interessa mais, foi ficando como está hoje”:

Mudou muita coisa desde aquela época?

Vixe como mudou de lá para cá!!!... muita coisa foi através de luta da associação de moradores daqui... a gente andava mais de

dois km para pegar o ônibus... Aqui também era terreno irregular, tiveram muito problema para tirar a escritura. Estava tão irregular que tinha até dívida para pagar... depois de muita luta conseguiram regularizar e tirar a escritura.

...Depois... o pessoal não se interessava mais, se acomodou, foi ficando como está hoje, mas o que conseguimos até hoje foi tudo luta da união dos moradores ...

E o bairro?

Eu acho que é uma região boa. Falta muita coisa, mas se a gente olha para trás a gente acha até muito bom. E se a gente olha o que tem por aí, dá até arrepio... perto do que a gente vê por aí, isso aqui é um paraíso.

Por que as outras regiões não evoluíram?

Isso aí tem dois motivos. Daquele tempo para cá, talvez o pessoal do bairro não se une, não se interessa. Ou então os políticos não se interessam. Não sei se foi falta de empenho dos moradores, ou se foi falta de interesse dos políticos. Tem muito ofício mandado para a Prefeitura... está tudo na gaveta. Agora estão fazendo uma campanha para resolver o problema do córrego aqui... já matou gente aqui... Tem ainda muita coisa para fazer, coisa que foi reivindicada e não conseguiram até hoje.

Aluísio deve ter sido aquele tipo de morador que vai às reuniões, que assina abaixo-assinado, que apóia o movimento, sem ter uma militância mais ativa. Mas são percursos que definem algo como uma cartografia da região: o “antes e depois”, o “como era no começo” e o “como está agora”. As referências de tempo estão ali como que condensadas nas coordenadas que definem espaços e territórios. É uma cartografia construída pelas marcas que fazem as diferenças entre lugares, mas também pelas densidades, poderíamos dizer, da trama das relações, o modo como uns e outros lidam com as circunstâncias – “o pessoal não se interessava mais, se acomodou, foi ficando como está hoje...”.

A filha Mariângela, 32 anos, traça um desenho parecido. Tinha 10 anos quando a família chegou na Vila Marinalva. Tem a memória viva dos tempos em que todos se empenhavam na construção da casa. Hoje, é professora em uma escola estadual próxima à sua casa (funcionária pública concursada), tem um filho de 12 anos e está separada do marido há oito anos. Gosta de morar por lá: “eu gosto daqui, moro aqui há 20 anos no mesmo lugar... todo mundo que mora aqui está aqui há muitos anos, então a gente conhece todo mundo”. É assim que descreve a região:

Aqui evoluiu bastante... Mas essas regiões ao lado, não sei se não têm uma dormência, as pessoas não lutam por mais nada, não têm a garra de antes. As pessoas hoje estão muito conformadas com o que acontece. As coisas vão acontecendo e... sei lá, as pessoas dizem – a gente é pobre, tem que aceitar... não tem perspectiva de melhorar, então as pessoas não dizem “vamos nos unir que a gente consegue...” as pessoas estão sem objetivo nenhum, não lutam por mais nada, isso começa e aí vai se espalhando como uma praga que vai contaminando todo mundo...

... eu fico pensando, porque estacionou?... mesmo quem já conseguiu, está estacionado. Aquele grupo que existia, aquelas cabeças que estavam na frente ... não tem mais, não surgiram novas pessoas, novas idéias. Quando você sai de ônibus e sai do bairro aqui, vai dando angústia porque você fica vendo aquilo [fala de um trajeto até o próximo Campo Limpo]...

O tempo das grandes mobilizações passou. Mas é um tempo conjugado a partir das configurações de um presente tal como este que vai se desenhando no jogo de referências que marcam lugares e territórios – “aqui evoluiu muito... moro aqui há 20 anos e a gente conhece todo mundo...”. Mas algo parou, estacionou: “o pessoal não se interessava mais, se acomodou, foi ficando como está hoje...”. Possibilidades bloqueadas: “os políticos não se interessam, tem ainda muita coisa para fazer, coisa que foi reivindicada e não conseguiram até hoje...”. Tempos condensados nas marcas que definem as diferenças na paisagem: “se a gente olha o que tem por aí, dá até arrepio... perto do que a gente vê por aí, isso aqui é um paraíso..., quando você sai de ônibus e sai do bairro aqui, vai dando angústia porque você fica vendo aquilo...”.

Hoje, o casal Aluísio e Geralda tem suas vidas demarcadas pelos tempos/espacos da família e sua morada. Desde que se aposentou, Aluísio faz bicos de vez em quando, serviço de pedreiro nas casas ali no próprio bairro. Faz também carreta com uma Kombi velha. No entanto, na maior parte do tempo fica mesmo parado... “não aparece serviço, é pouco”. Os filhos partilham entre si os gastos domésticos, e a vida vai se equilibrando. A importância da família é evidente. A extensa rede familiar é operante. Geralda visita regularmente uma irmã que mora em Marília, no interior de São Paulo. Quanto aos outros, moram todos por perto – Piraporinha (“lá tem uns cinco”), Capão Redondo, Jacira. Todos se visitam e também se ajudam mutuamente – “se um precisa o outro acode”. E quanto ao mais, a família vem sendo uma fiel seguidora do Padre Marcelo – o único que não frequenta os cultos aos domingos é o Seu Aluísio. Quem iniciou isso foi Mariângela, a

filha mais velha, que, diz ela, pouco a pouco, foi levando todos os outros. Menos o pai.

* * *

“No Largo 13 tinha as peruas que ficavam lá procurando gente para trabalhar para as metalúrgicas, com alto-falante ... hoje está cheio de camelôs”

Os percursos que Carlos e Rita traçaram para chegar e se estabelecer na Vila Marinalva são parecidos com os de Aluísio e Geralda. Modulações dos tempos fordistas. O casal não sofreu os percalços dos loteamentos clandestinos – tiveram a sorte de adquirir um terreno em situação regular e a conquista de sua morada não passou pelas movimentações que agitaram os tempos em que chegaram na Vila Marinalva. Conheceram-se ainda na Bahia. Já estavam noivos quando Carlos veio para São Paulo (1976). A situação na Bahia não era de miséria, mas eram então os tempos da promessa da cidade de São Paulo: bons empregos, boas chances de progresso na vida – “o pessoal que mora na Bahia, em Pernambuco, nos outros estados, sempre tem a ilusão de que São Paulo é onde ele vem ganhar dinheiro – é ilusão mesmo ... saí de lá com essa ilusão”.

Carlos vem para São Paulo, arruma emprego, consegue guardar algum dinheiro e, um ano depois, vai buscar a noiva na Bahia. Casam-se, voltam para São Paulo (1977) e vão morar no Capão Redondo: alugam os fundos (dois cômodos) da casa de seus primos. Aí ficaram quatro anos. Depois, já com o primeiro filho, vieram para a Vila Marinalva: junto com um irmão de Carlos, compraram o terreno (em 1982), que, depois, foi dividido entre as duas famílias, cada qual construindo a sua própria casa. O outro casal não mora mais lá. Diz Rita que mudaram para Mato Grosso: o rapaz trabalhava na metalúrgica Metal Leve, mas foi demitido quando a empresa saiu de Santo Amaro; comprou um caminhão e foi trabalhar como transportador de soja em uma cidadezinha de Mato Grosso – “agora, estão muito bem”, avalia Rita. “Fomos construindo aos poucos, primeiro a parte de baixo e depois a parte de cima”: os dois trabalhavam, ele garantia o aluguel e, ela, o material de construção. Para terminar a casa, com a parte de cima e tudo, levaram de 8 a 10 anos. Hoje, é uma casa espaçosa, com bom acabamento e bem equipada (TV e aparelho de som relativamente novos e modernos, além dos equipamentos todos de cozinha).

O casal tem quatro filhos. Os dois menores (14 e 12 anos) estudam. O mais velho, 22 anos, começou a trabalhar aos 14 anos e é auxiliar de escritório de uma grande empresa de papel e celulose, na avenida Faria Lima. O segundo, 18 anos, é *office-boy* em uma corretora de imóveis na avenida das Nações Unidas, nas proximidades da ponte do Morumbi, imediações da avenida Berrini. É o seu primeiro emprego. Ambos seguem seus percursos ocupacionais no moderno e rico eixo globalizado da cidade.

Carlos, 52 anos, é vendedor em uma loja de móveis em Santo Amaro. Chegou em São Paulo em 1976, logo arruma emprego e segue um percurso que passou pelas grandes lojas de departamento que vão como que pontuando, demarcando, tempos e ritmos da modernização paulista: Eletrodomésticos (no Largo 13 de Maio, no bairro de Santo Amaro), Bazar 13 (no Shopping Ibirapuera), Hipermercado Eldorado (avenida 9 de Julho), Lojas CEM e G. Aronson. Está atualmente às vésperas da aposentadoria. Carlos sempre trabalhou como vendedor. Enfatiza isso com orgulho, como prova de sua experiência e sucesso profissional – “não fiz outra coisa na vida senão vender”, diz. É nesse registro que ele conta sua trajetória ocupacional em São Paulo, sempre descrevendo em detalhes os empregos que conseguiu, enfatizando os seus talentos de bom vendedor e a experiência que lhe abria as possibilidades de emprego. No entanto, vive atualmente o drama das vésperas da aposentadoria, vendo suas chances no mercado de trabalho diminuírem por causa da idade. É um momento em que a sua experiência já vale pouca coisa – “como o emprego está difícil hoje, as empresas pegam pessoas que ganham menos, e pra pessoa que conhece, como eu que tenho 25 anos de experiência, fica então mais difícil...”.

Rita, 49 anos, é costureira e trabalha em casa. Ela seguiu os percursos que caracterizam as trajetórias ocupacionais femininas, cheias de interrupções e inflexões em razão das dificuldades de conjugar trabalho e vida doméstica. Quando chega em São Paulo, consegue emprego como vendedora da Eletrodomésticos (avenida 9 de Julho), onde o marido já trabalhava. Em 1975, nasce o primeiro filho. Sai do emprego e volta a trabalhar em 1979 no Bazar 13 (Shopping Ibirapuera), de novo seguindo o trajeto do marido que trabalhava lá como vendedor. Em 1982 vem o segundo filho e, a partir daí, Rita encontra na costura um jeito de conciliar trabalho e os cuidados domésticos. Colocou uma placa na frente de sua casa – “consertos e costura” – os clientes foram chegando e, até hoje, diz ela, nunca faltou serviço.

De lá para cá, o bairro evoluiu muito, diz Carlos. Gosta de morar lá. É bairro bom e bem servido de equipamentos. É também um bairro em que

sempre recebeu ajuda dos vizinhos, desde os duros tempos da construção da casa:

Os vizinhos ajudavam... emprestavam material, emprestavam bico de luz. O bairro foi bom, e até hoje é bom. Nesse tempo que moramos aqui, nunca tive problema... todo mundo me conhece... lá na avenida, se perguntar pelo Carlos todo mundo sabe ou a Rita – todo mundo conhece a “Rita costureira”. Pessoal ajuda, e a gente também sempre procura ajudar... .. tenho muita amizade por aqui.

... é um bairro bom porque foi da onde tive o apoio, dos moradores e do bairro. Meus filhos nasceram aqui, nunca tiveram problema de assalto, eu mesma nunca tive problema de assalto por aqui. O bairro evoluiu muito: quando cheguei não tinham essas casas todas, hoje não tem mais terreno para comprar, todo mundo com sua casinha; não tinha asfalto, água não tinha (era poço), era fossa e a água era contaminada...

Mas é o futuro incerto dos filhos que projeta uma sombra no sucesso familiar. Ao responder a uma pergunta sobre o futuro esperado para os filhos, o vendedor Carlos começa a falar das dificuldades do emprego. É a referência para a comparação com os tempos em que as grandes metalúrgicas compunham a paisagem de Santo Amaro – “a gente não procurava emprego, eles é que ofereciam emprego, em qualquer loja tinha placa, nas fábricas também”. Se antes o Largo 13 era o lugar em que ficavam as peruas que arregimentavam trabalhadores para as grandes fábricas (Metal Leve, Ford, Caterpillar, MWM), agora está povoado por camelôs. Assim como o Largo da Batata, ainda acrescenta Carlos. Os lugares que, antes, eram a referência do emprego bom e farto, agora é o cenário povoado por gente que se vira como pode para arrumar algum dinheiro, entre a atividade incerta dos camelôs – “o pessoal só compra fiado porque está todo mundo em condição difícil” ou, então, o roubo e o assalto – “é gente que não devia estar nisso, é gente que perdeu emprego, não tinha nível de estudo, pegou aquele dinheiro... e caiu, não conseguiu casa para morar, não procurou fazer nada... então chega a se sujeitar a assaltar um pai de família”. Agora, é preciso muito estudo, enfatiza Carlos, e é isso que introduz uma ponta de dúvida no projeto familiar: “o Aílton fez o preparatório para a faculdade, mas trancou matrícula – a mensalidade da faculdade está na faixa de 600,00 – ele ganha mais ou menos isso. Não dá para fazer a faculdade, a não ser que eu patrocinasse, mas não tenho condições”.

Hoje está mais difícil. Quando eu comecei aqui em São Paulo, a gente não procurava emprego – eles ofereciam emprego, em qualquer loja tinha placa, nas fábricas também – no Largo 13 tinha as peruas que ficavam lá procurando gente para trabalhar para as metalúrgicas – com alto-falante. Até há 10 anos atrás... mas a Metal Leve, a Ford, a Caterpillar, a MWM, as empresas grandes todas saíram de São Paulo. Então o emprego reduziu.

Por isso que hoje no Largo 13 está cheio de camelôs; os roubos, os assaltos que tem hoje em São Paulo é gente que não devia estar nisso, é gente que perdeu emprego, não tinha nível de estudo, pegou aquele dinheiro... e caiu, não conseguiu casa para morar, não procurou fazer nada... então chega a se sujeitar a assaltar um pai de família.

No Largo 13 de Maio, no Largo da Batata na Teodoro Sampaio, não dá nem para andar, o pedestre tem que andar na rua, porque as calçadas estão cheias de camelôs... pega um dinheirinho e vai montar um negócio para o pão de cada dia, e o pessoal só compra fiado porque está todo mundo em condição difícil. Hoje a pessoa está pedindo a Deus para não sair do emprego, mesmo ganhando pouco...

Tem que ter estudo. Mas é difícil hoje formar um filho, o pai pode querer mas não tem condições... o Aílton fez o preparatório para a faculdade, mas trancou matrícula – a mensalidade de faculdade está na faixa de 600,00 – ele ganha mais ou menos isso. Não dá para fazer a faculdade, a não ser que eu patrocinasse, mas não tenho condições.

As incertezas dos tempos dão um outro parâmetro para avaliar o sentido da trajetória de Carlos. Pela voz de sua mulher Rita, a questão aparece de forma explícita. Se o orgulho profissional e o sucesso familiar marcam a fala de Carlos, Rita fala do marido com outras ênfases. Incerteza dos ganhos: dela como costureira, que depende da clientela; dele como vendedor, que ganha por comissão. Incerteza quanto ao futuro dos filhos: a faculdade é um sonho quase impossível, mensalidades altas demais para a família. Avalia que um emprego fixo seria melhor do que sua atividade de costureira – “eu pegaria um ordenado fixo, poderia saber o que eu poderia fazer... se tem um salário fixo dá para fazer o orçamento, planejar ... daí não dá para pagar curso para os filhos... um mês dá para pagar, o outro não”. As chances dessa estabilidade e previsibilidade na vida é algo que, para Rita, está fora do horizonte das possibilidades. Ao falar de suas poucas chances no mercado de trabalho, fala, na verdade, do estreitamento das oportunidades de seu marido. E comenta que, se o marido, quando jovem, tivesse entrado em uma

grande metalúrgica, a sua situação estaria melhor – compara com um primo que trabalhou na Ford e que agora está “bem de vida”:

Antes era melhor; existia muita metalúrgica, eles ofereciam, eles procuravam funcionários; não exigiam muita escolaridade... eu tenho um primo que veio de lá, só com o primário, entrou na Ford e hoje em dia... ele estudou lá, e se formou em mecânica, e agora está aposentado [...] Na época, se meu marido tivesse entrado em metalúrgica, estaria melhor hoje... mas a área dele é comércio. Mas as firmas boas saíram de São Paulo, foram para o interior.

O fato é que, com seus 25 anos de experiência, Carlos se vê diante da relativa deterioração das condições de vida: tirou os filhos de escolas particulares, agora estudam na escola pública local – “perua vinha pegar em casa, mas o salário vai diminuindo e os colégios aumentam de ano a ano as mensalidades”; se em momentos anteriores teve o suporte do convênio médico da empresa em que trabalhava, agora depende da rede pública e do posto de saúde da região (péssimo, na avaliação da esposa). E quanto aos filhos maiores, ajudá-los a pagar uma faculdade está fora de suas possibilidades.

Traços da violência

Casa e família: fronteiras e limiares

É assim que Carlos, o vendedor, traça o mapa da Vila Marinalva:

A Vila Marinalva começa daqui, dessa rua aqui até sair na Praça do Carmo, no Capão Redondo; aqui subindo, vai dar no bairro Jardim São Luís próximo à caixa d'água; saindo pra esse lado aqui vai dar no Vaz de Lima e o miolo aqui é a Vila Marinalva... Aqui evoluiu muito: não tinha farmácia; só tinha uma linha de ônibus lá no final – 10 a 15 minutos pra chegar ao ponto no final, no Parque Santo Antônio, que era de onde saíam os ônibus. Hoje tem supermercado, e tem o Extra, que tem cartão de crédito e tudo... hoje tem 5 farmácia, tem padarias grandes, tem tudo aqui no bairro.

... é um bairro bom porque foi da onde tive o apoio, dos moradores e do bairro. Meus filhos nasceram aqui, nunca tiveram problema de assalto, eu mesmo nunca tive problema de assalto por

aqui. O bairro evoluiu muito... até o Morumbi tem favela perto! Aqui também tem uma favela, ali perto do mercado...

É uma descrição bastante precisa. Mas está longe de ser neutra nas suas coordenadas espaciais. Carlos situa Vila Marinalva no miolo do Jardim São Luís, perto do Capão Redondo, nas proximidades do Parque Santo Antônio e ao lado de uma favela. Um miolo encravado entre bairros conhecidos e mal afamados pela violência. É nesse jogo das referências do espaço que cobra a ênfase com que diz que “meus filhos nasceram aqui, nunca tiveram problema de assalto, eu mesmo nunca tive problema de assalto por aqui”. Apesar de mais vaga e lacônica, a delimitação das fronteiras na geografia do local aparece também na fala de Rita. Ao ser solicitada para avaliar o bairro, sua resposta foi tão curta quanto eloquente: “o Parque Santo Antônio fica aqui do lado”, comenta Rita, “mas graças a Deus nunca tive problemas, graças a Deus, eu tenho orgulho dos meus filhos”.

Mais do que descrição de uma geografia, são as fronteiras e os limiares de um território que são aqui delineados. Suas coordenadas são projetadas a partir da moradia, ponto de ancoramento no mundo a partir do qual a paisagem ganha contornos e tonalidades. Casa e família são as marcas que definem um território. Território de proteção, poderíamos dizer, que demarca a distância com o que está “do outro lado”, foco de uma ameaça possível, pelo menos latente, projetada para o “lado de lá” – do lado de lá da rua, da vizinhança, do bairro. O mesmo jogo de referências é também mobilizado pelo aposentado Aluísio e sua esposa Geralda. Ao pedir para falar do bairro, a mesma resposta: “aqui nunca tivemos problema, nunca fomos assaltados, graças a Deus meus filhos nunca tiveram problema com isso...”.

Fronteiras, é importante dizer: não se trata de algo que separa e divide. Fronteira é o que estabelece a relação entre os lugares e reorganiza os pontos do espaço a partir dessa diferenciação entre as zonas de proteção e familiaridade e o outro lado. Suas coordenadas são lançadas da morada na qual estão constelados percursos, direções de toda uma vida e os sentidos de um mundo social construído nessa relação entre uma história interna e as circunstâncias do espaço. Não existe lugar sem referências e limites. E é isso propriamente que constrói a morada como centro de gravitação de um território. Não como célula fechada, pois, para usar a imagem de Michel Serres,² esse ponto de

² SERRES, Michel. *Statues*. Paris: Flammarion, 1987.

ancoramento pode também ser visto como um operador das passagens no mundo no qual se transita: é o lugar de onde se vem, para onde se vai, para onde se chega, de onde se sai. Passagens que são feitas, portanto, de limiares que perpassam as “zonas de proteção”, que redefinem os agenciamentos da vida familiar pela sua conjugação com outros traçados da experimentação social.

Pois essa partição entre “o aqui” e o que está “do lado de lá” é como que embaralhada para ser refeita sob outro feixe de referências. É como um caleidoscópio, que, ao ser girado, produz um outro jogo de combinação de formas e cores. É o que acontece quando são os filhos que falam do bairro, acionando outras referências que desenham o traçado de outros territórios, que se cruzam e entrecruzam com os outros, a casa e a família, mas que também seguem outras latitudes, linhas de intensidade pela quais as práticas e a experiência social vão se fazendo em conjugação com dimensões do mundo social.

A rua e a sociabilidade: distâncias e proximidades

Para os filhos de ambas as famílias, talvez porque a violência lhes concerne mais diretamente na sociabilidade cotidiana no bairro e alhures, o jogo de distância-proximidade é outro. E a violência, a experiência da violência cotidiana, ganha figurações concretas. E é aí que conseguimos saber um pouco mais como as coisas acontecem. Não é uma ameaça genérica projetada para o “outro lado”. Nada de denúncia ou condenação moral. Tampouco resignação, nada a ver com uma suposta banalização da violência como muitas vezes se diz. Há algo como um realismo de quem se ocupa com as coisas da vida, ou está na roda da vida.

São fatos do dia-a-dia: coisas que acontecem, histórias de gente que morreu aqui e ali, rumores que circulam nas ruas ou nas quermesses em que o povo do bairro se junta no mês de junho. Coisas da vida de quem trabalha todos os dias, transita pelas ruas e vê o que acontece, diz Mário, 30 anos, filho de Aluísio e Geralda:

Olha, no meu dia-a-dia, já cheguei a sair aqui de manhã quando eu era mais novo, sair pra trabalhar e encontrar um defunto na esquina aí, sabe o cara tinha acabado de matar eu tinha que passar do lado e... fazer o quê? Tem que trabalhar, tem que passar por aqui... e muitas outras coisas... meu cotidiano é assim.

Porque eu saio muito pra rua ... Então cê fica muito na rua vendo o que acontece, o que não acontece, observando. ... a violência você vê na sua frente, tal... quer dizer, só Deus pra proteger mesmo, ele sabe que não é sua hora, que não é desse jeito que você vai morrer então você não tem com que se preocupar.

São circunstâncias da sociabilidade cotidiana: se não é a violência cristalizada ali na porta, “o defunto na esquina”, é o “mau caminho” dos que entraram no mundo da droga e do crime que está ali traçando, atravessando os espaços da sociabilidade cotidiana. Um sutil jogo de distâncias-proximidades é feito não para conjurar a ameaça ou negá-la, pois é um jogo que define os lugares de cada um, e também as trocas que as regras do jogo permitem. É assim que Luís, 19 anos, o filho mais novo do vendedor Carlos e da costureira Rita, fala do bairro. Ao responder a uma pergunta sobre amigos e seus divertimentos no pedaço, Luís começa a dizer, de partida, que tem muitos amigos e que sabe separar “quem é quem”, referindo-se ao uso de drogas. A preocupação em demarcar linhas divisórias foi grande, mas também cheia de ambivalências. Fica a sugestão de uma ambivalência que não é bem dele, Luís, mas da própria condição da sociabilidade dos jovens, perpassada pelos amigos de infância que se metem em encrenca, mas que jogam futebol juntos, zanzam juntos pela região, vão aos mesmos lugares:

Ah, eu tenho amigos assim de todos os tipos entendeu, tem aqueles amigos que... eu separo bem as amizades, eu ando com quase todos, mas tipo assim... tem uns que é de um lado, tem outros que é de outro lado, ... assim, tem vários que usa drogas, a gente separa um pouco... por exemplo, eu vou na quadra jogar bola de fim de semana, então são vários assim que usa, usa até na própria quadra lá onde a gente joga bola ...

... aqui nessa rua mesmo tem vários, vizinhos que a gente nasceu junto que usa drogas né, então eu separei bastante, consegui fazer novas amizades assim...

... mas eu sempre tento manter as amizades mesmo sendo assim... a gente pode ter aquelas amizades saber que é do lado errado, mas que às vezes pode até... sei lá, ter uma... às vezes pode até precisar daquela pessoa, mesmo sendo... mesmo sabendo que aquela pessoa faz aquilo, atitudes erradas, sendo ladrão, não sendo, acho que... procuro sempre conversar, não tento separar, porque eu acho que é muito estranho né, terminar uma amizade assim de uma hora pra outra porque aquela pessoa...

São referências que marcam, assinalam, quem é do bairro e quem é de fora: um outro jeito de estabelecer as diferenças não entre espaços, mas entre conhecidos e não-conhecidos. Um outro jeito também, talvez perverso, de demarcar as zonas de proteção que definem os territórios. Perverso porque é aí que se faz ver como a violência de todos os dias também traça territórios, regula as interações sociais e subverte as relações entre proteção-ameaça, proximidade-distância. Medo? “Eu tenho mais medo fora daqui”, diz Mário. Aqui, no pedaço onde mora, conhece todo mundo e se sente seguro: “as pessoas daqui fazem mais a sua segurança do que te dão insegurança, certo?” “... os que roubam aqui têm vida curta, aqui no bairro mesmo é assim”. A lógica dos justiceiros se alimenta disso. Como ele diz, “qualquer lugar para mim longe daqui é ruim, mas... aqui nessa região eu não tenho medo nenhum... agora, eu não sei no bairro vizinho o que pode acontecer”. É assim que Mário fala da violência e do bairro:

... eu posso dizer que qualquer lugar para mim longe daqui é ruim, mas eu que conheço ali, conheço lá embaixo, aqui nessa região eu não tenho medo nenhum.[...] Olha, eu tenho mais medo fora daqui. Aqui eu não tenho medo. Porque aqui... digamos assim, eu já tive muito conhecimento do que rola por aqui, o que acontece e deixa de acontecer e... são pessoas que você vê, que você conhece, as pessoas aqui fazem mais a sua segurança do que te dão insegurança, certo? Agora, eu não sei no bairro vizinho o que pode acontecer Aqui mesmo eu me sinto seguro... apesar da violência que tem aqui eu me sinto seguro.

... Os que roubam aqui têm vida curta, aqui no bairro mesmo é assim... Teve um caso aqui de um certo rapaz que morreu, morava aqui na rua, era até amigo meu, de infância assim né, nós crescemos juntos aí na rua... por que que ele morreu? Ele roubou por aqui. Começou a roubar por aqui o pessoal foi lá e matou ele né. Então, é aquele tipo de coisa, existe a violência, mas a violência aqui, no bairro aqui, é mais para quem procura mesmo.

... você se sente acolhido por essa parte... se por exemplo é uma pessoa que entra na sua casa, que faz mal para sua família você... num momento de desespero, você não vai recorrer à polícia para resolver porque você sabe que não vai ter providência. Não, vai recorrer a outra pessoa, vai falar ‘ó, tal pessoa fez isso, isso, e isso’ e pronto. Uma questão de vingança mesmo, mas isso aí é para quem age sem razão, num momento de desespero a pessoa faz isso. Então você se sente seguro. Porque aqui, eu já vi pessoas

comuns aqui do bairro pegando outras pessoas, encostando na parede e dando geral porque não é daqui, né. “Você é da onde? O quê que cê tá procurando aqui? Tá procurando o quê?” Mas não pessoas normais, pessoas que você vê que são pessoas diferentes né.

Diferente como?

Por exemplo, nessas ruas de cima aqui, há uns tempos atrás tinha quermesse, então nós íamos para essas quermesses, ... e tinha muito convívio com pessoas até que já morreram em razão de estar envolvido com esse tipo de coisa. Mas aí todo mundo se conhecia, conhecia quem era ladrão, quem não era ladrão, quem era ladrão do bairro tal, do bairro tal, do bairro tal, e conhecia né. Aí de repente apareceu dois rapazes que ninguém nunca viu né, mal encarado, olhando feio para todo mundo, o pessoal já ia lá, já fechava essa pessoa, já “ó, da onde vocês são? Quê que vocês quer?”.

No “meio do campo”: os perfis da cidade

Fatos, circunstâncias e referências de lugar, a violência também traça os perfis da cidade que vão sendo desenhados nos circuitos da circulação urbana. Para Mário, esses circuitos são definidos pelos campos e times de futebol de várzea. Joga desde pequeno. Aprendeu e tomou gosto pela coisa com o pai, Aluísio, que o levava para assistir ao futebol da empresa, no time da Pirelli onde então trabalhava, nas proximidades de Santo André. Tornou-se um jogador convicto e apaixonado pelo futebol. Conhece “todos” os times e campos da região, mas também da cidade. Joga todos os fins de semana, participa de competições e jogos entre times formados nas diversas regiões da periferia da cidade. Do Grajaú, no fundo da zona sul, aos distantes (para ele) bairros da periferia leste. Ao falar de sua vida, do bairro e da cidade, Mário vai mostrando uma cidade travejada por uma incrível e multifacetada malha feita de times, campos, competições e jogos programados com organização e antecedência. E este é o prisma a partir do qual fala da cidade e da violência.

A violência, comenta Mário, acontece por todos os lados; as pessoas estão agressivas e, a cidade, hostil. Por quê? Foi a pergunta. A resposta veio direta: “eu lhe digo isso porque todo final de semana eu vou jogar bola”. E Mário começa então a falar do futebol de várzea:

... Eu lhe digo isso porque todo final de semana eu vou jogar bola. Então às vezes a gente tá dentro do campo a gente vê joga-

dor do nosso próprio time brigando um com o outro, você diz assim: ‘os caras vão se pegar, vão bater um no outro’. Sabe, é coisa que se acontecer de uma hora pra outra, o cara já se vê armado e dá um tiro no colega... Ainda mais com um time de fora, a gente vai jogar muito por aí, vai na região da zona leste, zona oeste, vem aqui pra zona sul bem pro fundo mesmo, vai lá pro lado do Grajaú, lá tem... todo lugar tem o que não presta, sempre tem um que não vale nada... cê tá no meio, cê não sabe quem é o cara, tem uma discussão o cara vai acabar te matando por nada, por besteira... então, não tem mais controle de nada. Outro dia mesmo, fui jogar bola no campo eu vi um incidente desse. Um cara saiu correndo atrás do outro com um revólver na mão porque o cara não tocou uma bola pra ele...

Ao falar da violência referida ao futebol de várzea, seus times e seus campos, este termina por operar como uma senha que abre ou permite entrever outras dimensões que constituem territórios. A violência é configurada num outro jogo de referências que remetem às tramas truncadas da sociabilidade.

Referências de tempo: “a garotada hoje está com arma na mão”, diz Mário. Por que isso acontece? Acontece porque “talvez eles não tiveram o incentivo que eu tive”. Foi-se o tempo em que o pai levava os filhos para assistir juntos ao futebol – “antigamente aqui no Brasil você via o pai ir no campo levar, hoje em dia não vê mais... se você não tiver alguém do seu lado pra dar um apoio, você não consegue sobreviver nesse mundão, não”:

Alguns [amigos que agora “estão com arma na mão”] que eu conheci... posso dizer assim, não tinham mãe, ou não tinham pai, ou então o pai trabalhava o dia inteiro e a mãe também, ele ficava ao deus dará... ficava lá, então no domingo ele ia jogar bola e o pai tava bêbado no bar, a mãe tava lá lavando roupa, cuidando da casa, não tinha atenção como [eu tive], ele ia crescendo só ele e os amigos, a família dele era os amigos dele, ele não tinha o pai ali na beira do campo brincando com ele [...]. Antigamente aqui no Brasil você via o pai ir no campo levar... hoje em dia não vê mais [...]. Então se você não tiver alguém do seu lado pra dar um apoio, você não consegue sobreviver nesse mundão, não.

Referências de espaço: os campos estão sumindo. E isso está acontecendo em todos os lugares – “aqui mesmo nessa região tinha três campos, um aqui, outro lá embaixo perto do final e mais um aqui em cima: acabaram com

os três”. Foi invasão: “de um dia para outro, o pessoal invade para fazer barraco, marcar terreno ali dentro”. E tiram a diversão do domingo:

... tem muito pai de família trabalhador, igual tem aqui na rua mesmo, que a alegria dele é um domingo!, ele chega o domingo doido, não vê a semana passar correndo pra chegar o domingo de manhã pra poder jogar a bolinha dele... Tinha aqui nessa região três campos, um aqui, outro lá embaixo perto do final e mais um aqui em cima: acabaram com os três. Invasão...

... esse do Caju mesmo já era pra ter acabado, o pessoal entrou lá dentro, fez a marcação, já tava construindo com cimento e tudo, da noite pro dia, levantaram as paredes lá e pronto. O pessoal foi lá e quebrou tudo, os próprio jogadores dos times. Fizeram a reunião lá entre os times foram lá eles e tiraram porque senão ia perder a diversão deles de domingo

... Mas essa cidade cresceu tanto, o povo cresceu tanto, qualquer lugarzinho o cara vai lá monta dois cômodo, entra pra dentro e... Foi o que aconteceu aqui, não aconteceu lá embaixo também porque o pessoal disse ‘não’.

E a cidade como referência: o jeito como a turma do Caju reagiu à invasão de seu campo diz algo do modo como o terreno foi ali transformado em campo. Era da Prefeitura. Daí, “não sei quem foi, sei que fizeram e aí o pessoal (combinava) – ‘domingo que vem é nosso horário’, então um domingo é você, um domingo sou eu”. E assim o terreno vazio foi virando um campo – “é, transformou, e aí foi a alegria do pessoal”. Mas não há nenhuma garantia: podem perder o campo de uma hora para outra, seja por conta das invasões, seja por conta de algum empreendimento da própria Prefeitura. Daí a importância, diz Mário, dos Centros Desportivos Municipais “para provar que ali tem um campo”, uma garantia para evitar que se transforme em outra coisa:

... o CDM já serve pra provar que ali tem um campo, que tem que ter mesmo porque a comunidade precisa de diversão. (Os bairros) não têm nada, não têm ginásio, não têm pista de skate, não têm nada, ciclovias –, não tem droga nenhuma aqui pra falar a verdade. Então a única diversão do povo aqui é o campo mesmo. Então o povo avisa pra Prefeitura ‘tem um campo ali vocês não podem mexer mais, é um CDM’. Então a comunidade fez, criou e tá ali, a Prefeitura não pode mais ir lá e construir um prédio ali, naquele terreno não. O do Caju, por exemplo, não é

CDM, se eles quiserem tirar e meter um prédio lá... não tem nenhuma garantia [...]. ... não pode deixar acabar né, porque praticamente a diversão é essa.

“Aqui no Brasil” é a expressão de que Mário lançou mão ao falar dos tempos em que pai e filho iam juntos jogar e assistir ao futebol de várzea. Mas agora tudo mudou. Os times de futebol de várzea estão perdendo espaço, a “molecada boa de bola tá lá, perdida, não vai para lugar nenhum”, ninguém está interessado em ajudar “o povo da periferia”, as pessoas só trabalham e, no fim de semana, ficam lá “só assistindo televisão”. Todo o seu desencanto com a cidade (e o país) passa por aí. Mas é o prisma pelo qual a notação do que acontece vem carregada de crítica, crítica social: “o mundo cresceu muito, a população tá crescendo demasiadamente”, diz Mário, e o resultado é que ninguém tem mais tempo “para chegar, conversar com a pessoa, dar uma ajuda, dar um apoio... ninguém tá nem aí, quem tem dinheiro mesmo... que se dane isso daqui e pronto”. Enquanto isso, as crianças não sabem mais brincar, perderam contato uns com os outros e com a terra. Grudada na televisão e nos videogames, criou-se uma barreira entre a criança e a realidade. “O negócio dela é virtual agora [...]”.

[Os times estão] perdendo espaço, você vê muita gente aí sem ter o que fazer. Dizem que futebol é uma paixão nacional aqui no Brasil – que nada! Se fosse, todo mundo dava valor [...] [...] nesses campos de várzea, a molecada tá lá, tem molecada muito boa de bola, perdida... não vai pra lugar nenhum... porque ninguém tá interessado a ajudar o povo da periferia [...]. Agora você vê o pessoal só trabalhando e chegar fim de semana tá lá, só assistindo televisão [...].

Olha... o mundo cresceu muito, a população tá crescendo demasiadamente, o pessoal não tem condições de chegar pra você e ter um tempo pra você [...], não tem aquele tempo de chegar, conversar com a pessoa, dar uma ajuda, dar um apoio, você não encontra mais hoje em dia... como é que eu posso dizer... espaço pra pessoa. Por exemplo, os campo que tão acabando mesmo é um exemplo disso [...]. Ninguém tá nem aí, quem tem dinheiro mesmo... que se dane isso daqui e pronto.

Hoje em dia também a molecada tá mais vidrada em duas coisas, que é televisão e videogame [...] Então falta aquela coisa mesmo de brincadeira mesmo de uma criança com a outra, com a terra, com... Não tem graça mais. A televisão criou uma barreira entre uma criança com a realidade que ela se perde, o negócio dela é virtual agora [...].

Essas notações sobre o futebol de várzea suscitam algumas questões importantes. Os territórios são feitos, vimos isso, de referências que marcam as distâncias/proximidades que definem as “zonas de proteção”, fronteiras e seus limiares: o lugar da morada e “lado de lá”, as diferenças entre conhecidos e não-conhecidos. Mas em torno do futebol de várzea podemos também ver que os territórios são construídos nas suas conexões com outras dimensões do mundo urbano. Algo como passagens que articulam e, ao mesmo tempo, redefinem os locais nas suas relações com outros locais e outras dimensões. Mas é isso que nos permite perceber que o futebol de várzea não é apenas um fato imediato da sociabilidade cotidiana. É uma prática urbana que vai além das circunstâncias da sociabilidade local. Suas formas de organização e o modo como mobiliza jogadores e torcedores passa por uma trama urbana que ultrapassa as circunstâncias da vida local, de um bairro ou das chamadas comunidades de referência. Com sólido enraizamento nos âmbitos locais, transborda esse perímetro. Por isso, é também um prisma pelo qual apreender aspectos importantes da experiência urbana.³ Mas é por essa razão também que é uma experiência que se abre a um jogo de perspectivas que redefine o próprio âmbito local. Nesse sentido, o território vai também sendo traçado nessa conjugação do “local” com outras circunstâncias da vida urbana. Conjugações carregadas de sentido: a violência, a família (não do ponto de vista da casa, mas da rua: “o pai e o filho juntos no campo”), as ocupações de terra, a Prefeitura e os CDMs, o lazer de domingo, as crianças que não têm o que fazer e “ficam lá perdidas”, a perda dos espaços (espaços para os times, espaços dos encontros, “espaço pra pessoa”). Essas marcações são constelações de sentido em torno das quais o mundo social ganha configurações, formas e densidades, latitude e intensidade nos modos como coisas, circunstâncias, fatos e pessoas vão sendo desenhados no jogo cruzado das referências.

Com essas marcações, outras figurações da violência. Não se trata tão simplesmente de representações sobre a violência. Mas, sim, de diferentes pontos de ancoramento que redesenham o mundo social, prismas e feixes de referência diferentes, em ressonância uns com outros, mas que permitem apreender a violência nas suas modulações concretas e sempre situadas. Talvez melhor seria dizer: a violência só se deixa perceber nessas configurações de práticas, mediações e cadeias de conexões que vão tecendo os fios do tramado social.

³ Essa questão será tratada e desenvolvida no capítulo 5.

Como iremos ver na sequência, o trabalho, mediação e poderoso conector entre a moradia e a cidade, lança um outro jogo de referências a partir de outro ponto de ancoramento social, que se abre a outros perfis da cidade, do bairro, da região – e também da violência. Em outros lugares, em outras configurações sociais, poderemos ver outros jogos de coordenadas que fazem a conjugação entre esses pólos da experiência social. Em cada um dos capítulos que se seguem nesse livro, outras modulações do campo social e também outras inscrições da violência na trama das relações sociais, suas mediações e conexões com o mundo social.

Circuitos da vida cotidiana: entre moradia e trabalho

Moradia e sociabilidade são dimensões estruturadoras dos mundos sociais e seus territórios. Também o trabalho. No caso dos jovens personagens que compõem a história dessas famílias, a teia de relações construída em torno ou a partir da família arma, ao mesmo tempo, as passagens para o mercado de trabalho. Trama serrada de relações por onde circulam informações, por onde se processam indicações e referências. Através dela conseguiram se integrar em um circuito de empregos que passa por dentro ou tangencia o moderno mercado de trabalho.

Mas essas passagens são também aberturas para outras referências e outros diagramas de relações. É isso que permite dizer que o trabalho opera como um poderoso conector com outros territórios, ao mesmo tempo em que define outras referências de distâncias e proximidades, referências que também redefinem os sentidos e as direções de sentido da moradia e seu entorno.

Aílton, o jovem promissor: tempos da vida regulados pelo trabalho

Aílton, o filho mais velho do vendedor e sua esposa costureira, é auxiliar administrativo no escritório de uma grande empresa, na avenida Faria Lima, próximo ao Largo da Batata, em Pinheiros. O trabalho para Aílton estrutura as coordenadas para a configuração de um outro mundo de relações sociais, uma outra geografia da cidade e de seus espaços, outro jogo de referências, diferentes das que são traçadas pelos pais. E outras linhas de composições e conexões com o mundo social.

O centro de gravidade de sua vida é o trabalho e a trama de sociabilidade tecida entre o emprego e a região onde trabalha. Isso se deve em gran-

de parte à qualidade do emprego e às características da empresa em que trabalha: é nesse local que Aílton aposta suas possibilidades de futuro profissional, alimentadas pelo fato de a empresa abrir alternativas de promoção (concursos internos, cursos) para seus funcionários. Aílton tem uma sociabilidade fortemente estruturada em torno do trabalho: amigos e colegas que compartilham os usos da região da avenida Faria Lima na hora do almoço e os circuitos de consumo da região; futebol às sextas-feiras, aliás incentivado pela própria empresa, além de churrascos por ocasião do aniversário de uns e outros e que contam, ademais, com a ajuda do Grêmio dos empregados.

... tudo que você tem... você tem próximo ali, você quer comprar qualquer coisa... como é que eu posso dizer, pra você se deslocar pra qualquer outro local ... eu acho ali um local ótimo ... antes o outro escritório (o emprego anterior) era na Marginal, não tinha uma loja pra você ir no horário de almoço, fazer uma coisa ou outra, um shopping próximo não tinha... tem o shopping Morumbi, próximo, mas você já tinha que se deslocar com ônibus, trânsito...

... pra mim ali eu tô no lugar certo, tem ali o final da Faria Lima com... tem a rua dos Pinheiros, tem o Largo da Batata, tem tudo ali que você... se precisar, tem ônibus... dali pro centro, dali pra Paulista é praticamente oito minutos, dez minutos... pra voltar tem a Marginal já ali ao lado, praticamente ... Acho que ali é um local ótimo, vamos dizer assim, pra trabalhar.

A família tem um carro. Mas, em geral, Aílton faz uso de uma linha de perua que sai de perto de sua casa e o deixa, em menos de 30 minutos, a duas quadras do emprego, ao lado da rua dos Pinheiros, na região do Largo da Batata. Nos fins de semana, vez por outra, passeia com a noiva. A moça é vizinha de sua casa e trabalha em um escritório de contabilidade na avenida Washington Luís, perto do Largo de Socorro. Nesses dias, vai de carro para o emprego, pega a noiva na saída do trabalho e saem para um programa ou outro: jantar em uma pizzeria, passeios nos shopping centers. Os preferidos: Shopping Morumbi, SP Market, Market Place. Cinema, uma vez ou outra.

Quanto ao mais, passa as tardes dos fins de semana na casa da noiva, vendo TV. À noite, ajuda o “sogro” em um pizzeria (*delivery*) que fica em Santo Amaro. Vez ou outra, mas cada vez mais raramente, um pebolim em um bar próximo ou, então, a praça de alimentação do Supermercado Sé, na Estrada de Itapequerica. Aílton tem poucas relações com o bairro e o seu entorno

imediatos. Apenas amigos de infância – “tem aqueles de infância, mas depois que eu comecei a trabalhar mesmo, no escritório... não tem mais aquela amizade mesmo na região... [...] não tem mais aquele contato assim não, porque trabalhando assim direto... então você acaba se distanciando um pouco dos amigos, mas sempre revendo, cumprimentando todo mundo... aqueles amigos antigos de escola mesmo, que você vê”.

O jogo das identificações construído em torno do trabalho passa por um conjunto de mediações que constrói o emprego como horizonte de possibilidades e campos de relações, circunscrevendo os territórios de vida e regendo ritmos de vida. Para Aílton, trabalho e família, o tempo de trabalho e o tempo do não-trabalho, o local de trabalho e seus circuitos de sociabilidade, e o local de moradia com suas identificações pessoais, de vizinhança e família, estão claramente demarcados e conformam a geografia simbólica da cidade e seus espaços. Importante notar isso: dá algum parâmetro para avaliar o sentido das linhas truncadas ou circuitos cortados no caso de outros personagens e outros territórios, passagens que não chegam a se constituir ou que são destruídas nas circunstâncias do desemprego ou do trabalho incerto e precário.

De outro lado, nesse jogo de referências cruzadas, o lugar da Vila Marinalva também se define ou redefine. Ao falar do bairro, Aílton também se preocupa em situá-lo na geografia da região. Mas as coordenadas são outras. Fala pelo ângulo daquele que tem ou teria que descrever o local para um outro, um colega de trabalho, que não conhece a região, que apenas sabe que é distante, pobre e violento.

... às vezes você conhece uma pessoa, um amigo de serviço, ou que você conhece numa fila, uma coisa assim. “Onde você mora?” e você diz “moro na Vila Marinalva, moro no Parque Santo Antônio ou no São Luís” – é tudo praticamente uma coisa só... aqui a nossa casa mesmo aqui é com a Vila Marinalva, praticamente do meio da rua ali pra cima já começa, já é Parque Santo Antônio, é bem na divisa...

Não a casa e a ordem da vida familiar, como os pais. Mas seu local de trabalho e as referências que podem orientar aquele que, vindo de outros lugares, chega à região. Qual paisagem haveria de se descortinar para quem, vindo do centro da cidade, chega lá pela primeira vez? A depender do trajeto, a depender das avenidas e ruas que percorre, a paisagem também é outra. A Vila Marinalva fica perto do Centro Empresarial? Ou ao lado do Parque

Santo Antônio? A pessoa chega pela avenida Guarapiranga? Ou vem pela Marginal Pinheiros? O que a pessoa vê primeiro: casas e ruas precárias e de má aparência? Ou as boas casas, algumas grandes e prósperas, que existem até mesmo no pauperizado Parque Santo Antônio ou no Capão Redondo?

... às vezes você conhece uma pessoa, um amigo de serviço, um conhecido, uma coisa assim. “Onde você mora?” e você diz “moro na Vila Marinalva...” Se a pessoa não entende você vai dar a região próxima, próxima ao quê? Aí eu falo, próximo do Parque Santo Antônio... Aí tem aquela coisa, as pessoas às vezes conhecem uma pessoa que não mora aqui, veio aqui uma vez pra conhecer um amigo, conhece um amigo, conhece um local, veio fazer alguma coisa, ... o pessoal veio no Parque Santo Antônio por exemplo, mas dependendo do local onde ela veio é um local ótimo... porque aqui tem altos e baixos, você entra por essa rua aqui e vê casas normais... De repente você chega em outra rua e tem aquelas casas bem caídas, tem aquela viela, tem aquelas... o começo daquela favela. De repente você entra em outra rua, e tem belas casas que... é parecido até com o Morumbi ... casas enormes... no Parque Santo Antônio também tem, tem algumas ruas que você entra e tem aquela casa bonita, depois tem uma mais ou menos, vem aquela casa feia, um terreno baldio aí você não presta tanta atenção no conjunto... Quer dizer, então o bairro... depende muito... vejo que tem várias diferenças.

... se a pessoa vem pela Guarapiranga, é um caminho, ele tem uma noção diferente do bairro, tudo que você tem ali pelo Vaz de Lima, cortando por dentro, ou se você vem por dentro do Chácara Santo Antônio, tem aquela pracinha enorme e tudo... Se você vem pela Marginal, você sai da marginal você passa pelo Centro Empresarial, quer dizer já é um local que conta pra caramba. “Você mora onde?”, “ah moro no São Luís”, “moro na Vila Marinalva”; “onde que é?”, “próximo do Parque Santo Antônio, São Luís”, a pessoa ainda não conhece, “ali próximo ao Centro Empresarial”, é um ponto que todo mundo conhece, é o ponto ali de comércio, quer dizer, “quando acaba a Marginal tem o Centro Empresarial, uns dez minutos pra frente ainda”, a pessoa já tem uma noção.

Mas se... a pessoa vem, vê o caminho... já tem medo do local, passa, vê aquele cemitério enorme do Jardim São Luís ali (risos),⁴ o bairro ali também, porque de um lado tem o São Luís e

⁴ O cemitério do Jardim São Luís leva a fama de ser o lugar em que mais se enterram vítimas de arma de fogo no Brasil. É estigmatizado com a pecha de “cemitério de bandido” e correm histórias, muitas, das conhecidas homenagens que a bandidagem promove a seus parceiros mortos, com tiroteiros em

do outro lado você praticamente vê aquele monte de casa pra baixo também, então tem aquela...

É certo que, ao ser indagado sobre o bairro, a resposta vem direta: “é um bairro superviolento”... e “é perigoso”. E assim como seus pais (e tantos outros), apressa-se em demarcar as fronteiras: “é violento para aqueles que procuram, porque graças a Deus, a gente mora aqui há mais de vinte anos e nunca aconteceu nada com ninguém...”. No entanto, a geografia dos lugares é desenhada a partir de um outro jogo de referências. Do “outro lado da cidade”, o bairro onde mora aparece nas figuras homogeneizadoras da pobreza e violência e ele tem de lidar com os estigmas do pedaço. Mas nos seus vários trajetos possíveis, a região ganha diferentes perfis e, com isso, a pobreza e a violência se tornam valores relativos – relativos a esse jogo cruzado de perspectivas. E fazendo o caminho de volta, é agora a região da avenida Faria Lima que ganha outras tonalidades. Como ele diz, fora do horário comercial, o lugar é vazio, desolado e perigoso.

... num bairro como Pinheiros, a pessoa morando ali ela não tem tanta tranquilidade, que nem você vê ... como no Morumbi ... eu não gosto, ali o pessoal tem que ter segurança vinte e quatro horas na rua... ... morar embaixo de câmera pra todo lado, é no portão, é pra todo lado...

Muito diferente da região onde mora: gente circulando pelas ruas o tempo todo, crianças na rua, todo mundo se conhece... afinal, não é tão perigoso como se diz.

Pobre, violento, contíguo a regiões muito precárias e com muita má fama: apesar disso tudo, é na Vila Marinalva que Aílton pretende fixar sua moradia. Não tem a menor intenção de se mudar de lá – nasceu lá, conhece todo mundo, já sabe como as coisas funcionam – “você acaba se identificando mesmo com o bairro”. E no final das contas, se a região é violenta, outras também são... “não é só o bairro, que você vê muitos bairros aí que estão até pior”.

torno do caixão no momento do velório ou do enterro. Fato ou ficção, ou um pouco dos dois, a fama ou má fama do cemitério tem a ver com a circunstância muito concreta de ser lá a “destinação final” de tantos quantos moram nessa região que é conhecida como o “triângulo da morte”. Cf. MANSO, Bruno Paes. O cemitério dos jovens. *O Estado de S. Paulo*, 17 nov. 2004. Caderno Aliás, p. J8.

Luís, o garoto circulante: trabalho, conector com a cidade

Para Luís, o irmão mais moço do jovem promissor, seus circuitos seguem a trama de amigos e programas locais. A moto é uma paixão que compartilha com seus colegas. Transita pela região, diz conhecer e ter amigos na Chácara Santo Antônio, na Chácara Santana, Parque Santo Antônio, Vaz de Lima, Capelinha, Capão Redondo. São as regiões que seguem o eixo da estrada de Itapeperica e compõem o entorno imediato do Jardim São Luís:

... todo mundo gosta de ter uma moto assim pra andar... às vezes junta até cinco, seis, sai assim pra danceteria... todo mundo reunido, todo mundo aqui gosta de ter uma motinho pra sair. [...] Eu, fim de semana é o dia todo (risos)... porque eu conheço muita gente ao redor do bairro e outros bairros também, Parque Santo Antônio, Chácara, São Luís... eu conheço gente em geral né, Capão Redondo, então eu tô sempre andando por lá, você pára, conversa com um, aí fica conversando, pára, solta uma pipa, aí vai ali compra uma linha, aí não pára... muita gente fala “pô, pra achar você em casa é difícil”, eu não paro mesmo...

Nos fins de semana: fliperama em bares próximos, sanduíches ou uma pizza com os amigos no Habib's ou no Esfíha Chic, referências inescapáveis situadas na estrada de Itapeperica. Sempre junto com os amigos, todos motoqueiros. Claro, também os shopping centers. Vão sempre em grupo – “a gente vai jogar fliperama, ver roupa, um vai comprar tênis e aí vão três ou quatro junto pra ver... um compra uma coisa, outro compra uma camiseta, outro compra uma calça, então vai tudo junto, sempre quando vai, vai de quatro, cinco pra cima...”. Luís define as hierarquias de suas preferências não tanto pela dificuldade de acesso, mas, principalmente, pelos seus mundos sociais; prefere o Ibirapuera – “gosto mais é do Ibirapuera e o Morumbi... no Ibirapuera vai muita gente da periferia... agora o Iguatemi não tem, só pessoa de outra classe”.

Mas o trabalho é também um importante mediador entre a família e a cidade. É *office-boy* em uma corretora de imóveis situada na avenida das Nações Unidas, ao lado da ponte do Morumbi, imediações da avenida Berrini, coração globalizado da cidade. É seu primeiro emprego. Conseguiu por indicação do seu promissor irmão, que também trabalhou lá e passou a vaga para ele assim que conseguiu uma alternativa melhor de emprego. É um escritório pequeno, não mais que cinco pessoas, e Luís sabe que não é lá que haverá de

encontrar chances de progresso profissional. Mas gosta de trabalhar na região: desfruta com prazer dos fliperamas na hora de almoço, quando encontra colegas ou aqueles com quem sempre cruza nas filas de banco. É tudo limpo, não tem confusão, não tem os camelôs que infernizam a vida das pessoas no Largo 13 de Maio. E “você não vê trombadinhas, nunca vi, roubo a banco também nunca vi... lá tem bastante polícia, tem delegacia por perto”.

Luís continua descrevendo a cidade. É a paisagem que vai se desenhando a seus olhos conforme passa nas linhas de ônibus que percorre em seu trabalho de *office-boy*: na avenida Berrini circula gente de classe média alta, diz com convicção Luís, mas “também tem a periferia do lado de cá, perto da avenida Águas Espraiadas,⁵ então, acho que todo lugar tem um pouco também de periferia, mas é um pouco menos, é mais de classe média, mas é dividido, tem de tudo um pouquinho”.

Quanto aos ricos bairros dos Jardins, Luís não esconde seu espanto diante dos casarões da região, com seus portões fechados e segurança na porta.

Nos Jardins já é burguesia, a gente pode dizer, que tem até ator, atriz que tem casas lá... advogado que muita casa lá e tem muita casa bonita ali... eu já entrei uma vez ali na Cidade Jardim, passando pela ponte... entrei numas ruas ali que nossa! Eu nunca pensei que tinha... eu fiquei bastante impressionado, porque eu pensava que só nos Estados Unidos tinha casas daquele jeito... mas eu fiquei bastante impressionado mesmo, assim... toda casa tinha um segurança...

Pinheiros, eu comparo um pouco com Santo Amaro, o Largo Treze... por causa que Pinheiros tem muito camelô, tem aquele negócio muito desorganizado... Pinheiros tem bastante comércio, que nem a Berrini, só que na Berrini é um lugar que você não vê barraquinha, tem pouco camelô, já é mais bem organizado. Agora na Faria Lima, no final, é dividido... Pinheiros de dia é aquele negócio de comércio, à noite já tem aqueles barzinhos, tem bastante diversão em Pinheiros... a burguesia também se ajunta ali.

⁵ Luís refere-se a um ponto de favelamento que restou depois de uma desapropriação travejada, por toda sorte de arbitrariedades e violências por ocasião da abertura dessa avenida, que é considerada o coração globalizado da cidade de São Paulo, com seus prédios inteligentes e os moderníssimos escritórios do terciário de ponta. Cf. FIX, Mariana. *Os parceiros da exclusão. Duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo*: Faria Lima e Águas Espraiadas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

Quanto ao Largo 13, todo mundo tem medo, assim... os camelôs, aquele negócio ali é... é tudo loja ali né, Largo 13 ali é tudo loja... tem aqueles barzinho ali que... só fica aquele pessoal assim... depois que sai do serviço né... Pinheiros já é... tem gente que sai daqui pra ir pra Pinheiros né, pra se divertir...

E o centro da cidade?

... no centro vai gente da zona leste, zona oeste, zona sul... acho que o centro se junta todo mundo ali ... tem os camelôs, tem gente que pode ser daqui, pode ser da zona leste... então acho que os desempregados, todo mundo vai pro centro, todo mundo se encontra... acho que São Paulo é... o coração de São Paulo tá ali no centro ... ali se mistura todo tipo de classe ..., ali tem de... sei lá, do pobre assim que não tem nada, da periferia, até o empresário que passa ali pelo centro que tem ... e setor comercial... de empresa assim que... de alto nível mesmo, que tem muito dinheiro ...

... tem ali o correio, que é um prédio bonito, tem a pracinha... a Praça Ramos lá que é muito bonita, Princesa Isabel já lá em cima ... é curioso, é bastante gostoso de andar, ali a 24 de Maio é... tem tudo assim...

O seu vizinho Mariano, 22 anos, o filho mais novo do aposentado Aluísio, tem uma apreensão semelhante do centro da cidade. Também ele é muito circulante. Começou a trabalhar muito cedo e seguiu um percurso por entre empregos sempre muito instáveis, de curta duração, demissões periódicas. Sempre em atividades de escritório: *office-boy*, auxiliar administrativo, ajudante em serviços variados no Itaim, Ibirapuera, Vila Nova Conceição e as regiões centrais da cidade. Para ele, o centro da cidade é também o coração da cidade. Um lugar em que se encontra todo tipo de gente e tudo quanto é tipo de coisas – “tudo que você imagina, você acha lá”. E com entusiasmo lembra “daquele projeto de música”, quando o Vale do Anhangabaú foi reformado – “nossa! sexta-feira eu saía do serviço e ficava lá à noite, vi shows dos Demônios da Garoa, né... então são coisas assim”. Mariano não trabalha mais no centro da cidade. É auxiliar administrativo em um escritório perto de sua casa. Não mais do que alguns minutos a pé. Trabalhar perto tem todas as vantagens do menor desgaste. Em compensação, “aqui eu não tenho tempo de ter visão nenhuma, eu saio daqui, entro no emprego, eu saio do emprego eu chego em casa, então eu não sei o que tá acontecendo na rua, não sei ...”:

Olha, pra mim tá trabalhando aqui perto é uma experiência nova, tá sendo bom porque... eu chego em casa rápido, eu chego do serviço rápido... é...

O que eu tô perdendo nesse ponto é que você indo daqui pro centro, pro Itaim, pro Ibirapuera, como eu trabalhava, você tinha uma visão das coisas que estavam acontecendo, e aqui você não tem esse tempo pra ter essa visão. Você via... por exemplo, acompanhei muito nos percursos que eu fazia pra ir e vir trabalhar é... casas... no começo da Vereador José Diniz aqui, são casas grandes, são mansões... um quarteirão são duas casas. Eu passo ali de manhã, eu passava ali de manhã, eu ficava olhando assim, com o tempo... eu vi: o número de casas pra vender ali aumentou absurdamente. É o tipo de coisa que eu passava e ficava pensando: 'poxa, o que será que tá motivando essas pessoas a ir embora? Morando aqui? É o custo de vida? Será a violência? Será alguma coisa do tipo perda do emprego? O que será que tá motivando essas pessoas a saírem daqui, um lugar ótimo pra se morar? Casas boas né, tudo...'

Então é uma visão que você tá tendo do que tá acontecendo, e aqui não, aqui eu não tenho tempo de ter visão nenhuma, eu saio daqui, entro no emprego, eu saio do emprego eu chego em casa, então eu não sei o que tá acontecendo na rua, não sei...

Na comparação com outros locais da cidade, ambos os garotos também reafirmam a preferência pelo lugar onde moram: conhecem “todo mundo”, as pessoas se encontram e conversam rua, é a morada de ambos. Porém, entre os dois pólos (o bairro na periferia e o centro da cidade) há algo como um entre-meio, que não é uma zona neutra, muitíssimo pelo contrário, pois é aí que a experiência urbana vai também ganhando suas modulações.

Trabalho: mediação que pauta os ritmos da vida cotidiana, conector com a cidade e referência que desenha seus perfis. Mas o garoto circulante mora na periferia. E o trabalho aí também ou, sobretudo, define o seu lugar, um foco pelo qual o mundo social ganha outros contornos. Um lance de sua vida que redefine as referências nas suas relações cotidianas. Eu sou um privilegiado, diz Luís, “eu me acho um privilegiado mesmo, porque na situação que tá ... se eu não tivesse nesse emprego podia ter passado outras coisas pela minha cabeça, entendeu?” Mas não se trata da clivagem entre os que têm trabalho e os que não têm trabalho; ou os que seguem os “caminhos do bem” e os que se enveredam pelo “mau caminho”.

O trabalho sobretudo define um universo de possíveis, o que não está dado e prescrito pelas circunstâncias da vida. E é assim que Luís fala de si

próprio, na sua relação com tantos outros, seus vizinhos e amigos, que buscam trabalho e não conseguem: “todos querem trabalhar, entendeu?... todos têm que fazer, todo mundo trabalhar, não um ou outro... a violência é isso, pra mim é isso, é a falta de emprego”.

... eu sou um privilegiado, eu me acho um privilegiado mesmo, porque na situação que tá ... se eu não tivesse nesse emprego podia ter passado outras coisas pela minha cabeça, entendeu?... Muitos assim sempre falam pra mim “ô meu, se você ficar sabendo de alguma coisa você me fala que eu quero trabalhar, entendeu?” Você vê na rua, é muito... tem muito amigo meu aí que tem dezoito, dezenove anos e nunca trabalhou, entendeu?, que não tem a oportunidade, ... todo mundo quer trabalhar entendeu? Tipo assim, eu vejo pessoas de 14, 15 anos aí que... arruma numa lancheteria, sei lá, faz alguma coisa, tenta, se esforça... todo mundo... é a falta de oportunidade mesmo, que não tem, tá difícil, mas... todo mundo tem vontade entendeu?

... porque vê a gente... por exemplo, eu tenho aquele dinheirinho ali que já me ajuda né, compro roupa, compro tênis... então fica assim, os outros vê, têm vontade de poder ter só que... às vezes leva até muitos a roubar, acho que isso leva... É uma coisa assim que todos querem trabalhar, acho que... todos têm que fazer, todo mundo trabalhar, não um ou outro... acho que é a falta de oportunidade ... a violência é isso, pra mim é isso, é a falta de emprego.

Mário, o desencantado: espaços de vida estão se estreitando

Para Mário, o jogador de futebol de várzea, filho mais velho do aposentado Aluísio, esse universo dos possíveis já está se estreitando. Com seus 30 anos, não enxerga muitas alternativas pela frente. Também ele já circulou e circula muito pela cidade. Mas os perfis da cidade, para ele, são outros.

Começou a trabalhar aos 14 e seguiu uma trajetória sem grandes interrupções. Sempre em atividades ligadas a serviços de escritório, já passou pelos mais diversos lugares, de Vila Mariana e Moema, até as imediações de Santo Amaro e Socorro. Mas tem uma visão desencantada da cidade. Não fala dos espaços e percursos traçados em suas experiências de trabalho. Como vimos, a cidade vai aparecendo conforme discorre sobre os campos de várzea, com todas as conexões de sentido que por aí vão se armando. Mas fala também com desânimo de suas oportunidades futuras de trabalho; acha que tem poucas chances de encontrar alternativas promissoras. Ao contrário de seu irmão e de

seus vizinhos, não quer ficar por lá. Quer ir embora, tentar a vida em alguma cidade no interior de São Paulo. Para Mário, os espaços estão se fechando. O sumiço dos campos de futebol e o estreitamento de suas chances de progresso profissional de alguma forma se juntam. É ele quem enfatizou com tanta intensidade o fechamento dos espaços – as pessoas não têm mais espaço, espaço para o jogo nos domingos, espaço para encontros, espaço “pra pessoa”. Entre o futebol e os empregos talvez haja mais do que uma analogia: são percursos e experiências muito concretas. E Mário quer ir embora. É assim que começa a entrevista, é assim que Mário começa a falar de seu emprego atual e o estreitamento de horizontes futuros – do emprego ele saltou para a violência que campeia nas cidades e nos campos de várzea:

Por que você quer ir embora para o interior de São Paulo?

... eu gosto de sempre estar procurando novos caminhos, novos horizontes, não gosto de ficar sempre nesse mesmo estágio. E a Brasinter [emprego atual] tem esse sistema, você entrou ali, se você não estudar você não vai conseguir chegar a lugar nenhum. Fui ver um curso pra fazer, fazer faculdade, mas com o que eu ganho, não tem condições. Arrumei um curso por aí, no Senac, que eu tô vendo, pretendendo fazer, em torno de 210,00 reais por mês – já vai praticamente meu pagamento embora, vai sobrar só o vale. No interior, com um salário desse eu vivo muito bem...

A vontade de ir embora daqui também é a violência que tem muita, você não pode sair de casa sossegado, você vai um pouquinho pra rua e você volta...

Você sente que tá muito agressiva a cidade?

Nossa, demais, aqui não tem mais controle não... Qualquer lugar. Eu lhe digo isso porque todo final de semana eu vou jogar bola. Então...

E então Mário começou a falar dos campos de várzea e dos campos que estão sumindo. Foi assim, nesse tom, nessa modulação, que a entrevista começou. Mário, com sua visão desencantada da cidade, sabe das coisas. Entre as alternativas de emprego que vão encolhendo e os campos de futebol que estão sumindo, o mundo social vai ficando não apenas estreito demais, mas também sem ponto de acolhimento. Por isso, ele quer ir embora.

CAPÍTULO IV

Ao lado, o outro lado: veredas incertas









Capítulo 4

Ao lado, o outro lado: veredas incertas

Daniel Veloso Hirata

José César de Magalhães Júnior

Vera da Silva Telles

MUITO PRÓXIMA DE Vila Marinalva, não mais do que 20 minutos a pé, está a estreita e tortuosa rua que nos leva a uma extensa área de favelas. É um longo e grande arco de três favelas. Não é coisa fácil discernir suas fronteiras, se é que estas existem para além dos marcos oficiais da Prefeitura. Por convenção, iremos chamar de favela Cruzeiro o cenário de nossas histórias.

Vila Marinalva e favela Cruzeiro: ponto e contraponto da história da chamada urbanização por expansão de periferias. Modulações de uma história urbana e da história de toda uma geração. Mais do que a contigüidade física, é a contemporaneidade de suas histórias que traça as linhas de força que atravessam os espaços, constituem territórios e se bifurcam nas várias dimensões da atualidade. Por isso essas histórias têm de ser conjugadas no presente, ou ainda: *são* histórias conjugadas no tempo presente. Lado a lado dispostas, com todas as tramas de relações que as articulam, oferecem prismas que permitem entrever os sentidos dos tempos que correm. Em ambas, são evidentes os sinais de um mundo operário que se desfaz, acompanhando as atuais mutações do trabalho. Mas isso ganha configurações diferentes lá e aqui. Nas histórias da

Vila Marinalva, há uma muito especial conjugação entre o “sonho da casa própria” (e os loteamentos clandestinos), a passagem pelo trabalho regulado (“tempos fordistas”) e um campo de forças em torno do qual gravitaram as comunidades de base, a ala progressista da Igreja Católica, a esquerda clandestina e, depois, o PT. É toda essa constelação de relações e conexões que é desestabilizada, no mínimo redefinida, no correr dos anos 90. Na favela Cruzeiro, a história é tecida em uma outra constelação de relações, simultânea à primeira, não menos estruturadora de nossa história recente, mas passa por uma peculiar conjugação entre todas as ilegalidades e irregularidades de que é feita a vida interna de uma favela, e as intrincadas redes de clientelismo político que disso se alimentam o tempo todo. Esquerda de um lado, direita do outro? Talvez pudéssemos falar assim, afinal a favela Cruzeiro nos dá pistas preciosas para compreender a lógica do malufismo que é poderoso na região. Mas situar as coisas dessa forma talvez seja enganoso, não inteiramente falso, mas fora de foco. Deixaria escapar o mais importante e também o mais difícil de deslindar. Pois o problema está nas dobraduras que articulam as duas histórias. Daí que pouco adiantaria insistir nas binaridades “clássicas”: formal-informal, legal-ilegal, direita-esquerda, ou qualquer outra. É também por isso que as histórias que compõem a favela Cruzeiro são tão inquietantes. Todas as binaridades aí se desfazem; os termos de cada pólo são compostos e recompostos em outras relações. É isso que, ao mesmo tempo, permite requalificar as “histórias virtuosas” da Vila Marinalva, afinal, estamos falando de modulações de uma mesma história: face e verso de um período da urbanização periférica, tempos e temporalidades distintas mas contemporâneas, que se cruzam e entrecruzam nas linhas de força que circunscrevem e transpassam seus territórios.

As coordenadas de um território

A cartografia dos empregos

Numa rua paralela à favela, estão instaladas algumas fabriquetas de peças e componentes de automóveis e eletrodomésticos. Foram chegando entre meados da década de 1970 e a metade dos anos 80. Como se pode imaginar, parte considerável de seus trabalhadores é morador da Cruzeiro. Adalto, 45 anos, trabalha por lá desde 1983. Antes, trabalhou na indústria de bicicletas Monark. Foi o seu primeiro emprego em São Paulo, em 1978.

A Monark é uma referência constante nas histórias dos moradores da favela Cruzeiro. Muitos passaram por lá – “aqui, quase todo mundo da Cruzeiro começou trabalhando na Monark... um trabalhava e avisava que a firma ia pegar funcionário, avisava e o outro ia”. A Monark fica na avenida das Nações Unidas (Marginal Pinheiros), não muito longe do lugar onde está atualmente o hipermercado Carrefour. Está instalada na região desde 1951. Não é demorado chegar até lá: apenas um ônibus, não mais do que trinta minutos de deslocamento. Como lembra Adalto, “quando era de manhã só via neguinho indo para o mesmo lado. Já pegava o ônibus e ia todo mundo”. Estão aí as coordenadas de um universo operário. Parte considerável de nossos entrevistados passou pela Monark, o que nos permite falar de uma geração de ‘Monarkistas’. Podemos supor que a conformação dessa geração não independe das redes familiares e de sociabilidade que foram se estruturando conforme as famílias se instalam na favela. As redes familiares são acionadas nas estratégias de migração – funcionam como referência e acolhem os recém-chegados, além de garantir a solidariedade nas situações difíceis. Mas são também redes que operam como canais de passagem para o mercado de trabalho. Uns conseguem empregos para outros, avisam quando aparecem oportunidades. E foi assim que muitos passaram pelo trabalho na Monark:

Eu lembro que, quando eu casei, eu morava de aluguel no Jardim São Luís e todo mundo da casa trabalhava na Monark. Aí eu fui trabalhar também junto com eles, eu ia todo dia com eles, voltava junto com eles (Lucila, 46 anos).

Eram os tempos das grandes plantas industriais e do emprego farto, que se distribuíam entre Santo Amaro e Socorro, o pólo industrial dos “tempos fordistas”. Vinte anos depois, a cartografia dos empregos (ou do desemprego) mudou muito. O eixo dos empregos deslocou-se para um estreito circuito próximo à favela – “agora ficou o pessoal todo trabalhando por conta, outro meio de vida”. Ou para as fabriquetas ao lado – “agora o pessoal trabalha mais aqui pertinho”. No entanto, assim como a Vila Marinalva, a favela Cruzeiro está ali muito próxima, nas franjas dos modernos circuitos dos serviços que passam pelo Distrito do Jardim São Luís: é por lá que transitam os mais jovens, sobretudo eles, mas não apenas.

Espaços em disputa

A favela Cruzeiro é antiga. O primeiro morador, dizem, chegou em 1971. É Seu Jair que, depois de tanto tempo, pelo direito de usucapião, tem a posse legal do terreno onde mora. É um terreno grande em uma das extremidades da favela. Durante todos esses anos, Seu Jair ocupou parte desse terreno com um barracão onde funciona um negócio de venda e reforma de móveis usados. O restante era coberto por bananeiras, pés de fruta e outras plantas. Recentemente, derrubou tudo. Uma construtora quer a área para levantar um prédio de apartamentos – coisa popular, apartamento de 40m². A história é confusa: ao que parece, a construtora ofereceu seis apartamentos em troca do terreno; o negócio não foi adiante porque o alvará da Prefeitura custa muito caro e Seu Jair não tem o dinheiro. Mas, a essas alturas, já há quem esteja de olho no terreno para fazer ele próprio o negócio. É Lino, um personagem quase onipresente nas histórias da favela Cruzeiro. Atua como uma espécie de árbitro na “compra e venda” dos terrenos, quando não opera como um verdadeiro grileiro local. É poderoso. Por isso, acostumamo-nos a falar dele como “o Xerife”: além dos assuntos de posse, é ele quem arbitra a distribuição das ligações clandestinas, de água e energia elétrica, mantém o controle da distribuição das cestas básicas doadas pelo Governo do Estado e é o conduto que liga o poder institucional às redes do clientelismo político local. Tudo passa por ele. E o seu poder no local cresceu conforme cresceu a própria favela. Falaremos dele mais à frente.

O crescimento da favela acelerou-se, e muito, entre o final dos anos 70 e o começo da década de 1980. Ainda será preciso saber como andam os deslocamentos das famílias, se a favela continua recebendo novos moradores e qual a intensidade de seu crescimento nos últimos anos. No entanto, uma enorme e longa construção no fundo da Cruzeiro deixa a sugestão de que os deslocamentos ainda continuam, no mínimo deixam suas marcas na paisagem local. É uma construção de três andares, cerca de sete quartos por andar. Ao que parece – assim nos foi contado – o proprietário é dono de uma loja de material de construção. E aluga os quartos para os recém-chegados do nordeste, aproveitando, de quebra, para lhes oferecer trabalho de vendedor no entorno da região.

O crescimento da Cruzeiro não se fez sem problemas e litígios de terra com seus vizinhos. Num dos extremos da favela, na região mais alta, uma fabriqueta local achou por bem ampliar seus domínios e avançou sobre a rua,

ameaçando parte das casas. Ou seja: invadiu uma área que, a rigor, não existia oficialmente, tampouco constava dos mapas oficiais na época. Queriam ocupar toda uma área da favela. Na prática, isso iria simplesmente acabar com a própria rua, que era, essa sim, legal, com existência registrada em mapa desde a década de 1940 ou 1950. Planejavam construir um muro que iria deixar as casas da frente praticamente emparedadas. E a rua iria desaparecer. A briga foi feia – “eles queriam fechar essa rua, era um metro e meio de rua. Foi uma briga! Eles faziam de dia e, à noite, nós derrubávamos”. Além das casas que seriam derrubadas ou emparedadas, havia o problema da água. A fabriqueta fica no alto da rua e a favela vai se espalhando ladeira abaixo, seguindo o traçado íngreme da área. Havia, então, o risco de uma verdadeira torrente de água represada por muros que estavam sendo construídos de uma maneira precária e descuidada. É Adalto quem conta:

Eu disse: “Está na cara que isso vai dar um desastre a qualquer hora”. Esse muro está todo rachado. Quando chove, a água cai toda no meio da rua. A porta de casa era onde hoje tem o vitró. Por causa desse muro entrou água na minha casa, queimou minha geladeira, queimou um monte de coisas. Eu precisei fechar por causa da minha irmã. Quando estourou o muro, a água entrou na casa de todo mundo. Subiu mais de um metro de altura. Estragou tudo: sofá, cama, um monte de coisa, as compras do mês, colchão, roupas. Tudo estragado. Nós brigamos por causa disso aí.

O problema foi resolvido com a intermediação da Administração Regional da Prefeitura, depois de muita pressão e alguma mobilização. Era o ano de 1989, início da gestão Erundina (PT).

Antes disso, no lado de baixo da rua, um Clube Esportivo de uma grande empresa estatal avançou seus muros, abocanhando cerca de 40 metros do terreno original da favela. O trecho restante da rua, interrompido pelo muro, acabou virando um beco escuro. Lá aconteceram dois estupros. E, a partir daí, os moradores pressionaram e conseguiram do Clube, e também de um escritório instalado nas imediações, a instalação de luz elétrica. Mas a área perdida, a rigor invadida pelo Clube, jamais foi recuperada. No mais, ao que parece, as relações entre o Clube e a favela se desenvolvem numa espécie de zona de trégua. Exemplo de soluções para um problema que já foi grave: o córrego que atravessa a favela, descendo o terreno íngreme, deságua nas portas do Clube. Era lá que caía o esgoto não canalizado da favela, vindo ladeira

abaixo, às vezes como avalanches no período de chuvas: “eles têm um bom senso com o pessoal daqui da nossa área porque eles fizeram uma rede de esgoto muito grande por baixo do clube deles... antes, quando não tinha, a chuva ia tudo nas casinhas”. Toda segunda-feira, os portões são abertos e as crianças podem brincar em seu recinto. Quando tem festa junina e quermesse, o Clube abre seus portões e todos podem participar e circular livremente pelo local.

São relações negociadas; há uma espécie de contrato informal de “boa vizinhança” – “qualquer coisa que tem de errado aqui nós convidamos eles para ver... se eles não têm um bom relacionamento com a gente, você sabe que moleque é danado”. Mas tudo depende também da direção do Clube, da boa ou má vontade do presidente da vez. Mudam de tempos em tempos, mudam os humores e mudam as relações com os seus vizinhos favelados – “um presidente é diferente do outro”. Em 2001, as relações eram bastante boas. Na época em que as manilhas do esgoto foram colocadas, o próprio presidente do Clube foi conversar com o pessoal e, num certo dia em que o maquinista estava de folga, os vizinhos moradores da favela se prestaram a ajudar e terminaram o serviço. Mas tudo indica que o jogo de futebol é (melhor dizendo, era) uma potente e eficaz ponte de pacificação entre as duas partes. Nos tempos em que ainda existia, o pequeno time de futebol da favela não poucas vezes jogou e disputou com o time do Clube. O diretor de esporte empenhava-se pessoalmente em convidar o time da favela. Ponte de pacificação, o futebol fazia a conexão entre dois mundos sociais. Mas também fazia a marcação das diferenças e distâncias. A ponte existia, mas nunca chegou a se efetivar como passagem. Adalto, o então presidente do time da favela Cruzeiro, comenta que a discriminação era grande. Grande demais, a ponto de comprometer o próprio jogo:

... lá dentro eles discriminavam nós dentro de campo na parte de briga, pontapé, palavrão, eles entravam pesado. ... tem uns que não, que querem passar por cima, ... então chegavam, os caras queriam falar palavrão, falar isso, aquilo, dar pontapé, bater na tua cara. ... Uma vez, nós estávamos jogando, estava 3 a 1, quando eles empataram, o juiz terminou o jogo. Aí eles falavam: “Quem manda aqui somos nós. Vai jogar o tanto que nós quisermos, enquanto nós estivermos perdendo vai ter jogo”. Fazer o quê? Eles mandavam o juiz expulsar jogador nosso. Não dava para brincar. A gente estava sendo discriminado completamente. Não aceitei mais os convites ... Ele me ligou umas três vezes convidando e eu sempre com desculpa. Não podia falar qual o motivo.

Tramas feitas e desfeitas da sociabilidade: a violência

O time foi formado em 1982. E foi muito ativo até meados da década de 1990. Adalto, um de nossos entrevistados, foi um de seus iniciadores e também um de seus jogadores mais empenhados. Tornou-se presidente do time e foi pelas vias do futebol que chegou a participar da associação de moradores. Era o secretário de esporte. Adalto participava da associação, “corria atrás, ia na Secretaria Municipal de Esporte, Secretaria de Turismo”. Promoviam festas no salão comunitário, com baile, churrasco, e o melhor jogador ganhava medalha, tinha troféu. O time movimentava o bairro, conta Adalto, mas nunca conseguiram arrumar um campo na própria favela. Promessas de políticos locais não faltaram. Mas nunca foram cumpridas. E para conseguir um campo para os jogos, as dificuldades só aumentaram com o correr dos anos – “a única área que a gente conseguiu foi aqui na fábrica Caloi, mas num domingo de manhã, quando chegamos lá, estava cheio de terra – aterraram sem falar nada para ninguém”. Os campos foram, aos poucos, um por um, desativados. Deram lugar às construções de edifícios. “E assim foi indo até acabar... essas áreas eram todas vazias, hoje não tem mais lugar”. Adalto voltará à cena como personagem no próximo capítulo. Deixaremos para depois, portanto, as histórias do seu time e do futebol de várzea nessa região da cidade.

Além do futebol, a vida interna da Cruzeiro também foi – não é mais – animada por um atívisimo grupo de pagode. O grupo tocava num posto de gasolina na estrada de Itapecerica da Serra e também em alguns clubes da zona leste da cidade. Chegou a tocar até mesmo em cidades do interior e no litoral paulista. Mas o tempo fechou. Ao lado do posto, os donos de uma padaria, de uma pizzaria e de um restaurante pressionaram para acabar com a festa. Talvez tenha sido concorrência: o pessoal preferia a animação do pagode. Mas há também histórias confusas de batidas policiais e gente que foi pega com droga, um outro que estava armado. Há relatos de denúncias feitas pelos comerciantes de que o lugar estava se tornando um ponto de distribuição de drogas. O fato é que, em 1997, o grupo de pagode terminou. A violência que começou a campear na região, assim nos foi contado, terminou por assustar as pessoas. Preferem hoje lugares fechados, mais seguros, como os karaokês que existem nas avenidas que cortam a região. O fato é que parte do pessoal do pagode terminou por se enroscar nos caminhos da droga e da criminalidade violenta. As histórias que Genalto (20 anos) conta são confusas; talvez haja um bocado de exagero e um outro tanto de ficção. É preciso tomá-las com

precaução. Mas, verdade ou ficção, traçam as referências que compõem um cenário atual. E têm correspondência com outras histórias parecidas que circulam no pedaço:

... Tocava, tocava eu e [cita o nome de quatro colegas]... Ia bastante gente, aí de um tempo para cá, os cara que tocavam com a gente começaram a entrar em idéia errada, o outro lá começou a roubar, tomou um tiro na boca e tá preso, ele e o primo dele – roubavam banco mesmo, aí um dia resolveu roubar aí na boca da favela um carro [de entrega] da Souza Cruz [empresa de cigarros]. Aí a casa caiu, foi preso, levou um tiro na boca ... O outro morreu, ele tava nessas aí, mas ele morreu na boca da favela, do outro lado, na entrada de lá, de treta com os cara, os cara ainda avisaram pra ele “sai fora que os cara vão te matar”, “mata nada”, aí no outro dia os cara mataram ele – os caras ainda avisaram ... ele não acreditava, foi até na quermesse que tava tendo na rua de lá, quando ele desceu, os cara meteu o sangue nele e no irmão dele ... Acabou o grupo por causa disso, não dava certo. Ainda tentamos fazer um grupo com os cara daqui de cima, mas não deu certo ...

A história de Jorge é parecida. Tem hoje 30 anos e, quando era ainda garoto, menos de 18 anos, juntou uma turma de amigos para montar um “grupo de som”. Arrumaram um aparelho de som, abasteciam-se de CDs comprados no centro da cidade (nas famosas lojas da galeria 24 de Maio) e animavam festas particulares aqui e ali, e também a noite dos bares da região. Com o tempo, o grupo se desfez. Os bares fecharam as portas e a clientela foi sumindo. Parte dos membros do grupo também sumiu – alguns foram mortos, outros estão fugidos: “... acabou, não tem mais nada... aqui, mataram o colega nosso aí mesmo... aí acabou com tudo né, não tem mais nada...”.

As quermesses e as festas juninas, que já foram animadas e famosas, chegando a atrair gente dos bairros contíguos, também deixaram de acontecer. Eram festas organizadas pela Igreja, ou então pelos próprios moradores. Mas tudo isso foi acabando, dizem. Por causa da violência. O pessoal ficava com medo, avaliam. E contam histórias de gente que foi morta durante a festa (acerto de contas). Ao menos é o que dizem. As histórias são variadas: tiros soltos de lá para cá, gente que morre e o medo afastando as famílias. Acabaram. As festas acabaram, o grupo de pagode se desfez, o grupo de som também. A diversão dos outros tempos acabou e a molecada de hoje em dia, diz Jorge, não quer mais saber de futebol, só quer mesmo “ter uma motinha”:

o pessoal que a gente andava antigamente mesmo, a gente era muito unido, hoje em dia você não vê a molecada, hoje em dia a molecada é... mais andar de motinha, isso e aquilo, quer mais saber de moto, isso e aquilo... na nossa época, mesmo quando a gente era mais adolescente, era tudo diferente, tinha campo, a gente gostava de jogar bola, as molecadas hoje em dia nem isso liga. ... É, antigamente na nossa época era muito difícil da gente ter uma motinha, hoje em dia é fácil, hoje você com mil reais você compra uma moto aí, uma moto.

E para piorar as coisas, não dá mais para voltar tarde da noite para casa. A violência é muita, é tudo muito perigoso:

Naquela época era melhor pra se divertir do que hoje. Porque você podia sair, vamos supor, nove horas, chegar meia noite, uma hora, que ninguém mexia com você. Hoje não, se você sai, vamos supor, dez horas da noite, você tem que esperar o dia amanhecer pra você poder vir embora, você não sabe se você vem ou não porque... é muita violência, hoje em dia aí é muito neguinho que anda drogado. Naquela época não, a pessoa ia com intenção de curtir mesmo.

Restam os bares. Existe um, pouco freqüentado, logo na entrada da favela. E vários outros espalhados no centro, misturados com os barracos. Em uma ruela que passa pelo miolo da favela, mais um corredor estreito do que uma rua, existem quatro, sempre cheios. Dizem serem todos ali assaltantes e traficantes. Dizem também que é o local onde negociam e vendem a mercadoria roubada. Mas também dizem que não é gente do pedaço. E esse é um comentário geral de todos os nossos entrevistados. A turma “do mal” não é de lá; é gente que vem de fora, e são eles que trazem a violência e ameaçam a tranquilidade dos moradores. Aqui, “todo mundo se conhece”.

“Aqui todo mundo se conhece”, é o “pessoal de fora” que arruma encenka. Esse é o modo como os mais velhos falam da Cruzeiro. São também eles que dizem que, agora, sobraram poucos dos que vieram tempos atrás:

... agora tem pouquinha gente que conhecemos. O pessoal que era do Paraná mudou daqui, pouca gente ficou... foi chegando gente que a gente não conhece. Antes era menos gente. Agora, muita gente nova... Acabou tudo, começou a evoluir, muita gente nova... acabou tudo (Dona Francisca, 69 anos, dona de casa, migrante do Paraná).

...foram saindo – foram melhorando de vida e foram saindo...
(Genésio, 70 anos, metalúrgico aposentado, marido de Dona Francisca).

Ao contrário dos mais jovens, Seu Genésio e Dona Francisca falam da violência com muito distanciamento. São eles que insistem – “é gente de fora”. É um casal que migrou do Paraná em 1978. São uns dos primeiros moradores da favela. Formam o núcleo de uma extensa família, toda ela moradora da Cruzeiro. Falaremos dessa família mais à frente. Mas eles nos dão, de algum modo, a cifra dos tempos, da diferença dos tempos – “acabou tudo, começou a evoluir, muita gente nova... acabou tudo”.

Os sentidos dessas inflexões dos tempos é algo que será preciso averiguar: diferenças de tempo e também diferenças entre as gerações. São nessas modulações que as histórias e circunstâncias da favela Cruzeiro ganham contemporaneidade, fazem dela um território que nos oferece um prisma que ilumina alguns dos perfis do mundo urbano e permite ver alguns dos vetores que traçam as linhas de sua atualidade.

Os tortuosos caminhos das melhorias urbanas

Os dados são imprecisos, mas de acordo com um levantamento improvisado feito pela associação de moradores, a favela Cruzeiro tinha em 2001 cerca de 200 famílias. Barracos, a maior parte de alvenaria. As ruelas e veredas que entrecortam internamente a favela estão todas cobertas de cimento. Cimento velho. Coisa do Xerife, que através de um acerto com um amigo, conseguiu que o cimento velho de uma construtora fosse jogado na favela. Em 1982, chegou a rede de água e luz elétrica. Chegou, mas junto com ela foi-se armando uma intrincada rede de várias ilegalidades, no mínimo irregularidades.

Importante notar: a presença do Estado vai como que se dobrando na face interna da favela para lançar os vetores a partir dos quais o traçado das ilegalidades segue o fluxo das ligações clandestinas de água e luz. Junto com isso, vai se desenhando o diagrama das relações e hierarquias de poder no interior da favela, seguindo as “gambiarras” de luz ou, então, o fluxo da água desviada das casas que ganharam seus próprios relógios de medição. O fato é que as redes foram instaladas, mas só atingem as casas que dão para a rua principal. É a fachada da favela. As ligações oficiais não chegam até as outras moradias. As instalações clandestinas de eletricidade, as gambiarras ou “ga-

tos”, atravessam toda a favela e passam, aliás como tudo, pelo Xerife, que repassa a ligação a partir de sua própria casa, controla e arbitra a sua distribuição, e também os pagamentos.

A situação do esgoto é ainda muito precária. A Sabesp instalou uma rede de esgoto na parte alta da favela, mas os condutos são incompletos, as ligações mal realizadas e, quando chove, a água carrega “tudo” para baixo. No geral, para a maioria dos moradores, as soluções foram improvisadas no correr dos anos: a água foi retirada de um córrego que passa no meio da favela e que, com o tempo, ficou poluído. Foi canalizado pelos moradores e agora é usado como esgoto. O pequeno córrego atravessa a favela de cima a baixo e deságua na parte mais baixa da favela. A solução é improvisada: os moradores simplesmente cobriram o córrego com uma laje e pronto, está canalizado. Este é o saneamento que lhes coube.

Quanto à água, a situação é ainda mais confusa. São apenas três medidores coletivos. Quase desnecessário dizer que um deles está instalado na casa do Xerife. É daí que a água é desviada para atender as famílias que moram mais próximas do núcleo interno da favela – “foi a Sabesp que fez, mas só pôs na rua, para todo mundo puxar de lá. Tem casa com três relógios, alguns não têm e emprestam de outro”. O controle do pagamento é coisa complicada: sempre há os que não pagam e a conta fica para os demais. É um foco constante de tensão interna aos moradores. Além do mais, a própria medição não é coisa simples. O abastecimento é irregular e o fluxo de água é desigual e descontínuo, conforme a localização das moradias na parte mais alta ou mais baixa da favela. Há também problemas com a Sabesp: não é raro chegar uma conta desmedida e, quando os técnicos da empresa vêm averiguar, nunca é possível comprovar inteiramente a suspeita de vazamento ou uso exagerado ou indevido que fica no ar. As ligações irregulares devem ter algo a dizer sobre isso, mas não falam no mesmo idioma da Sabesp. São dialetos da Cruzeiro.

Com tantas complicações, o “direito de pagar os impostos” é, hoje, uma demanda de muitos dos moradores da Cruzeiro. Como diz Lurdes, “tirar escritura aqui é difícil, para tirar o usucapião, demora muito e tem que arrumar advogado”. O medidor individual de água, além de resolver o problema sempre presente de “quem paga-quem não paga”, é também uma espécie de comprovante de posse. Mais ainda: é uma medida de igualdade, diz Adalto:

... se cada um tivesse um medidor, um relóginho de água, não dependia de ninguém para ser discriminado. A terra é para to-

dos viverem iguais. Tem uma classe que é discriminada em certas partes. Quantas pessoas, cidadãos da sociedade, não passam aqui e falam a mesma coisa: “esses caras numa boa e nós pagando por eles?” Então se cada um tivesse o seu medidor certinho não seria discriminado assim. ... Eu pagava contente, satisfeito. Só não quero ser discriminado.

Resolver o complicado problema do medidor de água, mais do que uma vaga aspiração, é um dos principais motes da atuação da associação dos moradores. Criada em 1984, esteve por todos esses anos sob o comando do Xerife. Quer dizer, até 2001, quando ele perdeu as eleições para um grupo de moradores alinhado (embora não muito convictamente) com o PT. O Xerife é malufista. Se não é por convicção, é por interesse – e dos fortes. O Xerife é cabo eleitoral e não perde nenhuma oportunidade para aproveitar e (e se aproveitar) das redes de proteção e “ajuda” acionadas com as máquinas partidárias, políticos locais e “conhecidos” dentro da própria máquina estatal e municipal. É o principal articulador dos moradores com os poderes públicos para a solução de litígios em torno das redes urbanas de serviços. E os programas sociais promovidos pela Prefeitura também passam por ele, até porque são implementados através da associação de moradores. Assim, por exemplo, o programa do leite, invenção aliás da gestão Maluf (1992-1996), que passou a programa estadual. Controla, sempre controlou, o credenciamento das famílias, e agora que perdeu as eleições, seu trunfo, um deles, é boicotar a informação de tal modo que deixa a associação paralisada para dar seguimento ao programa.

Na verdade, o poder do Xerife aumentou no correr das duas gestões malufistas. A associação dos moradores ganhou impulso na época da briga com a fabriqueta que queria abocanhar uma parte da favela. Foi nessa ocasião que Arivaldo, um de nossos entrevistados, começou a se interessar pela política local da favela Cruzeiro. Foi ele quem acionou o Administrador Regional da Prefeitura e acompanhou todos os lances dessa história. Na época havia – é Arivaldo quem conta – uma rede razoavelmente estruturada de trabalho comunitário, articulada por uma igreja na região. Padres e voluntários atuavam na favela, principalmente em torno de programas sociais para crianças. No período da gestão Erundina, receberam apoio da Prefeitura – havia recursos e as assistentes sociais estavam sempre por lá. Tudo isso foi desativado na gestão Maluf. Os programas sociais da Prefeitura foram suspensos sob a alegação de que eram ilegais. Nessa mesma época, o padre que atuava na região

foi embora do país, os voluntários se dispersaram e os outros foram se afastando. Também Arivaldo se afastou: “aí ficou Lino... e ele foi ficando sozinho... Então o que ele fazia, estava feito e ninguém procurava nada”.

Em 2001, a cobrança judicial de IPTU atrasado agitou novamente a favela. Ao que parece, a proprietária da área resolveu se mexer. Ninguém sabe se chegará a entrar com um pedido de reintegração de posse. Mas o fato é que, durante 30 anos, nunca pagou os impostos da Prefeitura, tampouco tomou qualquer providência para evitar a ocupação de seus terrenos. É uma situação muito confusa, muito provavelmente resultante de grilagens sucessivas. O IPTU veio no nome de três supostos proprietários que teriam comprado, sabe-se lá quando, parte das terras em que hoje está a favela Cruzeiro. Poucos acreditam que a situação chegue ao extremo de um processo de reintegração de posse. Já estão lá há muito tempo e muitos têm o direito de posse por usucapião. Mas a insegurança é grande. Começaram a se mexer. E Arivaldo, o mesmo dos tempos da briga com a fabriqueta, volta a tomar a iniciativa. Aciona antigos conhecidos e agentes comunitários ou voluntários ligados ao PT que atuavam na época, mexe daqui e dali, e termina por disputar as eleições da associação dos moradores. Contou com o apoio de Adalto, o diretor do agora extinto time de futebol da Cruzeiro. Ganhou com uma chapa formada por vários moradores, mobilizados como ele em torno do assunto do direito de posse. O Xerife montou uma outra chapa. Diz Arivaldo que dessa vez ele ficou sozinho – “ele montou a chapa, foi todo o pessoal dele mesmo: a sogra, cunhada”. Perdeu.

Mas a roda da vida continuou girando. A nova diretoria da associação logo tratou de definir planos e estratégias para resolver o problema da posse da área, e também projetos sociais e outras atividades no local. Mas o Xerife também seguiu com seus planos, aliás, planos muito peculiares. Um ano depois, montou outra Associação. É uma mistura de grilagem com movimento de moradia. Lino tratava de identificar áreas que poderiam ser loteadas, fazia o levantamento de todas as irregularidades do pedaço e... ocupava. Quer dizer: é isso o que ele dizia que pretendia fazer. O Xerife é bem relacionado com a polícia, sempre foi. E, na época, fazia parte do Conselho de Segurança, o Conseg. Com isso, acreditava que haveria de conseguir o respaldo necessário para suas operações, evitando complicações com a polícia. A ocupação acabaria sendo uma grande encenação que terminaria com a venda do terreno a um preço muito mais baixo do que o de mercado. Dessa forma, conseguiria os terrenos e, de quebra, o apoio dos futuros moradores. Os planos do Xerife?

Candidatar-se a vereador a partir da base de apoio que espera construir com os “condomínios de periferia”.

O Xerife

Lino, o Xerife, tem 53 anos. Mora na região mais interna da favela com a esposa Doralice (45 anos) e a sogra. Seus dois filhos casaram e moram por perto. Geraldo (27 anos) mora com a esposa ao lado da casa de Lino. O filho mais novo, Reinaldo, mora em uma favela ao lado da Cruzeiro com a mulher e filhos. A casa de Lino tem todo o jeito de um barraco de favela: sala e cozinha compõem um único cômodo e o banheiro fica do lado de fora, compartilhado por quatro pessoas que ocupam dois cômodos contíguos. Mas está lá, à vista de todos, um aparelho novo de DVD, uma TV e um aparelho de som.

Doralice é empregada doméstica. Antes, nos seus primeiros tempos em São Paulo, já casada com Lino (ambos nasceram e se casaram no Ceará), passou pelo emprego industrial, inclusive a Monark. É malufista “roxa” e acompanha o marido nas campanhas eleitorais. Já fez boca de urna para Orestes Quêrcia, Arthur Alves Pinto, Romeu Tuma e outros. E, claro, Maluf – sempre.

Lino nasceu no interior do Ceará (Iguatu) e chegou em São Paulo em 1977. Tinha então 28 anos. “Lá onde a gente morava não tinha como sobreviver”, diz. Mas parece que os motivos foram outros: veio fugido de uma briga pesada que terminou em morte. Chegando em São Paulo, quatro dias depois, começou a trabalhar na metalúrgica Fama, onde ficou por quatro anos. Segue depois um percurso operário nas indústrias da região de Santo Amaro: Fevap (dois anos), Standard (três anos), Monark (três anos), uma das fabriquetas ao lado da favela (três anos) e, finalmente, a Villares (cinco anos). Entrou na Villares em 1986 e saiu em 1991 por problemas de saúde. Trabalhava na pintura, sem proteção, e terminou por adquirir problemas respiratórios sérios. Foi demitido. Processa a empresa. Estava de licença médica e não poderia ser demitido. Ganhou a causa, mas o litígio se prolonga até os dias de hoje: agora, a briga na justiça é pelo reconhecimento de sua condição de funcionário da empresa e pela sua reintegração na função. Lino sabe que, na prática, jamais será reintegrado, até porque ele já foi considerado incapacitado para exercer esse tipo de trabalho. Mas sabe muito bem fazer a conta de quantos salários atrasados a Villares lhe deve. Uma quantia grande, muito grande – salários e encargos trabalhistas correspondentes a nove anos e quatro meses! O único

problema é que a Villares não existe mais: foi dividida em três outras empresas e até agora não foi possível saber qual delas (se é que alguma) herdou o patrimônio e as dívidas trabalhistas. Lino tem um advogado que trabalha nisso para ele. Até o momento sem sucesso. Mas os recursos dessa indenização entram nos planos atuais de Lino. É com esse dinheiro que imagina comprar o extenso terreno de Seu Jair, entrar no negócio da construção de um prédio de apartamentos na área e, de quebra, montar uma oficina mecânica.

A história recente de Lino é cheia de veredas tortuosas. Quando ganha a causa contra a Villares por demissão indevida, ainda em 1991, recebe uma boa indenização. Mas pulverizou o dinheiro na compra de um carro, com gastos excessivos e mais 21 dias de viagem para o estado de origem, soltando o dinheiro farto com os familiares – “o tempo que eu passei lá, eles não passaram necessidade”. Em pouco tempo o dinheiro acabou. Depois, não conseguiu mais emprego em indústria. Bem que tentou, mas não passava pelo exame médico e, além do mais, o processo contra a Villares constava de sua documentação, o que era um motivo de recusa de emprego. Enquanto a situação não se resolve, Lino não pode ter emprego registrado em carteira de trabalho, sob pena de perder os direitos pelos quais está brigando. Atualmente, é zelador em um prédio de apartamentos próximo à favela. É uma cooperativa. São cerca de 2 mil cooperativados – “a gente se inscreve como sócio contribuinte. A gente paga aquela taxa e arruma emprego. Aí, no primeiro salário, desconta os 15 reais e os 36 reais de INSS; do segundo salário em diante, eles só descontam o INSS e, quando a gente sai, a gente recebe o que a gente pagou corrigido. Pode passar 5, 6 anos que a gente recebe, corrige”. A cooperativa existe há dois anos – “foi a lei que eles lançaram para acabar com o direito do trabalhador”. Presta serviço terceirizado para “tudo”: limpeza, segurança, manutenção, portaria.

Desde que saiu da Villares, Lino não ficou parado. Na verdade, com toda essa confusão da Villares, teve tempo de sobra para se dedicar aos assuntos da associação de moradores. E foi se virando com bicos e trabalhos temporários. Mas sempre nas redes do clientelismo político. As histórias de Lino são confusas: as datas sempre muito imprecisas, e há um tanto de bravata em tudo quanto conta. Mas o nome de políticos conhecidos comparecem, sempre, em suas histórias. Desde os tempos em que fundou a associação comunitária, em 1984, as relações com personagens da cena política paulista, ao que parece, compõem as redes de poder e influência que construiu na favela Cruzeiro. Lino sempre fez circular recursos pelas vias dos obscuros canais do clientelismo políti-

co. Claro, é cabo eleitoral, e sempre foi, de Paulo Maluf. As estratégias de favorecimento pessoal e práticas clientelísticas são constitutivas da maneira como Lino encaminha a política local. É assim que administra a distribuição de cestas básicas, distribui presentes de Natal e doações que chegam para a associação e agencia seus apadrinhados para bicos em campanhas eleitorais.

Lino é um dos fundadores da associação comunitária. A primeira eleição é cheia de histórias confusas, ameaças daqui e dali, dinheiro vindo sabe-se lá de onde. A segunda eleição acontece apenas em 2001, quando Lino pela primeira vez viu o seu poder desafiado. Até então, manteve praticamente incontestes sua liderança na associação e na favela. Os esforços para as melhorias urbanas terminaram por se transformar em um espaço de agenciamento pessoal de Lino sobre os moradores. A começar de sua própria casa, espécie de sede de seu poder pessoal: é de lá que muitos moradores puxam as ligações clandestinas e é para ele que pagam as contas de água e luz. Todos os eventos que marcaram a história da favela, desde o cimento nas ruas, passando pela briga com a fabriqueta da rua, até a chegada das redes de água e energia, trazem as marcas do poder de Lino, suas redes de influência, suas conexões com construtoras, vereadores e gente das máquinas políticas partidárias.

É sempre difícil saber o que é ficção e bravata, e o que é real nas histórias que conta. Mas o fato é que, em 2001, Lino era membro do Conseg – o Conselho de Segurança, órgão de representação local, espaço de participação democrática e cidadã, como se diz, vinculado ao governo do Estado. É com essa rede de apoios e proteções que ele conta para se lançar em seu novo empreendimento: negócios com compra e venda de terras, quer dizer: grilagem. E a partir daí, lançar-se como vereador nas próximas eleições.

Há algo mesmo de fascinante na história desse cearense que virou favelado, que se transformou em operário metalúrgico de uma grande empresa paulista, que conhece muito bem e briga pelos seus direitos, que se embrenhou fundo nas tramas do clientelismo político, que transita o tempo todo entre o legal e o ilegal, que é “representante da sociedade civil” no Conseg, que pretende agora se tornar grileiro e que quer se lançar como vereador, representante político local. Não é pouca coisa... Não há nada de anedótico em tudo isso. Pois o que temos aí é um personagem que faz ver todas as dobraduras de que são feitas a vida social. Muito longe das binaridades, são nelas ou através delas que os fios que tecem o campo social são perceptíveis, atravessam e compõem a vida interna da favela Cruzeiro (e seus territórios), para colocá-la em sintonia fina com toda a complicação do mundo social.

Deslocamentos e novas mediações sociais

O Xerife é também um personagem interessante, pelo que nos informa sobre os deslocamentos do campo das mediações sociais operantes em todos os lugares, também na Cruzeiro. Pois o dito Terceiro Setor também chegou por aqui. E a nova gramática política da gestão dos programas sociais e suas parcerias deslocou o terreno em que o Xerife sabia tão bem transitar.

O tempo não foi menos diligente na Cruzeiro que alhures. Os influxos da história política recente desdobraram-se na recomposição interna das relações de força que atravessam a associação de moradores. Esta não pôde alhear-se dos agenciamentos estabelecidos pelo envolvimento de novos grupos politicamente interessados na questão social e no problema da pobreza. O novíssimo tecido social das organizações não-governamentais e das organizações para-empresariais do Terceiro Setor veio tomar seu lugar nas relações que constituem os alinhamentos políticos, as conformações de grupos e interesses envolvidos na vida da favela Cruzeiro. Os deslocamentos produzidos pela entrada em cena desta nova mediação imprimem as marcas do atual numa configuração particular.

Fato é que, em 2004, Lino já não era mais o Xerife da Cruzeiro. Ao menos sua presença política já era bastante relativa mesmo para aqueles que outrora não podiam prescindir de sua interlocução com os circuitos do poder. A primeira entrevista que fizemos com Adalto, em 2001, foi acompanhada por Lino como observador para eventuais adendos e correções. Lino, à época presidente da associação, desempenhava a bom termo seu papel de mediador entre os moradores da Cruzeiro – suas descrições e narrações da vida cotidianamente vivida – e os forasteiros ali interessados nessa descrição.

Nos quatro anos transcorridos desde a derrota de Lino na eleição para a associação, em 2001, o jogo das relações internas à favela Cruzeiro alterou-se e o campo político que construiu a força e o poder do Xerife foi igualmente redefinido. Se a marca de suas conquistas pessoais através dos tempos ainda é constitutiva dos espaços da favela, ele parece já não ser mais capaz de polarizar os descontentes e mobilizar energias pelos expedientes do favorecimento pessoal de outrora. É Adalto quem descreve a erosão do controle que o Xerife exercia sobre os moradores da Cruzeiro:

Ele concorria... a eleição que teve, a anterior dessa que a gente foi eleito, foi eu e meu irmão que concorremos com ele. Ele mon-

tou uma chapa e a gente montou outra. Mas só para ter eleição. Então, ele ganhou da gente por um voto. Nem eu votei na gente, nem meu irmão. Votamos para ele e ele se elegeu por um voto. [...] Antes a gente não disputava porque era o seguinte: sabe, você não está por dentro de uma coisa, então, você não dava muita atenção para aquilo. Aí a gente viu que todas associações estava crescendo, estava tendo benfeitoria e a nossa já não tinha.

Os planos de Lino para inviabilizar o mandato da nova diretoria da associação – que incluía a tentativa de descredenciá-la dos programas de distribuição de leite e cestas básicas – foram contornados: os novos diretores terminaram por criar uma outra associação, com outra identidade jurídica. Temos aí uma pista importante para entender o surgimento de organizações civis em outros lugares da periferia, que vão se multiplicando possivelmente em decorrência de contendas políticas que se fazem cada vez menos pela disputa interna a essas associações e mais pela fundação de outras organizações concorrentes, em franca competição por recursos e canais institucionais para a viabilização de seus projetos. Uma verdadeira proliferação de associações, cada qual vinculada à gestão de programas sociais definidos por um perfil, uma marca ou simplesmente o nome de uma marca (o nome da própria organização) que lhes atribui uma identidade. Nas palavras de uma outra nossa entrevistada, trata-se de uma verdadeira epidemia de “novas identidades” em concorrência. Mas esse é um jogo de relações e mediações que não fazem parte do repertório de recursos de ação dos antigos agenciamentos políticos de Lino.

O isolamento de Lino, justamente pelas circunstâncias descritas acima, não pode ser exclusivamente atribuído à sua derrota na associação. Arivaldo segue sendo presidente, secundado por Adalto, seu tesoureiro, mas o grupo de apoio montado pela chapa em 2000 vem se enfraquecendo. Os apoiadores externos à favela: uma ex-freira que realizava trabalho comunitário na região e o assessor de um deputado estadual petista – então ardorosos prepostos da candidatura petista à Prefeitura de São Paulo nesse mesmo ano, que davam suporte político à chapa de Arivaldo e prometiam o desenvolvimento de projetos da Prefeitura em conjunto com a associação em caso de vitória de ambos – simplesmente desapareceram pouco tempo depois das eleições municipais. Sem qualquer ponte direta com o poder institucional, Adalto e Arivaldo, dois anos depois, foram procurar um antigo conhecido que havia sido diretor do time de futebol da Cruzeiro e se tornou assessor político das campanhas do PSDB para a Câmara Municipal:

A gente precisava de uma pessoa de mais explosão, uma pessoa que fosse mais entendida, que tinha mais conhecimento fora. E ele era um cara, assessor do PSDB há 10 anos já, estava sempre trabalhando nesse tipo de mutirão do PSDB, de construção, uma coisa e outra, e reunião para lá, reunião para cá, aí, eu falei para o Arivaldo: ‘vamos trazer ele para a gente ter uma segurança maior. Porque você não pode sair porque tem o seu trabalho, eu tenho o meu’. A gente não tinha conhecimento nenhum nessas coisas e ele já tem um conhecimento bom. [...] Ele é um cara que tem faculdade, vamos colocar ele como diretor de patrimônio.

O assessor foi nomeado Diretor de Patrimônio da associação. Por intermédio dele, um outro assessor de vereador do PSDB, que trabalhava em uma fundação empresarial do Terceiro Setor, realizou, em 2004, um “curso de cidadania” na Associação. Nesse curso, os diretores foram informados da organização de um fórum de entidades sociais da zona sul, capitaneado por essa mesma fundação. O fórum tem o objetivo de permitir a troca de experiências entre as associações e veio ao encontro dos sonhos de Adalto, que, agora inspirado pela experiência de outras entidades sociais da zona sul conglomeradas no fórum, está envolvido na busca de canais de financiamento para construir uma nova sede para a associação e para desenvolver cursos.

Realmente o Lino não tinha nada. Tinha a sede levantada, quatro paredes de madeirite só e mais nada. Uma associação não é feita só de quatro parede levantada, um salão. Que nem a planta que o engenheiro fez para nós, em cima dessa laje do salão é composta de dez salas. Tem sala para academia, tem sala para computação, é sala para vários projetos.

Os planos ambiciosos de Adalto vislumbram ainda a possibilidade da auto-sustentabilidade da associação, inclusive com a remuneração e a profissionalização de sua diretoria e seus quadros que, atualmente, nas palavras de Adalto, representante eleito dos moradores, são voluntários:

tem que estar batalhando, todo mundo trabalhando voluntário, um trabalha hoje, outro trabalha amanhã para a gente se reerguer, para a gente conseguir uma verba, um padrinho bom, aí modifica, né? A gente trazer uns cursos bons que a gente tenha algum retorno.

Nesse mesmo horizonte, o estatuto da nova associação que tiveram de fundar prevê um abstruso mandato de diretoria por tempo indeterminado:

Eu falei para o Arivaldo: ‘a gente não vai colocar, entrar, para concluir as obras e, depois das obras tiverem prontas, a gente fazer nova eleição, a pessoa que não trabalhou nada pegar aí e não dá andamento mais, só pegar e deixar parado. Então vamos colocar por tempo indeterminado que assim a gente vê os projetos que a gente vai querer fazer.’ E daí a gente visita muito lugar, vai aqui na favela Paraisópolis; ali, a associação é muito bem desenvolvida, você vê as técnicas que tem ali dentro, muito desenvolvidas. Que nem eu falei pra você: no Grajaú, tem gente que tem salário de 700 reais por mês dentro da associação. [...] Aqui tem que trabalhar voluntário. Não tem verba. Eles lá já têm verba adquirida de vários lugar, eles também colocaram em prática muitos projetos, eles têm projeto de reciclagem mesmo lá que dá um dinheiro enorme. [...] Eles têm daonde que tirar as verbas deles lá, têm diretor que está com salário de 700 reais por mês, é um salário bom. A gente tá querendo fazer a mesma coisa aqui. Mas só que com pouco braço assim não dá para a gente desenvolver, a gente trabalha só os fins de semana.

Na prática, o projeto de Adalto é transformar uma associação de representação dos moradores numa ONG gestora de projetos locais. As novas idéias dele provavelmente não seriam concebidas sem o intercâmbio entre associações e ONGs promovido pelo fórum “animado” (no jargão do Terceiro Setor) pela Fundação Empresarial. Nas reuniões semanais desse fórum – onde a presença das associações é classificatória para a obtenção de financiamento para o desenvolvimento de projetos – os diretores conheceram Valentina, presidente de uma grande ONG da região. Valentina tinha planos para a Cruzeiro: expandir para lá suas atividades já desenvolvidas em outras favelas próximas. Ela queria o apoio da associação para a instalação de uma padaria comunitária na favela e, para isso, já contava com o apoio da poderosa Indústrias de Cimento Votorantim, que cedia material e mão-de-obra para a construção do prédio da padaria. De quebra, ainda oferecia cursos profissionalizantes de construção (os pedreiros da construção seriam “aprendizes” da “comunidade” treinados pela companhia, jovens construtores de 13, 14, 15 anos, a 60 reais mais uma cesta básica por mês) e de padeiro e confeitoiro para a “comunidade”. Animados pela possibilidade desta “parceria”, os diretores da associação apoiaram o projeto. A ONG adquiriu dois barracos na favela e iniciou a construção.

Em 2004, o prédio de dois andares já estava de pé, faltando apenas o acabamento. Sobre o bloco aparente na parede da frente da construção, o cartaz de publicidade de uma das marcas da Votorantim sugere um trocadilho

ambíguo: “VotoMassa, a argamassa da Votorantim”. As relações entre a ONG e a associação, no entanto, já não eram tão simbióticas quanto antes – a “disputa de identidades” já se instalara:

a verba que ia ser pedida, ia ser só no nome da ONG. Então ela podia só investir lá em cima na ONG, a nossa associação aqui ficava de fora. Então, onde que nós não aceitamos. A gente discutiu todo os planos que ia ser traçado. Então, a gente não aceitou por isso, que as verbas que ia vim de fora só vinha no nome a ONG. Aí ela que ia distribuir as verbas aqui para a gente.[...] Se ela quisesse ajudar aqui dentro, ela falava: ‘eu vou colocar uma padaria comunitária lá, mas vai ser em nome da associação da Cruzeiro. Não vai ser em nome da ONG.’ A briga que nós tivemos com ela foi que ela mandou fazer um jornalzinho com a ONG na Cruzeiro. Não existe esta ONG na Cruzeiro. Com 15 mil pessoas! Olha como que ela cresceu: 15 mil pessoas cadastradas numa associação, dentro da Cruzeiro!

[...] Dentro da Cruzeiro e a ONG com 15 mil associado! Aí, ela vai adquirir verba para a ONG dela até no Japão. Poxa, uma associação com 15 mil associados, pô, dentro da Cruzeiro!! Ela não está me ajudando! [...] Já pensou associação com 15 mil associados? Nossa Senhora! O que é projeto que ia acontecer aqui dentro! Você não vê os projetos que a Rocinha tem lá? A Rocinha tem 200 mil moradores. Eu tenho no Rio uma amiga e fui numa entidade dela lá, várias tem lá dentro, não sei quantos associados tem. Por que tem tantos projeto lá na Rocinha? Porque é forte, é conhecida. Agora, a Valentina me coloca no jornalzinho aí da ONG, a ONG dentro da Cruzeiro com 15 mil associados! Pera lá! [...] Ela está fazendo propaganda da associação dela, está crescendo a associação dela, mas o nosso não, está sendo desconhecida aqui. Porque se você pega um jornalzinho da Valentina: ‘Cruzeiro, 15 mil sócios na ONG.’ ‘E essa outra entidade aqui, associação dos moradores da Cruzeiro, onde que fica?’ Não tem como.

E por aí, as antigas polaridades da política vão se dissolvendo no mercado das entidades sociais captadoras de recursos e gestoras de projetos, rearticulando campos de conflito e “disputas de identidade”, suspendendo eleições em nome da sustentabilidade, revogando mandatos ou eternizando-os em nome da profissionalização dos serviços. Não é à toa que Lino vai procurar para si outros caminhos de empreendedor; não por acaso irá fundar, também ele, uma nova associação para organizar ocupações de terra. A disputa pela associação de moradores não está mais em seu alcance. O campo político se deslocou e se

redefiniu com novas mediações e novos procedimentos muito distantes dos agenciamentos clientelísticos que Lino sabia tão bem manipular.

Começamos falando dos tortuosos caminhos das melhorias urbanas que abriam as sendas do poder e da influência de Lino. Agora, as peças do jogo são outras e outras são as regras, e vemos em ação não menos tortuosos caminhos pelos quais uma associação de moradores, fundada nos tempos do poder e glória do então poderoso Xerife, vai se transfigurando no perfil empreendedor do chamado Terceiro Setor. Esse não é o mundo no qual Lino sabe transitar. Além do mais, é quase certo que eleições não irão mesmo mais acontecer na favela Cruzeiro.

Diferenças de tempos, diferenças de geração

O tempo e a passagem do tempo deixam as marcas no território e deslocam suas coordenadas, redefinem o jogo dos atores e as mediações que compõem os campos de força das disputas locais. São essas marcações que nos dão as pistas das redefinições da trama do mundo social que veio se redesenhando desde o início da década de 1990. Mas os fios que tecem a trama social também passam pelas histórias das famílias. Aqui, nesse registro, é sobretudo a diferença entre as gerações que nos dá a cifra da atualidade e de toda a complicação que pode estar contida nos tempos que correm.

O patriarca Genésio e sua extensa família

A descrição dessa família confunde-se com a descrição da favela e com a história dessa ocupação. São moradores antigos, um dos primeiros “invasores” (esse é o termo que eles próprios utilizam – “é tudo invasão”) no final dos anos 70. São cinco famílias que dividem o mesmo terreno. São histórias que se cruzam em torno do núcleo principal, Seu Genésio (70 anos) e a esposa, Dona Francisca (69 anos). Genésio é o chefe de uma família numerosa e, sobretudo, muito unida, que não se desliga do núcleo familiar. Vão casando e se ajeitando no terreno da própria favela, com casas bastante bem construídas e bem equipadas.

A casa de Seu Genésio dá para a rua principal. De fora, percebe-se uma construção bem abaixo do nível da rua. Descendo a escada, à esquerda está a casa onde moram o patriarca com a esposa, Dona Francisca, três filhos

e um neto. Moram lá: Jorge, 31 anos, desempregado há dois, ex-metalúrgico, trabalhava em uma das fabriquetas da rua ao lado; Lindalva, 39 anos, trabalha há 15 anos em uma outra dessas fabriquetas; Lurdes, solteira, 41 anos, tem um filho pequeno (2 anos), trabalha há 18 anos no mesmo lugar que a irmã.

A casa de Genésio tem seis cômodos: três quartos, sala, banheiro, cozinha e mais uma garagem na frente, ocupada com dois carros da família, um Santana do falecido marido de uma das filhas (Lucila) e um Corsa de um outro filho casado. À esquerda, moram Lucila (45 anos) e seus filhos. O marido morreu 10 meses antes da realização desta entrevista (doença crônica de coração, sofreu um enfarte): foi metalúrgico durante quase toda a sua trajetória de trabalho, mas nos últimos anos trabalhava como motorista em uma agência de emprego (carteira assinada). Lucila é doméstica e trabalha na mesma casa há 20 anos. Tem três filhos: Maurício (22 anos), colegial completo, trabalha como auxiliar de escritório para uma moça que faz a assessoria de imprensa de dois cantores populares famosos, circula no mundo dos “promoters” e anda pelas bandas de Pinheiros, Jardins e Moema; Marialva, 19 anos, colegial completo, trabalha como atendente em uma ótica em Santo Amaro; Daniel, 12 anos, está estudando. Em uma construção confusa e um tanto amontoada, que não é possível divisar da rua, há ainda, mais ao fundo, três casas, onde moram os outros filhos de Genésio e suas famílias: Adalto, a esposa Cacilda, a filha Nair (17 anos) e um filho menor; Milton, 31 anos, com um filho de 6 meses, trabalha na metalúrgica Pial em Santo Amaro também há muitos anos; e Inês e seus dois filhos, de 18 e 15 anos.

Seu Genésio nasceu em Presidente Prudente (interior paulista) e, em 1952, foi para o Paraná. Casou-se com Dona Francisca e constituiu família. Todos os seus filhos nasceram nesse período. Trabalhava como meeiro, plantando milho, arroz, feijão e café. Em 1978, “perdeu tudo” em decorrência de uma seca. Genésio tinha então 45 anos e veio com a família toda para São Paulo. Venderam o que tinham, colocaram a família em um ônibus e chegaram com seus nove filhos – “colocamos tudo num saco, juntamos os filhos e viemos! Tudo de ônibus. Chegamos aqui sem nada!”

A filha Lucila, a mais velha, então com 23 anos, já estava em São Paulo. Veio antes para encontrar o marido, que foi o primeiro a desistir da roça para tentar a vida na cidade. Moravam no Jardim São Luís e dividiam uma pensão com dois outros amigos. Seu Genésio e a família chegam um ano depois da vinda de Lucila. Ficam 15 dias em sua casa. Impossível permanecer muito tempo no exíguo espaço da moradia de Lucila. Procuram e não conseguem alugar uma casa: ninguém se dispunha a alugar para uma família gran-

de, com filhos pequenos. Por intermédio de conhecidos do Paraná que já estavam por aqui, ficam sabendo de um barraco disponível na favela Cruzeiro. Seu Genésio “compra” o que então era uma construção precária de madeira, com apenas dois cômodos.

Um ano depois, chama Lucila e sua família para se instalarem ao lado, no mesmo terreno. Era o ano de 1979: Lucila deixara o emprego na Monark para cuidar do primeiro filho. O marido pressiona pela mudança – foi o jeito de ter o apoio da família, sobretudo a ajuda de Dona Francisca, mãe de Lucila, para cuidar da criança. Na avaliação de Lucila, entre a moradia anterior e a favela Cruzeiro, a diferença não era grande: poucos serviços, transporte precário, tudo muito longe para as compras básicas, pouca iluminação no entorno, o mesmo perigo nas ruas escuras à noite.

“Fomos fazendo a casa, como um ‘joão de barro’”, diz Seu Genésio. De pouco em pouco, foram melhorando a moradia. Todas as economias vindas do trabalho foram jogadas nesse empreendimento, que levou anos a fio para chegar à situação atual. A melhoria gradativa da casa acompanha o crescimento da favela, no correr dos anos. No início, havia, dizem os nossos entrevistados, algo em torno de 100 barracos espalhados na área. E era “tudo mato”, não tinha nada, urbanização precária, equipamentos de consumo ausentes, nada de escolas por perto, transporte precário.

A família de Seu Genésio permaneceu junta nessa empreitada. As melhorias das suas respectivas casas são o resultado de uma experiência que convergiu também para a melhoria da favela pelo esforço compartilhado com os demais moradores. A vida de Seu Genésio e sua extensa família termina então por se confundir com a história da própria favela. É o centro de gravitação da vida de todos eles. Os filhos casaram, constituíram família e construíram suas próprias casas no mesmo terreno, junto à casa dos pais. Se as circunstâncias da época obrigaram Genésio a “comprar o ponto” numa região de invasão, tudo indica que, no correr dos anos, poderiam ter saído de lá. Mas não saíram. Além de uma trajetória ocupacional estável 19 anos no mesmo emprego, Genésio comprou um terreno e construiu uma casa no distante Embu-Guaçu (em 1982), município fronteiriço com a periferia sul da cidade. Mas Seu Genésio não sai de lá, seus filhos tampouco. Vão ficando. E vão ficando porque os laços com o local são fortes.

Para Lucila, a filha mais velha, morar naquelas paragens mais distantes haveria de significar abrir mão das vantagens do apoio da rede familiar. E para

os outros, todos conseguem seus empregos nas imediações da favela. A família é uma referência central na vida desses personagens, todos eles. E, a essas alturas da vida, no atual andamento do mundo, as alternativas também não são muitas. Adalto sempre se recusou a morar no Embu, apesar de esta ser a vontade da esposa: “eu sempre disse não; já estou acostumado com o pessoal daqui, sinto que são todos irmãos e são todos muito unidos [...]”. Adquiri meu lugarzinho, comecei aqui e quero ficar aqui até o dia de me aposentar”. Sair da Cruzeiro para outra favela? Nem pensar. E ter um terreno próprio implica em um ônus que Adalto pensa não ter condições de arcar – “com o salário que eu ganho, com certeza não vou conseguir pagar uma água de 80 reais, uma luz de 70, 80 reais. Vai ser difícil, então eu prefiro ficar no lugar em que estou”.

Trabalho, moradia e os tempos da cidade

Alguns meses depois de sua chegada em São Paulo, Seu Genésio conseguiu o que seria o seu primeiro e único emprego ao longo de toda a sua vida na cidade. Por indicação do genro, começa a trabalhar numa metalúrgica de Santo Amaro, emprego que manteve por 19 anos. Os filhos também conseguem, em pouco tempo, emprego em São Paulo. Lucila já trabalhava na Monark (seu primeiro emprego na cidade), assim como seu marido e os colegas de pensão. O marido trabalhou lá por dez anos e, Lucila, dois anos e meio, até nascer o primeiro filho. E foi essa também a porta de entrada no mercado de trabalho para Adalto e Inês: em pouco tempo já estavam trabalhando na Monark. Com exceção do filho mais novo, Jorge (31 anos), a estabilidade nos empregos é uma regra para todos os membros da família. Seu Genésio aposentou-se depois de 19 anos na mesma empresa. Lucila, a mais velha, trabalha há oito anos como mensalista numa casa de família no entorno de Santo Amaro. Os outros, depois da Monark, seguiram no emprego fabril e agora estão, todos, no circuito local das fabriquetas ao lado. Adalto está no mesmo emprego há 17 anos. Lurdes (41 anos), assim como a irmã Lindalva (39 anos), ambas solteiras e morando com os pais, estão no mesmo emprego há muito tempo. Lurdes trabalha há 18 anos em uma fabriqueta de peças para máquinas de lavar roupa. O tempo de emprego não valeu melhorias de salário: é uma empresa pequena, com menos de 50 trabalhadores, e ganha hoje R\$ 350,00. Então, por que não tentou coisa melhor nos tempos em que o emprego era mais farto? Por que não tentou outras alternativas? “Fui ficando porque o emprego era perto”, diz Lurdes. “Antigamente” os ônibus saíam sempre

muito lotados, e então era vantajoso trabalhar por perto. Menos cansativo. E o salário mais baixo era compensado pela economia dos gastos de condução. Além do mais, ela pondera que foi o salário baixo que lhe garantiu a estabilidade no emprego:

... eu acredito que se eu ganhasse um pouco mais que os outros, eu já tinha ido pra rua faz tempo. Porque hoje em dia as coisa é assim, o funcionário ganhou mais, eles põe pra rua e pegam outro ganhando menos. Eu acredito que se eu tivesse ganhando um pouco a mais lá, eu hoje não tava mais lá não.

E assim, eu fui ficando, fui ficando, e depois a idade também... hoje em dia os emprego né, exige experiência, e a idade que já tá avançada.

* * *

São histórias que giram em torno do trabalho e da vida interna da favela. Dois campos de gravitação de suas experiências. Os percursos de Genésio têm semelhanças com os do aposentado Aluísio da Vila Marinalva. Ambos operários pouco qualificados. Ambos filiados ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Se hoje o seu mundo parece quase que encapsulado nas fronteiras da favela e no universo da família, nem sempre foi assim:

No começo eu ia muito na cidade, agora não. No início, a firma não tinha convênio. Então logo no primeiro ano comecei a pagar o convênio pelo sindicato, era na época do finado Joaquinção. Lá tinha de tudo, era tudo gratuito, remédio, médico, tudo. Então eu ia muito no sindicato. No sábado, quando eu não trabalhava, eu ia no sindicato. Paguei o sindicato até aposentar...

Agora que se aposentou, diz Genésio com um fino tom de ironia: “eu não vou pra lugar nenhum, só como e durmo...”.

Não apenas o patriarca Genésio, mas muitos outros têm suas histórias marcadas pelos tempos do trabalho regulado e do sindicato. Aliás, também Lino, o Xerife. O jogo da troca de favores e as redes de proteção, que o Xerife soube e sabe tão bem manipular, também passou por aí: diz conhecer os personagens da história sindical recente e não são poucas as histórias (ou bravatas) que conta ao relatar como conseguiu apoio, favores e favorecimentos de uns e outros. Além do

mais, valendo-se dos “direitos devidos” de uma grande empresa (que não existe mais) – que ele espera e faz de tudo para receber – é que ele define parte de seus mirabolantes planos de futuro.

Outros seguiram outros fios, participaram de greves e fizeram parte, de um jeito ou de outro, da movimentação política do período. Assim, por exemplo, a história de Arivaldo, o combativo morador da Cruzeiro, sempre em rugas com o Xerife, agora em aberta oposição a ele. Arivaldo chegou em São Paulo em 1976. Tinha então 16 anos. Veio de Minas Gerais, acompanhando a mãe, que havia se separado do marido. Foram morar em um cômodo alugado no Jardim Miriam. E logo começou a trabalhar como ajudante em uma oficina mecânica de fundo de quintal. O começo de sua história na cidade é turbulento. Depois do Jardim Miriam, moram em vários lugares nos arredores da região. Sempre cômodos alugados. Passaram pelo Parque Santo Antônio. Aí foram enganados por um grileiro que vendeu um terreno irregular na estrada de Itapeverica da Serra. Gastaram todas as economias na compra desse terreno. Sofreram uma ação de reintegração de posse. E perderam tudo. Foi então que se mudaram para a favela Cruzeiro: ... “aí teve que começar praticamente do zero porque aquilo que você perde que você trabalhou uma boa parte da vida para conquistar aquilo ali e de repente você vê aquilo assumir, desaparece num passe de mágica”.

Era o ano de 1977. Nesse período, Arivaldo arruma trabalho na construção civil. Depois de trabalhar também algum tempo em uma lavanderia, consegue emprego de ajudante de produção na Monark, como tantos outros moradores da favela. Participa das grandes greves operárias do período, e foi nessa época que começou a se aproximar do pessoal, que, pouco tempo depois, estaria alinhado com o PT – “toda vida eu fiz campanha para o PT, mas nunca fui filiado. Fiz campanha espontânea, eu ia lá, pegava o material e falava vou distribuir”. A passagem pelas greves operárias foi importante no percurso de Arivaldo e vai influenciar a forma como se posiciona no jogo político interno à favela Cruzeiro. Sempre participou da associação de moradores, sempre alinhado “à esquerda”, sempre em relação tensa quando não de oposição ao Xerife. Apesar da participação nas greves ter lhe custado o emprego na Monark, Arivaldo avalia a experiência de um jeito muito positivo:

... era bom, não me arrependi de ter feito isso, porque valeu como experiência. Se eu tivesse que fazer novamente, a vida da gente é uma luta mesmo... quando a gente pára e olha prá trás, a gente fala que valeu a pena, porque eu tentei fazer as coisas boas e não

fiz nada para me envergonhar, que eu possa ter vergonha, porque tentei.

Depois da Monark, Arivaldo só conseguiu empregos irregulares na construção civil, primeiro para construtoras e, depois, mais recentemente, como autônomo: “meu serviço é aquela coisa, a gente não tem lugar certo, não tem endereço fixo para trabalhar, isso complica...”. Em 1982, vem o casamento com Doralice. Um ano depois, nasceu o primeiro filho. O último, agora com 11 anos, ganhou o nome de Nelson Mandela:

Foi homenagem. O Nelson Mandela. Aquele homem acho que não dá para definir. A luta dele! Uma pessoa que é condenada à prisão perpétua, de repente ele consegue ser presidente do próprio país que oprimia ele, então a luta dele serve de inspiração. É impressionante. Vale a pena a perseverança que ele tem.

... Não libertou só ele porque a África tem um continente do tamanho que é a África, quando a gente olha no mapa e vê tudo aquilo!

Tempos em que o trabalho, e o trabalho regulado, operava como um poderoso conector das histórias de cada um com uma história coletiva (e seus conflitos), com uma trama mais ampla de relações sociais (e também de composições políticas) e com a cidade: diagrama de relações e de referências em torno do trabalho.

A conquista das melhorias urbanas na favela: um segundo campo de gravitação. Água, luz, esgoto, proteções contra enchentes, e também as disputas em torno do espaço: foram cada qual e todos eles juntos o foco de um contínuo empenho cooperativo dos moradores, entre a invenção de soluções improvisadas e as pressões na Sabesp e na Prefeitura. Também aqui arma-se um diagrama de relações e referências. É certo que os jogos de poder e hierarquias internas à favela foram grandemente traçados em torno (e pelas) melhorias que conseguiram com o tempo. Conflitos internos não faltaram. Mais do que eventos pontuais da história interna de uma favela, arma-se aí também o diagrama de relações com o entorno, com políticos, com disputas políticas, com órgãos públicos, com as tramas do clientelismo político, com as igrejas locais, com o PT, com agentes sociais, voluntários, militantes comunitários.

Essas questões são importantes de serem notadas. De um lado são referências que nos permitem ver como a história interna da favela vai se compon-

do com circunstâncias e atores da história social e da história política da cidade. O catalisador desses vetores é a Associação comunitária dos Moradores da Favela Cruzeiro. As coisas sempre passam pela associação: dos programas sociais da Prefeitura aos agenciamentos internos para a solução dos problemas da vida comum. E vão se compondo com outras dimensões e outras facetas da história social e da história política, seja quando estas vêm cifradas pelas nebulosas relações de poder e influência do poderoso Xerife, seja quando vêm cifradas pelas forças alinhadas à esquerda, seja, ainda, ou sobretudo, quando tudo isso se mistura e suas diferenças ficam indiscerníveis nas dobraduras da vida social.

Trabalho, moradia, política: três pólos de referência, abrindo-se a feixes de relações e composições com a vida social, urbana e política. Três pólos que se conjugam numa história comum e na configuração de seus territórios. Também foi assim na Vila Marinalva, porém em uma diferente constelação de relações em outras conexões de sentido. É nisso que talvez se possa identificar a densidade ou a pulsação das histórias que aí transcorreram, aqui e lá, nos anos 70 e 80. E que se desdobram na face política da história urbana recente: difícil entender os movimentos sociais dessas décadas sem esse jogo de relações e composições de força. É esse jogo cruzado de referências que arma a tessitura de um mundo social, permite que as histórias singulares entrem em ressonância no tempo político da cidade.

Por outro lado, é por referência a essa configuração que se tem, talvez, elementos para entender alguma coisa da virada dos tempos para além da constatação do aumento da pobreza, do desemprego e da violência. Ajuda a entender as inflexões, fundas inflexões, que os mais jovens sinalizam. A virada dos tempos (anos 90) coincide com a diferença das gerações. Por isso mesmo, são os jovens personagens dessas histórias que podem nos informar alguma coisa sobre os vetores e linhas de força que desestabilizam campos sociais prévios, ou os redefinem, deslocam suas fronteiras, abrem-se para outros e também traçam as linhas que desenham as novas figuras da tragédia social.

Na virada dos tempos

Maurício e Nair, os jovens empreendedores: nos circuitos faiscantes dos serviços globalizados

Os percursos da nova geração são muito diferentes daqueles traçados pelos pais. São outros tipos de emprego e também outros centros de gravidade. As relações familiares e o apego à família são fortes: todos valorizam a “família unida”, suas histórias e a solidariedade que existe entre todos. Mas as referências que estruturaram a vida de seus pais já não são as mesmas. Se continuam existindo, não é em torno delas que suas vidas transitam. Seus centros de gravitação já são outros.

Maurício, 22 anos, é filho de Lucila, ex-metalúrgica da Monark, atualmente empregada doméstica. Seu pai, recém-falecido, teve uma trajetória contínua no trabalho fabril, apenas interrompida por motivos de saúde, quando então passou a trabalhar de motorista em uma agência de emprego. Maurício começou a trabalhar em 1999. Tinha então 16 anos e conseguiu, por indicação de conhecidos dos pais, um emprego de *office-boy* no Parque Aquático *The Waves*. Ficou apenas seis meses. O parque fechou, foi à falência. No seu lugar foi construído um supermercado Extra e, ao lado, pouco tempo depois, uma das maiores e mais sofisticadas academias de ginástica, a caríssima Unysis. Depois, por intermediação do próprio pai, foi trabalhar também como *office-boy* numa agência de emprego. Era a agência em que o pai trabalhava como motorista. Progrediu de *office-boy* para auxiliar administrativo. Mas, depois de dois anos, o serviço caiu, a empresa se afundou em dificuldades financeiras e Maurício perde o emprego. Amarga dois anos de desemprego: inúmeras e persistentes tentativas sem sucesso. Quase sempre em lojas de shopping centers, algumas de grifes famosas: “eu queria trabalhar com público, é isso o que eu gosto e daí falei – ‘vou me dar bem’”. Fez entrevista na Ellus, mas a concorrência era muito grande: sessenta pessoas para dez vagas – “todo mundo querendo entrar, pessoal que trabalha, pessoal que estava cursando faculdade, tinha até modelo, sabe?”. Não foi chamado. Continuou procurando por dois anos; espalhava currículos por onde passava, quase desesperou. E então a chance aparece quando uma vizinha o apresenta para a assessora de imprensa de dois cantores populares famosos no mercado musical: o cantor pop Maurício Manieri e o forrozeiro Frank Aguiar. Quando o entrevistamos em 2001, fazia poucos meses que trabalhava lá como auxiliar de escritório. A empresa fica no Morumbi, na avenida Giovanni Gronchi. O seu trabalho é atender os telefonemas, cui-

dar das agendas, marcar entrevistas. Acompanha alguns shows dos cantores pela cidade. Esse emprego joga Maurício em um mundo social que seria inimaginável para seus pais. Vez por outra, acompanha os shows, no Olympia, por exemplo, badalada e prestigiosa casa de shows da cidade. Gosta do serviço que faz:

Gosto, é bom... Na quinta fui no Olympia, freqüento camarins, essas coisas, é legal... viagem é só ela que faz, porque isso sai caro (hotel, avião etc.), vou junto só quando é preciso. Quanto tiver uma turnê no Rio, vou também – só quando é cidade grande...

Maurício transita pelo “circuito nobre” da cidade, entre Moema, Pinheiros e Vila Madalena, passando pelo centro e as danceterias conhecidas. Nesses lugares, enfatiza, há “tudo quanto é tipo de gente que você pode imaginar, desde garota de programa até milionário, porque fica tudo misturado... você nem sabe quem é a pessoa...”. Diz que começou a transitar pelos circuitos badalados da cidade ainda nos tempos em que trabalhava na agência de empregos: fez amigos, conheceu muita gente e, vez por outra, conseguia entrar de graça nas grandes casas de espetáculo da cidade, pelas mãos de “gente conhecida” lá de dentro. Além dos shopping centers, os bares e pontos de encontro no centro da cidade ou, então, nos agitados bairros de classe média: Moema e Vila Nova Conceição, Pinheiros e Vila Madalena. “Tenho amigos de São Paulo inteiro”, diz Maurício. É bem possível que o rapaz exagere um tanto e carregue nas tintas com que pinta sua experiência nas “baladas” da cidade. Mas, exagere ou não, o fato é que ele já está mirando para outros lugares e de outros lugares. Sonha em fazer uma “faculdade de comunicação” e encontrar o seu lugar nesses faiscantes circuitos dos modernos serviços da “cidade global”. Acha que tem jeito e talento para isso.

Pode ser, e é muito provável que assim aconteça, que esse sonho dourado não vá longe e que o rapaz vá logo bater de frente com as regras mais do que excludentes dos modernos-moderníssimos circuitos globalizados. Mas os lances da vida já configuraram um outro jogo de referências e outros prismas pelos quais a cidade se lhe apresenta. Diferente da geração dos seus pais, que valorizam exatamente essa espécie de “mundo à mão” que a favela lhes oferece – a família que está por perto, os empregos ali do lado. Para Maurício, na favela tudo é longe e a periferia não tem nada: “na periferia não tem mesmo o que fazer... não tem nada por aqui perto, não tem de jeito nenhum... procura pada-

ria, tem que andar 500 metros. Então é tudo longe, não tem nada... tem que andar bastante para fazer alguma coisa, tem que ir até o centro, tem que ir até a Vila Olímpia". Os lugares são todos muito perigosos – "tem muita briga, às vezes até sai morte". E além do mais, é tudo muito feio: "aqui não tem nada, não tem nem paisagem agradável para ver".

Mas como é circular em Moema e morar aqui?

Você quer saber como eu me sinto quando eu volto para cá? Eu me sinto estranho, as pessoas me tratam também de um jeito diferente. Porque aqui as pessoas não tiveram muita oportunidade, tiveram muito menos do que eu, tiveram menos sorte do que eu. Minha mãe sempre foi diarista, meu pai sempre trabalhou, sempre tentaram dar o melhor pra gente; era escola pública mas ele (o pai) incentivava, ficava em cima. Comecei a trabalhar cedo, comecei a conhecer as pessoas, a aprender bastante. As pessoas aqui, a cultura para eles é nada... fazem curso até a 8ª série e acham ótimo. As pessoas acham que tenho muito estudo... tem gente como eu, que estudou e começou a trabalhar desde cedo. Mas a maioria... quando eu digo "não vou nesse lugar porque não é legal", eles dizem "ah, você é metido, pensa que é rico ...". Daí foram se afastando.

Nair, 17 anos, prima de Maurício, tampouco tem a Cruzeiro como referência: fala da violência local, avalia que o pessoal é grosso e mal-educado e, além do mais, acha que os jovens de sua idade pouco se esforçam para melhorar de vida. Diz que conhece "a favela toda, todo mundo", mas que não tem amizade "para sair". Acompanha o primo nas baladas noturnas. "Quando eu saio", diz Nair, "vou lá para o lado dos Jardins, o pessoal lá tem mais educação... não é essas coisas que a gente vê, desse monte de cara, um querendo ser mais homem do que outro". Assim como Maurício, o mundo que Nair tem em mira é muito diferente das referências de vida de seus pais.

Nair é filha de Adalto, o mesmo do time de futebol e das disputas internas da favela Cruzeiro. Adalto, 49 anos, é operário metalúrgico. Como seus irmãos e tantos de seus vizinhos da favela, começou seu percurso fabril pela Monark, em 1978, logo que chegou em São Paulo, acompanhando a família. Dois anos depois, conhece Cecília, sua futura esposa, também operária da Monark. Adalto trabalhava na linha de solda. Três anos depois, sua vista estava comprometida; pediu para ser transferido para outra seção, não foi atendido e achou melhor buscar outros rumos. Pediu para ser mandado embora, recebeu os direitos devidos e amargou oito meses de desemprego. Em 1982,

estava trabalhando em uma outra metalúrgica da região. Foi mandado embora em uma onda de demissões. Em 1983, começou a trabalhar no seu emprego atual, uma pequena metalúrgica na rua ao lado da favela. Ainda nos tempos da Monark, em 1980, formou o time de futebol da favela Cruzeiro e, em 1982, foi eleito presidente do time, o “Clube Cruzeiro”, cargo que ocupou por 12 anos. Em 1983, já estava participando da associação de moradores como diretor esportivo e, daí para frente, continuou e persistiu no seu envolvimento com as melhorias da favela, com a promoção de seu time de futebol, e sobretudo com a sua própria família. Mais recentemente, em 2000, envolveu-se com as disputas em torno da associação de moradores. É dele que falamos páginas atrás e é ele que agora está empenhado na formação de uma nova associação, mais “moderna”, mais “empreendedoradora”, junto com Arivaldo, metalúrgico também da Monark, que virou trabalhador autônomo e cuja trajetória foi comentada páginas atrás.

Como seu pai, Nair é uma trabalhadora, muito jovem trabalhadora, já empenhada em construir o seu próprio lugar no mundo. Mas as suas coordenadas desenham um outro universo de referência: o mercado de trabalho já não é o mesmo da época em que seus pais e tios se lançaram na vida. A cidade tampouco é a mesma. Nair começou a trabalhar muito cedo e seus percursos dizem algo dos novos circuitos dos empregos da região: em 1995, aos 11 anos de idade, trabalhava em uma pequena firma terceirizada que montava brinquedos para o McDonald’s. Várias meninas da Cruzeiro trabalhavam lá. Quem tocava o negócio era a tia de uma vizinha, na garagem de sua própria casa, em uma rua próxima à Giovanni Gronchi, avenida que faz a ligação entre o pauperizado Jardim São Luís e o riquíssimo Morumbi. No seu entroncamento estão o Carrefour e, também, como é de esperar, a loja do McDonald’s.

Trabalhava nesse negócio e, nos fins de semana, distribuía folhetos de propaganda nas ruas. Em 1998, trabalhou seis meses numa empresa que monta canetas para propaganda: era ano eleitoral e havia muito serviço. E depois, em um período em que não conseguia emprego nenhum, resolveu montar, junto com a mãe, um negócio de revenda de roupas. Não deu muito certo. Em 2001, aos 17 anos, conseguiu, pela indicação de uma amiga, emprego como atendente na Companhia Atlética, no Shopping Morumbi: lugar de ricos e famosos em busca de “saúde e boa forma”. Para ela, a boa sorte chegou. É de lá que Nair espera alçar vôo: está apenas esperando chegar a maioridade para conseguir empregos mais promissores nas lojas desse luminoso circuito do consumo de alta renda. Aposto no apoio que acredita que haverá de receber do

gerente – “ele gostou do meu trabalho”, diz ela. E também dos “conhecimentos” que fez de pessoas que trabalham como vendedores em lojas de “grife” nos shopping centers. Nair também pensa em seu futuro: quer aprender inglês, fazer um curso de enfermagem, juntar algum dinheiro nessa profissão para então realizar o sonho de uma faculdade de fisioterapia. Enquanto espera a boa sorte, Nair acompanha o primo Maurício em suas andanças pela cidade, entre shopping centers e os bares da Vila Madalena, Pinheiros e Moema.

Os dois primos têm em mira outros horizontes. Isso não significa a recusa da sociabilidade local. Na verdade, entre os circuitos ampliados da cidade e o mundo local da favela não há propriamente oposição. Coexistem tempos, circuitos e redes distintas dentro do mesmo espaço. São mundos diferentes, mas o domínio dos dois códigos não é excludente e eles transitam entre um e outro com desenvoltura. Assim, Nair, que é tão crítica em relação aos seus jovens vizinhos, não deixa de notar seus vínculos locais: as pessoas são solidárias, diz ela, “quando tem um problema todos tentam ajudar”. E além do mais, “todo mundo que mora aqui, as minhas amigas cresceram junto comigo, a gente brincou junto, gosto das pessoas... desde quando nasci eu moro aqui, então já acostumei com o pessoal daqui”.

Maurício também diz que “é difícil sair daqui”, valoriza a família e o apoio que sempre recebeu dos pais. Para ele, a sua “boa sorte” não veio por acaso. Fala com admiração do pai, que sempre trabalhou e valorizou a perseverança no trabalho, e da mãe, que batalhou a vida inteira. Além do mais, diz Maurício, ele se empenha e se esforça em melhorar de vida: completou o segundo grau e quer continuar os estudos; nunca vacilou na procura do emprego e tenta tirar o melhor de si para encontrar um lugar na vida. Enfim, Maurício é um empreendedor, aliás, como sua prima Nair. É assim que ele se enxerga (e ela também). E, para ambos, é esse o crivo que faz a diferença com os seus amigos de infância e vizinhos. “Também tem gente como eu”, diz Maurício, “gente que batalha e quer mudar de vida”. Mas avalia: “a maioria fica onde está, vai se acomodando, não quer saber de nada, não tenta outros vãos para suas vidas” e vai, sugere ainda, se enredando pelos caminhos tortos da vida. Essa é uma clivagem complicada, bem sabemos. O *ethos* empreendedor do individualismo mercantil está todo cifrado aí, também sabemos. Mas é nesse código que ele formula as esperanças de construir uma vida plausível. É nessa clivagem que está o nervo (um deles) exposto do mundo.

Maurício é um personagem que esclarece algo sobre o modo como a dobradura entre os mundos é feita, entre a materialidade muito concreta da

cidade e seus circuitos e a natureza das conexões (e dos conectores) que operam esse jogo de acessos e bloqueios. É aí, nessas dobraduras, que o drama social vai se desenhando. O problema não é bem morar em favela. Maurício tampouco vê nisso um obstáculo para entrar nos “circuitos modernos” onde transita, ou para seguir uma carreira na “área de comunicação”, como ele diz. No mínimo isso nos obriga a usar de toda cautela quando lançamos mão das noções em voga de exclusão social. Não se trata de negar ou relativizar o drama social. Mas de tentar definir melhor o campo ou o plano em que o problema pode ser configurado. Há sempre passagens que podem ser percorridas. Talvez o problema esteja nessas passagens, nos acessos modulados que elas permitem e nos seus bloqueios. Talvez o problema esteja também no modo como as referências, trabalho, moradia e sociabilidade vão se compondo (ou decompondo) na configuração dos mundos sociais.

Esses jovens personagens, terceira geração da família de Seu Genésio e Dona Francisca, seguem os “caminhos do bem” e estão encontrando passagens para o mercado de trabalho, por mais que estas sejam incertas e muito longe de serem em si mesmas promissoras. De toda forma, estão indo. Não é o caso de muitos de seus vizinhos, talvez a maioria. Mas por isso mesmo os seus percursos nos ajudam a compor o quadro das complicações atuais: o mundo dos serviços e seus circuitos modernos, verdadeiro campo de gravitação (referências, possibilidades e também bloqueios) em um cenário de encolhimento dos empregos e de trabalho precário. E ainda: a violência de todos os dias e a erosão dos espaços da sociabilidade cotidiana, mais dramaticamente na favela Cruzeiro, mas também presente na Vila Marinalva e por todos os lugares. Tudo isso compõe um conjunto de coordenadas que, talvez, nos ajude a desenhar uma cartografia social, seguindo as linhas de força que atravessam o mundo social, seus pontos de ruptura, suas passagens e suas ambivalências.

Jorge, o trabalhador precário: no circuito fechado das agências de trabalho temporário

Os percursos desses jovens encantados com os circuitos faiscantes da “cidade global” devem ser confrontados com outros, com os circuitos desenhados nas franjas da cidade global, que se alimentam da riqueza que aí circula sem conseguir romper o círculo de ferro do trabalho precário. Assim é a história de Jorge, 31 anos, o filho mais novo do patriarca Genésio e tio, portanto, dos jovens empreendedores.

O rapaz tem uma história em tudo e por tudo diferente dos irmãos mais velhos. Possui uma trajetória ocupacional errática, não consegue se estabelecer nos empregos e vai seguindo os anos entre períodos de trabalho precário e desemprego. Começou a trabalhar cedo, aos 13 ou 14 anos, num ferro-velho próximo à Cruzeiro. Também trabalhou como “catador de bolinha” nas quadras de tênis do Clube Esportivo que emparedou um dos lados da favela. O emprego mais estável que conseguiu foi na Barraca Santo Amaro, empresa que faz tabuleiros e barracas para os feirantes da região. Entrou lá, em 1987, aos 17 anos, e foi registrado em carteira de trabalho quando chegou aos 18. Ao todo ficou cinco anos. Aos 23 resolveu tentar suas chances: queria trabalhar em empresas metalúrgicas. Era o ano de 1993. Jorge entra no mercado de trabalho num momento em que as coisas já tinham mudado muito. Impossível reproduzir a estável trajetória de trabalho de seus irmãos mais velhos. Nos anos que seguem, transitou por uma sucessão de trabalhos temporários. Não consegue se estabelecer em nenhum lugar. No máximo, um ano e meio em uma pequena metalúrgica nas proximidades. Depois, não mais do que alguns meses em uma empresa ou outra. Entre um emprego e outro, diz simplesmente: “fiquei um tempo parado”.

O único traço de continuidade em sua história ocupacional é a intermediação das agências de emprego temporário. Sem agências, “nem adianta insistir”, diz Jorge. E o único traço comum com seus irmãos é a circulação pelo que poderíamos chamar de mercado local. Mas se no caso dos outros esse raio de circunferência dos empregos é, em grande parte, podemos supor, demarcado pelas redes sociais por onde circulavam informações e aberturas de oportunidades, no caso de Jorge, a coisa é diferente. Os mais velhos entraram e se estabeleceram no mercado de trabalho em tempos de “emprego farto”. No caso de Maurício, os tempos são outros e a entrada no mercado se faz em boa medida pela intermediação das agências. A primazia do mercado local é imposta pelas próprias agências? Essa é a avaliação do próprio Jorge: as empresas não aceitam quem mora mais longe, pois isso as obrigaria a um maior ônus legal e obrigatório (vale-transporte) para cobrir despesas com transportes.

As empresas só pegam gente da redondeza?

É, na redondeza, que nem em Santo Amaro, tinha uma agência que tava dando... tinha uma firma aqui... acho que perto da Cidade Dutra, mas já tava dando preferência pra quem mora mais no local, porque... não quer pagar condução...

... eles pagam duas condução, mais de duas eles, não... se você quiser, você tem que pagar do seu bolso. Aí já fica complicado, porque o salário é mixaria.

... Às vezes a agência dá condução... tudo é a agência que dá... tem firma que quer mais gente da redondeza, que nem... tem um mercado aqui na Raposo Tavares, tem duzentas vagas lá, ... o cara fica lá, você conversa, nem adianta você conversar porque eles quer mais pessoas da redondeza mesmo, nem adianta ir lá. Eu mesmo, eu outro dia fui numa agência, tinha uma firma aqui no Taboão, a mulher falou: 'Você mora onde?' Eu falei que morava aqui na Estrada de Itapeperica, ela falou: 'Ah, pra você já não serve, o pessoal quer gente lá da redondeza mesmo, porque eles não pagam condução'... e não davam benefício nenhum, não davam cesta básica, não davam vale-transporte, e ainda por cima a pessoa tinha que levar marmita...

É verdade que alguns furam o cerco e conseguem emprego. Mas então entram em algo como um circuito fechado muito difícil de ser rompido. Assim acontece com Marcelo, 22 anos, que mora em um bairro ao lado, quase encostado à favela Cruzeiro. Tem o secundário completo, fez curso de informática, um outro curso com o indefinível nome de “técnicas comerciais” e está sempre atento a outros tantos que lhe surgem pela frente. Conseguiu um emprego de caixa no Carrefour. Trabalho temporário. Até que se saiu bem e foi contratado. Mas pondera, com razão, que caixa de supermercado não é futuro e nem dá futuro para ninguém. No máximo, de caixa a repositor de estoques. Marcelo espera mais da vida. Foi demitido e se lançou novamente no mercado de trabalho. Mas, como ele diz, a sua ficha já está marcada: uma vez em supermercado, sempre em supermercado – “no que você coloca a experiência de supermercado no currículo, uma American Express, uma Xerox, uma firma não vai te chamar, o cara da empresa vai te olhar e vai falar, o cara é supermercado, vai trabalhar em supermercado”. Tentou por todos os meios que lhe estavam disponíveis outras entradas no mercado de trabalho: apelo a amigos e conhecidos, *curriculum vitae* espalhados por todos os cantos. Mas a resposta é sempre a mesma: as empresas não contratam ninguém a não ser pela intermediação das agências, agências de emprego e agências de trabalho temporário. Depois de algum tempo, foi chamado para trabalhar no Extra (hipermercado, ao lado do Carrefour). “Caí na real”, diz Marcelo, “não tem jeito”, ou isso ou então o desemprego. Aceitou o emprego. Quando o encontramos (2001), já havia sido promovido a repositor de estoques.

Voltando a Jorge, as luzes faiscantes dos serviços globalizados não fazem parte das suas cogitações. Com seus 31 anos, seus percursos no mundo

urbano foram diferentes daqueles dos seus muito jovens sobrinhos. Circulou sim pela cidade, mas para comprar discos e CDs nas lojas que se concentram em duas ou três galerias do centro, ponto de encontro de outras “tribos urbanas”, aficionadas do rap e do hip hop. Era lá que ele se abastecia para movimentar o já comentado grupo de som que formou com amigos nos anos finais da década de 1980. Falamos disso páginas atrás. E também foi de Jorge que falamos no capítulo 2. Jorge é figura de passagem entre as gerações dos irmãos e dos sobrinhos. Mas então vale recolocar as referências: pois o fato é que Jorge entrou na vida adulta (anos 90) com um mundo já revirado. E viveu também a virada dos tempos pelo outro lado, o da violência, que foi, pouco a pouco, dizimando seus amigos e que terminou com o grupo de som que acompanhou sete anos de sua história recente. Mas é lá mesmo, na periferia (é ele que usa o termo, “é tudo periferia”), que se constroem as conexões de sentido de sua vida: “aquela música dos Racionais diz tudo... pra mim, periferia é isso aí”:

... praticamente foi tudo aqui, porque eu vim do Paraná com oito anos mais ou menos, minha infância foi tudo aqui, as amizade mesmo que eu tenho... até você fazer amizade com um pessoal diferente

... favela é você ter uma boa convivência, amizade, você ter a amizade certa, não se envolver com pessoas erradas, isso é o fundamental. Graças a Deus onde que eu chego, eu chego de cabeça erguida, saio de cabeça erguida, nunca tive problema com ninguém...

... periferia a gente fala assim, é mais pessoas humilde, que não têm condições de se divertir, ter bom estudo, isso e aquilo, fazer uma faculdade... um divertimento, não têm condições de ir no shopping comprar uma roupa de marca... aquela música do Racionais diz tudo ... Pra mim periferia é isso aí

Geraldo, o segurança: nos circuitos da segurança privada, onde todos os fios se cruzam

Passagem por passagem, nada mais reveladora do que aquela que foi realizada por Geraldo, 27 anos, atualmente segurança em um hotel cinco estrelas na avenida Luiz Carlos Berrini, coração globalizado da cidade, pólo de irradiação do chamado terciário moderno de última geração. Geraldo é o filho mais velho do Xerife. Lino, o Xerife, assim parece, perdeu lugar na virada dos tempos, ou melhor, os ventos modernizantes do mundo das associações deslo-

caram o seu lugar. Mas o filho Geraldo soube e sabe muito bem transitar pelos circuitos modernos do mundo social, sabe muito bem fazer as passagens entre o mundo da favela e os novos circuitos da “cidade global”. O pai, o antes poderoso Xerife da favela Cruzeiro, se deixou enroscar nos fios das muitas ilegalidades da vida social e no clientelismo político ao “velho estilo”. É nesse mundo social que o rapaz cresceu e se lançou na vida. A paisagem social da favela Cruzeiro é de muita pobreza. Mas, vimos isso, a favela está em compasso com a atualidade. A gramática do dito Terceiro Setor chegou por lá e redefiniu o jogo de poder e suas mediações. Foi aí que Lino perdeu o posto de Xerife poderoso; não é mais ele o pólo de gravitação das disputas internas; as “melhorias urbanas” seguem agora outros caminhos que vão se compondo e conjugando com outros atores e outras mediações. Mas, pelo trabalho, os circuitos modernos da cidade também chegaram por lá, seja pelos modernos equipamentos de consumo por onde transitam o jovem empreendedor e sua prima, seja pelo círculo fechado das agências de emprego no qual está enredado o não tão jovem Jorge. E também Geraldo, que segue “carreira” como segurança privado. Dois tempos políticos, dois tempos sociais, que, pelo ângulo do trabalho, cavam fundo a diferença entre as gerações.

Geraldo gosta de futebol; desde cedo acompanhou o time local e fez parte do grupo de pagode. Começou a trabalhar aos 19 anos. Era o ano de 1993: trabalhou como garçom em um flat em Moema. Ficou apenas três meses. Depois, trabalhou por um ano em uma das pequenas fábricas ao lado da favela. Por intermédio de um amigo, conseguiu emprego de fiscal em lojas e circulou em algumas das importantes lojas de departamento e shopping centers da cidade. O trabalho o lançou pelos luminosos circuitos dos serviços modernos. Mas era um trabalho instável: Geraldo não conseguia se fixar em canto nenhum:

... eu circulava em vários shoppings, quando cansava de ficar em um ia pra outra, eu trabalhei cinco meses na Besni, trabalhei uns 4 meses na 24 de maio, trabalhei um longo tempo na Besni do Jabaquara, depois fui pra C&A, fiz a C&A da 24 de maio, fiquei uns 5 meses, nesta empresa eu fiquei um ano e cinco meses, depois eu fui pra C&A do Interlagos [Shopping].

A grande virada de sua vida foi o curso de segurança que fez em 1997. O curso para vigilante é intenso: além de defesa pessoal, manuseio de armas e primeiros socorros, contempla aulas de direitos humanos. É uma profissão

muito regulada e fiscalizada pela Polícia Federal: além de atestado de antecedentes criminais, sempre reatualizado, é obrigatória a realização de cursos de reciclagem a cada dois anos.¹ Com esse curso, Geraldo mudou de patamar: entrou no circuito nobre da segurança privada. Apesar de este ser um emprego muito instável (em geral está sujeito a todas as inseguranças e irregularidades das redes de subcontratação) e muitas vezes exaustivo (é preciso ficar em pé o tempo todo e, além do mais, se mostrar prestativo e gentil com os endinheirados clientes), Geraldo está encontrando aí uma chance de escapar da viração de todos os dias de muitos de seus vizinhos. Está no “mercado formal”, é um emprego hiper-regulado (pela Polícia Federal) e o trabalho o lança nos luminosos circuitos dos serviços modernos.

Como pudemos flagrar em outros lugares, o emprego de segurança é hoje visto como muito promissor. Como nos disse um jovem, também segurança, que mora no também pauperizado e muito mal-afamado vizinho Parque Santo Antônio, bairro conhecido por seus altíssimos índices de morte violenta, este é “um emprego certo, tem mercado garantido”! Sivaldo, casado, dois filhos, 28 anos, também fez um curso de segurança credenciado e regulado pela Polícia Federal. Já “prestou serviços” em agências de alguns dos mais importantes bancos brasileiros, também em lojas dos shopping centers mais sofisticados do rico e globalizado quadrante sudoeste da cidade. A empresa de segurança para a qual trabalhava não teve seus contratos renovados. Perdeu o emprego, mas não ficou muito tempo parado. Trabalha agora em uma empresa que presta serviços nos bingos e casas noturnas. Sivaldo não soube explicar muito bem o estatuto dessa empresa; para ele é muito pouco claro o modo como os serviços são contratados e remunerados. Muito provavelmente, a empresa compõe esse universo amplo e também expansivo, senão dos serviços clandestinos, desses que transitam nas fronteiras pouco claras do legal e ilegal por conta de expedientes diversos para escapar das regulações oficiais que vigoram nos serviços de segurança.²

Sivaldo mora em um Cingapura, conjunto habitacional construído pela gestão Maluf na Prefeitura de São Paulo, no lugar onde antes existia uma imensa favela que ocupava parte considerável da paisagem pauperizada do Parque Santo Antônio. Portanto, como Geraldo, Sivaldo nasceu e cresceu em

¹ Para uma descrição detalhada dos serviços de segurança e seus procedimentos de recrutamento e treinamento, cf. CUBAS, Viviane O. *Segurança privada: a expansão dos serviços de proteção e vigilância*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2005.

² A respeito, cf. CALDEIRA, Teresa. *A cidade dos muros*. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

uma favela. Sua família e vizinhos foram desalojados e depois transferidos para o Cingapura por volta de 1996. Sivaldo começou a trabalhar muito cedo, aos 14 anos. Já foi *office-boy*, ajudante em barraca de feira e nos mercadinhos locais, coletor de lixo, trabalhou em lava-rápido, montou junto com amigos um bar e depois uma barraca de pastel, e ainda foi cobrador em peruas clandestinas – foi um bico, diz ele, que arrumou entre os amigos perueiros, seus vizinhos no Parque Santo Antônio. Não ficou muito tempo nessa atividade. A perua em que trabalhava foi assaltada, achou que o negócio era muito perigoso e queria coisa melhor da vida. Tinha então 23 anos e vendeu o carro que tinha para pagar as mensalidades do curso de segurança. É nesse ramo que pretende se fixar e progredir na vida. “Como foi que resolveu ser segurança?”, perguntamos:

Ah, eu tinha uma vontade de ser segurança, já uma vontade própria, e também pelo fato de ser a área na qual você não fica desempregado, é a única. Você se especializa nisso... é o mais viável, onde você for, tem emprego.

Como tantos outros de sua geração, falar dos amigos é fazer a contabilidade das mortes. Dos tempos de infância e adolescência, diz Sivaldo, “só salvou dois ou três”. Os outros foram mortos, foram executados ou então sumiram pelos caminhos tortos da vida. Sivaldo conhece bem as coisas da vida e talvez seja isso que lhe permite um notável distanciamento crítico dessa sua “promissora” atividade. É perigoso, diz. Não apenas porque se está exposto aos riscos próprios da profissão. Mas também porque, “do lado de cá”, a coisa não é fácil. Ele conta que é mais do que freqüente os seguranças serem pressionados pela bandidagem: recebem ofertas de dinheiro, de proteção e promessas de uma porcentagem na “fita” ou, então, são sujeitos ao jogo pesado da pressão aberta para que forneçam o “mapa da mina”. Eles querem saber tudo, “todas as dicas, onde estão as falhas, em que posição fica cada um, que arma cada um usa, quem é o gerente, onde ele mora, telefone, o percurso dele, quem fica nos caixas, quantos vigilantes ficam na portaria, como que você vai poder falsificar para facilitar a entrada”. É tudo assim, diz Sivaldo. “Então como é que fica? Tem vigilante que está precisando de dinheiro, que está desesperado, daí eles vão lá, fazem uma reunião na casa do ‘grandão’ lá, passa tudo, eles analisam, fazem uma segunda, terceira reunião, uma quarta e quando eles se sentem preparados, eles falam – vai ser tal dia, está tudo certinho”. E Sivaldo comenta:

Então, na verdade, os caras estão gastando uma puta grana para se proteger e na verdade estão dando as dicas do caminho das pedras, do caminho na mina. É isso, é isso porque o dinheiro é a maldição do mundo, porque ele sabe que pode conseguir mais, ele prefere o dinheiro mais do que a integridade dele ali... acha que com o dinheiro no bolso, ele é o dono do mundo e acaba perdendo sua integridade...

Mas, diz ainda Sivaldo, o esquema de segurança nos bancos, prédios de escritório e mesmo nos shopping centers mais ricos e prestigiosos da cidade está mais do que sofisticado e poderoso. A entrada nesses domínios está ficando muito difícil. E é então que os fluxos do crime organizado vêm se deslocando para os lados mais próximos da periferia pobre da cidade: caixas eletrônicos, supermercados, comércio local ou, então, os bingos e casas noturnas que se espalham pelas avenidas que cortam esses pedaços periféricos da cidade. Sivaldo sabe do que está falando:

... para morrer basta estar vivo, não interessa se trabalha de segurança, seja onde for, tanto na perua quanto lá no bingo. Que nem, geralmente quem conhece, quem nasceu e cresceu na periferia, sabe que no final do ano são os alvos do crime organizado, para passar um final de ano bom, né? Existe isso. Eles se distanciaram da área bancária, que eu trabalhei na área bancária, eles se distanciaram pelo fato da área bancária estar com uma segurança ótima... então, eles tem que correr para outra coisa. No bingo, eu já soube de fatos... é um alvo, rola muito dinheiro, então é um alvo. Então nós estamos lá para... não vou dizer para bater de frente com eles, porque eu tenho família, os outros têm família e mesmo no aprendizado do dia-a-dia na academia a gente aprende que não há necessidade da reação, nós temos que prever antes do acontecimento. Se eles estiverem lá dentro, não há como reagir, é só pegar e pedir a Deus...

Os seguranças privados são personagens inescapáveis de “cidade dos muros” de que fala Teresa Caldeira, fazem parte dos dispositivos de privatização dos espaços públicos (e da cidade), ao mesmo tempo em que são mobilizados em um mercado expansivo, também globalizado, que faz da segurança uma mercadoria vendida sob formas cada vez mais sofisticadas e variadas.³ Em

³ Como diz Teresa Caldeira, “a expansão dos serviços de segurança privada em São Paulo nos últimos anos não pode ser associada exclusivamente nem ao aumento do crime e do medo, nem a disfunções da polícia e do sistema judiciário. O crescimento da indústria da segurança (tanto de

torno deles, todos os fios se cruzam: o mercado, as fortalezas globalizadas da cidade e os circuitos faiscantes dos modernos equipamentos de consumo. Mas também o seu transbordamento para as periferias da cidade: o moderno-moderníssimo trabalho precário, as redes de subcontratação e essa mistura ou indiferenciação entre o formal e informal, o legal e ilegal, que vai seguindo as linhas que fazem as tramas da cidade. O que os nossos personagens aqui nos descrevem e nos fazem ver em seus percursos é que essas linhas perpassam as fortalezas globalizadas da cidade, transbordam seus muros ou vazam pelos poros desses muros e, tal como outros tantos fluxos urbanos, vão também redesenhando os territórios e seus circuitos. Modo muito peculiar pelo qual se estabelece a relação entre trabalho e cidade pelas vias de uma cadeia de mediações e conexões na qual estão cifradas todas as facetas do mundo urbano atual. Toda a tragédia social está aí cifrada. Não precisamos lançar mão de nenhum argumento miserabilista, nem denunciar a fome do mundo, para ter a medida do tamanho da catástrofe social que se tem pela frente...

equipamentos quanto de serviços) é uma característica das sociedades ocidentais em geral, e não é algo específico de São Paulo. Na verdade, segurança é hoje uma mercadoria vendida no mercado sob formas cada vez mais sofisticadas e variadas". A autora ainda esclarece: várias empresas que vendem equipamentos de segurança em São Paulo são filiais locais de empresas multinacionais. CALDEIRA, Teresa P. *A cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2000.

CAPÍTULO V

No meio de campo:
o que está em jogo no futebol de várzea?









Capítulo 5

No meio de campo: o que está em jogo no futebol de várzea?¹

Daniel Veloso Hirata

Miranda, o feirante que virou organizador de futebol de várzea

MIRANDA É UMA pessoa conhecida em muitas partes da cidade. Não em qualquer lugar, mas nos bares que cercam o campo do Benfica, próximo à ponte da Vila Maria ou, então, em Pirituba, quase encostado no pico do Jaraguá; também na distante Cidade Tiradentes, onde fica a sede do time do MAC (maior alegria da COHAB), ainda ao lado do comprido muro do cemitério da Vila Formosa, ou nas proximidades da estação Tucuruvi do metrô, onde alguns dos times de várzea mais antigos da cidade ainda persistem em existir.

Quando se pergunta sobre o feirante Miranda, sempre se conta alguma história relacionada com o time dos feirantes que ele comandou por vinte e cinco anos e de onde saíram jogadores como o Dema da seleção, o Cid da

¹ Com pequenas alterações, o texto que segue corresponde a um capítulo de minha tese de mestrado: “O Futebol Varzeano: práticas sociais, disputas pelo espaço e violência em São Paulo”, FFLCH/USP, 2005.

época do São Paulo bicampeão do mundo ou o Ailton do Flamengo. Fala-se ainda do time do Ventania, campeão da Copa Kaiser.

Miranda jogou futebol apenas quando era garoto, por diversão. Não devia jogar muito bem, pois, desde os dezesseis anos, estava mais preocupado e ocupado em organizar equipes do que participar do próprio jogo. Essa paixão pelo esporte bretão tem algo a ver, desde o início, com a cidade de São Paulo, com a busca por um espaço na cidade grande.

Miranda migra para São Paulo com oito anos em 1954. Veio de Corinto – “é por isso que eu sou corinthiano” –, na região do norte de Minas Gerais. Depois de perder tudo ao ser despedido da fazenda em que trabalhava (era capataz), o pai de Miranda não vê outra alternativa senão ir embora de Minas Gerais. Toda a família decide vir para São Paulo, buscando abrigo na casa de um irmão que morava na Casa Verde, zona norte da cidade.

A casa era muito pequena: quase não comportava as oito novas pessoas que chegavam para morar todas apertadas. Sem espaço e sem dinheiro, “dormia tudo empilhado”. Mas a dificuldade para conseguir algum meio de ganho tinha mais a ver com problemas de adaptação na cidade do que falta de oportunidade. O pai, analfabeto, fracassou em todas as chances que o irmão ofereceu, primeiro vendendo quadros de santo, depois em uma banca de jornal. No final, a família acabou gastando tudo que o irmão possuía e voltou para Minas Gerais.

tinha uma carroça que ele vendia batata na rua, nós acabamos com a carroça dele, com a égua dele, com a casa dele, entendeu? Porque meu pai, coitado, era analfabeto, ele não sabia ler. Quando nós viemos para cá, o que o meu irmão fez? Comprou uns quadro de santo pra ele vender. Ele não sabia nem o nome do santo para vender. Aí ele chegava em casa e dizia ‘a que eu vendi mais foi essa pretinha aqui’, que era Nossa Senhora Aparecida. Ele era... meu pai era fora de série. Aí ele comprou uma barraca de jornal e deixou o meu pai tomando conta. E como que você vai pôr uma pessoa pra vender jornal se ele não sabe nem ler? Aí ele ficou, ficou, aí faliu também a barraca de jornal.

Passados quatro anos, todos resolvem voltar para São Paulo. Desta vez é uma irmã de Miranda que consegue emprego em uma tecelagem no centro da cidade e mantém, sozinha, toda a família. A fome, contudo, ainda era um fantasma para todos. Dependiam do auxílio de vizinhos. Nessa época, Miranda conta que ajudava a fazer carretos em uma feira próxima para conseguir alguma sobra da feira para comer.

Com oito anos, é com 9 anos que eu comecei, né? Aí começamos a fazer carreto na feira, já entramos na escola, minha irmã colocou nós na escola, aí nós não via a hora de pegar um primeiro carreto, pra nós comprar um montinho de banana pra nós comer com pão.

A vida inteira de Miranda seria da mesma maneira que a sua chegada: difícil, turbulenta, longe do mercado formal e recheada de mudanças repentinas. Embora complicada, a chegada em São Paulo não é narrada em tom de lamentação; sua alma guerreira ou seu espírito de aventureiro sempre fizeram que a imensidão da cidade não fosse um limite para sua busca de alternativas de vida.

Com apenas dez anos de idade, Miranda já circulava com desenvoltura pelos circuitos de empregos do entorno do centro de São Paulo. Aproveitava as vantagens de morar no bairro da Casa Verde, próximo ao centro da cidade. Por intermédio de um de seus irmãos, consegue um emprego de limpador de móveis no próprio bairro. Trabalhou nisso por dois anos. Depois, diz ele, “voltei pra rua”: avaliando que haveria de obter melhores ganhos, passou a trabalhar de engraxate na frente de uma padaria próxima à casa do irmão.

A irmã, que trabalhava na fábrica de tecelagem, consegue, por intermédio de um namorado, emprego em uma fábrica clandestina de botões no Bom Retiro. Miranda começou, então, a conhecer o bairro e arruma um emprego de ajudante de eletricista. Foi demitido quando chegou à idade do alistamento militar.

Nesse período, quando Miranda começou a “ganhar o mundo”, também tem início sua longa trajetória no universo do futebol. Ele passou a organizar um time juvenil no famoso campo do Nacional, nas proximidades da Casa Verde. Sua mãe não gostava do envolvimento do filho com os “maloqueiros” do time. Vez por outra apanhava da mãe, mas mesmo assim continuava a organizar o time. Com as sobras do dinheiro que lhe pagavam, levava as namoradas ao cinema.

Mas talvez o momento mais importante de toda a trajetória de Miranda foi quando começou a trabalhar como feirante. É nessa passagem de sua vida que começa a aprender a “malandragem da vida”, conhecer pessoas e o funcionamento da cidade, circular intensamente por lugares diferentes. A cidade de São Paulo deixava, então, de ser um lugar estranho e desconexo para se apresentar como um espaço no qual ele atuava com certo domínio sobre as circunstâncias da vida urbana.

Trabalhava com um amigo que conheceu no Bom Retiro, trazendo louças de São José dos Campos para serem vendidas em feiras de São Paulo. Quando o caminhão chegava do interior, percorria várias feiras da cidade e, em cada uma, sempre havia uma pessoa encarregada pela venda da louças, dividindo os lucros pela metade. Por dia, Miranda passava por até seis feiras diferentes. “Aí eu fui me ajeitando na vida”, conta.

Depois de dois anos circulando em muitas feiras da cidade, acaba “fazendo conhecimento” com um feirante que detinha um ponto na Parada Inglesa, zona norte. O moço lhe cedia a barraca e as frutas, Miranda cuidava da banca e os rendimentos eram divididos entre ambos. Foi esse feirante quem, segundo Miranda, lhe ensinou toda a “malandragem de feira”.

Nesta feira Miranda conheceu Sueli, sua atual esposa. Ela sempre comprava frutas em sua barraca até que foram apresentados por um amigo comum. Era o ano de 1967. Começam a namorar, ela engravida e, então, resolvem se casar.

Decidem que seria mais conveniente morar junto com a família de Sueli, no bairro de Vila Nova Cachoeirinha, próximo à Casa Verde. O terreno era maior que o da casa onde Miranda morava com seu irmão. Poderiam morar lá com um pouco mais de conforto. Com muito esforço e economia conseguem construir um cômodo nos fundos da casa principal.

A vida de Miranda parecia que caminhava para certa estabilização. No entanto, menos de dois anos depois, o irmão de sua mulher, muito novo, acabaria complicando a vida da família. Queria entrar em um ‘baile americano’, uma festa organizada em que os meninos levam bebidas e as meninas levam salgadinhos. Mas ele não havia levado nada e não quiseram deixá-lo entrar. Ele insistiu e insistiu tanto que um rapaz acabou por se irritar e deu-lhe um “tapa na orelha”. Histórias corriqueiras da periferia de São Paulo, onde brigas motivadas por desentendimentos banais acabam em mortes violentas. Essa história não seria exceção. Um amigo que o acompanhava provocou seu senso de dignidade moral, ofereceu-lhe uma arma e foi daí que se deu a solução fatal para o imbróglio.

O rapaz tinha quatorze anos quando essa história aconteceu. Foi preso. E teria que esperar até a maioridade para sair do juizado de menores. Aproveitando-se do desespero da família, um advogado promete conseguir a liberdade do rapaz. E a família resolve vender a casa para levantar os recursos necessários para o pagamento dos honorários.

Miranda ficou revoltado. Revoltou-se com a ingenuidade da família. E revoltou-se porque perderia o cômodo que construíra no terreno. Acostumado com os meandros da vida urbana, em que as regras formais e informais se confundem e os trambiques são constantes, Miranda já antevia que a possibilidade de libertar o cunhado era apenas um artifício do advogado para extorquir dinheiro da família. A família não lhe deu atenção. Para eles, o genro era apenas um feirante metido com pessoas que não mereciam muita confiança. E foi assim que Miranda rompe com os sogros e resolve mudar-se para outro lugar. Mas então teria que “começar do zero”, mais uma vez. Sendo assim, só restaria ao nosso personagem a mudança para um lugar mais afastado, onde o valor do terreno seria mais barato.

Impossível saber até que ponto vai a verdade e o quanto existe de fabulação na maneira como Miranda conta esse episódio de sua vida. Seja como for, o fato é que essa passagem, ponto de inflexão importante em sua trajetória, é bastante expressiva das condições e possibilidades que estavam disponíveis na escolha da nova morada.

O que é que eu fiz? Quando eles falaram isso aí, eu tava no Parque D. Pedro, eu falei ‘o primeiro ônibus que aparecer, eu pego, vou descer no ponto final e vou comprar um terreno’. Aí eu peguei o Jardim Penha, desci aqui em cima, que o ponto final dele era aqui em cima.

Aí tinha uns terreno aqui perto da lagoa, que aqui era tudo mato, cê entendeu? Aí ele falou assim: tem esses terreno aqui perto da lagoa, só que não tem luz e não tem água, e tem esse aqui, que aqui tem luz e tem água, mas só tem que esse aqui, mas esse aqui é sacrificado, porque ele termina em bico, porque pra desmembrar melhor os outro terreno esse aqui ficou sacrificado.

Nesta passagem, a decisão de nosso personagem parece acionar o processo do que se convencionou chamar de “urbanização por crescimento periférico”. Momento complicado de sua vida, ponto de inflexão de sua trajetória. Sem casa, sua única alternativa seria então se instalar em uma região afastada, precária, sem cobertura de infra-estrutura e serviços urbanos e, por isso mesmo, lugar plausível para um novo começo da vida. Terreno barato, possível de ser adquirido exatamente pela sua precariedade e distância do centro da cidade. Miranda muda-se então para o Jardim Cipreste.

Como tantos outros que chegavam à cidade naqueles anos, Miranda compra o terreno e dá início à autoconstrução da moradia, segundo os pro-

cedimentos que a literatura tratou de descrever e discutir:² nas horas vagas, principalmente fins de semana, Miranda constrói sua casa, pagando o material de construção na base de empréstimos e contando com a ajuda de amigos e parentes.

Aí o que eu fiz? Eu vim pra cá, aí eu encontrei uma casa de material de construção ali, conversei com o cara, expliquei pra ele a minha situação, que eu queria construir e tal, ele me facilitou os pagamento. Eu ia comprando os material, eu aí pagando pra ele por semana, cê entendeu?

Aí o que eu fiz? Eu troxe uns amigo meu lá da Casa Verde, pra construir pra mim aqui, cê entendeu?

Nesse período, primeira metade dos anos setenta, Miranda decidiu arriscar mais para aumentar os seus rendimentos. Resolve trabalhar “por conta própria”: arruma uma perua, que é transformada em barraca de lanches em dias de jogo de futebol, em frente aos estádios mais importantes de São Paulo. Era ao mesmo tempo meio de locomoção e local de trabalho, onde preparava e vendia os lanches. Em dias de jogo, instalava sua “barraca” nos estádios do Morumbi e do Pacaembu. Contando com a ajuda de sua mulher, vendia lanches na entrada e saída dos jogos. “Na época em que o Corinthians foi campeão em 77, ganhei dinheiro pra caramba”, conta Miranda.

Miranda nunca se afastou das feiras. E terminou por organizar o time da ADFSP (Associação Desportiva dos Feirantes de São Paulo), um dos grandes orgulhos de sua vida. Sua colaboração não se restringia aos times. Também organizava campeonatos de várzea em vários lugares. Nessa época, o time dos feirantes tinha como sede um campo na Vila Formosa. Foi depois transferida para a Lapa e, após algum tempo, para o famoso Clube do Mé, no Itaim, um dos poucos campos de várzea que ainda existem em áreas centrais, graças ao seu tombamento. O time de Miranda chegou a participar da Copa dos Feirantes, campeonato que depois ele mesmo passou a organizar. E jogou a final no campo do Juventus, na rua Javari, com um público de mais de seis mil pessoas. Miranda também organizava campeonatos no Bom Retiro, na Casa Verde e em outros lugares das zonas leste e norte da cidade.

Na época, a Copa dos Feirantes, cujos jogos aconteciam no Parque do Povo, próximo à ponte Cidade Jardim (clube do Mé), foi um campeonato

² KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

importante, mobilizando jogadores e torcedores que vinham para assistir aos jogos. Organizando esse tipo de campeonato, Miranda logo iniciou uma importante aprendizagem em como lidar com os inúmeros problemas de segurança que então aconteciam. Aprendeu a lidar com os pequenos traficantes, que utilizavam o local para vender drogas, e com os inevitáveis problemas com a polícia. Mas também havia conflitos entre os fiscais da Prefeitura e o pessoal que vendia comida e bebida em lugares apenas permitidos para lanchonetes e comerciantes credenciados. Não era fácil a mediação entre os pequenos traficantes e a polícia, entre os ambulantes e os fiscais. Mas era essa a atribuição do organizador do evento. E Miranda se empenhava em encontrar soluções pacíficas, que não comprometessem o andamento dos jogos. E foi assim que ele logo aprendeu a transitar com desenvoltura nessa espécie de zona de sombra em que a “lei e a ordem” combinam-se com o mundo do informal e suas muitas ilegalidades. Era assim que Miranda conseguia estabelecer o equilíbrio da situação.

orra meu, os cara ia prender gente pra caramba, eu não ia prender. Eu tinha um caminhãozinho, acabou o jogo, lotou de gente no caminhãozinho, nós fomos embora. O que tinha de malandro aquele dia no campo! Oh, dava uns 500 mil ano de cadeia ali, puta que pariu meu.

Para Miranda, a maneira de resolver os problemas sempre foi com muita conversa, ou seja, “negociando” e fazendo a mediação entre os representantes da “ordem” e o pessoal que trabalhava no local. Essa foi uma especial habilidade que Miranda foi, aos poucos, desenvolvendo também ao longo de sua trajetória como vendedor de lanches em porta de estádio. Apesar de esse tipo de comércio ser proibido, é notável a quantidade de barracas que ocupam esse espaço. Como não são emitidas licenças para esse trabalho, a conversa e a negociação com os fiscais da Prefeitura são a regra que impera nesses locais:

A licença é o seguinte: você é o fiscal da área, então se eu pago um pau pra você eu vou armar aqui, mas você não dá licença. Eu te dou uma propina pra você, que você já sabe que é mais um que você vai morde ali.

Mas não tem licença, se chega à Prefeitura, eles pode te arrastar.

A propina é paga em dinheiro, mas como é sempre necessário manter um bom relacionamento com todos os fiscais, é importante também ‘oferecer’ bebidas e lanches de graça.

Apesar de ser muito mais lucrativo que o seu trabalho nas feiras, o negócio foi condenado ao fracasso pelo próprio sucesso do ponto. Segundo Miranda, sua barraca acabou por se tornar um lugar onde as pessoas continuavam a festa depois do jogo. O bom relacionamento com todo “tipo de gente” atraía todos os que podiam ficar até mais tarde comemorando os resultados dos jogos. O ponto juntava fiscais em final de expediente, gente que usava droga ou, então, que bebia demais. E pouco a pouco, um grupo de pagode começou a freqüentar a barraca. O ambiente da malandragem, esse mundo no qual Miranda transitava tão bem, acabou se tornando “chato para a mulher”, um lugar pouco conveniente para a esposa. E foi então que Miranda resolveu abandonar a barraca.

E eu como conhecia toda a fiscalização e tal, os cara não ligava, não esquentava a cabeça comigo. Mas aí começou encostar muita coisa ruim na barraca, cê entendeu? Onde tem pagode encosta, o bom encosta, o ruim encosta, cê entendeu? Aí começou a encostar uns cara meio... Eu peguei e falei assim: é melhor a gente parar com essa barraca, que o negócio vai ficar feio. Onde tem pagode, esses barato assim, começa a encostar, já encosta um traficante aqui, um faz um montinho ali, você vai falar, o quê? Você não pode falar nada.

Mesmo avaliando que ganharia mais com as barracas na frente de estádios de futebol, Miranda ainda assim preferiu voltar a trabalhar na feira. Ele tinha dois motivos para isso. Havia a questão da segurança de sua mulher nesse “ambiente estranho” que envolvia sua barraca de lanches. Mas também a tranquilidade de trabalhar regularizado, e não mais depender de compromissos informais que não lhe garantiam coisa nenhuma. Com o dinheiro economizado com o negócio dos lanches, Miranda compra uma barraca com ponto em uma feira no Jardim América e no Pacaembu. Atualmente, ele aluga essa barraca para outra pessoa trabalhar da mesma maneira como ele próprio começou. Agora, ele prefere trabalhar em feiras perto de sua casa. Trabalha apenas nos finais de semana.

Hoje em dia “macaco velho”, o que faz de Miranda um feirante de sucesso não é apenas a propriedade de uma barraca ou de um ponto privilegiado na cidade. Na verdade, tudo isso é fruto de uma grande habilidade em lidar com o mundo das feiras. Foi esse um longo aprendizado sobre o universo das feiras, sobre o modo como é organizado. Sempre circulou muito pela cidade: é isso que lhe garante estar sempre informado das melhores oportunidades,

lhe permite tirar bom proveito e efetivar as chances que surgem. Sua trajetória de um feirante bem-sucedido depende, em grande medida, dessas competências. Competências também construídas ao longo de sua experiência como organizador de times e campeonatos de futebol. O feirante e o apaixonado por futebol aqui se encontram na figura desse personagem que aprendeu, ao longo dos anos, os meandros da grande cidade. E terminou por desenvolver uma notável capacidade para fazer contados, conhecer pessoas, estabelecer conexões entre mundos sociais diferentes. Se tudo isso faz dele um feirante bem-sucedido, é isso também que faz dele uma peça-chave para qualquer time de várzea de São Paulo.

Oh, meu amigo na feira, o que você conhece de gente nas feira! Sabe quantas feira tem por dia, em São Paulo? ... Mais de 2.000 feira por dia em São Paulo.

Cê entendeu? Então, você tá naquele metiê todinho. Você conhece ele, depois ele apresenta você, depois você apresenta ele, apresenta ele, daquele rol já conhecia 10, daqueles 10 já me apresenta mais 10, vai pra 20, daqueles 20 me apresenta... Então, você vai conhecendo. Quem mexe com futebol, samba e dá baile, conhece Deus e o mundo, meu.

Por volta de 1996, quando então já permanecia mais tempo no Jardim Cipreste, o presidente do Ventania, um time local, começa a insistir para que Miranda se tornasse diretor do time. O Ventania começava a se projetar no cenário mais amplo da várzea e precisava de uma pessoa com o perfil de Miranda. Como o seu filho, na época, estava jogando no time, Miranda decide então fazer parte da equipe de coordenação técnica.

Em menos de dois anos, o Ventania deixou de ser apenas mais um entre os muitos times de bairro que jogam aos domingos. Passa a ser conhecido em muitos lugares da cidade. O time começou a “pegar nome” mesmo em bairros distantes. Miranda consegue incluí-lo em vários campeonatos da várzea. Jogadores de outros bairros começam a jogar no time. E o Ventania consegue participar do campeonato mais importante da cidade, a Copa Kaiser.

Só jogava por aqui, só conhecia o Ventania por aqui, aí depois que começou a ir pra tudo quanto é lugar e tal, aí disputou a Copa Kaiser, então o Ventania pegou nome, entendeu? Então em qualquer lugar que você vai “você conhece o Miranda?” “Ah, o Miranda do Ventania? Conheço”.

Aí comecei a levar o Ventania pra jogá na zona sul, zona norte, em tudo quanto é lugar, cê entendeu? Entrei na Copa Kaiser.

Qualidades pessoais e competências combinam-se na figura de Miranda, tanto em sua trajetória de feirante de sucesso quanto nas suas habilidades como organizador de futebol de várzea.

Miranda demonstra ser uma pessoa que sempre atuou tomando decisões no mundo social; não renuncia ao contato e às relações novas que a sociedade oferece. Assim foi no momento em que a família da sua mulher enfrentou problemas que haveriam de afetá-lo diretamente. Na época ponderou que a melhor solução seria a busca por sua autonomia e foi rápido na decisão que o levou a mudar-se para um lugar distante das referências já consolidadas, construindo sua própria morada. Foi também assim quando tomou a decisão de apostar em um negócio autônomo, a barraca de lanches, assim que se sentiu preparado.

Por outro lado, as competências diretamente ligadas ao seu trabalho lhe conferiram características muito peculiares e, em certa medida, vantagens para a sua atuação no universo do futebol de várzea. Em primeiro lugar, a intensa circulação pela cidade, que aparece como uma prerrogativa da sua condição de feirante. O deslocamento sempre foi necessário, seja em muitas feiras por dia, seja em muitos lugares durante a semana. Dessa maneira, o conhecimento da cidade foi construído ao longo de sua vida. Em segundo lugar, o conhecimento do mundo oficial, mas também das tramas que o articulam com os meandros das várias ilegalidades que atravessam e compõem o universo do mercado informal. A experiência em sua barraca de lanches em porta de estádios foi um primeiro momento em que aprendeu a lidar com fiscais, e também com as tensas relações com os donos de outras barracas. Depois, a experiência em lidar com a trama das relações que articulam o oficial e o informal, o legal e o ilegal, foi ainda mais intensificada quando passa a organizar campeonatos para a ADFSP e se vê diante da necessidade de fazer a intermediação entre policiais, pequenos traficantes, usuários de drogas, fiscais, vendedores e ambulantes que ocupavam o espaço nos arredores do Parque do Povo.

Circulando pela cidade, trançando os fios de um time de sucesso

O futebol de várzea é um fenômeno quase onipresente na cidade de São Paulo. É uma prática que pode ser observada todos os finais de semana nos

muitos campos, quase todos de terra, em todas as regiões, distritos e bairros da cidade. As pessoas envolvidas são conhecidas, mas não estão na televisão, não ganham rios de dinheiro com o esporte e quase não jogam nas partes ricas da cidade, onde ficam os campos dos grandes times paulistanos.

Qualquer pessoa que circule pelas periferias paulistanas nos finais de semana pode constatar o imenso fluxo de ônibus em trânsito com bandeiras dos muitos times da várzea. Os campos de terra sempre estão cheios de pessoas em seu entorno. Para quem gosta de futebol, torcer por um time de várzea é sempre a melhor opção do final de semana: não precisa pagar ingresso (ao contrário do abusivo valor do ingresso do atual campeonato paulista), os instrumentos de percussão são permitidos (restrição imposta em São Paulo pela violência das torcidas uniformizadas), com a presença de blocos das tradicionais escolas de samba e, claro, ainda se pode tomar “aquela” cerveja nos muitos bares que cercam os campos. Tudo isso sem falar do pouco tempo e do baixo custo de deslocamento na cidade, tendo em vista que apenas uma minoria possui um campo de futebol profissional próximo de suas casas (geralmente as regiões mais abastadas).

O futebol de várzea talvez seja a forma de organização popular mais antiga da cidade, tendo em vista que já há quase um século persiste em existir. É mais do que visível para qualquer observador comum que o futebol ainda tem um forte apelo popular, sendo ainda o esporte mais praticado no Brasil.

Dados da Prefeitura de São Paulo indicam a existência de mais de 250 CDMs (Centros Desportivos Municipais) na cidade. Mas é preciso ainda considerar que, além destes, existem muitos outros campos não oficiais, não reconhecidos e não contabilizados, quase sempre ocupando espaços vazios, principalmente nas regiões de fronteira do município. Em cada campo, podemos supor a atuação entre quinze e vinte equipes, revezando entre si o tempo de utilização do espaço.

É importante notar que os diversos times, em grande parte, estabelecem relações regulares entre si, mesmo quando são de regiões diferentes da cidade ou, ainda, de municípios vizinhos. A estrutura de organização desse grande circuito popular depende de estruturas de abrangências variáveis: desde as ligas de bairros e de regiões até a chamada “elite da várzea”, com empresas como a Kaiser e Prefeituras organizando os campeonatos. Segundo a organização da própria Copa Kaiser, este é o maior campeonato de futebol amador do mundo, com mais de 170 times participantes e muitos outros que tentam,

todo ano, ser incluídos por meio de uma grande seletiva. Os campeonatos da Prefeitura também mobilizam muitos times da cidade. Mesmo as ligas locais despertam grandes rivalidades em bairros contíguos ou, até mesmo, no interior destes.

Exemplo disso é o Ventania do Jardim Cipreste. O Jardim Cipreste localiza-se na altura da última ponte da marginal do rio Tietê, no eixo da avenida Assis Ribeiro, uma importante ligação da zona leste. Em uma das suas pontas está a avenida São Miguel, no final da avenida Radial Leste (que faz a conexão mais importante da zona leste com o centro da cidade). Na outra ponta, a avenida Jacu Pêssego, outro importante ponto de conexão, mais recente. Atravessada por importantes passagens de vias intra-urbanas, a avenida Assis Ribeiro prolonga-se paralelamente à linha de trem, que foi, na história urbana da zona leste da cidade, um importante pólo de atração das fábricas que se instalaram na região. O Ventania foi fundado em 1980 por Seu Francisco, pai do atual presidente do time. Trabalhou na construção dos trilhos do trem que faziam a ligação da região com o centro da cidade, isso quando o lugar era ainda uma periferia isolada e quase inóspita. Depois de concluídas as obras, Seu Francisco resolve morar ali mesmo. Compra um terreno e, desempregado, resolve abrir um bar, onde seria fundada a primeira sede do time que acabara de criar.

Seu filho Chico, na época com dezoito anos, sempre gostou de futebol e acabou por cuidar do time por ter mais tempo livre. Aliás, Chico, o atual presidente do time por herança, nunca foi de trabalhar: desde cedo optou por atividades certamente mais rendosas, o “ganho fácil” dos chamados negócios ilícitos, nos quais, ao que parece e pelas histórias que correm, ele foi bastante versátil e bem-sucedido. Decididamente, Chico não corresponde à figura do “trabalhador honesto”. Mas sempre batalhou pelo “seu” time. Defende a bandeira do Ventania mais do que qualquer coisa na vida e sempre lutou muito para que o time despontasse como um dos principais da cena varzeana. Todo time pequeno, ou que está começando na várzea, depende muito de ligas de bairro, ligas de distritos e ligas de regiões para conseguir entrar em contato com outros times do mesmo porte. Logo nos primeiros anos após a sua fundação, era extremamente importante a filiação do time a essas ligas. No caso do Ventania, estas tinham como referência a zona leste e Guarulhos, principalmente, onde havia muitos times e festivais.

Uma outra maneira importante para conseguir marcar jogos em pontos mais distantes de São Paulo eram as reuniões que aconteciam no bairro do

Brás. Presidentes de times e ligas se encontravam para agendar jogos. No caso de um jogo “amistoso”, por exemplo, acertavam os times que iriam jogar, o lugar do jogo e a “vantagem”.³ Também era aí que faziam a organização de festivais e campeonatos, dividindo os custos do evento, como a contratação de juízes e a compra de troféus. Segundo nos informa Chico, as reuniões no Brás eram um ponto importante de concentração de times:

Tem uma liga no Brás. Não é como tem uma liga ali, tem várias ligas. Ela só tinha uma liga no Brás. Todos os times da várzea ia lá. Era uma rua, e ficava ali uns 200 times: “domingo no seu, domingo no meu”. Aí você ia e falava: “domingo no meu”, você vinha falar pra mim: “qual time você é”, “Onze Garoto”. “Você quer jogar no meu campo?” “quanto você quer de vantagem?”. Ou se não um outro fala assim: “domingo no seu”. Aí eu ia no cara e falava assim: “qual o nome do seu time?” “Meu time é Game, tal”.

Todos os contatos entre times de várzea devem ser muito bem acertados, pois o grande problema da circulação nesse circuito é o momento em que o time joga fora de seu lugar de origem. Essa situação é sempre marcada pela possibilidade de alguma briga em que o time de “fora” leva desvantagem, ocasionando muitas vezes conflitos sérios. No caso do Ventania, este sempre foi um grande bloqueio. A posse de armas era coisa freqüente. Isso tornava especialmente complicadas as relações com outros times em momentos de disputa. É muito fácil desavenças ou brigas entre uns e outros desaguiarem em soluções violentas. Ao que parece, isso passou a ser mais freqüente ao longo dos anos 80. Confusões e disputas que antes eram resolvidas com socos e pontapés, agora contam com a presença de armas de fogo. Não raro, os diretores e até mesmo os jogadores do Ventania levavam armas para os campos nos porta-malas dos seus carros, ou bombas dentro dos ônibus que conduziam a torcida para assistir aos jogos. Desentendimentos entre jogadores dentro do campo ou provocações entre torcidas podem ser extremamente perigosos, conforme continua a nos contar o presidente do Ventania:

Time de São Paulo inteiro se encontrava ali todas quarta-feira, de 6 até as 9. Aí você marcava jogo lá. Você tinha que fazer um

³ A vantagem é uma determinada quantidade de dinheiro que o time visitante recebe para amenizar os gastos com o transporte.

ofício, era obrigado a fazer um ofício num papel timbrado com o nome do time, data, trocava o ofício, marcava a hora do jogo. Se tivesse algum problema muitas vezes saía briga lá no largo. Você arrumava com um time, o time chegava em você lá e batia em todo mundo. Aí quando encontrava o cara que arrumava jogo lá na liga, vixe! Aí o bicho pegava com o cara. Ou senão o cara nem ia mais ali. Os caras apanhavam do cara. Quando os caras arrumava briga: “esporte clube do Jardim Cipreste ninguém joga com ele que é um time briguento, ninguém arruma jogo”. Aí ficava ruim pra ele ir. Tinha que mudar até o nome do time porque já estava na liga, todo mundo vendo. O time, fomos lá, fomos maltratados, brigaram com nós, deram tiro.

Os times que resolvem as brigas por meios violentos, terminando muitas vezes em “histórias de sangue”, carregam o estigma, não sem razão, de “time de função”, o que limita a possibilidade de conseguir marcar jogos com outras equipes e serem chamados para participar de festivais e campeonatos. Esse foi o caso do Ventania. As brigas freqüentes dentro e no entorno dos campos acabaram por cortar o caminho para jogos marcados na grande reunião do Brás.

Na impossibilidade então de conseguir jogos que fossem organizados no Brás, o Ventania começa a priorizar os festivais locais, deslocando-se para lugares mais distantes apenas por intermédio de conhecidos. Apesar de a rivalidade nos campeonatos locais ser muito intensa, como as pessoas envolvidas nos times são conhecidas umas das outras, dificilmente algum incidente mais grave acontece.

Um campeonato importante neste caso é a copa do Primeiro de Maio, parte de uma tradicional festa em homenagem ao dia do trabalho que acontece no Distrito de Ermelino Matarazzo há mais de 40 anos. Esse campeonato tinha uma grande importância regional por conta da tradição dos muitos anos de existência e também pela duração relativamente prolongada, o que conferia ao vencedor um *status* regional. Por volta de 1995, o Ventania disputou a final do campeonato. Conta Miranda, então já diretor do time, que no meio tempo de jogo, uma discussão entre os técnicos das duas equipes terminou por ultrapassar o âmbito do jogo. Na verdade, estavam aí em questão desentendimentos pessoais, e o resultado foi uma grande briga entre as equipes, que terminou na morte de três pessoas.

Começava em janeiro e terminava em maio. Era quase 5 meses de campeonato. Era vários times, era 32 times, 32 não, era 64.

Fazia primeiro e segundo quadro. Tinha primeiro e segundo quadro, era 5 meses de campeonato. Começou agora e termina no dia primeiro de maio e agora faz 12 times. Antigamente era 64 times.

Três anos depois, o campeonato voltou a ser disputado, agora com um forte esquema de segurança da Polícia Militar, orientado por uma decisão do representante do Ventania no Conseg (Conselho de Segurança) da região. Esse campeonato ajudou muito o Ventania a entrar em contato com outros times e “fazer conhecimento” com diretores e presidentes de outras equipes.

Financiamento nunca foi problema para o time. Seus diretores sempre foram muito hábeis e muito bem-sucedidos em mobilizar recursos e apoio ora com comerciantes, ora com os perureiros, ora com os chefes locais do crime organizado, no mais das vezes tudo isso misturado em uma nebulosa de relações de poder e influência. Acertos e acordos com (e entre) uns e outros garantiam um revezamento que sempre foi operante para que os custos do time fossem pagos por certo nicho de atividade, cada qual a seu tempo. O pagamento do material esportivo e das viagens para jogar em outros lugares confere prestígio para quem “banca”. É freqüente os mais poderosos colocarem o nome de suas filhas no lugar do patrocínio. Ou, então, quando um grupo de funcionários se junta para pagar as camisetas, escrevem simplesmente “A Firma”. O que realmente faltava ao Ventania era uma maior comunicação com outros lugares da cidade.

É nesse momento que Miranda aparece para projetar o time e incluir a equipe na chamada “elite da várzea”. Nando faz parte da diretoria do Ventania desde a fundação do time, em 1980. É o responsável pela parte da papelada da equipe, organiza as fichas de inscrição em campeonatos e o cadastro dos jogadores, cuida também das categorias de base do time, faz parte da diretoria do CDM do Jardim Cipreste, além de ser juiz quando o seu time não joga. Na sua avaliação, a presença de Miranda foi fundamental para que o Ventania conseguisse uma maior projeção metropolitana. “Ele que fez a diferença no time do Ventania”, diz Nando, “há 30 anos ele trabalha na feira, já é um cara conhecido... fez esses contatos com os outros times da zona norte, zona sul, zona oeste, centro-oeste, interior”. Ao que parece, essa avaliação é compartilhada pelos outros membros da diretoria:

Ele que fez a diferença no time do Ventania. O Miranda, no geral, ele já mexia com futebol. O Miranda trabalha na feira há

30 anos, há 30 anos que ele trabalha na feira, já é um cara já conhecido aí, né?... a pessoa, o Miranda fez esses contatos com os outros times da zona norte, zona sul, zona oeste, centro-oeste, interior, cê entendeu? Depois eu vou te contar os detalhes como é que funciona a várzea em geral através das Ligas, um trabalho, muito, faz o contato diretamente e vou explicar também como é que funciona os times pequenos pra ser conhecido e chegar a um time grande e como é, e dos times grandes que não precisa das Liga. Depende da Liga, mas depende menos, né?

Esta é uma das formas a partir das quais se dá o fluxo de novas informações e, ainda mais importante, é também, mas não somente, por meio desse tipo de vínculo que as passagens e conexões entre diferentes lugares da cidade se realizam.⁴ E isso é especialmente importante para garantir uma maior circulação dos times no circuito do futebol de várzea.

É possível mesmo levantar a hipótese de que essa é uma condição necessária para os times ganharem projeção metropolitana, tornando-se independentes das ligas e campeonatos locais. A atuação de pessoas que conseguem articular vínculos com outras regiões de São Paulo é decisiva para tornar os times mais autônomos em relação aos festivais locais e ligas regionais. No caso dos times que conseguem maior abrangência, a atuação de seus diretores é fundamental, na verdade, é a peça central na trajetória de seus times. São pessoas bem relacionadas, conhecem os diretores de outros times e dominam bem o jogo das relações que organizam o mundo da várzea nos diversos pontos da cidade. Geralmente, esses times da “elite da várzea” não precisam de nenhum suporte de ligas e seu reconhecimento é atribuído ao “conhecimento” de seus diretores.

Não é só no jogo do Ventania que você vai, você vai em outros jogos, cê entendeu? Ele não, ele só vai se for jogo do Ventania, tem que ir nos outros jogos, assistir os outros jogos, pra você fazê um relacionamento com todo mundo, cê entendeu? Queira ou queira, você tá no meio da várzea, você tem que ter conhecimento

⁴ GRANOVETTER, Mark. *The strength of weak ties*. American Journal of Sociology, Chicago: The University of Chicago Press, v. 78, n. 6, 1973. A distinção proposta por Granovetter entre os laços fortes e fracos é uma referência importante para as questões que estão aqui sendo propostas acerca do futebol de várzea. A partir de seu clássico estudo sobre desemprego e a constatação de que geralmente a difusão de novas informações sobre oportunidades de emprego relaciona – se com os vínculos fracos, o autor articula o potencial desse tipo de vínculo com a mobilização de novas oportunidades que um círculo fechado de pessoas ligadas a partir de vínculos fortes não poderia estabelecer.

com todo mundo. Se chega, vai lá pra zona leste, zona norte, zona sul, zona oeste, qualquer lugar, os cara te conhece. Você fala “você conhece o Ventania?” – “ah, conheço” – “você conhece o Miranda?” – “oh, conheço”. Agora quando você tem uma carisma geral, é difícil você chegá numa rodinha e nego falá “aquele cara é o maior pilantra”, então você não pode deixá essa má imagem sua, cê entendeu? então você tem que ser o maior carisma com todo mundo, pra ninguém ficá... vai pisá na bola aqui?

A independência dos times em relação às ligas encontra correspondência nas formas de financiamento da equipe. Os times que dependem das ligas para organizar o calendário dos jogos são mantidos por meio de carnês que os participantes pagam mensalmente para cobrir as despesas com transporte, uniformes e equipamentos. Já os times que não dependem das ligas, geralmente contam com uma fonte fixa de renda. Há times, como o Botafogo de Guaianazes, que são patrocinados por empresas, por exemplo, o supermercado Extra local. No caso do Ventania, tudo indica existir uma intrincada e obscura trama de relações de poder e influência: não poucas vezes, os recursos chegam de origens “inconfessáveis”.

A coroação dessa trajetória foi a conquista da Copa Kaiser. Como já mencionado, a Copa Kaiser é o campeonato mais importante do futebol varzeano. Realmente marcante desse campeonato é o fato de o regulamento ser extremamente rigoroso, o que de certa maneira proporciona jogos em que a tensão não é tão grande como em outros campeonatos. Dos times já previamente selecionados nas seletivas restam 170 equipes que começam a disputa, que dura quase seis meses. O jogo da final da copa é transmitido pela televisão aberta, e é sempre disputado em algum campo importante da cidade. As etapas finais atraem verdadeiras multidões, muitos ônibus lotados de torcedores com bandeiras, assim como baterias de blocos de escolas de samba.

No caso do Ventania, no campeonato em que o time saiu vencedor, no jogo da final, quase quarenta ônibus foram fretados pelos diretores, e o público total do jogo superou as oito mil pessoas. Com um gol do zagueiro faltando cinco minutos para acabar o jogo, o Ventania foi campeão. Ao chegar de volta ao Jardim Cipreste, quase cinco mil pessoas compareceram ao campo do time, o Areião, para comemorar. Em cena, um grande carro de som com shows a noite inteira, discursos de políticos locais e dez mil latas de cervejas que o patrocinador do evento proporcionou ao vencedor. Mais do que a festa, a importância do campeonato está no prestígio que confere ao vencedor, ou seja, o reconhecimento de todos os times da várzea. Quando um time é campeão da

Copa Kaiser, passa a ser convidado para muitos campeonatos e festivais, sendo a sua presença um indicador da importância do evento. Os times convidados para campeonatos organizados pelo Ventania, principalmente a festa de seu aniversário de fundação, também são prestigiados como equipes da “elite da várzea”.

Disputas pelo espaço

Se a circulação pela cidade é fundamental para um time de várzea, para isso ser possível, é indispensável ele também se constituir como um ponto nesta grande rede social que estrutura o mundo social da várzea. Concretamente, isso significa ter espaço e condições para receber outros times, treinar e ajustar localmente a infra-estrutura de que a equipe necessita.

Uma grande dificuldade para um time que ainda não possui prestígio é conseguir espaços para atuar. Mesmo quando existe algum CDM próximo, o problema está na disputa entre os vários times pelo uso do espaço. No caso do Ventania, já havia um CDM regularizado em um bairro próximo ao Jardim Cipreste. Mas o time ainda era pouco importante, quase desconhecido. E os times mais antigos e conhecidos tinham a prioridade para o uso do espaço nos finais de semana. Além da necessidade de pagar uma taxa para o CDM, o maior problema do Ventania estava na dificuldade de encontrar horários disponíveis para seus jogos.

Sem espaço próprio, a alternativa era jogar no campo dos adversários. Segundo Chico, isso é um problema sério, pois é grande o risco de tudo acabar em brigas e confusões, muitas vezes deixando todos “encrencados”. Em 1992, o time resolve invadir um terreno vazio próximo à linha de trem. Chico conta como, em um esquema de mutirão, começam a desmatar o espaço, terraplenar a superfície com enxadas, montar as traves e demarcar as linhas divisórias do campo. Os diretores faziam um lanche ou um churrasco no local, e os jogadores ajudavam a fazer o serviço. Para completar, montaram um pequeno bar improvisado na parte de trás de uma Brasília, e o dinheiro arrecadado servia para pagar a “vantagem” dos times que fossem jogar no campo.

Aí falamos: “vamos arrumar um campo”, aí um cara, não lembro quem falou: tem um espaço lá, vamos fazer um mutirão e vamos fazer nós mesmo na enxada. Tinha um falecido que me ajudava que era o Miguel dava uma força, falecido o cara, dava uma força

legal pros outros garotos, acho que foi ele que deu a idéia: “tem um lugar vazio vamos invadir lá e vamos fazer um campo”. Aí nós pegamos todos os jogador e todo sábado de manhã nós ia lá, levava um lanche, fazia o negócio e fizemos um campo passava tudo meia torta e fazia assim. Época boa.

O campo durou apenas dois anos. Perderam o espaço para um grupo de moradores que ocupou o local para levantar suas casas. É difícil saber se era um movimento organizado ou não. Mas não puderam fazer muita coisa, afinal eles próprios eram, também eles, “invasores” de terras vazias. Muito pouco poderia ser feito para garantir o pedaço. Bem que tentaram. Segundo Chico, houve conflitos com os novos moradores, os diretores pressionaram, fizeram ameaças, e a ocupação chegou a chamar a atenção. Mas não teve jeito. A área era grande, os moradores eram muitos e a negociação era por isso mesmo muito difícil. Hoje, no local, encontra-se uma grande favela.

Não, não tinha jeito de a gente brigar porque nós era pouco. Muita gente invadiu. Era um espaço lá, era como daqui lá no campo dos ônibus. Campo grandão. Só tinha nosso campo, aquele monte de árvore, no meio das árvores nós fizemos o campo.

Antes disso, no mesmo ano de fundação do Ventania, em 1980, um campo começou a funcionar em um terreno da Prefeitura que estava destinado à construção de uma escola. Nesse caso, tendo a Prefeitura como interlocutora, a negociação foi mais bem-sucedida. Em 1998, depois de muita disputa envolvendo os clubes, a Secretaria de Esportes e a Secretaria da Educação, o campo foi deslocado para um outro terreno, em frente a uma escola menor, e foi regularizado como CDM. Anos mais tarde, uma parte do campo foi cedida em troca do cercamento e da construção do alambrado no perímetro do campo.

Nesse período, o time do Ventania já despontava como uma grande equipe. Quando perde o campo que fora ocupado por moradores, passa a utilizar o CDM do Jardim Cipreste. Além de começar a despontar como uma equipe grande, uma diretoria mais bem estruturada consegue o controle do CDM. Mas tudo leva a crer que esse controle também passou por uma nebulosa de relações “inconfessáveis” com os chefes locais dos chamados “negócios ilícitos”. Ele foi conquistado aos poucos, não foi imediato. Mas chegou, depois de algum tempo, a ser um controle efetivo. E nisso pesou uma teia intrincada de relações em que se misturam a lógica dos favores, as regras dos acertos (e

desacertos) entre uns e outros, tudo temperado pelo jogo de força urdido nas vias abertas ou subterrâneas pelas quais os mais poderosos vão conquistando espaço, poder e influência.

Nada disso acontece de uma hora para outra. Vai acontecendo, pouco a pouco, nos agenciamentos colocados em prática em cada caso e em cada situação concreta. Depois de algum tempo, o que era exceção, algo que acontecia em um lugar ou outro, torna-se a regra. E foi assim no caso do Ventania e seu crescente domínio sobre o CDM. O bar do CDM também é gerenciado pelo pessoal do Ventania. Além de garantir a construção dos vestiários e banheiros, o time financia e organiza campeonatos e festivais, bem como uma escolinha para crianças e de treinamento de categorias de base. E é ele que garante o material esportivo do CDM. A diretoria do CDM é eleita e responde diante da Secretaria de Esportes da Prefeitura. É uma posição importante de poder, na medida em que é a diretoria que determina os times e horários dos jogos. E foi assim que, aos poucos, com todo esse investimento no CDM, o Ventania terminou por monopolizar o espaço, garantindo o seu uso quase que exclusivo. Apesar de poucos diretores do time fazerem parte da administração do CDM, o comando do lugar é garantido por meio desse tipo de prática.

O que importa aqui salientar é a trajetória de um time que, de uma posição pouco importante, sem mesmo ter um espaço próprio para seus jogos, termina por ganhar a parada na disputa pelo CDM. As circunstâncias foram favoráveis para isso: a disputa se deu em um momento de ascensão do time, contando com uma diretoria forte e influente, mas também temida. E a negociação com a Prefeitura acabou sendo bem-sucedida.

Muito diferente foi a trajetória de um outro time, em outro lado da cidade de São Paulo. É o caso do Cruzeiro, time de Adalto, metalúrgico de 49 anos, morador de uma favela do Distrito do Jardim São Luís, na zona sul da cidade.⁵ Nos anos 80, Adalto via com distanciamento as mobilizações operárias que marcaram a região no correr daquela década. Mas não hesitava em participar da associação de moradores quando o assunto era futebol.

Fundado no mesmo ano do Ventania, em 1982, o Cruzeiro também era um time que dependia das ligas regionais para circular na cidade. O time

⁵ Trata-se da favela apresentada no capítulo 4 deste livro.

pertencia às ligas do Jardim Miriam, do Campo Limpo e de Santo Amaro. Mas nesse ponto da região sul da cidade, outros processos urbanos estavam em operação, e a disputa pelo espaço iria acontecer de formas diferentes em relação à trajetória do Ventania. A favela está situada nas proximidades da Vila Andrade, hoje chamada Morumbi Sul. Diz Adalto que a região chegou a alojar quase vinte campos de futebol de várzea, que atraíam muita gente vinda dos lugares próximos. Vários times jogavam nessa área e eram eles que cuidavam dos campos.

Mas acontece que os terrenos em que estavam os campos pertenciam, todos eles, a uma grande construtora, a Gomes de Almeida Fernandes. Para ir direto ao ponto: os campos estavam situados no centro mesmo da chamada retenção especulativa de terras. E isso condicionou grandemente os destinos (tristes destinos) desses campos e dos times. Também influenciou toda essa região situada nas franjas da ponta sul do rico e globalizado quadrante sudoeste da cidade. Os empreendimentos imobiliários que se multiplicaram no correr dos anos 90 afetaram toda essa região da cidade, ao mesmo tempo em que suas dimensões excludentes estão estampadas nas favelas que se multiplicaram e se expandiram no período.

O fato é que aqui, neste ponto da cidade, a disputa pelo espaço – e pelos campos de várzea – terá outras mediações e seguirá outros meandros. É isso o que permite explicar, ao menos em parte, as diferenças de destinações entre o time do Cruzeiro e o poderoso e influente Ventania.

Nessa região da então Vila Andrade, os campos eram cedidos pelos proprietários dos terrenos, que ademais incentivavam os times, fornecendo a estrutura para a prática do esporte, como traves, redes, cal para demarcação das linhas limites. Segundo nos conta Adalto, os responsáveis pelos times assinavam um pequeno contrato garantindo que, no momento em que a construtora precisasse do terreno, imediatamente este seria devolvido.

Eles cediam a área, faziam um contratinho. Nós já sabíamos que o dia que eles precisassem da área ia ser desativado. E assim foi indo até acabar.

Tendo em vista o processo de crescimento e valorização de toda a região sudoeste, em especial este pedaço, manter campos de futebol foi uma estratégia recorrente das construtoras. Evitava as ocupações e mantinha a propriedade bem longe dos conflitos de moradia que se multiplicavam por toda a perife-

ria, sobretudo nessa região tão marcada por um favelamento crescente e notavelmente concentrado nos espaços. Por outro lado, com base no contrato assinado com os times, a desocupação estava garantida assim que fosse conveniente. E foi assim que, mantendo e incentivando os times da várzea, os proprietários conseguiram o melhor dos mundos para eles próprios, preservando os terrenos desse processo quase incontrolável da favelização que começa, no mais das vezes, com um barraco e outro, para logo ocupar extensas áreas, além de provocar a desvalorização imobiliária de seu entorno. Adalto fala com tristeza sobre o desaparecimento dos campos:

As áreas que eram das construtoras elas precisavam construir. Chegavam e faziam a sua construção. Eram as próprias construtoras que iam usar a área. A maior parte dos campos eram da Gomes de Almeida. Construíam apartamentos. Essas áreas eram todas deles. Elas precisavam entrar com a parte de construção delas, chegava e falava “Tal dia vamos desativar todos campos”.

E foi assim que os campos foram desaparecendo: de “um dia para outro”, o lugar já estava cercado e sendo preparado para as construções. Como diz Adalto, “assim foi indo até acabar”. Para ele, não restou outra alternativa senão a desativação de seu time. Esse foi um episódio muito doloroso em sua vida. Na prática, terminou por encolher seus horizontes e possibilidades de usos da cidade e seus espaços. Ao contrário do feirante Miranda, faltaram a Adalto as mediações que permitiam fazer uso dos recursos da sociabilidade local para se lançar em uma escala ampliada da vida urbana e suas possibilidades. E por isso mesmo, também no contraponto à variada e rica experiência de Miranda, Adalto não pôde ou não conseguiu se beneficiar dessa intensa circulação e conexão entre mundos sociais diversos que tanto caracteriza a trajetória de Miranda e que tão importante foi para seu sucesso como feirante e como organizador do jogo de várzea.

... Eu fiquei caseiro. Parei de jogar, de tomar conta de esporte, e fiquei caseiro. Do serviço para casa, da casa para o serviço, e o serviço é bem pertinho. Eu saio às vezes num domingo, vou para o interior nas chácaras dos meus tios.

Talvez não tenha dado tempo suficiente de o Cruzeiro se projetar para além das ligas locais e regionais. Antes disso, os campos desaparecem sob a lógica devastadora do mercado imobiliário. E a ausência de uma mediação

pública, no caso o CDM, tornou a situação ainda mais difícil. Sequer havia interlocutores com quem travar uma negociação possível, como aconteceu no caso do Ventania. O fato é que há um comentário geral e recorrente nessa região da cidade: “os campos estão sumindo”.

Um dos poucos que restaram para a prática do futebol de várzea nesse pedaço da zona sul foi o campo do Caju. Aqui, tal como antes acontecera com o Ventania, os times locais ocuparam um terreno vazio. E logo também enfrentaram a disputa com moradores que tentavam ali instalar suas moradias. Ocupação dos times, ocupação dos moradores. O conflito estava aberto. No entanto, diferentemente do que acontecera no Jardim Cipreste, aqui as circunstâncias eram outras e o conflito se resolveu de outras formas. Os jogadores revoltaram-se contra os “invasores” e destruíram as casas que chegaram a ser construídas no pedaço. Mário, um jogador de times de várzea desde muito jovem, morador de um bairro próximo e usuário, como tantos de seus vizinhos, do campo do Caju, comenta que a disputa pelo espaço é selvagem:⁶

esse mesmo do Caju já era pra ter acabado, o pessoal entrou lá dentro, fez a marcação, já tava construindo com cimento e tudo, da noite pro dia, levantaram as paredes lá e pronto. O pessoal foi lá e quebrou tudo, os próprios jogadores dos times... Fizeram a reunião lá entre os times foram lá eles e tiraram porque senão ia perder a diversão deles no domingo.

Para ele, as ocupações de moradores são, na verdade, uma das principais razões que explicam o triste fato de que os campos estão desaparecendo na região.

Adalto e Chico: mesmo tempo social, diferentes espaços, percursos contrastados

A diferença entre os fundadores do Ventania e do Cruzeiro é muito grande. São personagens que poderiam até mesmo ser considerados a partir de sua oposição, assim como o céu e a terra. Mas talvez esta não seja a melhor maneira de entender a diferença entre Chico e Adalto. Vale mais partir, muito concretamente, dos espaços e territórios em que as diferenças são construídas pelas práticas concretas dos próprios atores. Adalto construiu sua trajetória

⁶ Mário é um dos personagens que compareceu no capítulo 1 deste livro.

profissional seguindo as bifurcações da vida operária na zona sul da cidade. Migrante do Paraná, vem para São Paulo com sua família e trabalha como metalúrgico em empresas no Largo 13 de Maio e, depois, em fábricas menores muito próximas de sua casa.⁷ As qualidades pessoais de Adalto parecem estar vinculadas ao ambiente mais próximo. A família sempre foi a referência e o investimento mais importantes de sua vida. Por outro lado, se é certo que ele se posicionava com certa distância das agitações operárias dos anos 80, também é verdade que, na associação de moradores e nas mobilizações locais, sua atuação sempre foi mais intensa, sobretudo quando o assunto era futebol.

O Cruzeiro era um time muito bem organizado. Adalto sempre foi muito habilidoso na forma de administrar a equipe. Com a ajuda de apenas um colega, recolhia o dinheiro dos carnês pagos pelos jogadores, comprava todo o material esportivo necessário, alugava ônibus para o transporte para os jogos, pagava a lavagem dos uniformes e realizava todas as outras atividades necessárias para o funcionamento do time.

Adalto sempre se esforçou muito para organizar o time de futebol. A satisfação que resulta de todo esse trabalho está fortemente relacionada com sua inserção no universo social local. Para ele, a estabilidade em seu ofício de metalúrgico e a opção por trabalhar em local próximo à sua casa ganham todo o sentido no interior da ética do provedor que rege suas escolhas.⁸ No caso do futebol e de toda sua atuação na favela, o importante para Adalto é o empenho em melhorar as condições de vida de seus moradores e de sua família. Na visão de nosso personagem, o esporte é um elemento importante para evitar que as crianças da favela se enveredem pelo “mau caminho”. E é também um importante meio de lazer e união entre todos os moradores.

É muito bom porque tira muitos moleques da rua, de droga. Muda muito. Quando nós tínhamos o nosso esporte aqui aos domingos, a gente jogava no campo do Morumbi Sul e a molecada da favela acompanhava. Ia todo mundo. Era criança, mulher, tudo. Era um passeio. Passavam por aqui e perguntavam: “cadê os moradores daqui?”. Estavam todos com a gente.

Os bloqueios que inviabilizaram o Cruzeiro aparecem para Adalto como o resultado de forças estranhas a ele, muito superiores a seu raio de atuação.

⁷ Ver no capítulo 2 a descrição dessa família e de sua trajetória em São Paulo.

⁸ Sobre as relações entre trabalho e a ética do provedor, cf. ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Em primeiro lugar, o desemprego. Adalto conta que, a partir de meados da década de 1990, as dificuldades para conseguir dinheiro foram se tornando cada vez maiores. Muitos ficaram desempregados, e isso trouxe problemas para um time que dependia de carnês para o seu financiamento. Restaram poucos entre os que podiam sustentar a compra e a lavagem dos uniformes. E não dava mais para pagar os ônibus. Com a proximidade da Copa Santo Amaro, os problemas ficaram mais evidentes, pois era preciso levantar recursos para garantir as inscrições e a compra de material esportivo. A última tentativa foi a aproximação com um vereador em campanha, que também não deu certo. As camisetas com o nome do candidato foram feitas, mas o dinheiro para as inscrições e o transporte não foi providenciado.

Se todos estivessem empregados e todo mês tivesse o seu dinheirinho, não tinha como não fazer parte daquilo e ser um bom associado. Mas sem um trabalho não tem como fazer o depósito todo mês. Às vezes tinha um jogador que não tinha condições e eu é que bancava do meu bolso aquele jogador – “não vai sair do nosso esporte só porque está desempregado, o dia que arrumar um trabalho você paga o que está devendo”. Mas foi acabando, acabando e com o pessoal desempregado, faliu.

Em segundo lugar, a especulação imobiliária que fez os “campos sumirem de uma hora pra outra” também acabou com as possibilidades de organizar o time. Não era possível competir com as grandes incorporadoras, como a Gomes de Almeida Fernandes. E ainda havia as invasões de terras, um tipo de conflito muito além do que poderia ser enfrentado.

Finalmente, o aumento da violência. Foi esse mais um fator que contribuiu para o fim do Cruzeiro. Conforme Adalto (e outros) nos conta, o futebol de várzea sempre foi um programa que mobilizava grande parte das famílias. Junto com um calendário de festas e um muito ativo grupo de pagode, compunha a sociabilidade local. A mobilização da favela em torno do time era grande e boa parte das famílias acompanhava os jogos. A partir da segunda metade da década de 1990, todas essas formas de lazer e experimentação do lúdico foram se acabando. Se o fim do time de futebol está relacionado com o desemprego e as disputas pelo espaço, uma explicação para a erosão desses espaços de sociabilidade, presente não apenas em seu depoimento, mas também de outros moradores da favela, foi o aumento da violência.⁹

⁹ Ver no capítulo 2 a descrição dessas formas de sociabilidade e sua erosão no correr dos anos 90 em virtude da violência na favela Cruzeiro.

De um lado, a violência atingia diretamente as práticas que organizam o futebol de várzea. Como comentado antes, não é coisa simples disputar jogos fora do bairro. Segundo Adalto, as brigas durante os jogos e entre os torcedores provocavam situações complicadas para os responsáveis pelas incursões. Assim, com a impossibilidade de conseguir um campo próprio e o bloqueio que a violência nos jogos “fora” impunha, tornou-se impossível continuar organizando o time. Não era possível garantir a segurança das pessoas que disputavam os jogos:

Dentro dos campos saía briga. Aí eu disse chega, já fiz muito. Se um dia voltar, vai ser dentro da nossa comunidade, na nossa sede. Fora não. A gente tentou formar um time de garotos, mas como não tinha ninguém para sair com eles no dia que tinha jogo marcado, precisamos parar.

[...]

Todo mundo foi deixando de lado, muita violência... os cara iam jogar fora e muitas vezes saía corrido, os cara botavam pra correr, deixaram de lado, acabaram com o time.

Por outro lado, a violência passou a atingir o núcleo da sociabilidade interna à favela. Os momentos de festa viraram ocasião para “acertos de conta” entre gente envolvida nas redes do tráfico de drogas da região. E não foram poucas as vezes em que a matança aconteceu no meio de uma festa junina. Quanto ao grupo de pagode, este acabou por se desfazer também porque parte de seus membros se enroscou nas redes do crime organizado, alguns fugiram e outros foram mortos.

A violência teve efeitos corrosivos na favela Cruzeiro e no seu time de futebol. Mas violência nunca foi problema para Chico. A vida à margem da lei sempre foi uma constante em sua trajetória. Seu primeiro emprego foi no escritório central das lojas Riachuelo no largo São Bento, como arquivista. Trabalhou por cinco anos e isso foi o suficiente para desistir de trabalhar de uma vez por todas.

Trabalhei 5 anos, depois saí, fui ver se arrumava dinheiro mais fácil porque eu ganhava muito pouco. Não compensava.

Chico quase não fala sobre seu pai, mas parece claro que não encontra motivos de orgulho no seu passado proletário e em todo o seu esforço empe-

nhado na construção dos trilhos de trem que atravessam a zona leste. Como ele diz, “só andava com o colchão no asfalto” durante a construção das linhas. Quando se lembra de seu pai, pensa que ele ficaria muito triste com a maneira de o filho ganhar dinheiro, mas certamente ficaria orgulhoso pelo destino do time que criou.

Segundo Chico, Seu Francisco (também o nome de Chico) nunca imaginaria “o que virou o time dele”. Desde o início, o Ventania foi “o time do Chico”, sempre foi ele quem mais batalhou para que o time ficasse conhecido e reconhecido no universo da várzea de São Paulo. Diferente de Adalto, nunca foi muito eficiente para administrar a equipe com alguma racionalidade, nunca se preocupou em organizar um caixa e fazer a contabilidade, ou calcular o dinheiro que poderia ser empregado para as diversas despesas que envolvem o time. Mas sempre defendeu o Ventania à sua maneira, investindo grande parte do que chegava a ganhar com seus escusos “negócios”. Para Chico, trata-se da defesa de seu maior patrimônio. Foi um empenho que sempre envolveu brigas para participar de campeonatos, para manter a integridade dos jogadores que formam o plantel em situações perigosas e para garantir recursos quando não podia arcar sozinho com os custos do time. Entre as pessoas envolvidas no futebol do Jardim Cipreste, sempre se ouve dizer: “pode xingar a família do Chico, mas não vai se meter com o Ventania”.

No momento em que o Ventania ainda não havia despontado como um time de repercussão, ficou de fora das inscrições da já citada copa de Primeiro de Maio. Durante a reunião de sorteio dos grupos que disputariam a competição, Chico resolveu que colocaria “seu time” de qualquer maneira. Entre ameaças, cadeiradas e muita confusão, enfim conseguiu.

... ... Falava assim, achava que tinha que ser o outro time e era assim. Aí nessa época estava eu e o Miguel. O Miguel até me segurou. A cara queria tirar o meu time? Eu disse: “Não”. “É que já tem uns times aqui. Esse time não dá pra entrar”. Simplesmente assim, desse jeito. Eu peguei a cadeira e joguei em cima dele. Joguei mesmo, meio nervoso: “esses filha da puta”. O bicho foi pegando, daquele jeito. Aí conseguiram arrumar um jeito lá e colocou nós.

Quando a simples intimidação não era suficiente, Chico tratava de subornar os organizadores de campeonatos, copas e festivais para que o Ventania participasse, mesmo com uma equipe abaixo do nível das outras. Com esse

tipo de procedimento, ele achava que conseguia romper com as “panelas” que uniam os melhores times da várzea e deixavam de lado os times menores. Contudo, se mesmo nos campeonatos promovidos pela Prefeitura esse tipo de prática funcionava, no caso da Copa Kaiser a coisa era diferente. Promovida por uma das maiores empresas de marketing esportivo da cidade, a Evidência, seus organizadores não permitem que times com fama de serem “de bandido” participem da seletiva para entrar na Copa.

Aí eu pedi pro cara:” olha meu, eu até pago pra entrar na Kaiser”. Eu liguei pro presidente e o cara: “Oh, aqui não é assim não. Seu time é muito briguento e nunca vocês vão entrar na Kaiser”. E eu implorando prum tal de Carlinho: “Carlinho, ponha eu. Eu pago. Põe o time que eu dou um dinheiro por fora”. E ele: “Não, aqui não é assim não. Aqui o negócio não é desse jeito não. Você pode me dar mil real que não vai entrar”. Aí foi indo, foi indo.

Corria o ano de 1996 quando Chico se dá conta de que sozinho não poderia resolver a situação. Decide então chamar um feirante que entendia muito de futebol para cuidar dos assuntos do time, um tal de Miranda. A importância de Miranda para a história do Ventania já foi descrita. O que agora nos interessa são os desdobramentos dessa “trajetória de sucesso”.

Se podemos comparar as histórias dos times do Cruzeiro e o Ventania, não se trata de opor simplesmente uma trajetória de fracasso e uma de sucesso. As possibilidades que a favela Cruzeiro e o Jardim Cipreste oferecem são muito diversas; as escolhas possíveis acionadas pelos personagens envolvidos não são as mesmas, assim como suas competências e qualidades pessoais são diferentes. Os times foram fundados e atravessaram o mesmo período: as décadas de 1980 e 1990. Ainda que ambos os times se apropriem da geometria do circuito do futebol de várzea de formas diferentes, compartilham esse mesmo universo construído a partir de mediações concretas que acessam ou bloqueiam a imensa rede que é o espaço urbano de São Paulo. Será preciso, portanto, considerar o modo como essa rede é acionada. Ou seja, suas conexões e a natureza de seus vínculos, o modo como foram construídos e colocados em ação. É sobretudo isso que pode oferecer elementos para entender a diferença entre os dois times.

O que faz do Ventania um time de maior visibilidade e destaque e o que ocasionou o fim do Cruzeiro é a articulação entre alguns elementos: o finan-

ciamento da equipe, o âmbito da circulação dos times e também o “ponto” ou o campo. Graças ao jogo de poder e influência que Chico soube tão bem mobilizar nas franjas ou no avesso do mundo da lei e da ordem, o time conseguiu custear todas as despesas e controlar o CDM do Jardim Cipreste. No caso do Cruzeiro, o time foi sendo erodido pelo desemprego, que cortou seus meios de financiamento, pela especulação imobiliária, que acabou com os espaços disponíveis para os jogos, e pela falta de uma interlocução pública, que inviabilizou a implantação de um CDM. Mas é também importante destacar a presença de Miranda e sua notável capacidade de articulação, conectando o time com outras regiões da cidade. A articulação metropolitana do Ventania só pôde se realizar com a interferência decisiva de Miranda. Contudo, o que aconteceu após a conquista da Copa Kaiser, ponto alto dessa “trajetória de sucesso”?

Nas incertezas da vida: “sobreviver na adversidade”

No momento em que Miranda entra no Ventania, o time era basicamente dirigido por Chico e alguns de seus amigos mais próximos, todos igualmente com trânsito no mundo dos negócios ilícitos. Chico acumulava diversas (se não todas) as funções do time. Quando Miranda entra para a diretoria do Ventania, as funções são divididas. Chico fica com o cargo de presidente do time, lidando basicamente com a parte financeira. Miranda ocupa o cargo de Diretor Esportivo, responsável pelo gerenciamento de grande parte das atividades de organização da equipe.

Com esse cargo, Miranda pôde organizar o time de uma maneira mais eficiente, enquanto Chico, por sua vez, cuidava apenas dos assuntos ligados ao financiamento. Uma das primeiras iniciativas de Miranda foi colocar a diretoria do Ventania em contato com o Vasco de Pirituba, time de grande expressão na época. Graças a esse contato e a indicação do Vasco na Evidência (empresa de marketing esportivo que organiza a Copa Kaiser), o Ventania conseguiu ser incluído nas seletivas da Copa Kaiser. Muitos jogadores de Pirituba começaram a jogar também no Ventania, fortalecendo muito a equipe. Finalmente, o Ventania começou a disputar festivais da zona oeste da cidade, onde o Vasco era referência para todos os times.

Não é o caso aqui de reconstruir todos os caminhos que Miranda abriu para o pequeno time de Chico. Esse percurso já foi descrito. Mas vale enfatizar que, por meio dos vínculos que tratou de articular, Miranda conseguiu tornar o

Ventania um time independente das ligas locais, isso já antes do momento alto desse percurso, quando conquista a Copa Kaiser e se projeta como time metropolitano. Para Chico, esse foi um período de “vacas gordas”, em que o Ventania não precisava mais de patrocinador; agora ele sozinho conseguia pagar todos os custos do time.

Mas então aconteceu que Chico foi pego pela polícia, no início de 2001. Só se livrou do julgamento e de uma inevitável condenação por conta de um “acerto” com a polícia. Conseguiu a liberdade, mas o preço foi alto. Já não podia ter a mesma desenvoltura de antes para fazer uso dos recursos que sabia tão bem mobilizar em seus “negócios”. O fato é que, a partir daí, já não era mais possível “banciar” o time sozinho, então os custos ficaram a cargo de outras pessoas. Além do mais, a grande rede de favores que lhe garantia certo *status* estava abalada. Nessa situação, Chico ficou muito violento. O uso da força foi a forma de garantir a sua posição de comando, como presidente do time. Muitas brigas internas aconteceram antes, durante e depois da Copa Kaiser.

Antes da final da Copa Kaiser, para motivar a equipe no jogo decisivo, Chico prometeu a todos os jogadores um prêmio em dinheiro e uma viagem no final do ano para a praia do Guarujá, no caso de uma vitória. Após a vitória, nenhuma das recompensas foi paga, o que gerou descontentamento entre os jogadores. Alguns resolveram trocar de time, optando por uma equipe do bairro do Tatuapé. Um dos jogadores chamou amigos que ainda jogavam no Ventania para atuar na nova equipe, exatamente na festa de aniversário do time do Jardim Cipreste. A reação de Chico não se fez por esperar: deu uma surra neste jogador, fez toda sorte de ameaças e por um bom tempo o impediu de se aproximar das imediações do campo do Ventania.

O que aconteceu posteriormente poderia ter acabado com o time. Irritados com a atitude de Chico, outros jogadores resolveram deixar a equipe, seja para jogar no time do Tatuapé, seja para jogar em outros times. Parte da própria diretoria ficou descontente e começou a pensar em fundar outra equipe. Chegaram a conseguir um “patrocinador” para bancar um novo time.

Juca é sócio de Paçoca, que por sua vez é o grande parceiro de Chico no futebol e na vida em geral, tendo tocado juntos grandes empreitadas nesse amplo universo dos negócios ilícitos. No entanto, Juca, baiano de 41 anos, tem uma particularidade: o bom convívio com garotos de menos de 21 anos e, até por ser o grande gerente, pela própria posição no grupo, consegue estabelecer

uma boa relação com a molecada. Detalhe: os dois, Juca e Paçoca, pertencem à diretoria do Ventania. Quando os jogadores resolvem criar outro time, a pessoa escolhida para servir de comandante não poderia ser outra que não Juca. Juca prontamente aceita a “gentileza”, pensando no prestígio que tal posição lhe haveria de conferir no caso de esse time realmente emplacar. Em menos de uma semana, o mais novo time da várzea já tinha nome (Furacão) e já possuía uniforme e dinheiro para começar a disputar pequenos campeonatos.

Formado por jogadores que faziam parte do Ventania, o Furacão termina por dividir todos os envolvidos, jogadores e torcedores, no Jardim Cipreste. A divisão aparecia de forma muito evidente. Primeiro, o espaço onde os torcedores do Ventania se concentravam começa a ser compartilhado com os torcedores do Furacão. Segundo, o tempo e o espaço de uso do CDM do Jardim Cipreste tinha agora de ser dividido entre os dois times. Terceiro, essa divisão também afetava as “fontes” de financiamento dos times. Por fim, a rivalidade entre os mais jovens, agora no Furacão, e os mais velhos, que permaneciam no Ventania. Na medida em que o recém-fundado time é formado em sua maioria por pessoas que saíram do Ventania de uma maneira não muito pacífica, a grande força impulsora e motivadora do Furacão passa a ser uma contraposição em relação ao Ventania, em especial ao presidente do time e pivô de todo o conflito, Chico.

A resposta de Chico não poderia ter sido mais rápida e eficaz. Diante de uma situação que poderia rapidamente acabar com a unidade do time, recorre à união do núcleo mais leal à sua pessoa e usa todos os recursos possíveis para enfraquecer os mais jovens. Para tanto, empenha-se em conversar em particular com cada um dos diretores mais antigos do Ventania.

Com cada um, argumenta que a “lealdade” era então, mais do que nunca, fundamental. Era o momento de retribuir a todos os benefícios de pertencer ao grupo que fundou o time. O dono do bar onde o Ventania sempre se reuniu para comemorar as vitórias agora deveria demonstrar a sua posição em relação a essa disputa. Se o ponto do bar foi sempre muito movimentado em virtude das atividades relacionadas ao Ventania, agora era o momento de ele retribuir e garantir a exclusividade do lugar para aqueles que ajudaram para os bons rendimentos do estabelecimento.

Eu gostei do Tonho. Os caras foram para lá e o Tonho deu uma dura: “aqui é sede só dos Onze vocês podem sair fora”. Dispensou os caras lá. Falou que os caras tava todo mundo lá. O caras

vêm aí: “o meu, aqui é sede dos Onze, não cabe dois time não. Aqui é sede só dos Onze”. Eu ia perguntar isso pro Tonho, ainda bem que ele sentiu e já até me falou. Ele era firmeza.

“Humildade” foi o outro argumento para o convencimento dos diretores, ou melhor, a falta de “humildade” dos jogadores que fundaram um outro time para concorrer com o Ventania. Segundo Chico, as pessoas que faziam parte do Furacão estavam desrespeitando os patrões mais antigos, querendo se impor no espaço do Jardim Cipreste. Quando conversou com Juca e Paçoca, que também já tinham sido sondados para fazer parte da diretoria do time recém-formado, convenceu ambos de que os mais jovens não deveriam “ganhar tanta moral”, pois não saberiam lidar com tanto reconhecimento social e prestígio. Haveria o perigo de disputas internas ao grupo de controle do Jardim Cipreste e, neste caso, a violência poderia imperar no encontro dessa disputa.

É um moleque. O Paulinho está arrogante batendo na cara dos outros.

E eu achei que o Paçoca fez, não sei, não até hoje eu não entendi. Qualquer dia vou parar ele pra conversar com ele porque ele não entende e, espero que ele não pegue mais porque eu acho que vai ser encrenca. Eu acho que não vai ser bom, porque eu sei que tem: “estou esperando pra pegar os Onze Garoto”, se pegar, se jogar bola então joga bola, mas se vier uma coisa assim eu já vou querer agredir. Vai lá acontecer, pode acontecer. Se tiver o jogo nós vamos jogar, agora se começar a encrencar, querer zoar, eu acho que vai sair alguma coisa.

Por fim, o “procedimento”. Depois de muita deliberação entre os diretores mais antigos, chegou-se a um consenso de que o “procedimento” dos mais jovens não estava correto e de que a melhor coisa a ser feita seria desestimular a continuidade do time. Mais do que isso, este fato deveria servir para que a diretoria do Ventania continuasse mais forte e unida em torno do mesmo time.

O boicote dos diretores mais antigos representou a quase falência do Furacão. Se a circulação pela cidade e a consolidação de um ponto (o campo) são elementos estruturantes para que um time consiga um espaço maior no circuito do futebol de várzea, a coesão interna também é um elemento fundamental. No caso do Ventania, a influência exercida por Chico sobre todo o

corpo de pessoas envolvidas no time tem a ver com o fato de que ele soube fazer uso, e com sucesso, de um código de conduta que todos conhecem e respeitam. Esse código é escrito em três palavras: Lealdade, Humildade, Procedimento.

Não se sabe, talvez nem importe, quando surgiu o L.H.P. A maior torcida organizada do Brasil, a “Gaviões da Fiel”, adotou o lema como parte dos seus princípios e o estampa em grandes bandeiras nos estádios de futebol. Na megarebelião em que o PCC (Primeiro Comando da Capital) apareceu para a mídia no ano de 1993, faixas foram estendidas com as iniciais L.H.P. Canções dos principais grupos de rap estão recheadas de referências ao L.H.P, como menção ao que deve ser seguido em matéria de “atitude”. O que importa é que pode ser visto em muitas partes da cidade: camisetas de pedestres, cabelos cortados com as iniciais, adesivos em carros ou em peruas de lotação, bandeiras em estádios de futebol, faixas estendidas em muitas das rebeliões que ocorrem nas delegacias e penitenciárias. Mas o que serve de destaque é que essa expressão já faz parte da linguagem corrente de grupos de jovens nas periferias paulistas.

Impossível ignorar que o L.H.P já faz parte de uma gramática comum e de uma mesma dicção entre os times de várzea, jogadores, diretores e torcedores, mas também entre os perueiros, fiscais, ladrões, traficantes e mais todos os que transitam nessa zona de indiferenciação entre o legal e o ilegal, entre o formal e o informal. Todos respeitam esse mesmo código, todos falam essa mesma linguagem.

“Uma forma de sobreviver na adversidade”: é essa a expressão que um dos fundadores do Comando Vermelho usou para explicar a origem e o funcionamento dessa organização criminosa: é menos uma organização, disse ele, do que um comportamento, é “uma forma de sobreviver na adversidade”.¹⁰ Talvez isso nos dê uma chave para entender o sentido desse código. Lealdade, Humildade, Procedimento: as três balizas para lidar com a vida, “sobreviver na adversidade”, nessa zona de sombra que vem se expandindo cada vez mais, tornando indiscerníveis as diferenças entre o lícito e o ilícito. “Sobreviver na adversidade” é também saber jogar o jogo da vida. É com ela, a vida, que muitas vezes se paga quando o código é desrespeitado. Jogo de vida e morte. Correm muitas histórias de gente que perdeu essa partida. Histórias que correm, mas que nem sempre podem ser contadas, pois também elas são protegi-

¹⁰ LIMA, William da Silva. *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.

das e devem ser preservadas sob o código da lealdade, da humildade e do procedimento.

O fato é que, em um time de futebol ancorado nessa trama de relações que se alimenta e se apóia nos circuitos do crime organizado e nas franjas da informalidade, grande parte dos relacionamentos é pautada por esse código.

A lealdade faz parte de um jogo de alianças e, para quem pertence ao grupo, pode trazer benefícios que, contudo, devem ser retribuídos. Os jogadores que “trincam”, ou melhor, que correspondem dentro de campo aos anseios dos diretores nunca são esquecidos. Correr muito em campo, provar sua vontade e “garra”, lutar pelo time, demonstrar força em momentos decisivos, essas qualidades são reconhecidas e retribuídas de diversas formas. Os mais jovens podem ser levados para fazer testes em times profissionais da capital ou do interior; os mais velhos podem conseguir algum tipo de emprego em algum negócio em que os diretores estejam envolvidos. Os diretores podem ajudar nos tratamentos médicos ou na compra de remédios para os próprios jogadores e familiares, distribuir cestas básicas, garantir empréstimos ou simplesmente oferecer dinheiro.

Mas tudo isso deve ser negociado com muita humildade. Apesar de gostarem de pessoas que “tenham personalidade” ou que “sejam homens”, a inveja e a ganância devem ser controladas. Quando uma pessoa começa a “se crescer” ou “se alastrar”, ou seja, quando começa a querer se colocar em uma posição de maior prestígio ou importância do que realmente ocupa, esta deve ser controlada de forma firme e impositiva pela diretoria. A diretoria sempre deve ser respeitada, afinal é por ela que passam as decisões. O que parece fundamental é que as pessoas que são “mais consideradas” nunca buscam isso ou competem por reconhecimento: são tidas como portadoras “naturais” de qualidades que, ao longo do tempo, serão desenvolvidas e valorizadas sem que seja necessária nenhuma competição.

Mas o pilar mais importante desse código é o “procedimento”, o “procedê”. Poderia ser definido como “a maneira certa de fazer qualquer coisa”. Em determinadas situações, é importante a determinação; em outras, a parcimônia. Em um universo de incerteza e aleatoriedade, cada fato deve ser visto como particular e único, cabendo a uma espécie de “bom senso” a decisão do que deve ser feito. Essas decisões em relação ao que é o procedimento em cada situação é algo sempre situacional, relativo e respeita uma posição. É claro que uma boa dose de incerteza está sempre presente em situações polêmi-

cas e, nestes casos, as discussões são fervorosas até que seja decidido pelo certo e pelo errado. Contudo, muitas situações são corriqueiras e esta base mínima de “procedê” todos devem possuir, junto com os dois outros pilares do código: a lealdade e a humildade.

O “procedê” parece ser um saber construído na vida urbana. Um conjunto de práticas que envolvem um conhecimento sobre como “sobreviver na adversidade”. São práticas que concernem o modo como se precessam os negócios ilícitos. Mas que também circundam o que perueiros, comerciantes locais, camelôs e trabalhadores fazem para “se virar” no mundo.

Talvez seja possível dizer que as relações com o mundo das atividades ilícitas sejam constitutivas do futebol varzeano. A trajetória de Miranda dá indicações nesse sentido. O seu sucesso como feirante e como organizador de times de futebol tem a ver, e muito, com sua especial competência em transitar entre o formal e o informal, entre o legal e o ilegal, lidando com suborno de fiscais da Prefeitura, com clientelismo político, fazendo acertos com policiais e bandidos, circulando em um universo que possui como referência as regras da “malandragem”. Mas, nos anos 90, as regras do jogo já são outras: toda a ambivalência que se pode identificar na trajetória de Miranda e nos territórios por onde circulou em seus percursos urbanos foi, aos poucos, sendo desfeita. Os acertos e negociações em torno dos agenciamentos cotidianos agora são feitos em outros patamares; um jogo pesado de forças e influências que pode decidir os destinos (e a vida) de cada um.¹¹ Miranda entra para a diretoria do time em 1996, foi grandemente responsável pelo sucesso do Ventania, mas a essas alturas as condições que davam sustentação ao time já envolviam uma conjugação de circunstâncias muito distantes de suas competências e qualidades pessoais. O Ventania beneficiou-se amplamente da mediação pública de um Centro Desportivo Municipal, ganhou reconhecimento e se consolidou como time metropolitano. Mas os agenciamentos das coisas práticas da vida passam agora ao largo dessas ambivalentes relações entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, com as quais Miranda soube tão bem lidar ao longo de seu percurso.

O L.H.P, Lealdade, Humildade, Procedimento, esse código de conduta para “sobreviver na adversidade”, talvez seja a senha que precisa ser decifrada para se compreender essa linha de sombra que passa por dentro do futebol

¹¹ As diferenças entre o “malandro” e o “bandido” é questão tratada por Alba Zaluar em *A máquina e a revolta*, op. cit.

de várzea, mesmo quando conta com a mediação pública de uma Secretaria Municipal, que perpassa todo o mundo social e retira pertinência a essas binaridades, torna seus termos indiscerníveis (no mínimo irrelevantes), quando as questões em jogo passam a afetar a vida e os sentidos da vida. São outras as mediações operantes nos jogos da vida. Para “sobreviver na adversidade”, é importante o “procedê”. E é isso que acaba por decidir as destinações de uns e outros, as chances de uns e outros “sobreviverem na adversidade”. Decididamente, esse já não é mais o mundo que Miranda conheceu quando se lançou na vida da “cidade grande”, nos idos dos anos 70. No jogo da vida, muitas vezes no jogo da vida e da morte, o que importa é o “procedê”.

CAPÍTULO VI

No outro extremo da cidade:
“aqui é tudo ocupação”









Capítulo 6

No outro extremo da cidade: “aqui é tudo ocupação”

Vera da Silva Telles

O CAPÍTULO 6 apresenta a história de Devanir e sua família. Retirante nordestino que chegou em São Paulo em 1966, tem 49 anos (em 2001), mora em uma região de ocupação recente, um microponto encravado no centro de Guaianazes, extremo leste da cidade. Depois de muitas desventuras de moradia, ocupou o terreno em 1996. Ocupação recente, portanto. Devanir, pintor autônomo e com uma trajetória muito errática no mercado de trabalho, é um militante. Participou das grandes greves dos anos 80 e, a partir daí, jogou-se por inteiro nas mobilizações populares da década. Como ele diz, “sou um militante de corpo e alma”. E continua sendo, até hoje. Nos tempos das grandes mobilizações populares dos anos 80, falaríamos dele como um militante político dos movimentos de moradia, saúde e por transportes na zona leste da cidade. Mas as palavras nunca são, como bem sabemos e muitas vezes esquecemos, apenas um sinal gráfico. O jogo de linguagem mudou, as relações entre as palavras e as coisas se fazem agora em outros agenciamentos de sentido e esses deslocamentos têm a ver com as tramas do mundo social e a virada dos tempos na década de 1990. Pois agora Devanir é uma “liderança comunitária”.

Devanir poderia ser tomado como caso exemplar do que a literatura especializada define como “trabalhador pobre”, essa parcela de trabalhadores não qualificados que vive da aleatoriedade dos empregos que se sucedem ao acaso dos acontecimentos, sem conseguir se estabelecer e definir uma trajetória ocupacional clara, e que tampouco encontra outras alternativas além da moradia precária e insegura. Seria isso (ou apenas isso), não fosse sua “conversão” política. Nessa conversão, o importante notar é a teia de relações e campos de práticas que a militância construiu no universo popular e que terminou por se constituir em fortes campos de gravitação de suas vidas cotidianas, conformando territórios de referência. Mas também, por essas razões, trajetórias (e histórias) como as de Devanir são especialmente interessantes pelo que esclarecem, a seu modo, da história política recente: retratam o encontro do “trabalhador pobre” com as mediações políticas construídas nos anos 80 e seus desdobramentos mais recentes. Mas também as inflexões dessa movimentação política nos anos 90. Não mais as amplas movimentações políticas dos anos 80, com suas bandeiras de dimensão universalizadora de reivindicações e demandas políticas: no correr dos anos 90, os percursos de Devanir apresentam um claro recentramento de suas atividades em torno da moradia e dos arranjos locais para garantir a vida e as formas de vida. Devanir é um genuíno herdeiro dos amplos movimentos dos anos 80. E se orgulha disso, pensa e formula projetos pautados pela “luta do povo unido”. Mas as circunstâncias da atualidade são outras. E ele não consegue escapar dos microagenciamentos locais e de um deslocamento da política para a gestão das urgências locais.

Os percursos de Devanir montam um cenário no qual também ressoam as histórias dos personagens que transitaram no outro lado da cidade, na região sul (capítulos 3 e 4). Outras modulações de um mesmo tempo histórico também cifrado nos percursos urbanos do feirante Miranda em uma região contígua ao que hoje é considerado como “periferia consolidada” da zona leste (capítulo 5). Mas Devanir não realizou o “sonho da casa própria”. No mesmo momento em que ocupava o terreno em Vila Diana, em 1996, um litígio grave de terras estava se armando também em Guaianazes, mas já nos seus limiares com Cidade Tiradentes. Havia muitos outros, bem sabemos. Mas é do Jardim São Carlos que iremos tratar no capítulo 7. Aqui, nesse cenário, outras histórias e percursos irão se entrecruzar em um litígio que iria entrar em ponto de combustão em 2000, quando os moradores se viram às voltas com um mais do que violento ato de reintegração de posse. Será importante reter as histórias e percursos de Devanir ao acompanhar as aventuras e desventuras dos morado-

res do Jardim São Carlos. Espaços e tempos que se articulam em cada um dos eventos que pontuam as histórias de cada um e de todos. No confronto entre uns e outros, o que vai se desenhando são as linhas vivas dos territórios traçados nesse extremo leste da cidade de São Paulo.

Aqui é tudo muito diferente dos traçados urbanos dos personagens da região sul. Eles não vivem nas “franjas da cidade global”, com os seus grandes equipamentos de consumo e a proximidade com os pólos do moderno-moderníssimo trabalho precário. Mas vivem a outra faceta da modernidade globalizada. Não bem um outro lado, não é o “outro” lado: aqui as linhas de força da modernização excludente pulsam em cada um desses “pontos nervosos” por onde o espaço urbano vai se produzindo numa trama de relações e mediações que será preciso compreender, uma disputa no e pelo espaço que também traz as marcas de uma história de longa duração.

Um ponto encravado no centro de Guaianazes¹

Vila Diana fica no Distrito de Guaianazes, ao lado esquerdo da estação de trem para quem segue para leste. É em grande parte uma área de ocupação. Ocupação recente: na maior parte dos casos, não mais do que dez anos. São cerca de 600 famílias que chegaram em momentos diferentes. Trata-se de um terreno de brejo aterrado, que pertencia a uma antiga pedreira (atualmente desativada). O aterro foi feito sobre uma antiga estrada de ferro por onde as pedras eram transportadas. À direita da via de acesso a Guaianazes, na altura do Fórum de Itaquera, o rio Itaquera segue na direção do município de Ferraz de Vasconcelos (direção leste). Vila Diana fica em um terreno ocupado na margem esquerda do rio. Da avenida não há acesso: é preciso atravessar o mato e cruzar uma ponte improvisada sobre o rio para chegar ao centro de Guaianazes (à escola, ao posto de saúde, ao supermercado). Quando chegamos a esse pedaço da cidade, em 2001, o terreno do outro lado da avenida, sentido Itaquera, estava em obras para a construção de um hipermercado Extra. O supermercado mais perto era então o D’Avó, de médio porte, também em direção a Itaquera. E a Feira do Rolo era (e assim foi até muito recentemente) uma referência quase obrigatória, que ficou assim conhecida pelos

¹ As páginas que seguem em todo este capítulo não teriam sido possíveis sem a colaboração de Stela da Silva Ferreira, responsável pela elaboração da primeira versão do cenário territorial e da cena familiar aqui apresentados.

moradores de Guaianazes porque ali era possível realizar trocas de mercadorias usadas (os famosos ‘rolos’). Funcionava em uma região onde mais tarde seria construída uma pista local de apoio à Avenida Ragueb Chohfi – via de ligação entre Guaianazes e os bairros da região sudeste da cidade – e que faz parte da pavimentação da parte superior do Jardim São Carlos, cenário do capítulo seguinte. Ali, num imenso canteiro de terra, eram expostas para venda e troca as mercadorias mais variadas: de sapatos velhos e roupas usadas a automóveis com muitos anos de uso, passando por CDs pirateados, relógios antigos, bicicletas, cães de estimação, pneus e outras peças de carro, toca-fitas, além de todo tipo de produtos eletro-eletrônicos, monitores e periféricos de computador. À maneira das feiras livres, as mercadorias – quase todas de procedência desconhecida – eram exibidas sobre pequenas bancas de madeira, sobre esteiras e tapetes velhos no chão, ou mesmo diretamente dispostas sobre o chão de terra. A feira contava com aproximadamente cinquenta pontos e a frequência no local era intensa aos domingos.

Os carros chegam à Vila Diana atravessando algumas quadras de Guaianazes que ficam à esquerda da estação de trem. Essas quadras são vilas de assentamento mais antigo, com casas grandes onde moram algumas das famílias endinheiradas de Guaianazes. Em cinco minutos de carro muda-se a paisagem. É a baixada em que, no espaço dividido com o mato, fica a Vila Diana. As primeiras construções foram feitas ao longo de um trecho da margem do rio Itaquera. A cada chuva o rio subia e as casas eram inundadas. As ruas são estreitas: em algumas delas não é possível passar de carro. Os próprios moradores trataram de aplainar as ruas com máquinas emprestadas pela então Administração Regional da Prefeitura. Valetas para o escoamento do esgoto, que corre a céu aberto, foram abertas. Tudo isso foi trabalho dos próprios moradores, que conseguiram material e maquinário emprestado com a Prefeitura e puseram a mão na massa. Em 2001 eram quatro ruas paralelas ao rio e três transversais, de terra. Há uma venda, um salão de cabeleireiro aberto em uma garagem e pequenas bombonieres. Em duas outras garagens, funcionam igrejas evangélicas. A escola mais próxima fica na divisa com Itaquera – é preciso atravessar o mato e uma ponte sobre o rio para chegar à avenida mais próxima. Para tomar o ônibus, os moradores fazem o mesmo percurso pelo mato ou caminham em direção à estação de trem. A água é conquista recente, de 1997. Não há luz elétrica, ou melhor, na maior parte dos casos, as gambiarras espalham-se pelas ruas e, em 2001, a rede pública de energia elétrica ainda estava longe de cobrir todas as casas. Coleta de lixo tampouco existe.

Aí mora Devanir com a esposa Salete, duas filhas (21 e 14 anos) e um filho de 18 anos. Ocuparam um terreno e levantaram a casa em 1996. A casa fica numa das vielas da Vila Diana. Esgoto a céu aberto, córrego ao fundo das casas e muito buraco, enfim, tudo bastante precário. A família sempre viveu em condições muito precárias, sempre às voltas com despejos em virtude de atraso no pagamento dos aluguéis. Depois de serem despejados de sua moradia anterior, ocuparam um terreno na Vila Diana e construíram a casa com a ajuda de companheiros do PT. Conhecemos Devanir em 2001. Na época, a casa ainda não estava pronta, como a maioria, aliás. Mas a de Devanir era especialmente inacabada. De bloco, apenas três cômodos: cozinha, banheiro e um quarto. A fachada dá para rua: não há muro que separe a casa da rua ou do vizinho. A janela de ferro está em geral fechada. O visitante encontra o cachorro, preso na coleira ao lado da porta de entrada lateral. Dois cômodos com pé-direito alto foram construídos numa casa planejada para se tornar um sobrado. Não foi possível à família investir no acabamento. A mobília foi perdida em uma enchente que atingiu o lugar em que moravam anteriormente. Por isso, o conforto é inexistente. No cômodo de entrada, que ocupa a função de cozinha, a mobília é reduzida: não há mesa nem cadeiras. Apenas uma pia e um fogão (este último também cumpre a função de guardar os mantimentos), um móvel que sustenta um rádio, o único eletrodoméstico moderno da família: foi comprado em 1998 e é nele que Salete ouve diariamente o programa apresentado por Devanir na Rádio Comunitária que ele comanda desde então. Para ficar no cômodo, a alternativa é sentar-se no chão, de cimento, ou na escada que leva à laje. Essa abertura para a laje está a céu aberto e, quando chove, toda a sala é inundada. Há um banheiro sem porta e sem instalação hidráulica. O outro cômodo é o quarto. Um beliche, um colchão de casal, um armário de roupas, uma televisão e uma geladeira ficam aí.

Histórias de um retirante que virou militante

A família e seus personagens

Devanir, 49 anos, é pintor, trabalha por conta própria. O último serviço que conseguiu, um mês antes da realização da entrevista, lhe rendeu R\$480,00 pagos com atraso e aos poucos. É liderança comunitária vinculada ao PT. Retirante de Pernambuco, chegou em São Paulo em 1966, aos 11 anos. Seu primeiro emprego na cidade foi como vendedor de bilhete de loteria nas ruas.

Depois, teve uma trajetória errática de muitos empregos: foi empacotador de supermercado na Vila Olímpia, ajudante em fábrica de doces na região leste, prensista numa pequena metalúrgica no Tatuapé, trabalhou na Sabesp e depois na construção civil. Quando tinha 21 anos, começou a trabalhar como ajudante na Firestone, em Santo André: era o período em que se iniciava o ciclo das grandes greves do ABC e foi este o ponto de partida para sua trajetória militante. Ficou pouco tempo nessa indústria e não se fixou na condição operária. Demitido por causa de sua participação em greves, sua trajetória subsequente é inteiramente marcada pela sua atividade militante. Sucessão de empregos e demissões ocasionadas por greves e ações militantes: ajudante na Goodyear, Sabesp, Estrada de Ferro da Central do Brasil, trabalho temporário como pintor industrial em Guarulhos, cooperativa de trabalhadores autônomos que prestava serviços para a Prefeitura de São Paulo. Em 1990, começa a trabalhar por conta própria como pintor e, daí para frente, seus ganhos são irregulares, conforme vão surgindo as oportunidades. Mas o centro de gravidade de sua vida é o trabalho militante. Participou dos movimentos de moradia na região leste e acompanhou direta ou indiretamente os agenciamentos políticos na região. Depois de uma década em que acompanhou as grandes e amplas movimentações populares, sua vida está claramente recentrada em torno (e no entorno) de seu local de moradia e da batalha condiana pela melhoria das condições de vida. Em 2001 comandava uma Rádio Comunitária, estava na liderança das reivindicações por melhorias locais e apostava nas possibilidades de uma cooperativa de trabalhadores, tudo isso permeado pelas suas relações com as lideranças e políticos locais do PT e um trânsito relativamente intenso na então Administração Regional da Prefeitura, a que ele recorria freqüentemente para o encaminhamento de suas iniciativas em Vila Diana.

Salete, 46 anos, a esposa, nasceu na cidade de São Paulo, na Lapa. Em 1955, logo depois de seu nascimento, a família muda-se para uma casa alugada em São Mateus e, dez anos depois, para Guaianazes, em busca de um aluguel mais barato. Seus irmãos moravam na região. Como ela mesmo diz, “a minha vida inteira foi em Guaianazes... aqui eu cresci, casei, tudo aqui... quando piso em Guaianazes parece que eu estou em minha casa”. Aos 14 anos, com a morte do pai, começa a trabalhar como doméstica. Era com esse emprego que, junto com a irmã, a família garantia o aluguel e a sobrevivência cotidiana. Conheceu Devanir, que então morava por perto. Depois do casamento, deixa de trabalhar para cuidar da família. Dois anos depois, nasce a primeira filha.

Elisa, 21 anos, segundo grau completo. Procura emprego sem sucesso há mais de um ano, desde que terminou o segundo grau. Gosta muito de black music, especialmente de Bob Marley, e também de samba e samba rock.

Inês, 14 anos, irmã de Elisa, estuda numa escola pública próxima à sua casa. Apesar de suas tentativas, não tem encontrado chances de trabalho. Assim como a irmã, Inês ressentida-se muito da vida em Vila Diana. A mudança cortou os laços que ambas construíram na moradia anterior, onde passaram boa parte da infância. Suas vidas parecem encerradas e encapsuladas no universo doméstico, sem amigos, sem alternativas de lazer; elas se sentem atemorizadas por histórias de violência (assaltos, tiroteios, mortes, chacinas) no bairro, envolvendo sobretudo jovens da mesma idade que elas e seu irmão, que, assim contam, estão enroscados em histórias de droga e atividades criminosas.

Valdir, 18 anos, está à espera da dispensa do serviço militar para sair em busca de emprego. Estuda a 3ª série do Ensino Médio numa escola próxima à sua casa. Fez um curso de três meses de informática no Telecentro de Guaianazes. Nunca trabalhou registrado. Na verdade, no momento da entrevista, sua trajetória ocupacional ainda não havia deslanchado. Trabalhou em pequenas empresas (numa fábrica de brinquedos e depois numa fábrica de tomadas), ficando apenas três meses em cada uma. Ambas faliram. Depois disso, tem feito “bicos”, em geral como ajudante de pedreiro. Esses serviços são feitos às vezes fora do bairro; nesses casos, é o tio ou o pai que o chamam. Mas também faz serviços ali no bairro, quando algum vizinho o chama para “levantar uma parede ou encher uma laje”. Quando trabalha ali mesmo no bairro, recebe no máximo R\$ 20,00 por dia. Gosta de rap. Suas exíguas práticas de lazer estão ligadas diretamente a isso: sai com os amigos para salões onde os grupos se apresentam, mas não vai para longe, em geral Itaquera ou mesmo próximo de sua casa. Ao que parece, esses passeios não são frequentes, pois não está trabalhando e, por conta disso, raramente tem dinheiro. O dinheiro que recebe com os “bicos” gasta com roupas (compras nas lojas do centro de Guaianazes) e com CDs, que compra invariavelmente na Feira do Rolo.

Percursos

Aos 11 anos, junto com seus irmãos (três homens, uma mulher) e mais alguns conhecidos, Devanir tomou o rumo de São Paulo – “o desejo do pessoal era ter uma nova vida e São Paulo era tido como um sonho para qualquer

nordestino”. Retirantes, eles saem do interior de Pernambuco e fazem um longo e penoso percurso. Quase sempre a pé. Cinco dias até a divisa de Paulo Afonso. Arrumavam comida conforme as circunstâncias permitiam e dormiam na estrada. De lá, pegam carona num caminhão de carga e chegam em Vitória da Conquista, divisa de Minas Gerais. Trabalham três ou quatro dias em uma fazenda, conseguem algum dinheiro para comprar mantimentos e seguem viagem pela Rio-Bahia. De novo, a pé. Sete meses depois chegam em Guarulhos, São Paulo:

... Então São Paulo era os olhos de qualquer um, era o sonho de qualquer pessoa chegar em São Paulo, trabalhar, porque o cara que vinha para São Paulo, ele chegava em São Paulo, trabalhava e chegava lá de volta todo vestido, todo arrumadinho e tal aquilo foi trazendo ilusão para as pessoas... às vezes contava até muita vantagem;

... “é São Paulo é que é terra de ganhar dinheiro e tal”, você entendeu!... E um foi trazendo o outro, e quem não tinha condição vinha era no pé mesmo, tem muita gente em São Paulo que fez essa caminhada, de pé.

Era o ano de 1966. Chegaram em Guarulhos, onde esperavam encontrar um tio que então trabalhava nas Indústrias Matarazzo. Espanto, desconcerto e desorientação marcaram os primeiros momentos da chegada em São Paulo:

A gente se espantou com a cidade. Muito prédios, eu não tinha visto nunca nenhum prédio. E os carros, muito carros. A gente se perdeu, aqui estamos perdidos, você fica meio paralisado por tudo isso que está acontecendo na tua volta. E você está aqui mas teu coração está lá, tua cabeça está lá... Chega uma hora em que você não sabe se era melhor ter ficado lá ou estar aqui. Porque o frio é muito grande. Quase peguei uma tuberculose quando chegamos aqui. Fiquei muito doente. Logo quando chegamos estava uns 7 graus, era muito frio para alguém chegando do Nordeste. Não tínhamos casaco.

Quando você chega a São Paulo do Nordeste, você sente saudade da terra, mesmo seja aquela terra cinza, seca, que não para comer ou sobreviver, tem amor pela sua terra. E aqui se sentia muito frio. Você chega em outro mundo.

Foram acolhidos pelo tio. Mas o destino era Guaianazes, onde morava um primo. Pediram informação, indicaram o ônibus que deveriam pegar, mas

“nós dissemos não, vamos a pé, viemos do Nordeste a pé, não é para tomar ônibus chegando aqui”. Na casa do primo, as condições eram mais do que precárias: um cômodo para 14 pessoas, todas dormindo no chão:

Dormíamos no chão na casa do primo. Um cômodo para 14 pessoas. Havia água de posto, muito fria. Era um cômodo para 14 pessoas, onde nos recebeu o meu primo, que era bem solidário, ao receber os retirantes. Os retirantes expulsos pela seca muito grande do Nordeste, onde não tinha mais condições de sobreviver. Chegou uma vez que encontramos um pouco de mandioca e todo mundo comendo daquela mandioca. Se não a gente não saísse de lá, ia morrer de fome, não tinha mais condições para ficar.

Em Guaianazes, Devanir e seus irmãos vão morar em um pequeno cortiço próximo à casa do primo. E esse é o ponto de partida para sua história em São Paulo. Alguns meses depois, chega a mãe, que ficara sozinha em Pernambuco. Aos poucos os irmãos foram se casando, se ajeitando nos seus empregos e foram morar em outros lugares. Ficam apenas Devanir, a mãe e a irmã. Moram nesse cortiço por sete anos. Depois, Devanir aluga uma casa em Guaianazes. Depois do casamento, em 1978, ocorre uma sucessão de alternativas sempre incertas de moradia, sempre sujeitas ao despejo por falta de pagamento de aluguel até o momento em que, com a ajuda dos “companheiros do PT”, ocupa o terreno em que a família mora atualmente. Falaremos disso mais à frente.

A experiência de retirante e as circunstâncias da chegada em São Paulo marcam profundamente a história de Devanir e o seu jeito de lidar com a cidade e seus lugares. A identidade nordestina é forte, e essa é a cunha pela qual se insere na capital. E é a referência nordestina que dá as coordenadas para o mapa simbólico da cidade:

Aqui é Nordeste, todo mundo no bairro é do Nordeste. Você vê que aqui é cultura, tudo nordestinos, os hábitos, as casas, a comida, a forma de se alimentar, de se vestir, como as pessoas curtem e se relacionam entre eles. Aqui é tudo nordestino; São Paulo já virou um pedaço do Nordeste.

Morumbi não, lá é alta burguesia, como nos Jardins. Já desde Tatuapé, Ipiranga, é tudo nordestino. E igual na zona Sul, Campo Limpo onde tem a posta de saúde, Capão Redondo, lá é tudo nordestino. Todos os distritos de aqui, Emiliano Matarazzo, Itaim

Paulista, São Miguel, Itaquera. Já de Patriarca para aqui já não é tanto nordestino. Mas quanto mais vai para o fundão, vira tudo nordestino.

É também a referência nordestina que pontua suas visões sobre a Vila Diana e as circunstâncias em que se deu a ocupação da região. Não por acaso, a Rádio Comunitária que montou em Vila Diana por volta de 1997 traz as marcas dessa identidade. Tem uma programação voltada em grande parte para um público nordestino:

Aqui são quais 600 famílias. Cada casa são duas famílias. Porque nordestino é muito solidário. Um ajuda o outro, o cara chega do Nordeste, está na rua, e a gente diz para ele “pode construir em cima da minha casa”. E assim vai levando. [...]

... temos uma linha assim, porque a gente tem pesquisa aqui na região [...] e é o seguinte: aqui é uma região de nordestinos, tem muito nordestino [...] porque paulista mesmo paulista mesmo da velha guarda quando o cara é paulista, mas tem neto misturado com nordestino já está tudo... então aqui a colônia é grande. Tem pessoas que vêm do interior, de outros estados e aqui as pessoas gostam muito de música sertaneja e forró. Então a nossa programação é voltada para isso, sertaneja e forró... nós temos uma audiência muito boa.

Para ele, a distante (para nós) Guaianazes é o começo da cidade, porta de entrada para quem chega e entra em São Paulo por aquelas bandas, como ele e seus irmãos:

Aqui é o começo da cidade, não é o fim. Pessoal diz que é o fim da cidade, respondo que não, aqui é o começo, entendeu? Quem vem de Ferraz de Vasconcelos entra por aqui na cidade. Vêm esse lugar bonito para se morar. Tem muitos programas sociais. É um bairro bom, eu gosto.

Quando chega em Guaianazes, não havia asfalto e a cobertura de água e eletricidade era precária. Era “tudo mato”, com poucas casas – “umas casinhas muito simplórias”. Depois, vai contando Devanir, surgiram os serviços, o comércio cresceu. Guaianazes tornou-se um centro importante na região. Mas a paisagem local também iria mudar muito ao longo dos anos 80 e início dos 90, com a quase onipresença dos grandes conjuntos habitacionais construídos na região no correr da década de 1980.

Trabalhando em São Paulo, descobrindo a política

O primeiro emprego de Devanir em São Paulo foi como vendedor de bilhete de loteria na rua. Acompanha os irmãos que trabalhavam em obra de construção civil em regiões próximas à Vila Olímpia e ao Itaim. Segue uma sucessão de empregos de curta duração e sem muitas promessas de progresso: empacotador em um supermercado Pão de Açúcar localizado no Jardim Europa (dois anos), ajudante em fábrica de cocada em Guaianazes (dois anos) e, quando já tinha 18 anos, ajudante e depois prensista em uma metalúrgica no Tatuapé.

Em 1978 começa a trabalhar como ajudante na Pneu Firestone, em Santo André. Era o início do ciclo das grandes greves do ABC. De acordo com o que nos conta, Devanir já tinha tomado contato com a militância política por meio da Pastoral Operária que atuava na região de Guaianazes. Mas foi em Santo André que descobriu a política e tomou gosto pela militância. O Sindicato da Borracha é sua porta de entrada para o movimento sindical e para a participação no movimento grevista que agitaria São Paulo nesses anos. Eram os tempos de formação do PT. Tempos que projetaram a liderança de Lula para além do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo. Para ele, as greves foram o grande marco em sua vida. Conhece Lula nessa época – foi uma das pessoas que mais marcaram sua vida, “dizendo para a gente que somos grandes, que podemos dividir o pouco que temos”. A outra foi Che Guevara, “médico, da classe média, que estava junto com os humildes, com o povo”:

... Foi o momento da greve, quando Lula ficou preso. Eu fazia parte da gente empurrada pela Igreja, para trabalhar na base progressista. A gente fazia greve para vale-transporte; e comecei a tomar gosto pela política, e me segue até hoje.

... A greve foi para mim muito importante. Passeata, piquete na porta da fábrica, greve, tudo isso. Já fiz tudo na minha vida. Já furei pneus de ônibus para não rodar na cidade. Já fiz um bocado de coisas. Porque se a gente não se coloca e diz estou aqui, as coisas não mudam. Eu não tenho essa visão das coisas, mas com a greve, com os fatos que começaram a acontecer na minha vida, você descobre o povo, você conquista com o povo que e a maioria, porque a maioria pode resolver todas as coisas que nós passamos ali, a saúde, a educação, o transporte. Se eu sozinho não posso, todos juntos podemos fazer as coisas. Aprendi isso na greve.

... Há duas pessoas que marcaram na minha vida, o Che Guevara, médico, da classe média, que estava junto com os humildes, com o povo. E a segunda é o Lula, dizendo para a gente que somos

grandes, que podemos dividir o pouco que temos... Eu conheci o Lula nessa época, uma pessoa muito corajosa, e inteligente, ainda o vejo nos encontros. Ter convivido com ele nessa época é uma história muito linda, cheia de amor, de solidariedade. E isso me comove, além do mais sabendo de onde ele veio, pessoal muito humilde.

... O Lula conseguiu unir os trabalhadores naquela época. Porque assim, era época de ditadura e a perseguição era muito grande, não era só de você correr o risco de estar desempregado, você corria o risco de sumir de uma hora para outra, né. Teve gente que sumiu de uma hora para outra, a gente sabe que foi a ditadura que... entendeu.

A entrada na militância e a vinculação ao PT iriam marcar sua vida futura e, de alguma forma, seu errático percurso de empregos, todos com pouca duração, marcados por atuação militante em greves ou ações de resistência seguidas por demissão. Desemprego será uma experiência recorrente na história de Devanir. Depois de quatro anos de emprego, é demitido da Firestone em meio a manifestações grevistas. Era o ano de 1982. Consegue um emprego na Goodyear, mas aí fica pouco tempo – “estava na lista negra”, diz. Mas também é ele mesmo que diz que não era muito assíduo no trabalho: ficava inquieto com as manifestações operárias da época, participava de passeatas e reuniões do sindicato – “virei militante político de corpo e alma”.

Depois da Goodyear, seus próximos empregos serão fora do ABC, mas também às margens da condição operária. Trabalha dois anos na Sabesp e é demitido depois de uma greve. Na estrada de ferro da Central do Brasil, enfrentava a prepotência do encarregado, agitava os companheiros de trabalho e terminou por ser demitido três anos depois. Por intermédio de uma agência de trabalho temporário, trabalha como pintor industrial na empresa de embalagens Toga, em Guarulhos, e é demitido por liderar uma luta em torno de problemas de segurança no trabalho. Em 1989, trabalhava numa cooperativa de trabalhadores autônomos que prestava serviço para a Prefeitura (gestão Erundina) e em particular para a Emurb. Fica apenas um ano. As razões de sua demissão não são muito claras. Devanir fala de sua revolta contra os desmandos da diretoria da cooperativa, que ganhava muito dinheiro enquanto os outros trabalhavam como escravos, com salários miseráveis. Mas é também ele que sugere que sua prioridade na época já estava em outro lugar, muito distante do investimento em uma carreira ocupacional: os movimentos populares, que, na época, pipocavam por todos os lados, eram o verdadeiro campo de

gravitação de sua vida: “onde tivesse movimento popular, se eu não estivesse não estava bem, estava na fábrica ou em qualquer lugar...”. No início da década de 1990, Devanir se lança no trabalho por conta própria como pintor. E a partir daí, sua história é marcada por dificuldades crescentes para manter as condições de vida de sua família. Foi-se o tempo em que era plausível viver de bicos, em que estes por vezes poderiam, como ele mesmo lembra ao falar desses tempos, garantir rendimentos mais generosos que os empregos regulares.

Nas trilhas dos movimentos populares: “você quer um pedaço de terra por ser brasileiro”

Morando na periferia leste da cidade, Devanir envolve-se com os movimentos populares da região. Na segunda metade dos anos 80, conjuntura de muita movimentação política, eles pipocavam por todos os lados. Reivindicações por água, luz e transportes agitavam as periferias da cidade. Desde cedo mantém vinculações com as bases progressistas da Igreja e também com o PT. Lembra dos movimentos por transportes, que começaram já em meados dos anos 80, na zona leste. Como ele diz, “a luta pelo transporte aqui é velha, desde os anos 80”. E comenta a revolta com o atraso dos trens, “as pessoas colocavam fogo nos trens...”:

A estação estava em Itaquera. A gente tem que pegar ônibus para ir pro metrô. Com esse trânsito ali são duas horas. Porque aqui no sábado, quando as pessoas vêm fazer as compras D’Avó, paralisa o trânsito aqui. A luta foi grande. A luta pelo transporte aqui é velha, desde os anos 80. Quando tinha a CMTc, a coisa era melhor, porque mandavam os ônibus nas horas de noite. Mas mesmo assim, aqui ficou tudo saturado. E o desemprego, que fazia aumentar as peruas.

... quando o trem era da CBTU, andava 2 metros e parava. Teve um dia que o pessoal queimou 6 trens aqui. Porque não andava. Você chegava e passava 4 ou 5 horas nesse trem, com aquele calor, gente sai sujo, todo mundo apertado, suado, enjoado. E o patrão não quer saber por que você chegou atrasado, o problema é seu... as pessoas colocava fogo no trem... ... a gente jogava os bancos fora. Terminou sendo um trem sem assento, com as portas abertas. Virou um trem para carregar cavalo, jumenta do Nordeste, entendeu. Não é de carregar gente, não tinha condição.

O mais importante, porém, foi o movimento de moradia. A partir da segunda metade dos anos 80, as ocupações de terra começam a se multiplicar, sempre contando com o apoio de alas progressistas das comunidades de base da Igreja Católica. A região “virou um formigueiro”, diz Devanir – “ocupação por aqui, ocupação por lá, todo dia passava um caminhão carregando novos ocupantes”... “se você andar aqui em Guaianazes, aqui a maioria é tudo ocupação”. Eram ocupações violentas, diz com ênfase, os grileiros mandavam matar e morria gente. E havia os enfrentamentos com a polícia – “chegava a polícia, com cachorro, com cavalos, era pancada mesmo”. Devanir deve ter sido daqueles militantes que estavam na linha de frente de toda e qualquer ocupação que pudesse ser organizada. Acompanhava todas as que podia. É para ele a grande referência de um movimento “combativo”, que sabe sair à luta, que enfrenta a polícia, que pressiona autoridades, que agrega e mobiliza as multidões dos “sem-teto”: “isso é uma coisa muito bonita, a mais bonita que tem. A resistência do povo. A gente fecha as ruas, se instala juntos, prontos para apanhar”.

Como Devanir diz, “você quer um pedaço de terra por ser brasileiro”. O importante, diz ele, era “fazer uma casa aqui, aqui em Guaianazes-Brasil”:

... Você quer um pedaço de terra por ser brasileiro, para mim fazer uma casa aqui, aqui em Guaianazes-Brasil. Pode levar a tropa de choque, dar uma porrada, mas não vai me tirar de aqui pacificamente, eu vou resistir, vou apanhar muito, mas não importa. A polícia mete borracha, mas nós somos cidadão. O que dói mais na vida é ver o teu filho pedir pão para comer e você não ter pão para dar para ele.

Devanir conta os episódios com uma evidente nostalgia dos tempos das grandes mobilizações. Para ele, tudo isso foi se desfazendo no correr dos anos 90. Os movimentos de moradia conseguiram conquistas importantes no governo Erundina (1988-1992), e os mutirões passaram a fazer parte da paisagem urbana das periferias da cidade. Depois, as coisas se complicaram com o governo Maluf. Muitos mutirões foram desativados, os movimentos passaram por dificuldades crescentes em suas negociações com os poderes públicos e o jogo da cooptação e corrupção começou a vigorar. Conta que as propostas de cooptação chegaram perto: “o pessoal do Maluf me propôs dinheiro, eu era conhecido por estar ajudando a luta em São Miguel, então me propunham, mas eu não quero saber disso, por uma questão de moral”. O movimento de moradia, avalia Devanir, perdeu fôlego. Teria “que ser forte igual era em 85, 87, 88”, mas não é mais. Por quê? É interessante o modo como Devanir avalia os rumos que os acontecimentos

tomaram no correr dos anos 90. As lideranças da ala esquerda da Igreja Católica foram deslocadas para outros lugares ou, também elas, pondera Devanir, já não são o que eram antes. Alguns dos movimentos de moradia se enredaram nas máquinas políticas e se deixaram levar pelos acordos partidários. No entanto, o mais importante – e mais interessante de ser notado no modo como Devanir conta as coisas – é o fato de as ocupações organizadas, os grandes movimentos de ocupação, não encontrarem mais as condições de antes. Na avaliação de Devanir, “sempre tem aquele movimento, mas aquele movimento assim de ir para a porrada mesmo, de você ir para a luta, hoje em dia isso não existe muito aqui na cidade e por falta de espaço. Você não encontra mais terrenos para se organizar, já fizemos muitas ocupações aqui na região, do pessoal se reunir uns quinze dias antes, e ficar”. Agora é tudo mais difícil. Não há mais grandes áreas a serem ocupadas. O movimento de moradia está mais organizado, mas, pondera Devanir, “tem essa coisa de CDHU”, os mutirões do CDHU e os movimentos ficam cada qual tratando de seu próprio mutirão. Mais do que conferir a verdade dos fatos na avaliação que Devanir faz dos rumos e descaminhos dos movimentos de moradia, o importante é notar o modo como ele faz a marcação da diferença dos tempos e situa o seu próprio lugar no andamento das coisas. Seja como for, o fato é que o tempo das grandes mobilizações e das grandes bandeiras de luta ficou para trás, o desemprego aumentou e a batalha pela sobrevivência ficou mais dura. E isso diz respeito aos próprios percursos da vida de Devanir e sua família no correr dos anos 90.

Ocupação: “a minha primeira casa própria foi aqui”

No correr dos anos 90, a militância de Devanir passa a se confundir com suas próprias desventuras e percursos de moradia. Desde o início de seu casamento, atraso nos alugueis é uma constante na vida de Devanir. Em 1996, a família foi despejada depois de dois anos de atraso no aluguel de um pequena casa de dois cômodos no fundo de um sobradinho em Guaianazes. Sem lugar para ir, ocupa um terreno em Vila Diana. Com a ajuda dos companheiros do partido, constrói a casa – “a minha primeira casa própria foi aqui”. Região de brejo, com poucas construções, terminou por se constituir nos anos seguintes em área de ocupação: aos poucos, outros foram chegando, “cada um dizendo... isso é meu”.

Grilagem e capangagem compõem a história do local, aliás como de outras regiões da zona leste. A violenta e truculenta desapropriação do vizinho

Jardim São Carlos em 2000 (cf. capítulo 7) dá uma medida da insegurança que define as condições dos então novos moradores de Vila Diana. E Devanir sabe das coisas. Assim, sua militância termina por se concentrar nas circunstâncias locais da moradia. De partida, iniciativas para se precaver contra uma possível ação de reintegração de posse:

A briga aqui é que as pessoas dizem que a terra é nossa e aparece um pseudo-dono. Então dizemos “vamos para o fórum para averiguar. Podemos arrumar qualquer advogado, pelo partido”. Por isso digo aos vizinhos: “se vocês pagarem alguma coisa a alguém, isso é burrice, não dêem dinheiro para ninguém”. Porque tem muita gente que se aproveita, ameaça que vão derrubar, e te levam a pagar advogado e tudo isso. Aqui ninguém paga nada para ninguém.

No momento da entrevista (2001), os acontecimentos do Jardim São Carlos ainda estavam vivos na memória. Devanir comenta:

Provocaram muita violência, a polícia chegou para arrebentar, destruíram as casas. Mas o que teve de bom foi a resistência e a solidariedade. Gente dizendo que isso é meu, isso é o meu país. Se você não resistir quando derrubam a tua casa, te jogam fora da tua casa, destroem tudo o que você conseguiu na vida. Se você pegar qualquer casa daqui, é tudo o que você tem na vida.

Além da insegurança da posse do terreno, as condições de vida são as mais precárias possíveis. Ausência de pavimentação: “aqui era tudo mato”. Falta de instalação de água: “aqui tinha apenas um caninho para toda a comunidade”. A gambiarra foi o jeito de trazer água para todos – “a gente não veio do Nordeste para morrer de sede aqui em São Paulo, que tem tanta água”:

... aqui na caixa de água, faltava água sempre, 15 dias sem nenhuma água na torneira. A gente não veio do Nordeste para morrer de sede aqui em São Paulo, que tem tanta água. Quando chove o povo quase morre de afogamento. Isso é falta de respeito. Começou então o movimento. Convocamos um cara parlamentar, um vereador sei lá de aqui. Fechamos a avenida aqui. Ali descambou. O povo se uniu, fazia 15 dias que não tomava água, que não tomava nem um banho. Pessoal fechou a rua, apedrejou o trator, ali veio a tropa de choque, deu uma paulada lascada.

Pau, bala de borracha. Começou às 2 horas da tarde, terminou às 10 da noite.

... a gente teve que arrombar a rede lá embaixo lá, pegar uma máquina de solda para a rede. A gente foi lá, fez uma gambiarra lá e veio água para todo mundo na comunidade... era difícil quando nós chegamos aqui a batalha... vai melhorando aos poucos.

A partir de 1997, a ligação de água e de luz compõe a agenda militante de Devanir: histórias de pressões sobre a Sabesp, gestões no Serviço Social para a instalação de postos de transmissão de energia elétrica:

A água graças a Deus já fizemos uma pressão sobre a Sabesp, lá na regional de Itaquera, fui lá com as pessoas, com uma comissão, e dissemos para eles que se não resolverem o problema, nós vamos blindar o cano, fechar a água, eu sei como se faz, já trabalhei na Sabesp. Me ameaçaram de cadeia: “não tem problema não; não quero ir à cadeia como ladrão de galinha, mas se a causa for justa tudo bem”. A luta pela água foi de 1997. Agora tem água para todos.

... A luz foi também uma comissão que a gente foi falar com uma pessoa legal do serviço social. Pedimos para eles instalarem apenas 4 postos e um gerador.

Um ano depois de sua chegada em Vila Diana, Devanir lança as primeiras iniciativas para a formação de uma Rádio Comunitária. Inspira-se em uma rádio comunitária de Cidade Tiradentes. Funciona de um modo muito precário, sem ajuda financeira seja do PT, seja da Prefeitura, seja de políticos locais – “tiramos tudo do bolso”... “assim é com as rádios, são todas irregulares”. Devanir insiste na vocação política da Rádio: divulgar, denunciar, discutir assuntos políticos de interesse da população local. Mas o ancoramento local é evidente. E a ênfase na identidade nordestina também:

Eu sou locutor todo dia, das 8 às 10 da manhã. Passo música nordestina, forró. E falo com a população. Eles ligam sempre: “o contrerrâneo, passa essa música para mim”.

Fazemos Rádio Comunitária para o povo daqui. Quando fazem um aniversário, ligam e pedem para passar uma música bem bonita para a gente deles. E a gente agrada a tudo o mundo... Mas as pessoas me saúdam, quando passo pela rua, as pessoas me chamam, tomamos uma cerveja, vamos discutindo. As pessoas se sentem através da rádio, participa. A rádio é um meio de comunicação para informar a gente.

Em 2001, a Rádio Comunitária era um sonho que já se tornara realidade. Empenhava-se então na formação de uma associação de moradores. Devanir não poupa críticas às Associações de Moradores “tradicionais” que atuam na região, que fazem o jogo do clientelismo e tutela política por meio dos programas de distribuição de leite e de cesta básica, e mantêm relações nem sempre claras e isentas de corrupção com máquinas políticas e vereadores da região. Gente que ganha dinheiro, enfatiza Devanir, com a “luta do povo”:

Eu quero fazer uma associação que talvez tenha tudo isso também, mas que tenha luta, porque os caras da associação aqui, o que acontece, cadastra cento e cinquenta famílias e aí entra no esquema

... aqui tem umas quatrocentas famílias, aí pega o leite do Governo, o Governo está dando, deveria até dar coisa melhor, e não uma porcaria desse leite e uma cesta básica com um feijão que passa 20 dias para cozinhar na panela, se você não tomar cuidado fica mais caro, porque você gasta um botijão de gás e o feijão fica bem escuro, aquele feijão bem velho mesmo, que já está para ser incinerado e aí eles pegam e jogam na cesta básica e dá para o povo. O que acontece com esses cidadãos que são presidentes dessas associações? Cobra cinco reais de cada pessoa. E aí você pega cento e cinquenta famílias, dá quanto? Cento e cinquenta a cinco reais cada um? Você vê como ganha dinheiro! Está vendo? Eu disse para você, se eu quisesse ganhar dinheiro eu ganhava dinheiro, então esse não é o meu problema, eu não quero ganhar dinheiro.

No correr dos anos 90, Devanir se manteve fiel a seus compromettimentos políticos “com o povo”, como ele tanto diz. Talvez isso se explique por sua origem política vinculada às comunidades de base da Igreja Católica ainda no final da década de 1970. Fala com admiração (e saudades) dos tempos da “igreja combativa” que foi desativada nos anos 90. O fato é que, na virada dos tempos, Devanir seguiu sua trajetória de liderança comunitária e comenta com um certo distanciamento crítico (talvez uma pitada de ressentimento), o percurso dos que se enredaram nas malhas da máquina partidária. Fala das “novas” lideranças que têm a “teoria”, mas não têm a prática e a experiência dos mais “antigos”. Foi assessor de um deputado do PT que, depois, na gestão Marta Suplicy, passou a ocupar um cargo importante na administração municipal. Sem poder contar com a remuneração regular que recebia como assessor, os companheiros do PT lhe garantem uma contribuição solidária: “um dá

cinquenta, outro ajuda com trezentos reais... então esse dinheirinho é sagrado, até eu arrumar um emprego e tal, mas emprego é difícil de arrumar”.

Pelo ângulo da vida privada: outras visões sobre Vila Diana

Devanir não fala praticamente nada de sua família. A ótica militante, por vezes épica, deixa inteiramente na penumbra as circunstâncias de sua vida cotidiana. Esta, a rigor, só irá aparecer na voz de sua esposa Salete, do filho Valdir e das filhas Elisa e Inês. Mas são falas muito lacunares, cheias de não-ditos, silêncios. É como se os outros personagens dessa família não encontrassem um espaço próprio para contar suas desventuras ou se sentissem pouco à vontade para falar (perante o entrevistador), o que seria o outro lado, a sombra talvez, da epopéia que o discurso de Devanir constrói.

É por meio da esposa Salete, 46 anos, que ficamos sabendo dos sobresaltos e inseguranças de seus percursos de moradia. Ela fala do marido com grande admiração, aliás, como toda a família. Símbolo disso é o rádio que reproduz o seu programa diário, único bem de valor monetário acima da renda familiar. Mas Salete conta o avesso da história de Devanir. É por ela que ficamos sabendo que a situação de moradia da família sempre foi bastante precária: sempre em cômodos apertados e com aluguéis atrasados em virtude dos ganhos parcos e do desemprego periódico do marido. É ela também que descreve as duras circunstâncias que precederam a ocupação em Vila Diana. Em 1986 mudaram-se para um condomínio de pequenos sobrados que acabara de ser construído no entorno de Guaianazes. É uma construção ao lado de um rio que sempre transborda na época das chuvas. As águas entravam por todos os lados, por isso os aluguéis eram muito baratos. Foi lá mesmo que a família de Devanir se instalou para escapar do aumento do aluguel no cômodo em que moravam na época. Todos os anos, havia o drama das enchentes. Chegaram a perder tudo o que tinham. Sem outra alternativa, lá ficaram por mais de dez anos:

Então as casas eram baratas... [...] e foi todo mundo para lá, minha irmã, minha mãe, minha tia também, a cunhada dele, o irmão também, todo mundo foi morar lá. E como a gente já estava devendo e a casa lá era bem mais melhor, eram uns sobradinhos e eu morei lá uns dez, onze anos.

Eu cansava de subir aquela escada cinquenta vezes para levar as coisas para cima para água não levar! [...] E foi indo que eu

perdi todas as coisas que eu tinha: sofá, cadeira, mesa, armário, estante, tudo. E o que acontecia, ia comprar novo para perder tudo com a enchente, que entrava água mesmo? E fica sem. Que pobre é assim, se der para a gente aproveitar, lava tudo e usa de novo... E como a gente não tinha condições de mudar, tinha que ficar lá mesmo, que a gente pagava pouquinho, era baratinho o aluguel. Não tinha outro jeito.

Depois de uma enchente mais violenta, foi pela intervenção do Serviço Social que terminaram por sair de lá e foram alojados nos fundos de um sobrado. Pouco depois, a casa é vendida: tentam permanecer lançando mão da lei do inquilinato, abrem um litígio judicial e saem depois de uma solução negociada. Os novos proprietários pagaram algo em torno de R\$100,00 para a família sair de lá. Instalam-se nos fundos de um outro sobrado. Três anos depois são despejados: muitos meses de aluguel não pago. Ficam sete meses na casa da mãe de Salete, todos dormindo no chão. Foi então que resolvem ocupar o terreno em Vila Diana. Construíram a casa com a ajuda dos “companheiros do partido”. Foi em mutirão, explica Salete: “cada um fazia um pedaço, e é por isso que as paredes ficaram todas tortas”. Mudaram-se em 1996. Em 2001, a construção ainda não estava terminada: “todos esses anos, ele [Devanir] ficou desempregado, faz um bico aqui, outro ali... está russo”. Chegaram a fazer o reboco da casa, e só isso.

Quanto à sua nova moradia, Salete não parece muito satisfeita, “mas não tem outro jeito”. Suas filhas, no entanto, parecem mais ressentidas. Mudar do condomínio onde praticamente passaram toda a infância e conheciam todos os moradores, para viver em Vila Diana, foi um acontecimento marcante na vida das meninas.

É pela voz das filhas que temos acesso ao outro lado do discurso épico e militante do pai. Elisa, sobretudo, falou muito das dificuldades de viver naquele lugar. A violência tratada por elas mistura fatos reais e muita fantasia, principalmente da parte de Inês. Ao poucos fomos percebendo as diferenças e extraindo de suas falas uma narrativa menos baseada em “fatos reais”, e mais nos sentidos da violência. O sentimento de isolamento, de vidas encerradas em um espaço que não chega, para elas, a construir um território de referência e proteção. Há, por certo, todo o drama de garotas que vêem sua teia de sociabilidade cortada com a mudança de moradia. Mas há também, ou sobretudo, os sinais de uma trama de vida que é recortada e feita de fios cortados pelo medo, pela insegurança e desconfiança que definem o modo como ambas descrevem o local.

Para as meninas, a violência não pode ser simplesmente projetada para “o lado de lá”. São fatos, são referências, são pessoas, tudo muito concreto, que vão como que pontilhando um território feito de linhas cortadas, conexões interrompidas. Faz parte das tramas da vida:

Inês: eu acho que quando eu morava lá [no condomínio] eu me sentia assim, eu já tinha um pouco de noção das coisas. Lá a gente se sentia protegida. Lá a gente conhecia todo mundo e tinha essa coisa. Quando eu mudei pra cá, eu tinha que andar de cabeça baixa em qualquer lugar que você vai... a gente só anda de cabeça baixa, fingindo que você não está vendo nada. É como se você estivesse cega, não está vendo nada. [...] Você não sabe pra que lado você vai, em quem você confia;

Elisa: nesses quatro anos aqui, para você viver aqui você não pode nem fazer amizade e nem desprezar... A gente mora aqui há quatro anos e não me acostumei até hoje. Nessa rua aqui os caras no meio do dia ficam mexendo em armas, testando armas. Eles não querem saber se você está passando e vendo. Lá onde eu morava não, até podia ter isso, mas não pra ninguém ver. Lá rolava, mas era escondido. Era uma coisa proibida e aqui não. Aqui parece que nada é proibido. Você passa e o cara está usando drogas e não está nem aí. Então você tem que passar e se fingir de cega e de muda.

[...] às vezes a gente passa e eles estão falando bem alto o assalto que eles estão combinando, como eles mataram tal pessoa. Eu chego em casa assustada e minha mãe não acredita. Eu falo pra ela que eu odeio morar aqui, porque é muito diferente do ambiente que eu vivia. Eu acho um absurdo isso tudo. Eles falam que atiraram na cabeça de não sei quem e acham isso normal. E o pior é que você ouve isto e não pode falar nada. Você não pode reclamar, porque se for reclamar, também vai...

[...] ninguém tem coragem de denunciar. Se eles descobrem, vale a sua vida. Então você não pode falar nada. Você quer gritar e não pode. É como se você fosse muda, cega, assim...

[...] À noite aqui você ouve tiros que eles soltam no ar, no rio. Eu fico pensando e falo pra minha mãe, se eles pegam uma pessoa com um bala perdida eles não ligam, não estão nem aí. Por isso a polícia aqui só aparece quando já aconteceu alguma coisa. Aí eles vêm.

[...] Teve uma vez que eu vinha à noite da escola e tinha um cadáver ali. E eu estava sozinha, bem perto da ponte. Estava escuro e eu não vi, quando virei estava lá. Nossa eu passei e comecei a chorar e depois disso meu pai ia todo dia me buscar, como ele faz com ela e às vezes vai meu irmão... Se a gente sai e

sabe que vai voltar tarde, já dorme na casa de alguma amiga, pra não ter que voltar muito tarde pra cá. A gente tem medo.

Inês: é recente isso daí. O vizinho aqui lida com esses negócios de droga, então ele foi preso. Eu não sei o que ele fez, que o vizinho cagüetou. Eu não sei qual foi o rolo, eu sei que o vizinho levou um tiro ali do lado da ponte. E depois colocaram fogo na casa dele porque ele denunciou.

O grande terror daqui é um menino de 13 anos. Ele anda com a arma e acha bonito. Ele cresce vendo isso, você está entendendo? Ele já cresce neste ambiente. Você olha as crianças daqui e fica se perguntando, que futuro estas crianças vão ter? Ficam brincando aqui neste rio. Estes dias eu estava passando na viela e as crianças estavam brincando de polícia e ladrão. Antigamente a gente brigava para ser o polícia que ia pegar o ladrão. Hoje em dia não, eles brigam para ser o ladrão. Eles acham bonito porque eles convivem desde pequenos com isto. Eles aprendem aqui a odiar a polícia. [...] eu tenho medo deste menino. Ele tem só 13 anos, mas eu tenho medo dele porque ele não tem dó, ele mata por prazer de ver cair. Ele cresceu neste ambiente.

Você tem vontade de morar fora daqui?

Claro que tenho, todo mundo quer um lugar melhor né. Às vezes minha mãe fala que hoje em dia todo lugar está assim. A gente sabe que está assim, mas tem lugar que tem menos, ou que é menos explícito... Eu vejo cada coisa que eu fico horrorizada. Eu sou louca pra sair daqui. (silêncio, olhando pra baixo)

Reais ou imaginárias, as histórias de violência pautam suas vidas cotidianas. Para Salete, elas são motivo de preocupação constante com seus filhos, ainda mais quando estudam à noite:

... eu não quero que ela fique estudando à noite que aqui é muito esquisito. A gente fica preocupado que ela estuda à noite e quando vai dar 23 horas o Devanir vai buscá-la. Que nem estes dias aí na hora que eles saíram para a escola mataram um rapaz aqui na viela de trás. E o pai ficou preocupado e foi buscá-la. Então é meio perigoso. E no ano que vem ela vai ter que estudar de tarde ou de noite. Enquanto ela não chega eu não durmo mesmo. Os três estudam à noite cada um numa escola.

... teve uma vez que ela [Elisa] vinha da escola e ela quase pisou, ali para os lados da ponte, ela quase pisou num morto. Ela chegou chorando aqui. O cara tinha acabado de morrer e estava meio escuro e ela quase pisou.

Para Valdir, o irmão de 18 anos, a violência cotidiana é cifrada pelas suas próprias formas de se relacionar com colegas e vizinhos. Diz conhecer muita gente no bairro. Joga bola com amigos nos fins de semana num campo próximo dali. O bairro tinha um time um tempo atrás, mas, por conta de confusões, ele se desfez: o técnico proibiu um rapaz de jogar ao saber que ele fumava maconha; foi ameaçado de morte e teve que fugir. Todos sabem das coisas que acontecem, diz ele, mas é preciso ficar quieto “porque se não é pior pra você, se você meter a boca você vai”. Perguntamos se há muitos jovens ali na Vila Diana. Valdir responde que sim, mas ele logo completa:

às vezes não fica muito pelas ruas assim porque... ultimamente, não sei se vocês sabem, mas ultimamente por aqui tá... o negócio por aqui tá meio ruim né, a violência...

Todos sabem das coisas que acontecem, mas como ele mesmo diz, é preciso ficar quieto “porque senão é pior pra você, se você meter a boca você vai”. Ao que parece, Vila Diana sofreu brigas de traficantes e chacinas recentes. De uma forma enviesada, aliás, como é comum entre os moradores, o próprio Devanir conta algo a respeito. Ao contrário de sua esposa e filhos, sua primeira reação, ao comentar a violência na região, é relativizar o problema, dizer que é coisa de gente de fora e não do local, e que “nunca teve problemas com isso”. Mas logo na sequência diz:

... Aqui tem de tudo, violência, tráfico de drogas. O assunto é não entrar em contato com eles: a gente se saúda na rua, se respeita.

... Lá em cima, tem os grupos, pessoal que não é de aqui, que vem de fora. Digo para eles rapaz, não fique assim, “rapaz, vai cuidar da sua vida, volte para casa”.

... Aqui tem algumas casas que são perigosas. O vizinho que já matou 16. Ele passa aqui, saúda, eu saúdo, mas não pergunto para ele o que ele faz, nem ele pergunta para mim o que faço, me respeita. Agora tem as trilhas dele.

Seja como for, para as duas meninas a referência à violência de todos os dias parece compor um cenário fechado, encapsulado em si mesmo, quase claustrofóbico, sem aberturas para outros horizontes. Elas sofrem com a ruptura com as redes de sociabilidade provocada pela mudança da moradia anterior. E

falam do desespero de ficar em casa sem ter o que fazer – sem alternativas de lazer, as horas não passam. Nem as tarefas domésticas parecem dar conta de ocupar seu tempo. E quanto às alternativas de emprego, os horizontes lhes parecem igualmente fechados. Como diz Elisa, “acho que eu vou ter que mudar de Estado, porque São Paulo inteira tem o meu currículo”.

Falar de emprego, para ambas, é falar de uma série cerrada de obstáculos que lhes parecem intransponíveis. Há a concorrência e muita exigência de qualificação: “mas como você vai ter qualificação sem trabalhar?” O lugar em que moram é estigmatizado e fator de recusa no momento da contratação: “se você vai procurar emprego na cidade e fala que mora aqui, com certeza, você não vai conseguir este emprego, você tem que falar que mora do Tatuapé pra lá”. A distância é também problema, pois as empresas dão preferência a quem mora perto: “a gente tem que falar que é perto do metrô Itaquera, eles olham o currículo, olham o endereço e aí eles dão preferência pra quem mora mais perto”. Enfim, a própria condição de pobreza vira fator de estigmatização, pois perdem para um candidato de classe média, com mais estudo e melhor aparência:

Inês: eu acho que tem isso, se uma pessoa de periferia vai procurar emprego e tem uma pessoa de classe média, você acha que eles vão ficar com quem? Com a de classe média que tem mais estudo, eles contam muito com a aparência... tem isso também. Os caras falam, volta amanhã e nunca mais liga.

Elisa: uma vez eu consegui uma entrevista, só que a mulher falou que tinha que ir de traje social e eu não tinha roupa social para ir.

Para Valdir, os horizontes não parecem ser tão fechados, apesar de as condições serem igualmente hostis. Talvez o fato de ser homem facilite mais as coisas. A começar por um campo de sociabilidade maior do que o de suas irmãs. Sua experiência de emprego é pequena e está longe de ser promissora. Valdir já trabalhou em duas pequenas fábricas próximas dali, três meses em cada uma. Ambas não existem mais, faliram. Depois disso só fez bicos como ajudante de pedreiro. Já trabalhou também com o pai: pintaram uma escola no centro de Guaianazes. Em 2001, estava à espera da dispensa do serviço militar para voltar a procurar emprego. Diz que tem vontade de fazer o curso de Web Designer, pois é uma área que tem muito espaço para trabalho atualmente. Reconhece, no entanto, a dificuldade de fazer o curso: muito caro. No início de 2001, fez um curso de informática no Telecentro de Guaianazes, pelo qual pagava R\$15,00 por mês.

No rastro do pai, Valdir parece ter bastante contato com a política: frequenta reuniões do PT no Telecentro (perto da Regional de Guaianazes), ou no Diretório do Partido. Chegou a ir à festa de aniversário do Partido no Ibirapuera e participou da “Marcha dos Cem Mil” que seguiu para Brasília, em 1999. Conta que, para essa marcha, saíram uns dois ou três ônibus de Guaianazes.

Valdir curte rap desde os doze anos: é a “minha religião”, diz ele. No início, “ouvia só por ouvir”, até perceber que a música tinha a ver com ele, “com o seu dia-a-dia”, “com o cotidiano da periferia”. Para ele não faz diferença se o grupo Racionais MCs, por exemplo, é da zona sul, pois “periferia é periferia em qualquer lugar, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, qualquer lugar...”. O rapaz associa o seu gosto pelo rap e o recente interesse pela política. “As duas coisas se complementam”, afirma. “Tem tudo a ver a ideologia do rap com a do PT”; são ambos movidos, segundo ele, “pelo ideário da igualdade”. Valdir nos faz pensar nas linhas de força que atravessam o cotidiano popular, outras trilhas ou veredas por onde conseguem escapar desse encapsulamento no presente imediato que parece reger, como no caso de suas irmãs, a vida de muitos jovens das periferias da cidade.

CAPÍTULO VII

Territórios em disputa:
a produção do espaço em ato









Capítulo 7

Territórios em disputa: a produção do espaço em ato

Eliane Alves
Vera da Silva Telles

Conflito de terra, atores em disputa

O JARDIM SÃO Carlos é um bairro do Distrito de Guaianazes. Estende-se às margens da avenida que faz ligação com Cidade Tiradentes. É uma região de ocupação. Basta andar pela avenida para perceber: estão ali os traçados de espaços vazios deixados pela expansão da mancha urbana, grandemente impulsionada pelos imensos conjuntos habitacionais construídos ao longo da década de 1980. Foram nesses anos que surgiram os primeiros moradores. Instalaram-se nas imediações de uma pedreira que havia sido desativada alguns anos antes. No começo, não mais que três ou quatro casas. Outros vieram no correr dos anos, aos poucos. No final da década, as ocupações se aceleraram e muita gente chegou seguindo o vento dos rumores – “estão invadindo por lá”. As ocupações se alimentavam dos ares dos tempos: muita mobilização de movimentos populares e várias ocupações organizadas que aconteciam na época. Como diz um morador, “era ocupação por tudo quanto é lado”. Eram os anos da gestão Erundina (PT) no governo munici-

pal de São Paulo (1989-1992). A maioria dos atuais moradores chegou nesse período, quer dizer, foram chegando, cada qual com sua história e seu percurso em busca de um lugar para constituir casa e família na cidade. Nada indica que essas ocupações tenham sido fruto de um movimento organizado. Ao final da década de 1990, o bairro estava formado, a ocupação parecia estar consolidada. Os números são incertos, mas é algo em torno de 2 mil famílias. É uma combinação ou superposição de várias irregularidades: loteamentos irregulares, grilagem de terras ou simplesmente ocupação de terrenos vazios. Tudo muito precário: pavimentação e drenagem cobrem menos da metade do bairro e a iluminação elétrica não chega a todas as casas. As ruas íngremes e sem asfalto tornam difícil o acesso de automóveis, especialmente em dias de chuva.

A ocupação parecia consolidada, mas só parecia, não estava. Em maio de 2000, os moradores sofreram um violento processo de reintegração de posse. A imprensa estava presente e os acontecimentos foram divulgados no horário nobre das principais emissoras de TV.

A Folha de S. Paulo, edição de sábado, 20 de maio de 2000, deu a notícia:

Conflito em desocupação deixa 4 feridos

Pelo menos 2.000 moradores do Jardim São Carlos, na região de Guaianazes (zona leste de São Paulo), entraram em confronto ontem, durante três horas e meia, com cerca de 200 PMs. Eram os mesmos soldados e comandantes que agiram anteontem no conflito na avenida Paulista. Pelo menos quatro pessoas ficaram feridas, sendo três policiais e um civil. Um policial, identificado apenas como Gladyson, teria tido um dos tímpanos perfurado por causa de uma bomba caseira, segundo a PM. Pelo menos duas mulheres foram hospitalizadas em estado de choque. O 2º e o 3º Batalhões de Choque, o Regimento da Cavalaria e o 28º BPM (Batalhão de Polícia Militar) usaram bombas de gás, balas de borracha, espadas e cães.

Os moradores montaram barricadas e queimaram mais de 2.000 pneus. Os adolescentes do bairro montaram grupos de ação e passaram a atirar pedras, pedaços de pau e rojões contra os policiais. A polícia cumpria uma ordem de reintegração de posse e conseguiu retirar as mudanças de várias famílias. Os móveis foram para um depósito da Justiça e muitos moradores do local ficaram desabrigados ontem.

O motivo

O motivo do confronto foi um mandado da Justiça, para a reintegração de um número não identificado de casas do bairro, pedido por um suposto possessor. As famílias mostravam escrituras e recibos de pagamentos de seus lotes, mas foram ignoradas pela polícia e pelos oficiais de Justiça. Uma casa chegou a ser derrubada ontem e 40 foram marcadas com um “X” em vermelho para serem demolidas hoje. O advogado Dorival Antônio Biella, que afirma representar duas empresas e ser dono de uma imobiliária, é apontado como “grileiro” pelos deputados estaduais Jamil Murad (PC do B), Paulo Teixeira (PT) e a vereadora Ana Martins (PC do B), que pretendem acionar o Ministério Público para tentar um processo contra o suposto grileiro.

O advogado foi escoltado por 40 policiais da tropa de choque e se recusou a falar com jornalistas e deputados. Pouco antes do final da operação, ele disse que as terras lhe pertencem e que “a Justiça foi feita”. O bairro surgiu há quase 30 anos, de um loteamento clandestino. Hoje a área tem cerca de 2.000 casas e 600 estariam na área do suposto possessor. Para garantir a posse, cinco oficiais de Justiça, o advogado e dois assessores apontavam as casas que deveriam ser esvaziadas. Antes do confronto, a União dos Moradores do Jardim São Carlos entrou com um agravo de instrumento, para tentar suspender a liminar. O TJ (Tribunal de Justiça) não aceitou o pedido.

(Reportagem Local, Soraya Agegé e Chico de Góis)

Isso aconteceu numa sexta-feira. Os moradores foram obrigados a abandonar suas casas e toda a área foi cercada; ninguém entrava, ninguém saía. No sábado, logo nas primeiras horas do dia, as casas começaram a ser derrubadas. No domingo de manhã, por volta das 9 horas, chegou a ordem judicial de suspensão da liminar de reintegração de posse. A irregularidade dos procedimentos foi comprovada e não havia documentação que provasse a titulação de propriedade. Semanas depois, os moradores receberam a permissão judicial para voltar ao local. Mas aí o estrago já estava feito: muitas casas destruídas, algumas totalmente destruídas, outras pela metade.¹

Naqueles dias, diz Silmara:

a situação era pior que um campo de guerra: policial com cachorro jogando bomba nas mulher com criança dentro de casa; se

¹ Os números são imprecisos. A imprensa noticia 40 casas derrubadas, enquanto os moradores falam em mais de cem dentre as que foram derrubadas e aquelas de que eles foram expulsos.

... você tivesse aqui no dia você ia ver o terror que foi isso aqui, isso aqui foi pior do que uma guerra. Tinha caminhão do exército, tinha caminhão de choque, tinha... olha, tudo que você imagina de polícia tinha aqui dentro, aqueles policial com moto, com cachorro, cada cachorrão...

Juraci: “às sete horas da manhã nós vimos que não parecia uma reintegração de posse, parecia uma guerra”. O desconcerto perante o aparato policial-militar era tão grande que, para Juraci, parecia mesmo guerra e parecia mesmo que era o exército entrando em campo – campo de guerra:

... Parecia uma guerra. Não precisava trazer tanta arma de fogo. Vieram carro de força que vai para a guerra, o exército.

Eu fui buscar pão e quando voltei estava chegando o caminhão do exército. Não foi o Batalhão da Tropa de Choque, foi o caminhão verde do exército mesmo rodando aqui dentro, estava também outra turma de moto.

Aí chegou no sábado eles foram embora mas não foram todos. Ficou um batalhão num canto e um monte de caminhão, camburão aí na frente com carro de reforço com metralhadora na mão para não deixar ninguém entrar. Só ficaram os que estavam dentro. [...]

Esse aparato todo dava cobertura ao suposto advogado suposto representante do suposto proprietário. Ele circulava por entre as casas assinalando quais deveriam ser demolidas e quais deveriam ser preservadas:

Silmara: ele [Biella] vinha e os demolidores junto com ele, com as máquinas, com tudo. Ele vinha e falava ‘esse lote é meu, esse é meu, esse pula, esse pula’ [...] aí o resto ele demolia ...

... Ele mostrava com o dedo e o rapaz com a latinha de tinta pintando onde que era para demolir.

Quem ainda não tinha tirado seus móveis de dentro das casas teve que tirá-los às pressas: o “X” marcado na parede da frente de cada residência dava a sentença inelutável; era questão de poucas horas para a demolição. Se não tirassem, as casas seriam (e foram) derrubadas com móveis e tudo dentro. A *Folha de S. Paulo* fala que os moradores “entraram em confronto durante três horas e meia, com cerca de 200 PMs” e que “montaram barricadas e queimaram mais de 2.000 pneus” (cf. acima). As “barricadas” foram um amontoado

de pneus velhos nas ruas principais. É verdade, eles queimaram os pneus, isso os moradores confirmam. Arlindo: “corremos a quinta-feira todinha catando pneu em todo lugar e fechamos 6 km da frente e 6 km atrás e mais outros” ... “quando a (imprensa) chegou à meia-noite, nós já estávamos lá embaixo com os pneus pra botar fogo... a única solução que pode chamar a atenção da mídia é pondo fogo em pneu. Tem pessoas que são contra, mas como chamar atenção do povo sem ser atacando fogo?”. Bem, o “confronto” foi a aglomeração de um tanto de moradores na tentativa de impedir a derrubada das casas. Faziam “vigília” desde a madrugada. Dizer que foram dispersados é pouco. Jair: “eles jogaram bomba e diziam que só tinha bandido aqui”. Silmara: “eles vinham jogando bomba em mulher com criança dentro de casa... a polícia dava tiro, veio a cavalaria e saiu atropelando, batendo em senhoras e crianças”. João: “a cavalaria corria atrás de pais de família até o outro lado da avenida, procurando para bater. Fizeram uma desgraça aqui”.

Alguns moradores não esperaram o fim da história e foram embora procurar outras paragens para instalar suas famílias. Quanto aos que ficaram, alguns se ajeitaram como puderam em casas de conhecidos e parentes nas redondezas. A maioria foi alojada em um acampamento improvisado às pressas nas margens da avenida principal. Eram barracas construídas com lona e plástico. Quando retornaram ao local, não havia garantia nenhuma e tampouco receberam recursos para a reconstrução de suas casas: material de construção, remoção dos entulhos, tudo ficou por conta deles próprios. A única coisa que receberam foram doações de cobertores e mantimentos, enquanto estavam no acampamento. As doações vinham sabe lá donde; certamente de gente que se comoveu com o noticiário da imprensa, mas também aí era tudo muito confuso e tudo muito incerto: algumas famílias recebiam sua cota, outras não, e até hoje pairam dúvidas e muitas suspeitas sobre a atuação das “entidades sociais” responsáveis pela intermediação e distribuição das doações. Ao que parece, parte dessas doações de fato “sumiu” e foi parar em algum outro lugar. Humilhação e desconcerto acompanharam a experiência do alojamento. Veremos isso mais à frente, quando forem reconstituídos os percursos de alguns dos personagens dessa história. Microcena do que é a experiência de desapossamento de tudo o que constrói uma forma de vida e que os coloca na situação de dependência da aleatoriedade das doações e ajuda de uns e outros, mas também na espera por decisões que passam por meandros, para eles, pouco lisíveis e muito menos acessíveis.

Semanas após a reintegração de posse, em junho de 2000, a área foi decretada de interesse social. Tecnicamente, isso significa que a Prefeitura decla-

ra seu interesse em adquirir a área e, com isso, possíveis litígios são suspensos pelo prazo de dois anos.² Um ano depois, tudo continuava muito incerto; não havia nenhuma garantia de permanência no local e imperava o medo de um nova liminar de reintegração de posse. Foi nesse momento, em 2001, que chegamos pela primeira vez ao Jardim São Carlos. As marcas do conflito ainda eram visíveis no entulho amontado nas ruas, nos restos das casas derrubadas e nas paredes sem reboco das casas que estavam sendo refeitas pelos que retornaram. A iluminação elétrica que foi cortada na época da desapropriação foi improvisada pelos moradores e as gambiarras estavam por todos os lados.

Averiguar antecedentes, fatos e circunstâncias que desaguarão no conflito exigiria uma pesquisa documental de fôlego para deslindar as várias camadas superpostas de irregularidades e grilagem de terras que, aliás, caracterizam toda essa região da cidade (não só). Mas não era esse o nosso objetivo. O que pudemos saber vem do que os nossos entrevistados contaram (14 entrevistas em 2001) e das conversas que tivemos com outros moradores no período em que a pesquisa foi feita. E é tudo muito confuso no modo como uns e outros contam os episódios. Nem poderia ser diferente, pois suas histórias são travejadas por uma nebulosa de práticas e circunstâncias muito pouco lisíveis. Pouco lisíveis, mas evidentes nos fatos que marcaram a vida desses moradores nos últimos anos. A começar pela presença do tal Dorival Biella, que entrou em cena já nos primeiros anos da década de 1990. Alguns falam que foi no ano de 1991; outros dizem que foi em 1994. Seja como for, parece certo que foi aí que os problemas começaram. Diz Silmara, uma das primeiras moradoras do bairro, que até então nunca teria aparecido ninguém reivindicando a propriedade da área. Dorival Biella apresentava-se então como advogado: dizia ser representante legal dos donos da área, exigia o pagamento dos terrenos e ameaçava demolir as casas dos moradores que se recusassem a pagar. Era um jogo pesado. Por vezes, a ameaça ia às vias de fato:

Arlindo:... acho que já tinha umas trezentas pessoas, ele passava cerca assim na porta da gente, metia cerca! Ele já vinha com a cerca! Cercou tudo as casa aqui ó, cercou tudo! Ele vinha aqui,

² Esse é o primeiro passo para a desapropriação. Conforme nos foi esclarecido por uma técnica do Departamento de Desapropriação, DESAP, da Prefeitura Municipal de São Paulo, nos últimos tempos só esse decreto não tem sido eficiente para barrar os litígios. Depende muito da vontade dos juízes envolvidos um processo de reintegração de posse: eles podem respeitar ou não esse decreto e esse limite.

inclusive tem pessoas que ele derrubou a casa aqui, ele que derrubou!

Em 94 o Biella vinha e trazia 5, 6 jagunço dele, chegavam nas paredes e derrubavam com socador. “Eu sou autoridade, eu sou juiz, sou tudo aqui”. Ele falava. Derrubou a casa do senhor Liette. O senhor Liette tem um processo desde 94. Ele punha o jagunço e derrubava... Sem papel nem nada. Ele contratava uma máquina particular, vinha aqui e derrubava! Só que ele derrubava hoje, amanhã quando ele chegava o pessoal já tava morando no cômodo dentro (risos)

A ameaça surtiu efeito. Os moradores, ao menos alguns deles, até que se prontificavam a pagar pelos terrenos. Mas pediam os documentos, que nunca foram apresentados. Diziam que estavam prontos para negociar os pagamentos. Mas não havia o que negociar:

Silmara: Aí foi passando o tempo, a gente foi ficando, aí ele viu que os pessoal começou a invadir, começou a demolir, aí os pessoal falou assim “então já que você é dono, você apresenta os documentos e a gente negocia, já que tá tudo invadido de mato, de bicho, de tudo, então a gente faz o negócio com você, que gente não quer nada de graça”. Ele falou assim “tudo bem, só que documento eu não posso dar”... então como que ele era dono da terra e ele não podia dar documento?

Alguns ficaram temerosos e começam a pagar. Outros desconfiaram e não pagaram nada: o “advogado” não apresentava documento algum e não havia nenhuma garantia de que, ao pagar, os moradores teriam a titulação dos terrenos. A situação provocava atritos e divisões entre os próprios moradores. Mais do que divisões, também a desconfiança de uns em relação a outros. Alguns achavam que, ao pagar pelos terrenos, seria possível uma solução legal para o problema. Outros, desconfiados e descrentes nas mediações formais, insistiam na sua recusa a qualquer forma de pagamento e, com isso, eram vistos pelos outros como responsáveis por uma ameaça que pairava sobre todos. E Biella tratava de acirrar ainda mais a confusão, negociando isoladamente com uns e outros. Na verdade, não havia mesmo nenhuma mediação legal em toda essa história, nenhuma instância pública que pudesse oferecer parâmetros e alguma inteligibilidade para o que estava acontecendo. As coisas se confundiam em uma nebulosa de práticas, iniciativas e opiniões desencontradas, que apenas tornavam indiscerníveis as fronteiras entre o lícito e o ilícito,

o legal e o ilegal, o direito e o arbítrio. E tudo concorria para embaralhar as fronteiras. A começar pela própria figura de Dorival Biella, que não poucas vezes circulava pelo bairro em viaturas da Polícia Militar. Mas também os advogados, vários, que apareceram em cena: ofereciam seus “serviços” aos moradores, davam “garantias” de solução para o caso e alguns falavam de relações privilegiadas com juízes e promotores. Um deles era um deputado eleito nas eleições anteriores. Outros apareceram pela intermediação de vereadores e deputados com atuação na região. E todos (ou quase todos) prometiam tudo e não faziam nada, mas orientavam os moradores a pagar pelos terrenos; diziam que assim a negociação posterior seria possível e que as casas não seriam destruídas no caso de uma liminar de reintegração de posse. E aqueles que pagavam logo descobriam que era tudo uma grande farsa.

Jair: Aí quem comprou, comprou. Quem não comprou desconfiou: tem que ir no cartório para ver se é legal. Quando foi no Cartório de Imóveis falaram: “Esse papel, essa assinatura não vale nada, é como se fosse papel higiênico”. Aí pararam de pagar. Foi quando ele se revoltou e mandou derrubar.

Ao que parece, antes de 2000, por três vezes a liminar de reintegração de posse foi dada e depois suspensa. Não fica claro pelo relato dos moradores até que ponto as limitares existiram, se foi tudo farsa alardeada como fato ou, então, ameaça do que poderia acontecer. A primeira teria acontecido em 1994. A ameaça existia, os moradores contrataram um dos primeiros advogados do caso, um vereador do PSDB, que, assim contam alguns, teria sido o responsável pelo arquivamento do processo. No entanto, pouco tempo depois, “viram ele tomando café com Dorival Biella, aí o pessoal não quis mais ele” (Silmara). Procuraram outro e depois mais outro, vários que se sucederam conforme as desconfianças ou decepções aconteciam em cada caso. A mediação era sempre um vereador ou deputado com presença na região. Chegaram até mesmo a recorrer à imprensa. Conta um dos moradores que eles foram à TV Record, onde também receberam a indicação de mais um advogado. Mas as decepções se repetiam: cobrança indevida, defesa ou omissão de defesa perante as instâncias judiciais, promessas não cumpridas, além de suspeitas de corrupção e envolvimento com os grileiros:

Silmara: ... a gente pegamos e ficamos nessa: corria atrás de um advogado que passava pro lado do Biella, o outro vinha, pegava

dinheiro e fazia a mesma coisa, ou então saía fora, falava que o processo tava em andamento e não tinha andamento nenhum. Quando eu ou qualquer outro morador ia no Fórum “a gente quer ver o processo número tal”, chegava lá, que o escrivão mostrava, “não tem defesa nenhuma de vocês. Já teve quatro audiências e não teve defesa, não teve ninguém que comparecesse” por quê?...e a gente ia novamente atrás de advogado.

Jair: Aí arrumaram advogado e todo mês era um salário mínimo que eu dava pra ele. Largava as coisas que tinha que fazer aqui e o pouco que eu ganhava pagava o advogado, e o advogado enrolando [...] ele foi roubando, enrolando aí paramos de dar um salário mínimo cada um. Veio outro advogado, a mesma coisa direto: só levando, levando e ameaçando. Dizia que a polícia vinha tirar e derrubar...

A segunda liminar teria sido dada em 1996 e, por alguma razão, se é que havia alguma, quer dizer, se é que a liminar de fato existiu, não foi efetivada. Os moradores contavam então com um advogado, que chegou ao bairro por intermédio de lideranças locais. Era ligado a um deputado conhecido na região. Mas ambos, deputado e advogado, terminaram por alimentar discordâncias entre os moradores quanto às propostas que faziam para o encaminhamento do processo. Propunham negociar diretamente com Biella, fazendo-os crer que logo o processo chegaria a um termo. Em 1998, outra liminar. Desta vez, segundo avaliam alguns dos moradores, a cobertura da imprensa televisiva foi importante. O assunto ficou exposto demais e isso fez Biella recuar. Recuar não, corrige Silmara, foi o juiz que recusou. Mas as ameaças e pressões continuaram. E o mesmo jogo do paga-não-paga continuou. Alguns continuaram pagando até o último momento. Ainda acreditavam que os “recibos” de pagamento poderiam lhes valer alguma coisa, no mínimo poderiam lhes preservar as casas caso a reintegração de posse fosse realizada. Não valeu nada, não garantiu nada: Biella não respeitou acordo nenhum, até porque não havia acordo nenhum. Era apenas e tão-somente uma relação de força, bruta e direta.

Os moradores não ficaram parados nesses anos todos. João, liderança local, militante conhecido e reconhecido nos movimentos de moradia da zona leste, tratava de garantir contatos com jornalistas e mantinha a mídia informada dos acontecimentos. Vereadores e deputados do Partido dos Trabalhadores estiveram presentes. Os moradores faziam reuniões periódicas e formaram comissões para acompanhar o andamento dos processos na Prefeitura, no Fórum de Itaquera, Cartório de Registros Imobiliários. Nos meses anteriores ao 20

de maio de 2000, já havia informações de que, desta vez, a reintegração de posse seria para valer. Nas vésperas ainda tentaram impedir o pior.

Juraci:... eu fui na quinta-feira até o Fórum junto com a comunidade. Nós entramos no Tribunal de Alçada para tentar convencer o governador impedir que o Batalhão de Choque viesse na sexta-feira. Eles já sabiam que vinha mas estavam enrolando dizendo que não vinha. Nós falamos que tinha muitas crianças e que podia acontecer muitas coisas, que nós queríamos negociar o terreno para pagar mas o dono não estava querendo fazer esse acordo, se dava para entrar num acordo para impedir ou dar um tempo para ver se podia fazer alguma coisa. Eles enrolaram nós o dia todo.

Quando foi mais ou menos 6 da tarde eles desceram e falaram que não tinha chance, que eles viriam e não tinha condições de impedir porque já tinham mandado o patrão, não lembro para onde.

Foi desespero total. Muita gente chorando. Quando cheguei em casa não consegui dormir. Aqui tinham 3 casas e eu sabia que ia cair. Teve muita gente que não acreditava... Pensei que não viessem. Pela manhã às 2 horas da madrugada reuniu todo mundo para fazer um protesto, para impedir que eles entrassem colocamos muitos pneus na rua. Todo mundo concordou com o protesto. ... fechamos a avenida para impedir que eles entrassem.

Quando foi por volta de 3 horas da manhã os meninos ligaram para a Globo e eles perguntaram o que estava acontecendo. Foi passado o que estava acontecendo e eles vieram acompanhar a história.

Às 7 horas da manhã nós vimos que não parecia uma reintegração de posse. Parecia uma guerra...

O pior aconteceu. O critério para a seleção das casas que seriam derrubadas e das que permaneceriam de pé é um mistério que até hoje inquieta os moradores. Mesmo os que aceitaram a “negociação” com Dorival Biella e já estavam pagando pelo terreno, também eles tiveram que abandonar suas casas: “mesmo quem tinha pago, ele ia demolir do mesmo jeito”. Tudo parecia muito aleatório, melhor dizendo: tudo parecia, e era, fruto da escolha arbitrária do dito “advogado”.

Tudo, enfim, nessa história, é mesmo muitíssimo nebuloso. Mas é dessa nebulosa que a trama dos fatos é feita. É verdade que os moradores não conhecem (e nós tampouco) os meandros pelos quais são urdidos os fatos nessa

indiferenciação entre o lícito e o ilícito de que é feita a chamada “cidade ilegal”. Mas eles sabem muito bem do que se trata:

Arlindo, 46 anos, morador do Jardim São Carlos desde 1983, larga experiência na viração do mercado informal:

nós desconfiamos que existe alguém mais forte atrás dele (Biella), pra acionar tudo isso, e fazer a reintegração de posse... Então naturalmente desconfia até que é uma multinacional, porque aqui tem Carrefour saindo aqui em Guaianazes, shopping, muitas coisas tá saindo. ... inclusive o Extra, agora tá ali... e tem um projeto, vão botar um viaduto aqui em cima e vai sair na (via) Dutra... Então naturalmente, quanto que não vai valer essa área aqui? Então naturalmente tinha alguém mais forte atrás dele.

Silmara, 43 anos, costureira, mulher de Arlindo:

Ele subornava... As polícias, acho que era tudo amigo dele. Porque no Fórum de Itaquera, acho que São Miguel ou é Penha, não sei, era tudo assim com ele [faz gesto indicando conchavo]. Todo lugar que a gente corria, quando falava dele... pra gente nada. E quando a gente arranjava um advogado, o advogado passava pro lado dele, que ele subornava... a gente tava num mato sem cachorro. ... Tinha até uma juíza que era parente dele, que foi passada pro Fórum, eu não lembro o nome dela, era so-brinha dele. Os filhos dele, um é oficial de justiça, o outro é segurança, então... ele tava seguro na maracutaia dele.

Juraci, 37 anos, desde 1994 no Jardim São Carlos, zelador de prédios por 14 anos, desempregado há quatro:

... Vieram carro de força que vai para a guerra, o exército. Um absurdo. Por isso eu ainda acho que tem alguém por trás disso porque um homem, um advogado que ele diz ser, não tem essa força toda de trazer esse absurdo para cá. Eu acho que tem alguém mais forte... Tem alguém grande por trás disso porque se a justiça dá para o dono e se for uma área irregular, esse dono estaria na cadeia preso. Mas o homem não foi preso. Ele está correndo atrás disso aí outra vez. Então não está sozinho. Tem alguém muito forte nisso aí. Quem? Ainda não sabemos.

Jair, 33 anos, desde 1992 no Jardim São Carlos, condutor de máquinas de terraplanagem:

a gente ia para a delegacia mas o delegado dava total apoio a ele que chegava, pegava uma viatura na rua e vinha aqui, andava para cima e para baixo, fazia o que queria com a turma e ia embora com os policiais... E esse negócio de Tropa de Choque, caminhão e a juíza ser parente dele?... Na hora que o promotor falou, ele disse que o governo tinha como interferir essa derrubada. Foi tudo ilegal. O terreno não era dele e ele reclama até hoje. E não é dele. O governo tinha como impedir. A Tropa de Choque só vem quando o governo dá a ordem. O juiz e o governo. Já vem com um ofício. O governo autoriza também. [o governador] Mário Covas tirou o corpo fora.

João, 39 anos, desde 1994 no Jardim São Carlos, pedreiro, militante do movimento de moradia da zona leste, sempre presente nos litígios de terra na região:

Olha, funciona assim, você hoje tem um terreno que é um desmanche de carro, terreno para desova humana que era o caso do Jardim São Carlos, terreno que ninguém dava um centavo por ele. Então o que o grileiro da zona leste faz, ele deixa que as pessoas ocupem essas áreas vazias então... Porque se for vender nas condições que se encontram ele não vai achar um terço do valor da terra porque é uma área que ninguém quer nem de graça, mas aí as famílias carentes que não têm onde morar vêm e começa a limpar, a cuidar e tal ... É quando uma área que não vale nada torna-se um bairro mais ou menos bom, é quando surge o suposto dono dessa área. Valorizou para ele a área.

... É quando o grileiro entra e fala: agora eu quero a reintegração de posse. Mas eu tenho quase que certeza também que chega no juiz e dá 500 mil reais, 600 mil reais e fala: “está aqui, toma 600 mil e me reintegra aquela área... Quando eles [os moradores] pensam que não, tão recebendo uma citação para estar desocupando em tantos dias e acabou, e tira como se fossem cães...

Hoje nós temos aqui só na zona leste mais de 80 mil famílias que vão ser jogadas na rua. ... Só aqui nós temos São Mateus, Sapopemba, Barro Branco, Eutelvina, Jardim Aurora, eu sei que é um número de pessoas tão grande que elegem um presidente da República hoje.

Outro dia no Jardim Pernambuco o comando da PM invadiu quinta-feira passada lá, deu para mais de mil tiros de fuzil. Tem mulher lá com o fogão, a bala entra na parede, sai, arregaçou o fogão quase matou todo mundo dentro de casa e ninguém toma nenhuma atitude. No Jardim Santo André onde eu estou agora que tem sete mil famílias, 24 mil pessoas, tem um cara lá um safado dum cara lá, polícia militar ..., ele é quem cobra propina

do grileiro das áreas lá. Fardado, com viatura e tudo mais. Espanca, mete o revólver na cabeça do pessoal, atira, pinta o diabo e fica por isso mesmo ninguém toma uma atitude. Por quê? Porque esse policial presta serviço para um cara que tem muito dinheiro, que é ... dono da empresa [nome].

... tem uns três grileiros aí que querem me matar... mataram uma vereadora lá há uns dois anos atrás, e nós saímos correndo de lá porque senão eu levo tiro também.

É assim a zona leste, na base do ferro e fogo.

Percursos urbanos, histórias de ocupação

Mais do que verificar a verdade dos fatos relatados nas citações acima, estas e todas as outras, desde o início, precisam ser remetidas a seus contextos de referência. Compõem as histórias que cada qual conta ao relatar seus percursos na cidade de São Paulo. O litígio de terras que se prolongou por toda a década não é tão-simplesmente o contexto em que essas histórias acontecem. São elas, essas histórias e seus episódios, tais como relatados, que esclarecem algo da trama de relações e circunstâncias que produzem o espaço urbano, em ato, com seus conflitos e atores em disputa. Ainda: nos acontecimentos que vieram se sucedendo, nos episódios envolvidos nesse conflito, vão-se entrecruzando personagens que nos informam sobre os diferentes movimentos que se densificam nesses pontos conflituosos da cidade. Para esses personagens que nos emprestaram as vozes para reconstruir a cronologia e os episódios mais importantes do conflito, essa cronologia e esses episódios compõem momentos cruciais de suas histórias e seus percursos urbanos. E é por esse ângulo que, agora, a disputa pelo espaço precisa ser recolocada, situada.

Duas razões interligadas: de um lado, será importante restituir as conexões de sentido que esses episódios têm em suas vidas, vidas tecidas ao longo de percursos que precisam ser levados em conta: a “viração” dos que fazem (e sempre fizeram) seus percursos não só no mercado informal, mas nessa espécie de contínua e sempre relançada improvisação dos arranjos da vida nos espaços da cidade (Arlindo e Silmara); os frágeis equilíbrios da vida, mesmo quando se trata de um trabalhador que faz um percurso contínuo no dito mercado formal, qualquer acaso da vida sendo suficiente para jogá-lo ladeira abaixo (Juraci); os migrantes recentes que chegaram nos anos 90, para os quais o “sonho da casa própria” é algo muito distante, senão impossível, tudo conspirando contra as possibilidades de uma ordem estável de vida, mesmo quando

conseguem alternativas no mercado de trabalho (Jair); a ação militante dos que transformam a insegurança e a precariedade das condições de vida em matéria de intervenção política, que acionam as mediações políticas e colocam o local em ressonância com as miríades de ocupações que caracterizam esse pedaço da cidade (João). É o que será apresentado logo a seguir.

De outro lado, são esses percursos que nos oferecem elementos para entender como se faz, em ato, a produção dos espaços nisso que a literatura especializada chama de “cidade ilegal”. Pois essas histórias e esses percursos vão sendo tecidos numa permanente e sempre renovada e sempre improvisada trama de relações feitas de acertos (e desacertos) informais, sempre provisórios, entre uns e outros. Situações de vida que colocam em cena algo como coletivos disparatados de outros personagens: claro, a família, compadres e amigos com as práticas conhecidas da solidariedade intrapares, mas também o pequeno traficante; o pequeno e muitíssimo popular grileiro – aquele que ocupa o terreno e trata logo de fazer disso um expediente de vida e sobrevivência, de boa fé ou má fé, mas sempre vendendo ou alugando para o outro recém-chegado, também invasor como ele; o delegado de polícia, o vereador, o patrão protetor, o colega de trabalho solidário com o sofrimento alheio, mas também o grileiro poderoso e seus capangas (também com eles é preciso fazer acertos), o falso advogado e o advogado de verdade, a entidade corrupta e a entidade honesta, e por aí vai. Em cada situação e nas suas seqüências, a trama do mundo vai sendo feita entre acertos e desacertos, solidariedades e disputas, ajudas solidárias e oportunismos, boa fé de uns, má fé de outros.

Em todas e cada uma dessas situações, é o direito à vida e o sentido da vida que estão em jogo. Sem isso não dá para entender a extraordinária energia com que esses moradores batalham para encontrar um lugar no mundo, mesmo quando (quase sempre) tudo parece jogar contra. Mesmo quando esse lugar é um pedaço da cidade distante, desolado e destituído de tudo, como era (ainda é, em grande medida) então o Jardim São Carlos. E é isso que dá a medida do drama envolvido na truculência desse conflito.

Ainda: em todas e cada uma dessas situações, a defesa da vida é sempre ou quase sempre feita como que em um regime de urgência. E é aqui que talvez tenhamos o ponto crítico a ser bem refletido, sob pena de fazer desses percursos uma versão edificante da história popular, ao estilo “apesar de tudo a vida é bela”. Pois é nesse ponto que a tragédia dos tempos que correm está condensada. Se lermos nas filigranas os episódios desse conflito de terras e, mais à frente, as situações que definem o andamento dessas histórias, os acertos e

arranjos da vida são feitos (e desfeitos) no fio da navalha, sempre. Histórias que transcorrem nas tramas de que são feitos o chamado mercado informal e a chamada cidade ilegal. Certo, é isso. Mas isso também não explica muita coisa, pois essa binaridade formal e informal, legal e ilegal, está para lá de embalhada, esfumaçada, aliás, como sempre esteve na sociedade brasileira. Basta seguir o traçado dos vários personagens em cena nessas histórias e as várias circunstâncias envolvidas nessas situações para se dar conta de que não entenderemos muita coisa se insistirmos nessas clivagens. O problema todo está quando a defesa da vida e das formas de vida se faz nesse estado de urgência. Toda a história excludente da sociedade brasileira está como que condensada nisso, em cada um dos momentos críticos da vida desses personagens. Mas o problema também está quando esse estado de urgência se transforma em regra. É disso que Giorgio Agambem trata quando fala de uma zona de indeterminação que vem se espalhando em nossas cidades e que cresce na medida em que esfumaçam as diferenças entre a política e a força, entre o direito e a exceção, entre o público e o privado, entre o lícito e o ilícito, entre a justiça e o arbítrio: é essa indeterminação que transforma virtualmente todos em “vida matável”. Quer dizer: vida nua porque desligada de uma forma-de-vida. As histórias desses personagens podem ser lidas nessa chave. O direito à vida que pulsa em cada momento dessas histórias ganha toda a sua grandeza e toda a sua força se pudermos ver nisso a defesa de possibilidades de existência, de mundos plausíveis de serem vividos, e que se faz, sempre e o tempo todo, nesse fio da navalha: todos e cada um pode, de uma hora para outra, se ver destituído de tudo o que, afinal de contas, define uma forma de vida. Essa defesa da vida e das formas de vida se faz o tempo todo, a cada momento, nessa zona de indeterminação; esses personagens transitam o tempo todo em um mundo em que são pouco discerníveis as fronteiras do lícito e do ilícito, da norma e da exclusão, do direito e do arbítrio. Mas é isso propriamente que compõe a trama do mundo social. É dessa trama que se tecem as circunstâncias que entram em ponto de combustão no conflito de 2000. E é dessa trama que se tece também a vida desses personagens e suas famílias. Cada uma das histórias apresentadas a seguir opera como um prisma que nos permite perceber alguns dos fios de que essa trama é feita, e a pulsação tensa de cada um de seus pontos de junção.

Arlindo, o virador: os arranjos da vida que tecem o mundo social

Arlindo (46 anos) e Silmara (43) chegaram ao Jardim São Carlos em 1983. Foram uns dos primeiros a chegar. Nos primeiros anos, pagavam o aluguel de uma casa de dois cômodos. No início dos anos 90, resolveram ter a sua própria casa. Ocuparam um terreno, construíram três cômodos e uma pequena área de serviço. Estavam dando início à construção de uma garagem quando o conflito eclodiu. Foi tudo destruído. Quando os encontramos, em 2001, estavam refazendo a casa. Conseguiram reconstruir apenas dois cômodos, mas estava tudo ainda inacabado, sem reboco, com piso de cimento. O casal mora com seus três filhos: Pedro, 19 anos, e dois menores, de 12 e 10 anos.

Arlindo nasceu em Santo André e a família mudou-se para Guaianazes quando ele ainda era pequeno. Tem uma trajetória errática de trabalho, sempre no mercado informal: serviços de pouca duração e muitos bicos. Arlindo se define como pedreiro, mas na verdade já fez um pouco de tudo: além dos serviços intermitentes e bicos sucessivos na construção civil, teve períodos curtos em trabalhos de expedição em loja, foi ajudante em metalúrgica, em supermercado, “tudo pouco tempo”. Carteira de trabalho é algo que simplesmente não existe como referência, muito menos como experiência: “pedreiro você não trabalha registrado, porque de pedreiro você pega uma casa para fazer e pode trabalhar por conta. Então tem mais de 20... 24, 25 anos que eu não trabalho mais registrado”.

Arlindo fez de tudo um pouco na vida, assim ele conta. E a vida vai se fazendo nas piruetas que o destino oferece a cada momento. Pois ele até mesmo já ajudou a limpar e cercar uma área de que uma certa imobiliária dizia ser dona, que era ameaçada por um grileiro e seus jagunços e que, assim podemos supor da sua confusa descrição, era também uma região de, aí as piruetas do destino, ocupação: “aí chegava pessoas e queria invadir, então eles me chamava e eu, trouxa né, dizia ‘ah eles vão me pagar’, então eu ia lá e cercava”. Isso aconteceu, diz ele, perto de uma estação de trem desativada, também na zona leste, próximo a Itaquera. O trabalho era levantar o muro: “porque esse cara mandava os cara ir lá, outros cara lá que é tipo jagunço, matador para matar porque ele queria aquele pedaço, porque ali agora vale muito”. É assim que ele explica a situação: “... o rio fazia curva, então eles encompridaram, fizeram uma direção só, e sobrou aquela parte. [...] tinha uma parte da terra deles que

ficava assim, beirando o rio, só que quando fizeram ela aí o rio saiu assim, aquela curva que tinha eles tiraram, derrubaram as casas e fizeram assim, então ficou um pedaço... Quando sobrou aquela parte, aí um suposto advogado do grileiro, então ele queria aquela parte. Então aquela parte, naturalmente, pelo que a justiça decidiu agora, ficava para suposto para aquela parte que estava com a parte já. Entendeu?”. Bem, entender mesmo não dá. Mas dá para imaginar que “aquela parte” era alvo de uma disputa feia. Como diz Arlindo, “foi uma briga. Aí eu cheguei lá numa segunda-feira, encostei um caminhão já com material, telha, bloco, tudo, cimento, tudo. Levei. Você vai dar risada, mas aí levei dois segurança e dois pedreiro...”.

Foi assim, de expedientes de viração, que Arlindo foi levando a vida. Salário? Na verdade um ganho obtido dia a dia. Na história de Arlindo, a errância no trabalho combina-se com a errância de moradia. Saiu de casa muito cedo (desentendimentos com a família) e arrumava lugar para morar conforme a sorte e as circunstâncias da vida: sempre que possível, no alojamento das construtoras em que trabalhava como pedreiro ou, então, na casa de um colega, até mesmo em ônibus, no trem, na rua:

também não tinha onde comer, não tinha onde ficar. Passava um mês, dois mês trabalhando, dormindo em ônibus, dormindo em trem, como é que eu ia ter uma chance na minha vida? [...]E aí assim, onde desse eu ficava trabalhando, dormia onde eu podia, dormia na casa de colega, entendeu? E quando não dava eu tinha que sair, tinha que procurar outro rumo na vida...

Ao conhecer Silmara, trabalhava numa oficina mecânica como ajudante, num bairro ali mesmo em Guaianazes.

Silmara nasceu e viveu a vida inteira em Guaianazes. É costureira. Quando a encontramos pela primeira vez, estava trabalhando há três anos em uma pequena confecção em um bairro de Guaianazes, sem registro em carteira de trabalho. Vai a pé para o trabalho, no que gasta mais de 40 minutos. Silmara sempre trabalhou em costura, desde os 14 anos. Seu primeiro emprego, em 1974, foi numa fábrica de roupas íntimas femininas no Brás. Ficou seis anos nesse emprego, com carteira assinada. Pediu demissão por ocasião do seu casamento e só volta a trabalhar três anos depois do nascimento do primeiro filho. Era o ano de 1992. Consegue um emprego em uma fábrica de acessórios para segurança do trabalho (luvas, aventais etc.), de novo como costureira, também no Brás. Três anos depois, vê-se novamente obrigada a abandonar o emprego,

desta vez para cuidar da mãe doente. Volta a trabalhar em 1997, mas agora as condições já estariam muito mais difíceis. Não encontra nada mais do que “oficinas de fundo de quintal”, como ela diz, lá mesmo na região de Guaianazes. A trajetória de Silmara não é muito diferente de várias outras que podemos constatar em nossas entrevistas nessa região da cidade de São Paulo: mulheres costureiras, com uma trajetória sempre descontínua em virtude das circunstâncias da vida doméstica, e que fazem seu percurso no circuito têxtil que marca a história urbana dessa região. Costureiras que aprenderam o ofício em confecções no Brás, centro da cidade, e que agora, mais recentemente, ao longo da década de 1990, seguem os deslocamentos dos empregos pelas vias das redes informais de subcontratação: pequenas oficinas ou também o trabalho em domicílio, que vêm se espalhando, ambos, nesses pontos mais distantes da região leste da cidade. Essa é a situação em que se encontra agora Silmara, sem muitas chances de escapar do trabalho precário, sem garantias e muitíssimo mal remunerado. Com seus muitos anos de experiência, Silmara recebe um salário de R\$350,00.

Quando se conheceram, Silmara morava com os pais em um bairro de Guaianazes não muito distante do Jardim São Carlos. Na época, Arlindo estava trabalhando, mas acreditava que haveria de encontrar mais chances de emprego na cidade de Santos, no litoral paulista. A construtora em que trabalhara em seu emprego anterior estava tocando obras por lá e, assim ouvira dizer por conhecidos, havia oportunidades de trabalho. Os dois resolvem morar juntos, foi uma história de paixão fulminante. Silmara larga o seu emprego de costureira no Brás e o casal vai tentar a sorte em Santos. Alugam um cômodo na cidade e, logo depois, fazem sua primeira experiência de ocupação. A notícia “estão invadindo por lá” chegou aos ouvidos de Arlindo:

... aí nesse período eu saía à noite e ia andar um pouco, ficava sempre no meio de peão lá, aí chegou naquela e tal, e ficava sabendo do movimento [...] Aí eu peguei um terreno... fiz um barraco e fui morar num barraco.

Ocuparam e, logo depois, os problemas começaram. Apareceu um suposto proprietário e havia a ameaça de reintegração de posse. Os moradores se organizaram e o conflito foi parar na justiça. Foi provado que o proprietário era nada mais que um falsário e os moradores, conta Arlindo, estão lá até hoje. Mas o casal não ficaria por muito tempo. Arlindo perdera o emprego e não conseguia arrumar outro. A essas alturas nasce o primeiro filho. As dificulda-

des eram grandes. E para complicar um pouco mais as coisas, Arlindo se envolve numa história (aliás, muito mal contada) de assalto: “emprego de que jeito? Eu arrumei uma treta lá em Santos, que eu fiquei dez anos foragido... sujou... mas já caducou, puxei o 1º e o 1º ofício não tem mais nada”. Diz que se arrependeu, “agora nunca mais... mas também não tinha nada, porra! Você vai largar seu filho e sua mulher passando fome? Homem nenhum vai, só se for um filho da puta. Aí é o seguinte, fui fazer o quê? Fui fazer uma ação...”. Fez o “serviço” e, alguns meses depois, “o cara me cagüetou”, foi pego pela polícia, “entrei cinco e meia pro pau, fui sair sete e meia, pau de arara”: queriam pegar os chefões do assalto. Foi liberado, mas teve investigação: o “Oficial de Justiça, o cara foi gente fina”, foi lá onde morava, “averiguou tudinho... pegou testemunhas a meu favor”, ele mesmo falou: “não é bandido, não vou prender um pai de família que tá passando necessidade, foi fazer aquilo para matar a fome da mulher e do filho”. Foi condenado, dois anos e meio: “não peguei [cadeia] porque eu fugi, né, meu!”.

E foi assim que o casal volta para São Paulo em 1982: “aí vendi meu barraco, o único relóginho bonitinho que eu tinha, peguei e vim embora”. Chegam de volta à capital sem lugar para morar. Recorrem à família de Arlindo, mas não deu nada certo: havia desentendimentos com a mãe e seu novo companheiro e, depois, na casa do cunhado, a mulher “arrumou encrenca com a gente”:

Quando cheguei de Santos fui para a casa da minha mãe, ela me jogou na rua porque disse que meu moleque perturbava o sono do meu padrasto que trabalhava à noite. Meu moleque não deu um pio! Passamos a mão na sacola que nós chegamos e fomos para a rua.

Aí fomos para a casa do meu cunhado aqui em Guaianazes mesmo. Minha cunhada, a mulher dele, arrumou encrenca com a gente [...] Aí começou a querer a casa, fazia gestos. Eu falei que não dava mais e comentei com meu irmão que ia montar a mula. Saímos com o galinho de briga nas costas sem rumo, só pedindo para Deus achar um lugar porque se não achasse nada ia ficar lá embaixo na estação. A mulher desesperada, chorando.

Sem o apoio da rede familiar, parecia que a vida de Arlindo e sua família ia seguindo conforme a aleatoriedade das circunstâncias. Aliás, é assim que ele conta suas histórias. É muito difícil reconstruir fatos e circunstâncias. O acaso, o jogo da sorte e do azar, estrutura a narrativa. E são esses acasos da

vida que dão o tom no andamento de uma história que vai se fazendo e refazendo não apenas no mercado informal. Mas sobretudo nas regras informais, acertadas e acordadas no dia-a-dia, que organizam sua vida e a vida social desse mundo que se estrutura nessa espécie de indiferenciação entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito. Por isso mesmo, os percursos de Arlindo são especialmente esclarecedores do modo como a vida urbana vai ganhando forma nessa assim chamada “zona de fronteira”, que vai se expandindo conforme vão se dando as ocupações das terras vazias.

Foi assim que Arlindo conta sua chegada ao Jardim São Carlos. Não tinha lugar para morar e pedia “para Deus achar um lugar porque, se não achasse nada, ia ficar embaixo da estação”. Em um desses acasos da vida, na estação de trem, encontra um amigo que não via há tempos. Contou o que estava acontecendo e ele, “sentindo o maior prazer de me ver de novo, me convidou: vamos para minha casa”:

Aí eu transitando aqui, descendo da estação encontrei um amigo. Fazia tempo que não via ele. Conteí o que estava acontecendo e ele, sentindo o maior prazer de me ver de novo, me convidou: ‘Vámos lá para minha casa’.

Era o “barraquinho dele aqui em Guaianazes”. Fazem um acerto: em troca da acolhida, Silmara cuidava de uma filha de três anos e, de quebra, ainda fazia o serviço de limpeza da casa. Foi “a pior tristeza de minha vida”. A casa era muito úmida, Silmara se ressentia e pegou uma pneumonia. E a dona da casa “tirava o sossego” do casal: era alcoólatra. Nesse meio tempo, Arlindo consegue um trabalho temporário como pedreiro. E foi então que surgiu a chance de dar outro rumo na vida. Por meio de um conhecido, ficou sabendo de uma mulher que estava alugando “um quartinho baratinho”... era uma tal de “dona Cantiga, ficava perto do posto”. Arlindo junta o dinheiro, arruma um botijão de gás, um fogão velho, “umas coisas assim” e aluga o barraco, dois cômodos pequenos.

Era o ano de 1983. O lugar era o Jardim São Carlos. Foi assim que o casal chegou no que então era um bairro ainda em formação. Logo depois, também por meio de conhecidos, ficam sabendo de uma outra casa: “a sobrinha do Sr. Fulano de tal que disse que tinha um barraco do tio dela que disse que...”. O barraco estava vago, os antigos moradores tinham ido embora. “Não pensei duas vezes”, conta Arlindo. Mercado mais-do-que-informal de loca-

ção: alternativas de renda para uns, alternativas de moradia para outros e, entre uns e outros, o Jardim São Carlos então ia se formando numa malha intrincada de improvisações e irregularidades.

“Aqui não tinha nem casa, era tudo mato”, lembra Arlindo. Quando voltava do trabalho, tarde da noite, Arlindo ainda tinha que buscar água em um poço cavado “na rua de baixo”. Ao menos tinha espaço para plantar uma bananeira – “todo mês dava dois, três, quatro cachos de banana”. Nas proximidades, apenas duas ou três casas. Quanto ao mais, os terrenos vazios funcionavam como depósito de lixo. E também “desova” de corpos de gente assassinada.

Na sequência dos anos, outras famílias foram chegando. Uma chamava a outra: “primeiro veio a turma da Bahia, aqui do lado tem uma casa que é do Valter, ele tem dois parentes lá embaixo que era parente desse parente – ele saiu do Brás porque estava pagando aluguel naquele cortiço”. É a “parte baixa” do bairro, lugar das primeiras ocupações. Mas tudo muito rarefeito, gente que vinha e ia embora logo depois. Na verdade, diz Arlindo, alguns ocupavam não para morar, mas vender para outros ou, então, obter alguma renda com o aluguel, aliás, a situação do “proprietário” da casa onde morava. Outros chegavam e não conseguiam fixar a moradia, tais eram as adversidades do local, e iam embora. No final da década de 1980, os ventos começaram a se agitar e as ocupações se aceleraram, sobretudo “na parte de cima”. Eram os anos da gestão da prefeita Luísa Erundina (PT, 1989-1992) – “... era invasão de terra em tudo quanto é lugar”, lembra Arlindo. Ao que parece, esse trecho do Jardim São Carlos, “a parte alta”, foi alvo de um movimento organizado de ocupação – “acordei de manhã, fui comprar pão e vi um monte de gente ali”. A ocupação não durou muito tempo: em menos de três meses não tinha mais ninguém – “veio a polícia, o batalhão, vieram rapidinho porque no tempo da Erundina foi invadido”. Mas não foi a polícia que tirou o pessoal de lá, diz Arlindo, as pessoas mesmo foram saindo: alguns não tinham condições de construir coisa nenhuma e foram embora; outros pegaram terreno para vender. As informações sobre circunstâncias e datas são confusas e lacunares, aliás, como todo o relato de Arlindo. Mas o que parece certo é que o episódio operou como senha para novas ocupações. A informação circulava e os ventos dos rumores levavam a notícia – “estão invadindo...”:

... foi aonde as pessoas foram um falando para o outro aí começou: “isso aqui é meu”. E também passava gente de ônibus que

ia trabalhar em Santo André, São Mateus, passava, via a ocupação. Quando o cara vinha já marcava o dele. Na estação descia o pessoal marreteiro uns avisando os outros e foi indo.

Nos primeiros anos da década de 1990, “a maior parte do pessoal já tinha ocupado aqui”. Em 1992, Arlindo sai da “parte baixa” e vai para a “parte alta” ocupar a sua parte. Tomou posse de um terreno e deu início à construção de sua casa. Tudo muito improvisado e com base em acertos também improvisados entre uns e outros. Como diz Arlindo, coisa de invasão é complicada: é preciso ficar atento, pois, do contrário, quando menos se espera, já tem alguém tomando parte do que é seu. Ocupar um terreno vazio é, claro está, um modo de resolver o problema de moradia. Mas também entra no jogo dos vários outros acertos da vida. Arlindo não fez o que é comum: vender ou alugar para outros. Mas negociou parte de seu terreno: queria comprar um carro. Achava que um carro haveria de facilitar sua vida: “trabalho de pedreiro e às vezes perdia serviço porque não tinha jeito de levar material”. Com um carro, diz Arlindo, ficaria “mais fácil fazer alguma coisa”. Então “fez um rolo” com um vizinho. O moço tinha um Gol 83 e, em troca, Arlindo ofereceu uma parte do seu terreno. Ele queria o carro e o rapaz precisava do terreno. Vivia de aluguel e estava ameaçado de despejo. Não pagava o aluguel há meses e o proprietário o ameaçava de morte. Já tinha mandado o recado: o tal proprietário estava preso e disse que “acertaria as contas” assim que saísse da prisão. Assim conta Arlindo, tudo muito confuso e nebuloso, aliás como confusa e nebulosa é a vida da viração de todos os dias. De todo modo, o negócio foi feito. Como diz Arlindo, “eu fiz a minha parte. Acho que qualquer pessoa faria porque bate uma coisa dentro de você para ajudar aquela pessoa”. Mas tratou de se precaver e, então, “antes de fazer o negócio, nós consultamos a Bíblia”. Arlindo e Silmara são evangélicos:

Antes de fazer o negócio com ele nós consultamos a Bíblia. A Bíblia Sagrada, naturalmente. Muitas coisas que a gente quer, algumas Deus pode falar. Ele fala para você pela Bíblia.

Pergunta (desajeitada e espantada): Sobre isso aqui?

De fazer o negócio com a pessoa, se a pessoa está necessitada. [...] Deus fez o mundo sem escritura para ninguém. Então nós todos somos donos da terra. Deus deixou para a gente usar e desfrutar disso tudo. Só que apareceu esses governantes no começo do mundo que só atrapalham a vida do povo.

Então eu fiz negócio com ele e fomos parar no Fórum, depois na delegacia...

O negócio foi feito, mas ficou tudo pela metade. O Gol 83 lhe chegou sem nenhuma documentação, todo podre por baixo e arrebentado por dentro. Arlindo acha que perdeu na transação e que o rapaz teria ainda que lhe pagar mais um tanto, R\$2.000,00, avalia, para que tudo ficasse em ordem. Bem que tentou processá-lo, no mínimo para conseguir a documentação do carro e, se possível, receber o que ele achava que lhe era de direito: foram parar no Fórum e depois na delegacia. O episódio não foi muito esclarecido no correr da entrevista, pois, como sempre acontecia, Arlindo já engatava outra história e era quase impossível voltar para saber dos “detalhes”. Para ele, esses detalhes não têm muita importância. Afinal de contas, “meu objetivo era aquele carro”. O fato é que ficou tudo por isso mesmo. O carro está até hoje com Arlindo. É pouco usado, quase nunca. Não tem documentação e Arlindo não tem carta. Circular pela cidade de São Paulo torna-se, então, coisa arriscada, pode ser pego em qualquer virada de esquina. Arlindo prefere não arriscar.

Como disse Arlindo, “Deus fez o mundo sem escritura para ninguém, então nós todos somos donos da terra”. Os grileiros e mercadores de terras de ninguém também devem achar isso. Conforme o bairro ia se adensando, os problemas também começaram a surgir. Entra em cena a figura de um grileiro travestido de advogado, pivô central do conflito que iria eclodir no final da década. Era o tal Dorival Biella. Dizia que os terrenos tinham donos, que era necessário pagar por eles, do contrário tudo seria demolido. Isso foi por volta de 1992, 1993. É aí que começa a corrida dos moradores em busca de advogados. São eles que contam parte dos episódios relatados no início.

Silmara fala com desenvoltura os nomes, datas e acontecimentos de todo esse processo. Participou intensamente de tudo isso, acompanhou passeatas e mobilizações dos moradores na briga pela posse dos terrenos. Arlindo, desde o início, teve participação ativa na briga dos moradores contra o grileiro. É sobretudo ele que comenta e se ressentido da divisão interna dos moradores, pelo menos da dificuldade de sustentar uma ação combinada entre todos. Fala de moradores que firmavam uma coisa e, depois, voltavam atrás. Assim, por exemplo, em uma ocasião em que conseguem um advogado, todos combinaram pagar pelo serviço, mas, na hora do pagamento, muitos “mudaram de idéia”, deixando todos descobertos:

Fiz um compromisso com o homem [o advogado] que tantas famílias que tinha aqui arrecadava [o dinheiro] e levava. Só que

chegava na hora 30% não dava. Eu já não entro mais nessa igual fiz a primeira vez. Entrei com um compromisso com ele [o advogado] e com o povo quando chegou: “Não vou pagar”.

O ressentimento é maior ainda porque Arlindo acredita que muitos dos que se mostravam dispostos a entrar na briga contra Biella faziam na verdade um jogo de cena, negociando às escondidas com ele, acreditando poder contar com a colaboração do grileiro:

Aí começou aquela ladainha porque o Biella põe gente. Esses grileiros põe gente filtrada da parte deles dentro do movimento para estragar tudo. Tem muitos que estão aqui dentro até hoje: o Manuel é um, tem um cara aí do lado e um pessoal que negociou com ele.

Que pagou?

Pagou, mas não acabou de pagar nada, ainda está devendo para ele

Esse pessoal informa o que está acontecendo?

Informa naquele intuito que o Biella vai dar aquela terra para ele. É um idiota.

Nesses dez anos, o casal se envolveu muito em toda a história, principalmente Arlindo. Sempre foi muito ativo com as coisas do bairro: na época do litígio, vivia mobilizado, junto com outros moradores, na ida a fóruns, realização de passeatas, busca de advogados. Conhece todo mundo no bairro, em parte por ter sido um dos primeiros a chegar ali, em parte pela história comum que marca os moradores do Jardim São Carlos. Não conseguiram evitar o pior. As circunstâncias em que se deu o ato de reintegração de posse já sabemos.

Mas é por meio também de Arlindo que sabemos um pouco mais sobre as circunstâncias em que as famílias (e eles também) ficaram alojadas enquanto não puderam retornar às suas casas. Conseguiu às pressas instalar a família em uma casa da redondeza: era gente que trabalhava “na firma em que eu prestava serviço”. Um colega que trabalhava em depósito ofereceu o caminhão, “então eu corri no depósito... carreguei o caminhão e fui para esse salão que a mulher me ofereceu”.

Foi tudo uma grande humilhação, “a maior desgraça da vida”:

... Carreguei o caminhão de novo e fui para esse salão que a mulher me ofereceu. A mulher logo cedo cortou a água e só liga-

va à noite. A luz a mesma coisa. Fechava a porta, ficava tudo escuro. Tinha aquela rataiada porque era um ferro-velho. Aque-la humilhação. Já fui humilhado quando derrubaram a minha casa, fui humilhado aquele abuso, nessa garagem humilhado. Você deixava manteiga na mesa no outro dia não achava mais porque os ratos carregavam e carregavam mantimentos. De madrugada não podia dormir de luz acesa porque a mulher sempre apagava e aquela rataiada pulando por cima. A maior desgraça na vida.

Aí esse filho chegava aqui em cima e chorava. Corta mais ainda o coração de olhar aquele sonho que a gente teve derrubado. E como nós vamos fazer porque lá a gente não agüentava mais ficar naquele salão que a gente estava. A gente vinha para cá pegar a cesta básica, que o pessoal mandava que queriam contribuir, não pegava porque era tudo desviado.

Chegava aqui e não tinha?

Tinha num dia, mas no outro já não tinha mais nada. Houve uma corrupção. Eles não falam quem pegava. Caminhão que [mandaram], nem chegou. As vezes chegava mas sumia. Aí eu tinha que ficar aqui não podia ficar lá em cima. A única coisa que pegamos foi um pacote de macarrão e fubá.

No momento da entrevista, estava sem trabalhar há um ano. Envolveu-se ativamente na mobilização dos moradores na época do conflito e foi então, diz ele, que “a vida da gente começou a decair. Teve vez que eu arrumava serviço, começava a trabalhar, já tinha que entregar o serviço e no outro dia reunir o povo no ônibus e derrubar a liminar lá no fórum”. Desde então, as atividades remuneradas são raras, fazendo breves serviços esporádicos como pedreiro. Com o marido desempregado, Silmara tratava de complementar a renda com a venda de cosméticos da Avon e costura para particulares, conhecidos do bairro, da fábrica onde trabalha ou da igreja. Pedro, o filho mais velho, cursava na época o 2º ano do Ensino Médio. Desempregado, estava às voltas com a busca do primeiro emprego. Amarga as dificuldades que o mercado de trabalho impõe hoje em dia aos jovens de sua idade: excesso de exigências e poucas vagas: “[...] Você vai lá, divide a vaga com umas 50 pessoas. Quem tiver mais cursos, aperfeiçoamento é que se encaixa. O resto fica no escanteio”. Circula pelas regiões centrais da cidade, seguindo a trilha das agências: “lá na [rua] 24 de Maio tem um paredão do desemprego, umas lojas fechadas e eles espalham um monte de cartazes com endereço das agências. Os interessados vão até a agência, aí fica mais fácil”. Enquanto isso, Pedro faz bicos para reforçar o orçamento familiar: ajuda um amigo boliviano numa bar-

raca de camelô que fica no centro de Guaianazes. Recebe no máximo R\$15,00 por dia.

Juraci, o desempregado: vivendo o avesso do mundo

Juraci (37 anos), desempregado, e Arlete (41), empregada doméstica, formam um casal sem filhos. Ambos são migrantes. Ele, de Pernambuco, chegou em São Paulo em 1983. Ela chegou na mesma época, em 1982, vinda da Bahia. Mas se conheceram e passaram a morar juntos apenas em 1995. Arlete já morava no Jardim São Carlos. Em 1994, o irmão ocupara um terreno e a chamou para construírem juntos uma casa no local. Dividia com ele o aluguel em uma casa nas proximidades. E foi então, conta Arlete, que chegou a notícia: “todo mundo falou ‘lá em cima, estão invadindo lá em cima’ e daí ele falou ‘então eu vou’... ele veio e conseguiu esse terreno aqui, aí ele me chamou pra fazer junto, ele fazia um barraquinho pra ele e eu fazia o outro”. Já tinha muita gente morando na área, lembra Arlete. Chegaram, ocuparam e aí, como Arlete diz, “comparamos nosso material e fizemos nosso barraquinho”. Depois o rapaz foi embora tentar a vida em Brasília. Nesse meio tempo, Arlete conhece Juraci e lhe propõe dividir “cama e mesa”. Juraci na época era porteiro e vivia sozinho. Já havia se casado antes, teve dois filhos, mas o casamento não durou mais do que dois anos. Moravam na casa do cunhado e, ao que parece, a coisa não deu muito certo: os desentendimentos eram grandes e Juraci seguiu o seu rumo. Quando conheceu Arlete, alugava um “quartinho” no bairro de Sapopemba: “a gente se conheceu e ela me convidou para vir morar com ela. Até fiquei assustado porque sair de um canto para morar com uma pessoa na casa dela nem todo mundo aceita. Mas graças a Deus deu certo. Estamos morando juntos há quase 6 anos. Até agora está dando certo”. O casal construiu “um barraquinho aí em cima, dois cômodos aí em cima”. Foi tudo destruído em 2001. Ficaram alojados por oito meses em um cômodo alugado nas proximidades. O dinheiro veio da patroa de Arlete, e também os recursos para reconstruir a casa. Arlete é empregada doméstica no Tatuapé: trabalha com a mesma família desde 1990. Tem carteira assinada. Salário: R\$300,00.

No momento da entrevista, o casal estava às voltas com a reconstrução do “barraquinho”. Tinham construído apenas um cômodo, com um guarda-roupa fazendo a divisória entre quarto e cozinha. Estavam então empenhados em conseguir material para levantar um outro cômodo, em cima do primeiro. Para ter mais conforto, certamente. Mas também para se proteger das águas.

Quando a chuva é forte, a água vem de enxurrada; água e lama entram pela parede e cobrem todo o chão – “no temporal a água desce por lá, ela vem e desce por aqui pela parede”. Nos fins de semana, um outro irmão de Arlete ajudava na reforma e na ampliação da casa.

Como se vê, Arlete conta com uma família grande e bastante solidária. São seis irmãos, três deles em São Paulo. Quando migrou da Bahia, em 1982, aos vinte e dois anos, veio para ajudar uma irmã doente que morava com o marido em Ermelino Matarazzo. Era aluguel. Em seguida, foram morar todos juntos em um bairro de Guaianazes. Também aluguel, mais barato que o anterior. Mas daí, “de lá num instante, ela morreu, eu tava no trabalho quando eu soube que ela tinha morrido”. Parece que foi coração. O cunhado vendeu tudo o que tinha na casa e foi embora para outro canto da cidade com os filhos. Arlete foi então morar com seu outro irmão, o mesmo que ocupou o terreno no Jardim São Carlos e depois foi embora para Brasília. Parece que as coisas acontecem mesmo desse jeito com a família de Arlete: seus outros irmãos aparecem de tempos em tempos em São Paulo, trabalham por dois ou três meses (sempre em alguma obra da construção civil) e voltam depois para a Bahia. Mas é com a ajuda deles que o casal Juraci e Arlete conseguiu construir e, agora reconstruir, sua casa no Jardim São Carlos.

A história de Juraci é bem diferente. Quando chegou em São Paulo, não procurou o irmão que já morava aqui – “eu sabia onde ele morava, mas não quis ir procurar”. As razões não são lá muito claras: Juraci apenas diz que “não adianta ninguém ajudar ninguém se não pode... não queria perturbar porque depois iam ficar cobrando”. O fato é que Juraci fez um percurso contando apenas com as chances de emprego que no correr dos anos foram se estreitando, e com a boa vontade de uns e outros que encontrou pelo meio do caminho.

No seu primeiro mês em São Paulo, dormia nos bancos da rodoviária. Mas encontrou emprego logo nos primeiros dias: “naquela época conseguia emprego fácil, a gente via a placa, chegava, mesmo não sabendo fazer falava que sabia e passava... me deram esse emprego de limpador de vidro”. Depois de algum tempo, “descobriram que eu dormia na rodoviária, eu chegava sempre muito cansado e procuraram saber da minha vida”. Começou então a dormir no emprego, em um quarto improvisado com um colchão velho no chão. Como ele diz, “eu tive muita ajuda... sempre achei alguém que me ajuda”. E assim ficou dois anos. Era registrado em carteira. Depois, trabalhou como porteiro em um prédio de apartamentos no centro da cidade. O próprio geren-

te da limpadora em que trabalhava indicou o seu nome para a síndica. Três anos nesse emprego e, depois, outros quatro em um outro prédio, também como porteiro. Foi nesse período que conheceu a mãe de seus dois filhos. Moraram juntos por pouco tempo e, depois, Juraci se virava entre uma pensão ou outra, ou, então, o aluguel barato de um quarto nas regiões centrais da cidade.

Em 1990 começa a trabalhar em um condomínio no bairro do Tatuapé. Perde o emprego três anos depois. A modernização dos serviços estava chegando por perto: todo o serviço, da zeladoria à faxina, foi terceirizado. Juraci perdeu o emprego. Ele e todos os outros: agora, tudo gente nova contratada diretamente pela nova administradora. Juraci foi pego em cheio pela assim chamada modernização da economia. Não mais o contato direto com o síndico; não mais a rede social por onde a informação circula; e vai sendo feita a recomendação de uns e outros: o zelador de um prédio que avisa a existência de vaga no prédio ao lado, que indica o nome de um, recomenda o outro. Isso acabou de vez. Juraci agora tinha que lidar com as modernas empresas prestadoras de serviço. Ele viveu a mudança dos tempos diretamente no seu emprego anterior. E ainda uma segunda vez, agora no seu último emprego como porteiro, o fim de sua carreira de trabalhador registrado em carteira de trabalho. Era então porteiro em um condomínio, também no Tatuapé. Na sua avaliação, “um dos mais ricos da região”. Foi contratado em 1993. Quatro anos depois, o serviço foi terceirizado. Ao assumir a gestão do condomínio, a empresa propõe um acordo muito peculiar a Juraci e aos outros funcionários: pedir demissão, perder todos os direitos, ser contratado novamente pela empresa e recomeçar do zero. Quer dizer, o acordo era o seguinte: demissão imediata ou demissão adiada. Juraci não aceitou. Perdeu o emprego.

Isso foi em 1997. Juraci tinha então 33 anos e quatorze anos de carteira assinada. De lá para cá, diz ele, “não arrumei mais emprego nem para carregar saco de lixo na rua”. Ainda teve uma chance, dois anos depois: um colégio estadual das imediações abriu vaga para serviços gerais. Juraci se inscreveu e conseguiu o emprego. Fazia o serviço de zeladoria, faxina e um pouco de tudo. “Todo mundo gostava de mim”, diz. Mas como diz o ditado popular, o que é bom dura pouco. Nove meses depois recebe a notícia: “o seu contrato vai vencer amanhã e nós não podemos ficar com você porque quem paga é o governo do Estado, vamos ter que te dispensar porque não veio a renovação do contrato para você ficar definitivo... me mandaram aguardar em casa, estou aguardando até hoje”.

Foi nesse momento que estourou o conflito no Jardim São Carlos. Juraci acompanhou e participou de toda a movimentação dos moradores: reuniões, concentração no Fórum, tentativas de bloquear a entrada do bairro e impedir a entrada da polícia, protestos. Como muitos outros, também não acreditava que iam derrubar as casas. Mas num sábado pela manhã, “nós vimos que não parecia uma reintegração de posse. Parecia uma guerra. Não precisava trazer tanta arma de fogo. Vieram carro de força que vai para a guerra e o exército. Um absurdo”. A casa foi destruída e o casal ficou oito meses em um cômodo nas proximidades, alagado com a ajuda da patroa de Arlete.

E Juraci se desesperou. Nesse momento, o mundo literalmente desabou. Procurava emprego e não conseguia nada. Para piorar ainda mais as coisas, fazia tempo que não pagava a pensão para o filho menor: a ex-mulher pressionava e ele não via solução nenhuma pela frente. Juraci tinha medo (e ainda tem) de ser preso pelo não pagamento da pensão. Ficava imaginando que a qualquer hora haveria de chegar o oficial de justiça na sua porta. Ser preso por causa de pensão? É muita injustiça, diz Juraci, “se a pessoa perdeu o emprego, é covardia”:

Meu problema é que tenho medo de ir preso porque não tenho um emprego para dar a pensão para um filho. Eu acho uma covardia. Não existe justiça. Quando a gente é empregado que não quer dar é diferente aí eu estou do lado da justiça. Mas quando a pessoa perdeu e está desempregado é covardia.

A única coisa que eu faço na vida é pedir a Deus todo dia porque não sei o que passa na cabeça da mãe desse menino. Se eu for preso quando sair da cadeia volto para lá porque não é justo ninguém prender ninguém por causa de uma pensão. Estou desempregado e não sou a favor da justiça.

O que é direito para um lado vira injustiça para o outro. O que é aplicação da lei de um lado aparece como arbitrariedade de outro. Como diz Juraci, “é covardia”. Perante e em meio às urgências da vida, não há mesmo medida possível, não há equivalência que se mantenha, vai tudo pelos ares e fica tudo invertido, ou melhor, indiferenciado. Esse é o “estado de exceção” em que as regras são suspensas. Toda a vida de Juraci, e também de todos os outros, pode ser lida nessa chave. E esse foi um momento em que a vida e o sentido da vida ficaram como que em suspenso.

Era uma situação limite e dos limites da vida. “Eu não estava agüentando mais”, conta Juraci, e já pensava em dar um fim na sua vida: às vezes se

dizia: “se eu não conseguir um emprego hoje, não volto para casa”. Não chegou às vias de fato, mas não estava brincando quando entrou no hospital de Guaianazes, procurou a assistente social e ofereceu o seu coração em troca do “direito dos filhos”. Assim ele conta o episódio:

Quando cheguei no hospital estava muito revoltado com o que estava se passando na minha vida por ter perdido a moradia e também por ter perdido o emprego, por não estar pagando os direitos do meu menino. Não tinha de onde tirar.

A assistente social perguntou: “O que você quer no momento?” Eu apresentei para ela uma proposta não de doação mas de uma troca: eu daria para quem tivesse na fila uma doação do coração a troco de uma moradia para eu colocar meus filhos. Ela achou ruim.

O entrevistador (pasma): você ia dar seu coração? Como é que você ia fazer isso?

Eu morria. Com o desespero fica difícil. A pessoa não tem um emprego de uma hora para outra. Ninguém sabe o que está passando na cabeça dessa pessoa que passa por isso. E ela respondeu: “Uma pessoa ceder a vida por um filho. Você quer morrer?” Aí respondi: “Eu não quero morrer. Quero dar o direito dos meus filhos. Uma pessoa no mundo sem emprego e sem moradia não é ninguém”. Ela começou a discutir comigo. Tinha um rapaz lá que falou: “Pensei que você viesse pegar um caixote de tábuas”. E eu respondi: “Amigo, o que é um caixote de tábuas?”. “É um caixão”.

... Então quando cheguei na assistência social, a direção mandou me chamar no setor e falou que não era por aí. Eu falei: “Não é por aí. É melhor eu fazer isso do que outra coisa pior. A vida é minha e faço o que eu quero”. “Mas não é justo. Isso não existe. Querer se matar”.

Depois eu saí calmo porque ela me deu o telefone do Instituto do Coração e pediu para ligar para eles. [...] eu liguei a cobrar e atendeu uma moça, ela falou: “Você está ligando a cobrar?” “Estou porque é uma coisa urgente que está acontecendo. Estou com um problema de coração”. Aí ela ficou alegre e pediu para chamar o gerente, o diretor de não sei o quê.

Aí foram chamar o chefe lá dentro do Instituto do Coração. Ele veio atender e perguntou quem estava falando, eu falei meu nome e ele falou: “Vem cá, você pode informar se a vítima já morreu?” Nessa hora eu dei risada. Vai se lascar! Ele continuou: “Não, porque a gente só vai buscar quando estiver quase morto que é para socorrer, você vai doar o quê?” “Não estou doando, eu quero fazer

um rolo”. “Ô amigo, você está querendo zoar com a gente aqui? Nós não pegamos ninguém vivo. Você está ficando doido? E ainda liga a cobrar?”

Não era brincadeira. Se o cara fala [para fazer isso], eu faço mas primeiro eu quero um documento que prova que estou trocando. Matar primeiro sem dar nada não dá.

Juraci afirma e confirma perante o desconcertado entrevistador que a proposta era séria:

Eu levei essa proposta. Levei e levo outra vez se for para eu ficar no meio do mundo sofrendo. Isso não é vida para ninguém. Não quero dar essa vida para ninguém. Quero ter só uma coisa na vida que é uma casa para meus filhos morarem. Acho que esse direito o Governo Federal tinha que dar para qualquer cidadão: emprego e moradia.

O momento pior do desespero passou. Ele conta que, quando saiu do hospital, foi encontrar o pessoal da escola em que trabalhava, quer dizer, onde tinha recebido a notícia de que perdera o emprego. Contou sua história, falou que pensava em dar um fim a tudo isso; contou sua desatinada proposta. Chorou, desabafou, o pessoal se comoveu, tentou acalmá-lo e tratou de garantir alguma ajuda. Cesta básica, claro, sempre que precisasse. E o caseiro da escola, que trabalha lá há 15 anos, disse que tinha uma casinha que poderia emprestar para colocar os meninos: “ele emprestou a casa, já está com um ano, aqui no São Carlos, e as crianças estão lá com a minha ex-mulher faz um ano, de vez em quando eu vou lá”.

Quando passa por lá, recebe a cesta básica. Juraci recebe e agradece, mas é não é isso o que procura: “mesmo que alguém te dá uma cesta básica de coração, mesmo assim você não se sente feliz porque você não é velho, tem saúde e quer um emprego”. Quanto à ajuda do caseiro, que emprestou a casa para alojar a ex-mulher e os filhos, Juraci também reconhece e agradece, mas sabe que fica tudo por um fio, pois a qualquer momento ele pode pedir a casa de volta.

Juraci voltou a procurar emprego, sem sucesso nenhum. Procurou em agências de emprego e no balcão de emprego do Sindicato dos Metalúrgicos; circulou pelas ruas do centro da cidade atrás das placas de emprego e anúncios das agências. Até agora, nada. Enquanto isso, o casal vai mal se equilibrando com os R\$300,00 do salário de Arlete e com a ajuda que recebe dos

ex-colegas da escola em que trabalhou. Em 2001, Juraci voltou a estudar e estava fazendo o supletivo de Ensino Fundamental. Também reconhece o incentivo do governo. Mas acha que está tudo errado: o governo “tirou o emprego da gente e bota nós para estudar”. Isso não adianta nada: “nós não vivemos sem comer. Ele devia fazer as duas coisas: dar emprego e exigir que todo mundo estude”.

Juraci bem que tentou se inscrever no “programa de emprego e renda” que o governo municipal implantou, na época, no Distrito do Lajeado. Não conseguiu nada. É assim que ele descreve: um dos programas é apenas para as pessoas com mais de 40 anos e ele tinha então 37 anos; o outro programa era apenas para quem não tivesse renda familiar nenhuma, e a esposa Arlete tinha um salário de R\$300,00. Além do mais, ele não mora no Lajeado, mas no Distrito de Guaianazes, que é ao lado. Mas não adianta, pois assim mesmo fica fora de um programa dito de inserção social. Enfim, Juraci não se encaixa nos critérios do público-alvo. Nem a vida, muito menos o sentido da vida.

Quanto ao mais, tudo continuava incerto em relação à situação dos terrenos. Mas ele e a esposa Arlete estavam se apressando, do jeito que podiam, para melhorar e ampliar o “barraquinho”. Afinal, a roda da vida continua girando. O casal estava se preparando para acolher o outro irmão de Arlete que estava em situação difícil – “ele tem três filhos, mora num quartinho miudinho que o sogro deu pra morar, mas não cabe nem a cama”.

Jair, o trabalhador: o sonho impossível de uma ordem estável de vida

Vanda (27) e Jair (33), baianos, chegaram em São Paulo em 1991. Não conheciam nada da cidade. O irmão vai buscá-los na rodoviária e os acolhe em sua casa em um bairro próximo ao Jardim São Carlos, também na região de Guaianazes. O casal se instala nos fundos da casa e contribui com parte do aluguel. Depois de um ano, em 1992, alugam uma casa ali mesmo em Guaianazes. Em 1993, ocupam o terreno onde moram atualmente. A casa que construíram foi também destruída, parcialmente. Em 2001, com um filho então com oito anos, estavam empenhados em recuperar o que era possível e reconstruir o restante.

Jair é condutor de máquinas em uma empresa de terraplanagem que atua em várias regiões do país. Aprendeu a lidar com máquinas quando ainda

morava na Bahia: trabalhava como ajudante na condução de máquina em uma fazenda em Ilhéus. E isso lhe valeu a chance do seu primeiro emprego em São Paulo, logo que chegou à cidade. Estava há uma semana instalado na casa do irmão: “comprei o jornal, vi o anúncio para operador de máquina: esteira, carregadeira, escavadeira”. Era em São Bernardo, município do ABC paulista. Jair não tinha a menor idéia de onde era. Perguntando a uns e outros, perdendo-se pelo meio do caminho, chegou lá – “fiz o teste e eles me mandaram buscar minhas coisas e já começar a trabalhar”. Daí para a frente, nos dez anos que se seguiram, trabalhou sempre como condutor de máquinas em empresas de terraplanagem. Grandes empresas que tocavam grandes obras em São Paulo, no interior e mesmo em outras regiões do país.

Jair participou e vivenciou um lado importante da modernização paulista. Seu primeiro serviço em São Bernardo: derrubar uma favela e, depois, outras: “era direto, trabalhava mais em favela de São Bernardo. Era no Bate Espinho, no Rudge, no Pai Herói, Riacho Grande, Santa Cruz. Era direto nessas favelas que tinham em São Bernardo”. No lugar das favelas destruídas, seriam construídos grandes edifícios. As máquinas que Jair conduzia eram peça importante na quase sempre conflituosa desapropriação de terras ocupadas pelos favelados. Com as máquinas, as casas se transformavam no entulho a ser retirado para que o terreno ficasse limpo e pronto para as grandes obras que seriam construídas. Ironia do destino, coisas da vida: mal sabia que, dez anos depois, ele que estaria do outro lado. O serviço o jogava em meio a acirrados conflitos. Era muito perigoso, conta Jair. Foi assim a sua primeira experiência da modernidade paulista:

[era] loteamento para o pessoal da favela. Eu trabalhava com a máquina. Era polícia de um lado, polícia de outro e os bandidos na frente. Era tiro de um lado, tiro de outro, dizendo para eu derrubar. Teve época de eu pular em cima da máquina e mandar o engenheiro ir. Eu falava: “Não tenho vida para entregar assim a troco de nada. Vocês vão”.

Derrubavam para fazer (prédios). A Prefeitura começa a ir. As mulheres chegavam na frente da máquina, sentavam na máquina e ficavam balançando as pernas. Uma vez, desapropriaram um campo e eu com a máquina arrancando a grama! Aí eles falaram que eu tinha que tirar grama por grama. Larguei a máquina lá e fui embora. Fugi da obra. Quando chegou lá, a máquina estava toda queimada. Eles botaram fogo. Eu não voltei mais.

Você ia para o trabalho com medo?

A gente vai com medo quando é para desapropriar as áreas. Às vezes eu era escalado. Falava que não ia. Dava uma desculpa dizendo que ia sair ali tomar um café e não voltava mais. Eles já sabiam e botavam outra pessoa.

Por que você saiu da firma?

Porque falei para eles que eu estava correndo muito perigo. Eles me mandaram embora.

Jair não queria mais fazer o serviço. Achava perigoso demais. Largou o emprego. Mas depois de 90 dias foi chamado novamente, pela mesma empresa. Agora era um serviço de desapropriação e terraplanagem para a Petrobras. Era a construção do Gasoduto Brasil-Bolívia:

É assim: a topografia tem um projeto aqui. Se o projeto da topografia marcar de passar dentro da casa, aí desapropria a casa ... Resposta: A Petrobras desapropria e passa. A gente passava muito em lavouras de laranja, de morango, pêra, algodão, feijão daqueles fazendeiros, pecuária mesmo. Passava por dentro, desapropriava. É 60 metros de um lado e 60 do outro. Aí pertence à Petrobras, era ela que desapropriava.

Jair ficava longos períodos longe de casa: o serviço era no interior do Estado, outras regiões e chegou até o Pantanal, em Mato Grosso. Sempre que possível, voltava para casa, a cada 15 dias ou então a cada mês. Trabalhou nisso por um ano. O serviço terminou, ficou uns tempos sem trabalho e depois foi chamado de novo para tocar as máquinas que então estavam preparando o terreno para a construção de um CDHU (conjunto habitacional) na Penha. Saiu do emprego seis meses depois. Motivo: atraso de pagamentos. Ficou cinco meses sem trabalho. Mas eis que foi chamado de novo, sempre pela mesma empresa: “Fizemos uma barragem lá em Mogi das Cruzes, lá em Beretiba Mirim”. Trabalhou mais cinco anos para essa empresa. Depois da barragem, eram outros os serviços de terraplanagem que ele ajudava a executar com as máquinas que sabia tão bem conduzir. Dessa vez as máquinas estavam ajudando a construir a “cidade global”, os condomínios fechados na região de Alphaville e os grandes hipermercados e supermercados que compõem o cenário dos nossos personagens da região sul da cidade (capítulos 3 e 4). Eram obras encomendadas por grandes atacadistas: “era um grupo de atacadista, fizemos terraplanagem para o Carrefour, ali no Alphaville, Ponto Frio, Pão de Açúcar, o Shopping”. Depois de cinco anos, “estávamos trabalhando,

ela fechou as portas. Disse que estava falida”. Jair foi mandado embora e não recebeu os direitos e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. O assunto trabalhista foi parar na justiça e até agora Jair não recebeu nada. A empresa abriu falência, mandou todos embora, não pagou nada e, nesse meio tempo, o mesmo grupo abriu outra empresa com outro nome. Continua operando, como antes, “naqueles loteamentos de Alphaville”. A revolta de Jair é grande quando fala do assunto:

É isso mesmo. É uma área que pode chegar a acontecer a qualquer momento. Porque hoje em dia a gente não espera nada do governo. Na mesma hora que você pensa que está tudo certo, vai tudo por água abaixo. O benefício que ele faz é só para o rico. As empresas hoje em dia! Todas fechando. Você vê milhões e milhões de pessoas desempregadas passando fome, dormindo nas calçadas, debaixo de viaduto. É gente se matando. Quem fez isso? É ele mesmo que está fazendo isso. [...] [...] Os empresários hoje em dia bancam uma de esperto, dá uma de falido, fecham as portas. Passa um ano, 6 meses e abrem a firma com outro nome só para não pagar seus deveres, o tempo de casa que você tem, falam que não tem dinheiro, que estão falidos. Eu trabalhei 5 anos e durante esses 5 anos o dinheiro que eu tinha lá era 45 reais de Fundo de Garantia. Botei na justiça e está até hoje esses cinco anos. Até agora nada. Está na mão da advogada até hoje. Eles falam que faliu e as máquinas estão todas trabalhando em Alphaville. Aonde é que está a justiça que não pode prender uma máquina? E o cara aí, para cima e para baixo também. O culpado disso é o governo. Ele mesmo fala que no Brasil não tem lei. O próprio dono da firma, ele cansou de falar: “Se fosse no Japão! Lá sempre tem lei, mas no Brasil não tem”. E ele é japonês. Firma grande. Tem um monte de máquina. [...] Agora ele está lá em Alphaville. Aqueles empreendimentos de Alphaville, aqueles loteamentos é tudo ele que faz. Está lá com o mesmo número de máquinas trabalhando.

... Ele falou que estava falido. No primeiro mês que ele atrasou o pagamento eu saí. O dinheiro que deu foi mil reais. Até hoje está lá. 5 anos, férias, tudo para receber. Meu cunhado também trabalhou lá e tem 5 anos. Não recebeu nada, nada. A gente ia conversar com ele e ele dizia que no Brasil não tinha lei. Lei só no Japão.

No momento da entrevista, em 2001, Jair estava trabalhando em uma outra empreiteira. Mas como ele diz, “não é nada garantido”. É um trabalho por empreitada. A esposa Vanda trabalhava como arrumadeira em um hotel

no (para eles muito distante) bairro de Santo Amaro, zona sul da cidade. É uma empresa terceirizada de serviço e Vanda estava no emprego havia um mês. Antes disso, desde sua chegada em São Paulo, fez muita coisa. Também ela vivenciou a modernização da cidade, mas pelo outro lado, pelas circunstâncias do trabalho precário. Assim que chegou da Bahia, quinze dias depois já estava trabalhando em uma confecção no Brás. Uma conhecida indicou. Trabalhou com carteira assinada, mas era contrato temporário. Era fim de ano e as lojas contratavam mais gente para dar conta do movimento maior de clientes. Era uma “fábrica de roupa de grife”, explica Vanda. Trabalhou alguns meses como arrematadeira. Depois, trabalhou cerca de um ano em uma prestadora de serviços terceirizados de limpeza em um hospital. Em 1998, acompanhou o marido em Americana, onde Jair estava tocando máquinas de terraplanagem. Oito meses depois, estava de volta à capital. Trabalhou uns tempos em casa de família e, depois, mais recentemente, em outra empresa terceirizada de limpeza, seu emprego atual.

O casal amargou períodos de desemprego, mas cada qual acabou encontrando trabalho. Enfrentaram momentos difíceis entre um serviço e outro, mas nunca ficaram muito tempo sem emprego. E Jair, com sua reconhecida experiência de condutor de máquinas pesadas, pode até mesmo ser considerado um privilegiado se comparado com seus vizinhos e a grande maioria dos novos migrantes que chegam à cidade já na década de 1990. No entanto, ao contrário do que acontecera com as primeiras gerações de migrantes (como os nossos personagens do Jardim Antonieta, na zona sul de São Paulo), o trabalho não lhe garantiu a segurança da “casa própria”, mesmo contando com o reforço, também contínuo, do trabalho de sua esposa Vanda. Quando chegaram ao Jardim São Carlos, além de pagar aluguel, as condições eram precárias. Quando decidem ocupar o terreno e construir sua própria casa, o momento era difícil. Jair estava há cinco meses sem trabalhar e Vanda havia se afastado do trabalho para cuidar do filho de sete meses que estava doente na época, com crises graves de bronquite. E para piorar tudo, a casa em que moravam começou a desmoronar. Era período de chuvas fortes: a casa ficava no alto de um barranco que começou a cair – “ficou um metro de distância entre a casa e o barranco de praticamente quase 10 metros de altura”. Era muito perigoso, diz Vanda. Tecnicamente, o casal morava no que se define como “área de risco”.

É esse o momento em que Jair toma a decisão de ocupar um terreno no Jardim São Carlos: “nessa época o pessoal estava pegando lote aqui e meu

marido aproveitou o desespero que a gente estava, pegou um também”. O desespero falou alto, mas não foi só isso. Havia mediações. Vanda conta que, antes disso, “tinha o pessoal da comissão que fazia reuniões, sempre tinha alguém”. Vanda não consegue explicar o que era essa tal comissão – “não entendo direito dessas coisas, meu marido é quem sabe”. Mas Jair tampouco esclareceu muita coisa. Podemos supor que era a organização interna dos moradores do Jardim São Carlos. Mas esses “detalhes” não parecem fazer lá muita diferença para quem tinha urgência em resolver o problema. E Jair tinha. Havia o risco de a casa desmoronar. Havia “o desespero que a gente estava”, como diz Vanda. Mas também é verdade que Jair acreditou que tudo ia dar certo. Era o que se ouvia dizer. “Eles” diziam que o terreno era da Prefeitura, que bastava ocupar para que as negociações fossem abertas em seguida. Mas já corriam as histórias de um suposto proprietário cobrando, sob ameaça, o pagamento dos terrenos ocupados. E Jair também acreditou que seria possível primeiro ocupar e depois negociar o pagamento. Acreditou na palavra de advogados, que, a essas alturas, se faziam presentes no pedaço, oferecendo seus “serviços”. Jair contratou um deles:

Aí arrumaram advogado e todo mês era um salário mínimo que eu dava para ele... o pouco que eu ganhava, pagava o advogado. E o advogado enrolando.

Ele foi roubando, enrolando aí paramos de dar um salário mínimo cada um. Veio outro advogado, a mesma coisa direto. Só levando, levando e ameaçando. Dizia que a polícia vinha tirar e derrubar.

Jair devia mesmo acreditar que as coisas iriam dar certo; acreditava que o pior não haveria de acontecer. Pois ele investiu pesado em sua casa. Jogou todas as suas economias na construção: “minha mulher começou a trabalhar, colocava as coisas aqui dentro de casa e eu trabalhando, comprando bloco, colocando piso. Fiz dois cômodos, entramos aqui sem rebocar nada”. Depois, continuou empenhado nas melhorias e no acabamento da casa. Nos períodos em que estava trabalhando fora da cidade, mandava o dinheiro toda semana para pagar o serviço de um pedreiro. Quando saiu da empresa em que trabalhava, pegou todo o dinheiro recebido pelos “direitos devidos” e aplicou na casa: “fiz a casa melhor, um sobrado. O dinheiro do meu trabalho todinho apliquei aqui”. “Diziam” que tudo ia ser legalizado, que nada seria derrubado, e “foi por isso que apliquei meu dinheiro todinho aqui”.

Tinha um advogado que dizia isso: “era um deputado que ganhou [as eleições], ele disse que não iam derrubar mais e mandou a gente construir. Eu fui fazendo, todo mundo foi fazendo”. E aí “começaram a falar que se a gente não comprasse o terreno ele ia derrubar”. Como diz Jair, “quem comprou, comprou e quem não comprou, desconfiou”. Quem comprou foi apresentar os documentos de compra no Cartório de Imóveis. E ouviram a resposta: “esse papel, essa assinatura não vale nada, é como se fosse papel higiênico”. Aí pararam de pagar: “foi quando ele se revoltou e mandou derrubar”. E o pior aconteceu.

Foi assim que Jair relatou o dia em que a Tropa de Choque da Polícia Militar entrou no Jardim São Carlos para destruir as casas:

... no dia 9 de maio de 2000 ligaram para mim na firma dizendo que era para vir para cá porque a Tropa de Choque vinha derrubar tudo. Quando cheguei aqui estavam aí: o pessoal revoltado queimando pneu. Eu falei mesmo, afinal tinha quase 20 mil reais empregado aqui, falei: “Seja o que Deus quiser, eu não vou deixar tirar nada. Pode deixar derrubar tudo”. Perdi a cabeça. Só tirei meu filho de dentro de casa. [...] O pessoal que tirou as minhas coisas de dentro de casa. Eu não tirei. “É doído!” Tem hora que não gosto nem de lembrar quando vi as máquinas derubando minha casa, meu suor todinho aqui.

Para Jair, foi tudo coisa da máfia dos grileiros: diz ele que a juíza que autorizou o processo de reintegração é parente de um dos supostos proprietários, que, claro está, nunca apresentou documento nenhum para comprovar a titulação de terras. Não poucas vezes o dito advogado, o falsário, diz Jair, circulava no bairro em uma viatura da Polícia Militar: “ele vinha aqui, andava para cima e para baixo, fazia o que queria com a turma e ia embora com os policiais”.

A irregularidade foi comprovada e o juiz deu a permissão judicial para os moradores voltarem para suas casas. Mas a casa tinha sido destruída. Não tinham para onde ir: “arrumaram uma casa para eu colocar as coisas com a mulher. Cinco pessoas num cômodo só. As coisas ficaram todas do lado de fora. Eu perdi tudo. Quebrou guarda-roupa, máquina, tudo”. Nunca ninguém recebeu nada, nem indenização, nem recursos e material para a reconstrução: “mandaram quem pudesse construir, construísse, quem não pudesse ia ficar na rua. O que a gente se revoltou foi isso. Ele tinha que ter dado o material que a gente gastou e que ele derrubou”.

A única coisa que receberam foram doações: cestas básicas, cobertores, alimentação no período em que ficaram alojados no acampamento improvisado na avenida principal:

Coisa que nunca tinha feito na minha vida era receber doação dos outros. Fui obrigado, humilhado na frente dos outros recebendo as doações que deram para nós: cesta básica, cobertor, alimentação. Eu pegava mas o que desejava mesmo era a morte. Sempre dependi do meu suor. Falavam que aqui só tinha bandido. Bandido era ele! ...

Jair quer a indenização, quer receber tudo o que perdeu – “perdi tudo que fiz na minha vida. Era tudo isso. Eu perdi na mão de um bandido. E agora? Ele vive para cima e para baixo, na rua, solto, e nós perdemos tudo”. Não consigo compreender, diz Jair: ninguém foi punido, o Estado não foi processado, apesar de o promotor ter dito que foi tudo irregular e que o governo poderia ter interferido para impedir a derrubada das casas. Nada foi feito. Jair pretende mover um processo contra o Estado e também contra o falso proprietário: “a gente perdeu mas não vou deixar de bobeira tudo que ganhei”.

No ano seguinte, 2001, estava tudo ainda muito incerto. E era grande o medo de tudo começar de novo. Como dizia Vanda, “do jeito que está, se eu tivesse um lugar para ir, jamais ficaria aqui. Saio para trabalhar com medo. De repente você está lá, e se o pessoal ligar dizendo que eles vieram e que vai derrubar tudo de novo? Tudo que a gente faz aqui faz com medo. Mas faz por necessidade”.

Quanto a Jair, ele gostaria de voltar para a Bahia e refazer a vida junto com seus irmãos: “São Paulo não me deu nada, a única coisa é que meu filho nasceu aqui em São Paulo, mais nada”.

João, o militante: “é assim a zona leste, na base do ferro e fogo”

João (39 anos) e Mariana (38), casal sem filhos, chegaram em São Paulo em 1990. Moraram em uma favela por um tempo. Na época, João trabalhava em construção civil. Era pedreiro e depois tentou se estabelecer como autônomo. Em 1994, vieram para o Jardim São Carlos. Primeiro para

morar na casa de um colega que João conhecera no Brás e que “convidou para vir morar na casa deles”. Logo depois, ouvem dizer “que estavam invadindo, que aqui era terreno invadido”. Em 1996, João decide então ocupar um pedaço. Acreditava que, quando o dono aparecesse, seria possível legalizar. Chegou a procurar o tal do Biella para acertar o pagamento. Construíram a casa em um terreno que então dividiam com mais outras quatro ou cinco famílias. Foi uma das poucas casas preservadas da destruição: os tratores se aproximaram, mas a ordem de suspensão da reintegração chegou a tempo. Os vizinhos da frente não tiveram a mesma sorte.

Desde os primeiros tempos, a insegurança era enorme. Os boatos corriam solto, as ameaças eram grandes e, não poucas vezes, chegaram às vias de fato. Mariana conta: “desde quando a gente mora aqui, desde quando a gente colocou o primeiro blocozinho aqui nesse chão... a minha casa tava menos da metade, ele veio com o trator, parou lá na frente, para derrubar”.

Mas, desde os primeiros tempos, João se envolveu ativamente na situação. Ele é um militante. Tornou-se liderança importante no local. Faz parte da associação de moradores, acompanha o andamento do processo nas instâncias judiciais, representa os moradores nas tratativas ou enfrentamentos com o Biella e os ditos representantes legais dos ditos proprietários, promove e convoca os moradores para reuniões e manifestações coletivas. Parou de trabalhar em 1998 para se dedicar exclusivamente às questões legais do São Carlos e de outros bairros irregulares da região. Por diversas vezes chamou a imprensa para denunciar casos de grilagem e de ameaças recebidas por moradores tanto do São Carlos como de outras áreas irregulares. Conseguiu com instâncias políticas da região caminhões para retirar os escombros deixados nos terrenos após a derrubada, para que as famílias pudessem reconstruir suas casas.

Enfim, jogou papel importante na organização dos moradores e como articulador político. Nas vésperas da reintegração, ajudou a organizar a última tentativa de evitar a entrada da tropa de choque da Polícia Militar. E depois do estrago feito, tratava de encontrar solução para os moradores desalojados, entre casas emprestadas e o acampamento improvisado na proximidade. A esposa Mariana acompanhava tudo e conta:

João fazia contato com eles, ia de noite lá saber como tava, trouxe médico para todo mundo e aqueles que não tinham condições o João deu a idéia de fazer barraco aí em cima. Fez um monte de

cabanas, né? De barraquinho. Aí fez uma cozinha enorme e fazia fila, e cada vez ia uma mulher para cozinhar, para dar comida para todo mundo e o pessoal de fora trazendo alimento, trouxeram muita coisa, sabe?

Aí quando falaram que podia todo mundo voltar foi bom demais, né? Aí o João já conseguiu o trator para ir limpando os terrenos e o pessoal construindo e arrumando também. Fizeram as casas até melhor do que quando era antes. Agora a gente está com esperança de ficar aqui para sempre, né?

Nesses anos todos, João dedicou-se quase que integralmente aos problemas do Jardim São Carlos. Mas não só. Sua militância o levou para outras paragens. Acompanhava os conflitos de terra que vinham então pipocando nessa região mais distante da zona leste. Em 2001, na época da entrevista, ele falava de 80 mil pessoas em situação de litígio de terras. Era a avaliação que fazia da situação nessa região da cidade: “Só aqui nós temos São Mateus, Sapopemba, Barro Branco, Etelvina, Jardim Aurora, eu sei que é um número de pessoas tão grande que elegem um presidente da República hoje”.

Diz João que sua militância começou logo nos seus primeiros anos em São Paulo, ainda nos tempos em que morava em uma favela no bairro da Penha (zona leste). Foi lá que tomou conhecimento e se aproximou de gente ligada aos movimentos de moradia na cidade. O casal tinha acabado de chegar em São Paulo. Não tinha para onde ir, mas sabia de contrerrâneos seus da Bahia que estavam morando lá. É assim que ele conta:

Quando eu vim para São Paulo eu morei primeiro na favela, não tinha para onde ir... como eu não tenho parentes, não tenho ninguém ... tive que procurar uns amigos para pedir um certo apoio e que infelizmente moram na favela ... amigos da minha mãe e que às vezes iam para a Bahia e ficam lá em casa... E fiquei com eles um tempo lá e foi quando começou minha trajetória de vida em relação à moradia e militância.

... começamos a descobrir que existia muita injustiça nas favelas, muita discriminação e tal e a gente começou a fazer um trabalho, a querer ajudar aquelas famílias que passavam necessidade como a gente faz até hoje. Tem uma família passando fome, a gente junta toda a favela, precisa dar um quilo de cada coisa, 20 gramas, 10 gramas e tal e mil vezes aquilo... enfim, foi assim que a gente começou... e foi quando surgiu o primeiro boato de reintegração de posse dentro da favela e o interessante é o seguinte, que em favela não existe reintegração de posse.

É o relato retrospectivo de um militante. Mas o fato é que a chegada do casal em São Paulo foi difícil. É Mariana quem conta. Moravam na favela e saíam, os dois juntos, à procura de trabalho: “a gente saía de porta em porta pedindo emprego. Tinha vez que ele falava: “É a sua vez, três casas é sua, três é minha.” Tudo bem. Aí batia na porta: “Você não está precisando de uma pessoa para trabalhar?” “Não, não, não!”. Acharam que desse jeito não iriam nunca conseguir emprego. Leram no jornal um anúncio de vaga para um casal de caseiros de sítio em município vizinho de São Paulo. Tentaram a sorte e lá ficaram por volta de oito meses e, depois, outros nove meses em um outro sítio. Mas não quiseram ficar: o salário era pouco, o isolamento era grande e não viam futuro nenhum nesse tipo de serviço. Em 1994, o casal já estava de volta a São Paulo, morando na mesma favela de antes. João começa então a trabalhar como pintor e pedreiro na construção civil. Ao que parece, deu-se bem no serviço, pois era sempre chamado, de uma construção para a outra. Pegou a manha no serviço, conheceu gente e resolveu montar o seu próprio negócio. E parece que também deu muito certo, ao menos assim é que ele conta. Chegou a ter uma dúzia de funcionários trabalhando para ele, e as encomendas de obra chegavam de vários pedaços da cidade. Montou o seu próprio negócio quando já estava no Jardim São Carlos, por volta de 1995. Afirma que ajudou muita gente a construir suas próprias casas. Como ele diz, “a maioria das casas aqui foram obras minhas”. Talvez haja um bocado de exagero nisso. Mas, ao que parece, o negócio ia bastante bem. Ao menos o suficiente para manter Mariana na exclusividade dos cuidados domésticos.

A partir de 1998, a situação muda. João deixou o seu negócio de lado para se dedicar de corpo e alma à militância. Onde havia um conflito de terra lá estava ele presente. A sobrevivência do casal passou então a depender inteiramente de Mariana: vende produtos Natura e Avon. É intermediária nas vendas; a rigor, agencia o trabalho de outras revendedoras, ganhando uma comissão nas vendas. Ela avalia que, dessa forma, consegue multiplicar as vendas e que o ganho não é de todo mal: “como é eu, ele, nós dois sozinhos, não temos criança, dá para garantir”. Em 2001, já fazia três anos que estava nessa atividade. Conta que tudo começou quando uma gerente dos produtos Natura a procurou:

A gerente passou aqui na rua aí uma colega minha me indicou: “Vai na casa da Mariana que ela vai ser batalhadora, conversa com ela.” Aí ela veio aqui, conversou comigo, convidou para ir à reunião, eu fui e deu tudo certo. [...]

Clientela não é problema, diz ainda Mariana. Conhece “todo mundo”, é bem relacionada e o marido trata também de ajudar, indicando os lugares onde as vendas podem ser bem-sucedidas:

[eu vendo] em São Carlos todinho. Até lá para baixo, lá pro lado da estação eu tenho um pessoal lá que eu conheço e eu vendo para elas também. Tenho freguesa lá que às vezes liga para mim para mim levá produto eu vou lá... O João trabalhava de pedreiro então ele me levava sempre. “Mariana, vai lá. O pessoal precisa te conhecer.” Aí eu fui conhecendo e essas pessoas eu apresento produto aí e elas compram comigo. Diz que vende bem, que consegue repassar para outras tantas revendedoras.

Porque às vezes aqui quando estava derrubando três dias depois da derrubada, três caras pegô o João ali e botaram os revólver na cara e ia matar. As mulherada, nós mulherada correu todo mundo e pediu: não, não, que é ele que ajuda nós aqui. Então pelo amor de Deus não mate ele. Aí: Vai! Então suma cabeludo! Suma! Mas iam matar ele aqui na rua, de noite, eram umas nove horas da noite.

O casal até que ia se equilibrando bem com a renda obtida por Mariana. Mas nem por isso a insegurança diminuiu nesse tempo todo. Além da ameaça que paira sobre todos, João, diz ele e ela confirma, é alvo de ameaças de morte por parte dos grileiros da região. Mariana conta: três dias após a derrubada das casas, “três caras pegaram o João ali (em frente da casa) e botaram o revólver na cara dele. Disseram que iam matar”. Só não foram às vias de fato porque “nós, a mulherada, correu todo mundo”, e conseguiram impedir o pior. Nos anos que se seguiram, João continuou presença constante e sempre notada nos lugares de conflito de terras: São Mateus, Sapopemba, Barro Branco, Etelvina, Jardim Aurora. João descreve, sempre em tom militante, as atividades de mobilização, coordenação, articulação de moradores e seus representantes políticos. Ele conhece bem a situação de toda a região, não só do Jardim São Carlos: cita o nome de grileiros, de imobiliárias fraudulentas e “gente graúda” envolvida. Conhece os trâmites legais e judiciais por onde passam os litígios de terra. Sabe e descreve com detalhes o modo como as coisas são feitas. Como ele diz, “é assim a zona leste, na base do ferro e fogo”: histórias de policiais corruptos, de gente que é morta, assassinatos encomendados por grileiros, violência desmedida contra moradores.

Em 2003, João foi morto a tiros na frente de sua casa. Dois anos depois, o episódio ainda não havia sido esclarecido, se é que vai ser algum dia. Depois

dos primeiros momentos, a hipótese que corria de uma morte encomendada por grileiros da região foi cedendo lugar para outras histórias, ou rumores, sem que nada pudesse ou possa ser apurado. Ao que parece, foi mais um episódio comum, quase prosaico de tão freqüente, de desentendimento entorno de algum desses acertos ou desacertos de que são feitas as tramas do mundo nessas regiões da cidade, e que é resolvido a tiro por alguém enroscado nos caminhos tortos da vida. Mas aí, como era de esperar, fatos e circunstâncias ficam todos eles embaçados. Ninguém fala abertamente, ninguém sabe ao certo o que se passou. E quem sabe não conta.

Post-scriptum

Anotações a partir de registros de um diário de campo. Anotações a partir de conversas com uns e outros. Sinais de que a roda da vida continua girando, só que em espiral, afinal as coisas nunca voltam para o mesmo lugar e muito menos voltam para trás. Então, nos volteios espiralados do mundo, o Jardim São Carlos vai ficando em fase e em fina sintonia com os tempos da modernidade globalizada.

Voltamos ao Jardim São Carlos em 2004. Ao que parece, a situação vai aos poucos sendo regularizada. Depois de ter sido declarada área de interesse social, foi dado início ao processo de desapropriação. Conforme nos foi esclarecido por uma técnica do Departamento de Desapropriação da Prefeitura Municipal de São Paulo (DESAP), esse é um processo lento, que pode levar muitos anos, além de ser implantado também em tempos diferenciados, tudo dependendo dos resultados da “análise dominial”, isto é, da identificação dos proprietários e da situação legal da titulação. De toda forma, a coisa está andando. Arlindo e sua esposa Silmara estão esperançosos: acreditam que, ao menos no pedaço onde moram, a situação legal do terreno (documentos e titulação) possa ser resolvida, digamos, nos próximos cinco ou oito anos.

A pavimentação também está chegando. Mas apenas em algumas ruas, não em outras. Tentamos saber o critério da escolha das ruas ou áreas do Jardim São Carlos que estão recebendo, afinal de contas, a tão esperada melhoria urbana. Ninguém conseguiu explicar direito. Mas ficamos sabendo da mobilização dos moradores de uma rua, apenas uma rua do Jardim São Carlos. Eles discutiam o que fazer para pagar os carnês que chegaram junto com o tão esperado asfalto. Era o asfalto daquela rua. Não conseguiram explicar por que aquela e não outra, e por que só uma e não todas. Tampouco conseguiram

explicar o valor que cada família está pagando, em carnês. São valores muito altos. De acordo com uma das moradoras, o valor mais baixo é de aproximadamente R\$102,00 mensais!! E disse ainda que, se o carnê não fosse pago, o valor seria cobrado no IPTU com multa, e se este não fosse pago, corria-se o risco de perder o imóvel. Como se vê, a regularização dos terrenos tem o seu custo. Afinal de contas, agora os moradores do Jardim São José fazem parte das regras do jogo. E se fazem parte do jogo, então estão em fase com os tempos e têm que pagar pelo que recebem. O mais interessante de tudo é que essa rua foi contemplada por um programa implementado pela Prefeitura de São Paulo, que leva o interessantíssimo nome de Plano de Pavimentação Urbana Comunitária (PPUC). Conforme nos foi explicado por um técnico da Subprefeitura de Guaianazes, de acordo com esse plano, os moradores devem pagar pelo asfalto na seguinte divisão: 70% do valor fica por conta da Prefeitura, 30% por conta dos moradores. Para que a rua entre no plano, pelo menos 70% de seus moradores têm que aderir. Quem não aderir pagará o serviço no carnê do IPTU. Mas então é um contrato que os moradores dessa rua assinam com a Prefeitura. Quer dizer, se entendemos bem essa história: cada rua e seus moradores, certo? Cada caso é um caso, certo?

Certo, mas acontece que, primeiro ponto, ninguém está entendendo muito bem por que algumas ruas foram contempladas por esse Programa de Asfalto Comunitário e outras não. E muito menos estão entendendo, segundo ponto, os valores que estão sendo cobrados. Voltamos à casa da mesma moradora. Ela disse que os valores eram tão altos que ela achava que tinha havido algum erro, que os valores tinham sido invertidos: “eu acho que a gente é que tá pagando 70% e a Prefeitura 30%”. Valores impressos no carnê: R\$1.300,00 à vista ou R\$2.400,00 divididos em 24 vezes. Esse foi o plano que ela fez. Mas o técnico da Subprefeitura de Guaianazes explicou tudo direitinho: “os moradores sabem de tudo, eles assinam o contrato”. Mas, e esse valor, não é alto demais? Resposta: é assim mesmo, “asfalto é caro mesmo”. Mas e os juros? As pessoas vão pagar mais de R\$1.000,00 de juros! Resposta: “esses juros são da empresa que contratou o serviço, a Prefeitura não pode fazer nada”. Quer dizer: os serviços públicos (??) de pavimentação estão sendo feitos por uma empresa terceirizada. Em tempo: no caso, a empresa terceirizada é a OAS, uma das grandes construtoras do país.

Como se vê, entramos mesmo na “era da indeterminação”, pois as diferenças entre o público, o privado e o comunitário (lembrem: é um programa de asfalto comunitário!) ficam mesmo indeterminadas. Quer dizer: fica tudo in-

diferenciado. Fica tudo indiferenciado ao mesmo tempo em que as diferenças são deslocadas ou transferidas para o próprio Jardim São Carlos: as diferenças vão sendo produzidas e estampadas (literalmente, com as máquinas de asfalto) no espaço. Cada rua e seu asfalto, cada qual e seu carnê, desde que os valores sejam pagos e bem pagos.

Tudo isso ficamos sabendo no final de 2004. Ainda seria preciso saber mais e averiguar direito e com mais cuidado como estão sendo planejadas as melhorias urbanas do Jardim São Carlos, e como as coisas estão acontecendo. Além do mais, em 2005, “ano novo, vida nova”. Mudou o prefeito da cidade, mudou o partido do governo, mudaram as composições de força e, como sempre e desde sempre, mudam prioridades, mudam procedimentos e, no momento em que este livro está sendo finalizado (início de 2005), não dá para saber o que vai acontecer. A única coisa certa é que tudo no Jardim São Carlos continua incerto. Mas aqui temos as pistas que precisarão ser seguidas em uma outra rodada de pesquisa. Por enquanto, ficamos aqui com as nossas anotações.

Mas, então, continuando. Ao que parece, a vida vai ganhando seus rumos. E o Jardim São Carlos vai também ganhando jeito de um bairro como os outros. Finalmente, a mediação pública já faz parte de seus cotidianos. Agora, para tratar dos assuntos comuns, os moradores têm como interlocutores os representantes da Prefeitura e da Subprefeitura, além dos vários organismos públicos que lidam com a regularização dos terrenos, com a pavimentação e outras melhorias urbanas. E isso já faz muita diferença. Antes, tinham que lidar com grileiros e seus capangas, imobiliárias fraudulentas, falsos advogados e mercadores da desgraça alheia. O dito associativismo civil também chegou por lá – “aqui tem mais de 12 associações”, diz Silmara. E, como em todos os lugares, algumas são tocadas por gente séria, outras nem tanto e correm histórias, aliás, como em todos os lugares, de cestas básicas que não chegam a seu destino, que são cobradas indevidamente ou, então, que funcionam como moeda de troca nas disputas locais.

O sempre muito ativo casal Arlindo e Silmara também está conseguindo ajeitar a vida da família. Arlindo estava trabalhando. O filho Pedro concluiu o secundário e arrumou um emprego de auxiliar administrativo, com carteira assinada. Silmara continua em seu emprego de costureira. Está tudo bem, ou estaria, se não fosse o fantasma da violência que agora, muito frequentemente, assombra os moradores do Jardim São Carlos. Ao que parece, no lugar dos grileiros e sua coorte de malfeitores, entraram em cena outros personagens. Pois o Jardim São Carlos, também nisso, está ficando, já ficou, em

sintonia com os tempos. O assassinato do militante João foi só o começo, é comentário que fazem. E as histórias vão se multiplicando, sem fim: “... outro morreu ali pra cima todo amarrado; ...um mês antes mataram um rapaz de dezessete anos lá embaixo no campo, amarraram, fizeram um pacote, amarraram as pernas; ... dentro da padaria, mataram o dono do bar, atiraram na mulher do dono, na empregada, na filha e mais duas pessoas lá, só sei que morreu, no total acho que morreu duas, não, quatro; ... eles estavam com fuzil e metralhadora ... e ainda teve aquele dia que...”. E assim vai:

... então é terrível a gente viver assim, então a gente cercado, de um lado é uma coisa ruim, do outro lado também, então a gente tá muito inseguro, cada um que vai embora, passa por aqui pessoa estranha que a gente não conhece, tudo que mexe com coisas erradas.

Terrível... a gente conviver com isso, é um círculo, é um círculo de coisas ruins em volta da gente...

Como em tantas outras regiões, quase todas talvez, as histórias de morte correm e provocam temores e inseguranças. Temores e inseguranças que se confundem, se misturam com a insegurança própria de circunstância de vida em que a conquista de um lugar no mundo está longe de estar garantida. Pois também correm histórias, essas muito confusas, diga-se, de gente que anda ocupando as casas deixadas vazias pelos moradores que foram para outras paragens na época do conflito. Ou que vão se instalando em terreno que já tem “dono”. Assim, conta Arlindo, “outro dia”, “esses caras aí” tomaram um terreno vazio que é (ou era) de uma senhora que não tinha condições de construir e ocupar ela própria. Pois então teve que ceder, e não foi por bem:

... depois de os caras invadir esses terreno vai querer invadir o quê? Vai querer invadir a casa da gente ...[e a gente] vai ser obrigado a meter bala nos cara. Aí vai acontecer igual no Rio de Janeiro, vai acontecer... tem uns apartamento aí que os caras mandaram tudo embora... aí não dá, né. Quer dizer que... eu vim pra cá pra Guaianazes, eu tinha dois meses de idade, certo, cheguei aqui no tempo do fogão a lenha, a querosene, jacaré, já cozinhou no jacaré? (risos)

E assim a conversa continua. Coisas da vida, da trama da vida, os fios que tecem a trama da vida nessa crescente e expansiva zona de indiferenciação

que desfaz todas as mediações e que, no mesmo passo, coloca todos e cada um face apenas à sua própria sobrevivência. Essa é a vida nua de que fala Agambem, vida matável exatamente porque descolada das formas de vida. Formas de vida, quer dizer, possibilidades, potências, capacidade de inventar outros possíveis.

Mas é por isso mesmo que, como diz o filósofo, “é a partir desses terrenos incertos e sem nome, dessas ásperas zonas de indiferença, que deverão ser pensadas as vias e os modos de uma nova política”.³ Os personagens que ocuparam a cena neste capítulo e em todos os outros, e mais todas as outras histórias que podem ser contadas, nos ensinam o quanto de verdade há nisso.

³ AGAMBEM, Giorgio. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 189.

TERCEIRA PARTE:
os lugares da família

CAPÍTULO VIII

Espaço privado e espaço público:
o jogo de suas relações









Capítulo 8

Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações

Robert Cabanes

Introdução

O INTERESSE PELO espaço privado e pela família impõe como tarefa a descrição da articulação entre o espaço privado e as diversas facetas do espaço público oficial (trabalho, política, religião) ou clandestino (narcotráfico), bem como a observação das evoluções mais significativas que emolduram suas relações. Esses espaços de relações sociais implicam em regras e contradições particulares e têm impactos diferenciados sobre as diversas modalidades de constituição do espaço privado.

Este texto se debruça sobre as famílias “operárias e populares”, que, sem dúvida, foram mais afetadas pelas perdas e transformações de referências no espaço público nos últimos vinte anos e que foram, mais do que as outras, forçadas a construir novas referências no espaço privado. Para descrever essa evolução, recolhemos histórias biográficas de famílias e seguimos os itinerários de mobilidades sociais, ascendentes, descendentes ou estacionárias, assim como as variações de função, tamanho e relações próprias a cada família. Os itinerários são individuais (profissionais) ou coletivos (residenciais); referem-se eventualmente às práticas sociais que dizem respeito ao uso dos servi-

ços públicos, semipúblicos e privados (escola, saúde, consumo, lazer), assim como às práticas culturais e identitárias.

As tendências relativas aos percursos que se inscrevem entre uma situação anterior já conhecida e um ponto de chegada, igualmente conhecido, poderiam ser apreendidas por meio da utilização de ferramentas estatísticas; mas nosso interesse repousa prioritariamente em processos, mecanismos ou acontecimentos de transição. O percurso das famílias resulta em diferentes “lugares” ou pontos de chegada, tomando caminhos que se pretendem qualificar por meio de um eixo de articulação entre as formas assumidas pelas relações internas às famílias e as formas das relações com o mundo social: formas de relações imediatamente presentes no seu ambiente social e formas de associação e de organização de maior envergadura (partidos, sindicatos, religiões).

É geralmente sob o ângulo do indivíduo, masculino ou feminino, que se observa a articulação com o mundo social. No entanto, parece-nos impossível passar por cima do patamar da família, instituição e forma viva que representa a forma de base da existência social, o ponto de articulação inevitável com os espaços públicos. De um lado, seria possível dizer que é na família que se articula a primeira relação social matricial associada à relação interindividual (como as múltiplas formas de amor), uma relação social de gênero que se atualiza sobre as mesmas bases que as outras relações sociais (dimensões de igualdade, de justiça, de equidade ou de dominação) e que confere uma primeira forma à relação com o espaço público. De outro, as lutas feministas contemporâneas provocaram um crescimento no papel das mulheres no espaço público – do trabalho em primeiro lugar e, em seguida, da cidade – e redefinem os papéis internos à família e às posições de gênero no espaço privado. Neste artigo, o conceito de espaço privado se refere à constituição de um espaço de relativa autonomia capaz de vincular as articulações interativas com os espaços públicos; o termo família se refere a uma ausência de relativa autonomia e a uma determinação apenas unívoca proveniente dos espaços públicos.

Essa interação poderia ser enfatizada na literatura sociológica¹ como uma narrativa em três movimentos: um primeiro que se situa em uma ordem feudal e, em seguida, monárquica, em que a família aparece em suas fortes

¹ Faz-se aqui referência ao dossiê *Comprendre le lien familial*, publicado na revista *Philosophie et Sciences Sociales*, n. 2, 2001. Em especial nos artigos de: Jacques Commaille e Claude Martin, “La repolitisation de la famille contemporaine”, p. 129-150, de Patrick Cingolani. “La famille entre ordre social et indétermination démocratique”, p. 151-168, e ainda Geneviève Fraisse. “Gouvernement de la famille, gouvernement de la cité”, p. 169-184.

relações de desigualdade e de dependência como matriz do político; um segundo movimento, a partir da Revolução Francesa, em que o espaço público se coloca como espaço da igualdade, isolando-se do espaço privado que foi relegado à gestão das mulheres, sobretudo para afastá-las das eventuais contaminações vindas de um espaço público “democratizado”, mais do que para reconhecer sua autonomia nesse domínio. De fato, dois lugares hierarquizados de poder se constituem, nos quais o espaço privado se subordina ao espaço público e se destina ao papel de formação dos futuros cidadãos, atores e responsáveis pelo governo da cidade, isto é, apenas aos homens. Os conflitos de gênero só podem existir nesse espaço e no quadro de sua subordinação; ao mesmo tempo, a família se torna objeto de controle das políticas públicas. O terceiro momento é o atual, em que o estatuto do espaço privado ganha equivalência ao do espaço público (já que o espaço privado foi declarado unanimemente como político, tanto pelos homens como pelas mulheres, em 1968) e se autoriza a explicitar “seu modo de ser, suas relações sociais” como “modelo político de realização do projeto democrático”.²

Um desdobramento recente desse modo de existência poderia opor o “individualismo positivo” do espaço privado, portador de aspirações de igualdade tanto no espaço privado como no espaço público, ao “individualismo negativo” do espaço público da economia, portador das relações de força impostas e intensificadas pelo capitalismo neoliberal. Este último, invertendo as deliberações do espaço público político, por um lado, e agravando as condições de vida de uma boa parte das classes trabalhadoras, por outro, suscita a emergência de novas modalidades de expressão, as modalidades que passam por fora do trabalho, pelos “costumes”, “a reivindicação dos direitos do homem e das liberdades fundamentais” em que a busca dos ideais de identidade e autenticidade, substituem as formas habituais de expressão dos interesses “de classe”. Por outro lado, todos aqueles cuja posição se agrava no mercado de trabalho vêem suas capacidades de representação e expressão se reduzirem a ponto de se tornarem socialmente invisíveis: seus direitos são reduzidos, por vezes reinterpretados em termos assistenciais; as economias clandestinas ou a violência constituem seus próprios “direitos”; a religião pode representar uma saída; a família pode ressurgir como um forte lugar de solidariedade primária. Em meio a essas evoluções contraditórias, o espaço privado se encontra, então,

² “O espaço privado desenvolveria assim um modelo de ser e de relações sociais que seriam suscetíveis de se impor como modelo político, como modelo de realização do projeto democrático”. Cf. COMMAILLE; MARTIN, op. cit., p. 146.

solicitado de duas formas opostas: por cima, como espaço matricial de reivindicações da sociedade civil à procura de novas formas de organização; por baixo, como uma última forma de resistência à “vida nua”.

Daí surge o interesse em observar os percursos de longa duração dos membros de cada família em suas diversidades. Eles podem se referir a um projeto familiar explícito – e, neste caso, trata-se de observar a adequação ou a não-adequação dos meios em relação aos objetivos e explicitar as razões de suas defasagens. Podem, ao contrário, se apresentar como incertezas que interditam a expressão de projetos e de esperanças – trata-se, então, de descrever a gênese de uma ausência ou de uma desconstrução. Em todos os casos, trata-se de descobrir nesses encadeamentos de cada trajetória individual e familiar onde se mesclam o planejado e o imprevisto, os acontecimentos individuais ou coletivos que induzem transformações de orientação.

A história da família não se fecha em si mesma; ela diz respeito à articulação de seus membros no “tempo social” que atravessam. É nessa relação com o tempo social que é possível posicionar tanto o conjunto dos indivíduos quanto o das famílias em sua relação recíproca; é esse posicionamento que nos interessa, assim como a relação de interação que esse posicionamento mantém com as relações internas à família. O período observado abrange duas gerações, cada qual em relação a “seu” tempo. Podemos, então, observar a passagem da primeira geração e o tempo social em que está envolvida a segunda geração, a geração dos filhos, assim como a relação entre essas duas gerações.

No contexto brasileiro atual, como caracterizar a ruptura neoliberal dos anos 90 e o novo tempo social que ela inaugura, em particular nas suas repercussões sobre a família? Como definir as relações entre espaços públicos e espaço privado? Não se trata de analisar as políticas públicas da União, dos Estados e das municipalidades, que tomam as famílias como alvo, mas simplesmente de observar o efeito dessas políticas sobre o mercado de trabalho e sobre as próprias famílias. E, ainda, de observar e assinalar as respostas e as modificações de estratégia das famílias, de uma geração à outra, através de suas práticas sociais e de suas representações.

Contextualização e hipóteses

A hipótese de partida é a de que, no mundo atual, o grupo doméstico e, de modo mais geral, o espaço privado, poderia se tornar um núcleo central de relações sociais por três razões: observa-se o desaparecimento ou o enfraque-

cimento das mediações sociais, que, de modo mais ou menos acentuado segundo as nações, as classes populares de trabalhadores assalariados estabeleceram para assegurar sua proteção; a obrigação de fazer face ao agravamento das condições de vida constitui a família popular³ como um último lugar de resistência e de elaboração de reivindicações; a família ou o espaço privado experimentam um processo interno de interação e de democratização em um mundo que caminha por processos inversos.

O contexto de migração e de urbanização intensa que teve início nos anos 50 no Brasil inaugurou uma transição. A grande família patriarcal – sem dúvida de modo semelhante à Europa feudal e monárquica de onde ela provém –, com uma ordem interna quase imutável, se inscrevia naturalmente no universo público como um prolongamento de seu universo privado,⁴ sob a forma da proteção e do favor; ela pode ainda se constituir como referência, mas, nos meios urbano e popular desde o século XIX, essa é uma referência em vias de desaparecimento:⁵ certamente, o grupo doméstico e a família nuclear que nascem então, continuam a fazer parte de uma família estendida, ainda que muito freqüentemente dispersa, e asseguram de uma certa maneira o prolongamento do antigo esquema do “homem provedor” e da mulher “dona de casa”. Entretanto, uma mudança importante aparece com o advento da autonomia do casal que se redefine nesse quadro não mais como um conjunto genealógico dado e imposto, mas como um conjunto de pessoas (o que compreende os de fora da família) “com as quais se pode contar”,⁶ em um espírito de reciprocidade que se estende ao longo do tempo.

A família conjugal restrita nasce desse reencontro entre, por um lado, um patriarcado enfraquecido pela urbanização que ressurge sob a forma do

³ A família de classe média foi igualmente atingida por esse processo, mas geralmente ela tem meios de superar as dificuldades por sua conta, diferentemente das famílias populares, que buscam solidariedade em múltiplas fontes e por múltiplos caminhos.

⁴ CABANES, Robert. *Travail, famille, mondialisation*. Paris: Karthala-Ird, 2002. (Annexe 2, Le groupe domestique ouvrier, 435-449).

⁵ Mariza Correa sublinha a raridade das uniões legais nas cidades ao longo do século XIX e a importância do número de lares dirigidos por mulheres sozinhas. Cf. CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Colcha de retalhos, estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 13-38. A pesquisa histórica atual confirma o fato qualificando-o como uma “descoberta pioneira”. Cf. DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. Contexto; Unesp, 2004 e, em particular, os artigos de Rachel Soibet, “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”, p. 362-400 e Claudia Fonseca, “Ser mulher, mãe e pobre”, p. 510-553.

⁶ SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2003.

grupo doméstico e da “casa própria”, símbolo de sua independência, e, por outro, a centralidade do matriarcado, massiva entre as classes populares urbanas desde o século XVIII, que se estende até o momento atual, sendo reconfigurada diferentemente quer pela estabilização dos casais em um patamar de igualdade, quer pelo retorno da instabilidade durante as crises e por uma nova retomada da centralidade matriarcal.

Essa transição se acentua durante todo o período da industrialização até o final da década de 80, com a entrada contínua das mulheres no mercado de trabalho: a família nuclear procura os signos de uma estabilização no processo de uma igualdade entre os sexos; nesse processo, é o trabalho que se constitui no principal elemento mediador,⁷ mas também os movimentos sociais que inauguraram modos de ação inéditos na história social brasileira.⁸ Não foi apenas o sindicalismo brasileiro e, mais particularmente, o sindicalismo da região metropolitana de São Paulo, que se opôs ao regime militar nos anos 70 e 80; também os movimentos sociais tiveram um papel muito importante nesse período. Paralelamente e em associação com as reivindicações estritamente operárias, os movimentos relativos à carestia, à saúde, à habitação e à educação foram igualmente potentes, e foram essencialmente compostos e às vezes dirigidos por mulheres. Os problemas até aqui considerados como domésticos adquiriram, por meio desses movimentos, o aval de uma legitimidade pública. Cada qual permanece em seu lugar: os homens nas reivindicações relativas ao trabalho, as mulheres nas que diziam respeito às esferas fora do trabalho. Ganhando expressão no espaço público, o privado se torna público e aí desenvolve seu ponto de vista em termos de justiça social e de direitos sociais. Saindo do quadro familiar a que ainda estava restrito no começo do processo de urbanização e industrialização, o espaço privado se dirige, a partir de então, aos poderes políticos constituídos, mesmo que a divisão do trabalho no espaço doméstico, assim como na vida social, não seja posta em questão.

A partir dos anos 90, a conjuntura atual toma forma: a imposição explícita e deliberada do neoliberalismo é acompanhada de desenvolvimentos específicos e subordinados no plano político. A Constituição de 1988 envolve um processo de descentralização administrativa, ao mesmo tempo em que a revita-

⁷ Pois, apesar da inserção inferior das mulheres em relação aos homens no mercado de trabalho, inferioridade reduzida lentamente, com períodos de estagnação e de retomada, sua simples inserção representa um progresso em relação a uma situação anterior que as restringia ao trabalho doméstico.

⁸ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiência e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

lização da democracia representativa se afirma. Os movimentos sociais enfraquecidos no contexto da mundialização se recompõem ao se articular com os processos de descentralização em curso, e alimentam os procedimentos de democracia participativa, que se superpõem, às vezes de modo conflitivo, com os de democracia representativa. O encolhimento da intervenção do Estado nas políticas sociais, a segmentação das políticas públicas em projetos focalizados, a segmentação dos movimentos sociais em ONGs redefinem, de fato, o lugar do espaço privado.

Está em jogo a constituição de novas formas de individuação que se retraem em relação às ações coletivas e eclodem na ação segmentada, mais preocupada com resultados parciais e de curto prazo. Simultaneamente, o espaço privado se encontra diante de um duplo desafio: o de se adaptar a essas novas formas de ação no espaço público e o de integrar nesse espaço as transformações que se operam em seu interior, onde se desenvolvem de maneira crescente as relações mais igualitárias e mais interativas entre homens e mulheres. Para analisar os grandes traços de reconfiguração da situação atual e dar conta do novo espaço de ação do mundo privado e da família, assim como das diversas faces do espaço público e do espaço dos movimentos sociais, para compreender, enfim, a articulação entre as diversas faces do espaço público e do espaço privado, poderíamos partir de alguns temas que, por meio dos fatos e representações relatados nas narrativas, parecem importantes. Poderíamos retomá-los analisando sua articulação com o espaço privado. Nesses termos, destacam-se as transformações do trabalho e do emprego, as estruturas da democracia local na relação de incerteza entre democracia representativa e democracia participativa, os contextos e relações da esfera religiosa como sintoma de processos de individuação em retração, a infiltração crescente do narcotráfico na vida cotidiana e seu impacto sobre as representações globais da sociedade. As famílias se movem, atravessadas por todos lados, nessas “espécies/ tipos de espaço”, tentando ou não constituir um espaço privado cuja função, sempre potencial e às vezes efetiva, seria a de se posicionar em face das mudanças sociais e da ação social e, conseqüentemente, tentando repensar essa mesma ação.

O espaço privado como matriz de ação social?

Indivíduo, família, espaço privado

O conceito de indivíduo, irredutível porque indivisível entre o nascimento e a morte, é sempre empregado na tensão entre “aquilo que diferencia os homens uns dos outros”⁹ e a “eliminação de todas as propriedades do caso particular para elaborar a definição do que é comum a todos”. Nas duas extremidades dessa tensão estão a luta de cada um contra todos e a indistinção igualitária da massa. Tomando a perspectiva de Elias para observar como o individual e o social se “replicam” para além de seus antagonismos, pode-se incorporar o patamar da família como elemento articulador da cadeia que conduz do indivíduo¹⁰ à sociedade. Frequentemente isolada na condição de objeto para analisar suas relações internas, trata-se aqui de vincular essa análise interna à sua ação social. Desse modo, o conceito de espaço privado parece útil para designar um lugar de relativa autonomia interligado aos espaços públicos. Sem essa relativa autonomia, o espaço privado não existiria, já que seria totalmente definido e determinado pela sociedade global ou pelo espaço público: existiria apenas um universo privado, ou uma vida privada, não um espaço privado. A noção de espaço privado está diretamente vinculada à capacidade de intervenção do espaço privado sobre o espaço público. No momento atual, o reconhecimento da legitimidade da igualdade de sexos contribui fortemente para uma elaboração do espaço privado, assim como das suas relações com os espaços públicos. O que se propõe é justamente perceber essas transformações.

A questão é, então, como descrever, a partir da família, o processo de uma eventual constituição de um espaço privado que entra em interação com o espaço público. A família se encarrega cada vez mais das funções de previdência social que o Estado tinha instaurado para gerir a sociedade salarial do pleno emprego.

⁹ ELIAS, Norbert. *La société des individus*. Paris: Fayard, 1991, p. 208, e p. 211, em relação à citação que se segue.

¹⁰ É surpreendente que as questões da relação indivíduo/sociedade geralmente deixem de lado a questão da família ou do universo privado. Tudo se passa como se nosso inconsciente assimilasse a noção de indivíduo à noção de liberdade (a luta de cada um contra todos). Este amálgama que remete às determinações da sociedade global evita o momento da construção da autonomia do universo privado, que frequentemente se faz a dois. Mas não necessariamente: a relação consigo mesmo exige dois locutores – o eu e o si mesmo, em uma só pessoa. E, de outro lado, ignora todos esses indivíduos “pela falta/ *‘individus par défaut’*”, segundo a feliz expressão de Robert Castel, “que se desprenderam dos coletivos protetores que lhes permitiram ser, positivamente, indivíduos”. CASTEL, Robert. *L’individu ‘problématique’*. In: SINGLY, François. *Être soi parmi les autres*. Paris: L’Harmattan, 2001.

No processo de enfraquecimento dos coletivos e das mediações sociais do trabalho assalariado, a família, de fato, acaba ficando na linha de frente dessa substituição em todos os países do mundo. Em países como o Brasil, em que a sociedade salarial foi menos desenvolvida, a família conservou, desde sempre, um papel mais importante nessa função de “proteção social”, como também nas estratégias de acesso ao emprego e na diversidade das práticas do trabalho. No momento atual, a família aparece como um elemento estratégico de redefinição e, eventualmente, de reconceitualização do trabalho. Compelida, de um lado, a aprofundar suas estratégias cognitivas e suas práticas sociais em relação ao trabalho, e confrontada, de outro lado, com o processo de descrédito do político pelo econômico, a família foi, de alguma forma, conduzida a ultrapassar seu domínio de ação tradicional, incitada a participar das diversas formas do trabalho social, da filantropia, da economia solidária, dos programas públicos formulados especialmente para ela, por onde quer que essas atividades se desdobrem nos espaços mais amplos do social e nos espaços intersticiais do político e do econômico para assegurar a existência social e o reconhecimento social dos seus membros. Por essas práticas, ela é incitada a formular um julgamento sobre as esferas pública, política e econômica que se misturam. Em face do enfraquecimento das mediações sociais “de classe”, que permitiam agir sobre o político, constitui-se um novo espaço atravessado por mediações sociais diversificadas, segmentadas, aleatórias e contraditórias. Como se constitui, então, o espaço privado em face de cada uma e do conjunto dessas mediações? Em quais condições se subordina e se fragiliza e em quais outras condições se constitui em alternativa ideológica ou modelo de ação? Permanece sem reação diante das novas exigências do capital em relação ao trabalho? Como analisar seu investimento no desenvolvimento das diversas formas do trabalho informal ou autônomo? E, na medida em que o espaço público se abre a novas formas de participação democrática, como a esfera familiar intervém aí? Quais as correspondências enfim entre essas transformações aparentemente contraditórias no espaço público e as que se desenvolvem no seu próprio campo com o crescimento da igualdade dos sexos?

Globalmente, o econômico, novo Narciso, está em via avançada e permanente de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de decomposição, já que se definiu sem qualquer outra referência além de si próprio, como uma “ética”¹¹ que subordina a política a seus fins. Seu poder cresceu, mas suas bases sociais não parecem estar estabilizadas. Contribui largamente para estruturar as me-

¹¹ *Ethique et économie, l'impossible (re)mariage?*, *Revue du MAUSS*, n. 15, 1º semestre 2000.

dições resultantes da sociedade civil, mas não as determina necessariamente, além de não controlar totalmente suas articulações com o Estado. A sociedade civil se define local, nacional e internacionalmente com base em uma concepção universalista dos direitos do homem que remete, para além do princípio da liberdade, ao princípio da igualdade, à semelhança daquilo que se passa no universo privado. Mas tendo sido amplamente excluída do setor produtivo, pôde apenas reivindicar uma espécie de igualdade “pós-produção”.¹² Desse modo, os “direitos do homem” se definem mais como direitos do consumidor do que como direitos do produtor. A mesma ambigüidade se revela no âmbito da família e do espaço privado: a interação privado-público pode ser rebatida unicamente no espaço da relação de consumo e na associação de interesses específicos a modos de vida particulares. É nessa articulação entre espaço privado e espaço público que se enlaçam as representações e os comportamentos que se revelam tanto como adaptações à evolução do capitalismo neoliberal, tanto como as contestações em nome da justiça e da igualdade.

Família e espaço privado podem constituir, para além de seus aspectos institucionais, formas sociais vivas. Mesmo no caso em que sua única propriedade é a da sua força de trabalho, mesmo quando se acham isolados e truncados das mediações sociais usuais ou novas, não se fragilizam necessariamente, pois são fortalecidos por processos específicos que estão em curso no momento atual. Uma das conseqüências do movimento feminista em escala mundial, pouco enfatizada ainda, introduziu a “paixão da igualdade” no espaço privado. Ela se inscreve lentamente, apesar da antiga herança da divisão sexual e social do trabalho, nas práticas relativas ao exercício de diferentes formas de trabalho. Mas já se inscreve nas representações familiares, assim como nas representações relativas ao mundo social onde se constitui como critério de julgamento que diz respeito ao espaço público. Essa forma de emergência do espaço privado, longe de ser um produto da estratégia de individualização capitalista, valoriza o que lhe é fortemente alheio. É sobre essa nova base que o espaço privado pode vincular suas articulações com as mediações sociais fragilizadas mas sempre ativas.

Agenciamentos familiares

É difícil a observação das decomposições e recomposições relativas à articulação, interpretação e subordinação entre os espaços sociais institucio-

¹² SUPLOT, Alain. Préface à l'édition 'Quadrige' de *Critique du droit du travail*, PUF, 2002.

nalizados ou informais: as todo-poderosas economia financeira e economia de produção dos enclaves mundializados, o enfraquecimento da autonomia do Estado, as capilaridades irresistíveis do narcotráfico em todos os espaços, a ambigüidade permanente dos movimentos sociais e das ONGs. Cada um desses espaços tem condições próprias, contradições com outros espaços e com o espaço privado. A imposição neoliberal da mundialização é certamente estruturante, pois obriga todos os atores a se reposicionar, ainda que não determine propriamente nenhuma evolução definitiva. As ONGs, por exemplo, podem ser órgãos que substituem ou que se articulam aos poderes públicos no mundo da gestão; podem contribuir para um reforço real das sociedades civis, assim como se vender aos interesses privados. A cidade pode ser um lugar privilegiado de observação dessas recomposições em curso, por meio das trajetórias das famílias que transitam por mundos diversos, se integram em alguns mais do que em outros, articulando-os no seu próprio âmbito. A proposta de observação do conjunto das trajetórias de seus membros leva a interrogar a constituição de um mundo familiar ou privado, sua inserção e sua interação com os outros mundos sociais, formas de “economia moral” ou “cidades”,¹³ seu trânsito entre esses mundos, por meio de tensões entre as formas de individuação que foram construídas em outros mundos, que foram aceitas, integradas, rejeitadas, ou formas de individuação no espaço privado que se articulam ou entram em choque com as formas precedentes.

Poder-se-ia observar as divergências ou uma conflituosidade forte na constituição de formas opostas de individuação: de um lado, os processos de individuação em desenvolvimento no espaço privado que parecem estar estirados entre o pólo da interação da vida deliberativa, da igualdade respeitosa das diferenças individuais, em resumo, da constituição de uma ética própria a ser validada no domínio público e o pólo da adaptação ao mundo tal como ele é ou tal como vem se transformando;¹⁴ e, de outro lado, os processos contraditórios de individualização no espaço público (individualismos corrosivos e belicosos do capitalismo liberal, individualismos comunitários milenaristas das religiões

¹³ BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Michel. *Les économies de la grandeur*. Paris: PUF, 1989.

¹⁴ Esta tensão poderia ser ilustrada pelo debate sobre o crescimento da violência conjugal que parece ser observado no livro *Les violences envers les femmes en France: Une enquête nationale*, La Documentation française, 2003. Na ausência de uma investigação anterior que pudesse fornecer parâmetros comparativos, não se pode afirmar se há um crescimento da violência conjugal. Parece-nos que o fato de uma tal investigação ter sido realizada, e não somente na França, aponta o interesse suscitado pelo movimento feminista que coloca, daqui em diante, para o conjunto do movimento social e mesmo a maior parte das instituições, a questão da qualidade das relações no espaço privado.

pentecostais, individualismos cívicos de revitalização da democracia local ou das empresas cooperativas autogeridas). A família se encontra no cruzamento desses caminhos: eixos possíveis de uma constituição do espaço privado como espaço de relativa autonomia, ela se submete a tensões contraditórias podendo gerar evoluções opostas. Como reage à injunção da individualização prescrita pela economia e pelo mercado de trabalho? Recuperando as rupturas produzidas nas mediações sociais habituais apresentadas em cada sociedade, ela poderia se afirmar como lugar afastado da vida social, ou como o lugar em que se desdobra uma nova aprendizagem, a do individualismo negociado na vida comum,¹⁵ ou a “revelação de si pelo outro”,¹⁶ a produção de um si mesmo que questiona personagens sociais impostos e é capaz de uma reformulação do social a partir de uma identidade individual?¹⁷

As formas de individuação impostas pelo espaço público econômico, sob o aspecto de uma individualização máxima dos atores no plano da produção e de um crescimento do caráter gregário no âmbito do consumo,¹⁸ são necessariamente interpretadas no espaço privado. Descrever e analisar essas reinterpretações supõe compreender cada um dos indivíduos, assim como suas interações familiares, submetendo à investigação três formas de relação que os caracterizam: a produção de si, a interação conjugal, a relação de filiação, bem como o exame do ou dos tipos de narrativa e de ação, no âmbito das capacidades de cada um dos atores. Em compensação, em seu processo de interação, de intervenção ou de ausência de intervenção com o mundo social à sua volta, como o espaço privado se define e define sua concepção desse mundo, seu horizonte, suas possibilidades, os meios de sua transformação? E como se observa, enfim, a articulação entre os processos internos que atravessam o espaço privado e as práticas sociais externas que operam ou não nesse espaço? Podemos tomar como hipótese, a ser testada, de que se entrelaçam no espaço público, de modo que essa força não permanece apenas na dependência desta conjuntura, pois ela revitaliza, graças a essa mesma conjuntura, seus próprios fundamentos.¹⁹ É da diversidade dessas articulações e

¹⁵ DE SINGLYF, François. *Libres ensemble*. Paris: Nathan, 2000.

¹⁶ DE SINGLY, François (Org.). *Etre soi parmi les autres*. Paris: L'Harmattan, 2001.

¹⁷ KAUFMANN, J. C. *L'invention de soi, une théorie de l'identité*. Paris: A. Colin, 2004.

¹⁸ DELEUZE, Gilles. *Pourparlers*. Paris: Ed de Minuit, 2003. Aqui o marketing é analisado como “instrumento de controle social”.

¹⁹ Observando a inflação contemporânea de referências ao amor, U. Beck as considera a partir de um duplo sentido, público e privado: “uma dimensão de autenticidade em um mundo onde tudo funciona

desses lugares que poderiam surgir modelos de relação entre espaço privado e espaço público.

Metodologia: operacionalizar a análise das narrativas

Por meio da observação das reestruturações internas e recentes das famílias, uma questão central gira em torno da relação entre família e sociedade. A narrativa familiar, as narrativas individuais dos homens, as narrativas individuais das mulheres e as práticas que as acompanham reproduzem, duplicam ou reforçam as relações sociais estruturantes trazidas pela sociedade global? A família poderia se transformar, assim, em uma simples ferramenta de realização dessas relações sociais, manifestando a inexistência de relações familiares internas próprias, a incapacidade de uma relativa autonomia e a impossibilidade sociológica de constituição de um espaço privado. Ou a narrativa familiar e as narrativas individuais manifestariam sua relativa autonomia estruturando um projeto de ordem ético-social ou ético-política, uma forma de economia moral oposta, diferente, deslocada, em contradição com os projetos que se desenvolvem no espaço público? Esse projeto poderia permanecer no quadro estritamente familiar e, então, seria necessário observar as modalidades de um afastamento/ausência, de uma dobra, do semifechamento, da semi-abertura que comporta. Poderia também se definir como projeto alternativo ou fator estruturante de novas formas da crítica e da ação social, buscando uma articulação com as formas de ação, buscando as mediações já existentes. Trata-se, então, de efetuar uma leitura das/os narrativas/discursos e práticas sobre o eixo de articulação entre as relações sociais internas à família e sua relação com o mundo social.

A leitura das relações sociais internas

Há três dimensões a explorar:

– A dimensão individual da “revelação de si” diz respeito a cada um dos membros de cada geração. A observação dessa dimensão passa por estilos e conteúdos de cada forma narrativa: a das mulheres, a dos homens e a dos

por procuração, uma ‘utopia’ que não deve ser comandada nem legitimada a partir do alto das tradições culturais...”, mas que “deve antes se impor de baixo para cima pelo poder e permanência das pulsões sexuais a partir do conflito histórico entre homens e mulheres ...”. La religion séculière de l’amour, *Revue de Philosophie et de sciences sociales*, n. 2, 2001, p. 29-44.

filhos, referenciadas na narrativa dos acontecimentos comuns relatados por cada um, a reflexividade de cada um sobre sua própria história e a visão de cada um sobre a história do outro.

– Quanto ao casal, a relação de conjugalidade pode ser observada por meio das práticas de divisão sexual do trabalho no mundo social e na vida doméstica e do processo de decisão que ocorrem nos momentos de inflexão da história familiar, nas escolhas de reprodução, nas estratégias de trabalho, de residência, escolhas de consumo, de estilos de vida, nas relações com o mundo social. Pode-se observar nos casais de trabalhadores em busca dos marcos de uma estabilização social uma valorização do papel da mulher em função, ao mesmo tempo, de seu trabalho mais freqüente fora de casa e da relativa ausência de políticas sociais (elemento mais antigo), que, de uma certa maneira, “obriga” a família a se comportar de modo concertado, respeitando mais ou menos os papéis sociais e sexuais habituais. O lugar mais central da mulher pode reforçar a dimensão corporativa da família no que tange aos papéis sociais e sexuais tradicionais (desigualdade e complementaridade). Nessa construção corporativa da família, o princípio de filiação antecederia o princípio da aliança. Por outro lado, o princípio da aliança, que se vincula igualmente a um dos mitos fundadores da família, o da igualdade, deixa em aberto a questão dos papéis sociais e da divisão do trabalho. Sobre esse largo espectro de possibilidades, inscrevem-se as diferentes maneiras de ver e de agir relativas ao mundo social.

– Quanto à relação entre as gerações, ela é contextualizada em primeiro lugar pela redução drástica da fecundidade em relação à geração precedente, fruto da nova independência conquistada pela geração fundadora que migrou para São Paulo. Essa transformação diz respeito apenas a casais que chegaram a se colocar em uma perspectiva de mobilidade social. Mas, de modo geral, é isso que se observa na passagem de uma relação de dependência, de obediência ou de trabalho precoce para uma relação em que a escola e a expressão de si foram privilegiadas. As expectativas escolares (e, por meio delas, as expectativas profissionais) constituem um novo jogo que redefine as relações internas familiares, a ponto de os próprios pais se adaptarem a elas, tanto em relação ao seu próprio futuro quanto aos seus projetos. Essa autonomização da nova geração recoloca as questões anteriormente tratadas apenas pelos pais: o uso do bairro, as relações com a família extensa, o uso do mundo social, que podem passar, explicitamente ou em filigranas, por um projeto familiar. Tal projeto familiar é em si mesmo incorporado ou somente aceito ou assimilado, recusado ou viva-

mente rejeitado, ou, ainda, retrabalhado por uma jovem geração, como elemento portador de novas significações.

A relação da família com o mundo social

– O primeiro e principal vínculo é o do trabalho. Principal organizador da relação com o mundo social, diz respeito a todos os membros da família. Nesse momento, na escala de uma geração que foi marcada por turbulências no mercado de trabalho, é necessário considerar a noção de trabalho na sua acepção mais ampla: não somente como trabalho assalariado, mas como todo tipo de atividade, observando as transformações de suas concepções e suas práticas. Por outro lado, é evidente que, em situações em que é preciso utilizar todos os meios ao seu alcance, “queimar todos os cartuchos”, alguns aspectos da atividade social, que, tendencialmente, não poderiam ser classificados como atividades de trabalho, como o trabalho de benemerência/ filantrópico, por exemplo, constituem meios indiretos de acesso ao trabalho. Todo trabalho filantrópico ou militante dissociado de uma perspectiva de trabalho remunerado deve ser tomado como uma atividade de trabalho, trabalho social ou trabalho na sociedade, na medida em que pretende, por meio de sua atividade, se inserir nas relações sociais do mundo à sua volta, seja para reproduzi-las, seja para modificá-las. De maneira geral, para aqueles que estão envolvidos, toda atividade contém uma esperança, toda passividade é problemática. A constituição de novas matrizes sociais do trabalho afetaria a hierarquia dos valores socialmente definidos ligados às profissões, qualificações e formas “antigas” de emprego assalariado? Quais seriam seus resultados para os valores do trabalho? Apenas em uma longa cronologia de sucessão de atividades é que as configurações pontuais e a constituição das experiências podem ser percebidas.

O mercado de trabalho conheceu modificações substanciais no curso dos últimos vinte anos, a ponto de provocar inúmeras interpretações contraditórias sobre a relação com o trabalho e o sentido do trabalho. As relações sociais definidas pelo trabalho, na perspectiva de uma longa duração (a duração da vida ativa), em virtude do sexo, da profissão ou da qualificação, são amplamente questionadas pela precariedade do mercado de trabalho e pelo desemprego. Eles têm necessariamente repercussões sobre a família, que deve proceder a novos ajustes e que, por essa razão, pode se desarticular ou se reforçar de acordo com as posições, concepções e interações de cada um de seus membros. A análise da inserção das mulheres no mercado de trabalho

permite observar, de modo geral, uma progressão contínua da entrada delas na população economicamente ativa e uma inserção mais precária do que a dos homens nesse mesmo mercado. Esses fenômenos afetam o espaço privado? Quais são suas conseqüências sobre esse espaço privado, em se tratando de populações pouco ou nada qualificadas? Há um crescimento na rigidez da divisão sexual e social tradicional do trabalho com o propósito de reservar o trabalho assalariado aos homens? Uma recomposição dos papéis sociais que são arbitrados no interior da família em virtude dos atributos individuais de cada um e de critérios definidos por consenso?

A relação de trabalho se torna reflexiva, a identidade conferida pelo trabalho se torna problemática e deve ser reequacionada. Mas o trabalho não é apenas recebido do exterior, como observa a maior parte das análises; é também projetado a partir do interior, de acordo com uma perspectiva que recoloca o trabalho no itinerário biográfico (o “tempo-devir”).²⁰ É preciso prestar atenção nos dois sentidos dos momentos de recomposição, como o que tem lugar na atualidade. A ausência ou a fragilidade das mediações coletivas capazes de trazer ao mundo social essas novas “projeções internas” se faz sentir cruelmente, a tal ponto que podem parecer aniquiladas, isto é, inexistentes. Não seriam apenas “invisíveis”, tal como ocorreu com o trabalho das mulheres na indústria há não muito tempo ou, ainda, com o trabalho doméstico atualmente? A mescla mais significativa dos percursos masculinos e femininos pode não ter efeito imediato do ponto de vista das relações sociais de trabalho; repercutem, porém, em primeiro lugar, no interior da família. Por outro lado, a transferência de uma experiência das relações sociais de trabalho não pode se efetivar com facilidade da antiga geração para a nova, nem da nova para a antiga, pois as condições, os tempos sociais, mudaram. É, contudo, no interior da família que uma transferência tende a se efetuar, tendo em conta os novos dados do mercado de trabalho: a experiência do desemprego marca o final do percurso da antiga geração e o começo do percurso da nova. É primeiramente no seio da família que essa interação ganha forma, redefinindo, por vezes profundamente, os papéis sociais sexuais. Essa interação freqüentemente se oculta no interior do mundo privado na medida em que corre o risco de não ser socialmente reconhecida. O espaço privado aparece como um laboratório onde se elaboram, ainda em silêncio, as normas e as aspirações do futuro.

²⁰ ZARIFIAN, Phillipe. *A quoi sert le travail?* Paris: La Dispute, 2003.

O que se passa em relação ao trabalho também se passa em outras esferas: em cada relação com os espaços públicos (equipamentos, consumo, políticas públicas, religião e violência), a família é interpelada em primeiro lugar, atravessada e desestabilizada pelas mudanças. Ela também é posta em questão em primeiro lugar e como que incitada a encontrar um novo equilíbrio, que, por vezes, não chega a encontrar.

Descrição dos lugares da família: percursos e projetos familiares

Esta descrição exprime processos em curso, provisoriamente concluídos. Resultado de uma pesquisa efetuada há dez anos e de uma nova pesquisa em curso, essa observação de longa duração permitirá um ganho de precisão. Esses processos, resultantes de cronologias familiares singulares, são recolocados em um tempo social “geral” de duas gerações e na história singular de cada um dos territórios percorridos. Apresenta-se aqui uma análise que tenta associar as duas investigações, observando-se que a segunda se encontra ainda em elaboração. Não optamos por uma análise que se desenvolva nos termos de mobilidade social (famílias em mobilidade social ascendente, estagnada, ou em vias de precarização crescente) porque essa abordagem não poderia discriminar suficientemente as “políticas da família” em relação ao mundo social. Também não encontramos uma explicação definitiva para as razões e processos que fizeram com que as famílias se reconhecessem no interior das categorias que construímos em função delas e, assim, nos contentamos, em um primeiro momento, com uma descrição empírica dos processos de constituição ou de não-constituição de uma relativa autonomia de um espaço privado no interior da família, espaço de deliberação interna cujo propósito é o de questionar as modalidades de funcionamento do espaço público nas suas diversas formas.

Uma primeira síntese das interações entre família e mundo social permitiu identificar:

1 – famílias cujas relações e percursos permitem observar a reprodução, direta ou indireta, de alguns princípios e modos de funcionamento do mundo social do seu ambiente, contraditórios entre si;

2 – famílias cujo percurso e objetivos próprios se organizam em torno da resistência e da sobrevivência, projeto pouco interativo com o mundo social à sua volta, sem ser, entretanto, necessariamente determinado por este último;

3 – famílias cujo projeto manifesta a preocupação de uma criação autônoma, a preocupação de constituição de um espaço privado, que procura se prolongar sem muita eficácia no mundo social;

4 – famílias, comparáveis ao caso precedente, cuja interação com o mundo social é intensa ou virtuosa;

Não consideramos aqui o papel desempenhado pela família extensa. Entretanto, essa dimensão sempre nos pareceu importante. Em geral, a família extensa está presente de modo concentrado ou disperso, mas a intensidade de sua relação com um grupo doméstico que é parte dela não parece depender de sua concentração ou de sua dispersão. Certamente, em tempos de crise, os vínculos esquecidos podem ser renovados, mas ainda permanecem sempre no registro da assistência ou da solidariedade, mais ou menos espontânea, mais ou menos suscitada por aqueles que estão necessitados, em particular, de encontrar um emprego. No entanto, nunca se passa ao registro da imposição de escolhas e decisões que dizem respeito à vida privada ou à vida social do grupo doméstico. Este último é autônomo em suas escolhas e decisões. A ação articulada, corporificada, da família extensa pode existir, mas ela se assemelha mais a uma partilha de consenso entre os diversos grupos domésticos que a compõem, sob a condução de um *paterfamilias* esclarecido, do que a uma imposição de escolhas e estratégias por uma autoridade reconhecida.

1. Percursos e projetos que reproduzem o mundo social

Entre os percursos e projetos familiares que reproduzem o mundo social e, portanto, que são qualificados por este último, encontra-se a diversidade das modalidades de integração a esse mesmo mundo. Nascidos da história social e determinados por suas conjunturas e suas contradições, esses percursos são mais facilmente legíveis a partir do exterior. Nossa proposta aqui é, então, fazer referência a eles sem descrevê-los explicitamente, já que sua visibilidade está já inscrita na história social, em “exemplos” ou em casos que ilustram esses diferentes tipos de percurso, fixando, nesse conjunto, alguns subconjuntos.

1.1. Alguns percursos dos anos 70-80 ilustram a história de um sucesso total, todos os domínios confundidos, na base de uma integração pelo trabalho. Fo-

ram resultantes do desenvolvimento econômico e da ideologia dominante, por seus critérios e seus objetivos, nas dimensões de conquista profissional, frequentemente se originando de um ponto de partida dos mais modestos (o auxiliar de produção que retoma a escola primária com 26 anos e que se tornará supervisor de manutenção em uma indústria química e diretor sindical), de conquista social (um investimento legítimo e reconhecido nas obras sociais da cidade), de “conquista” religiosa (responsabilidades na nova igreja carismática local) e de conquista política (eleição como vereador municipal que deverá ter continuidade na eleição para deputado), conquistas que se encadeiam em uma espiral virtuosa, de acordo com os esquemas e códigos institucionais dominantes, mais estruturados ou mais convencionais. Uma dimensão pessoal forte, que pode já estar presente no ponto de partida, aparece em seguida como o tom personalizado ou personalista indispensável a todo indivíduo público; a pessoa desaparece atrás do personagem.

A divisão do trabalho e dos papéis no seio da família é inteiramente tradicional e permanece reivindicada como um ideal. Nenhuma contestação por parte da esposa, que encontra alguma compensação no prazer da organização doméstica, da proximidade com os filhos e algumas satisfações de consumo. Os esquemas desse percurso paterno, se bem conduzidos, são presumidamente reproduzidos sob as mesmas formas sociais e com a mesma divisão do trabalho doméstico na geração seguinte. São postos à prova, mas não fracassam, seja no âmbito externo das relações com o mundo social, seja no âmbito interno das relações familiares. Isso acaba por atrasar ou esvaziar todo processo de reflexividade no interior da família, tanto da parte da esposa como dos filhos.

1.2. Outros itinerários comparáveis, no plano de seu ajuste aos modos de desenvolvimento e às instituições de um período, podem se apresentar com seus fundamentos ideológicos e políticos a partir de uma oposição ao exemplo precedente. Podem se constituir, por exemplo, no quadro de uma conjuntura favorável ao emprego, de uma militância sindical que conteste a instituição sindical, explícita e permanentemente, no interior e no exterior da empresa, limitando toda a promoção profissional; a ascensão sindical acaba sendo limitada, igualmente, tanto por princípio (vontade de exercer apenas responsabilidades secundárias que sejam próximas da base) como de fato (o exercício das responsabilidades superiores exige uma postura mais distanciada e “responsável” em relação a essa mesma base); a ausência de inserção religiosa endurece ainda

mais essa atitude. De maneira geral, o princípio de afastamento de toda inserção sindical, política ou social, que desencadearia uma ruptura nas relações com os militantes de base, segundo o vocabulário consagrado, é permanente, mesmo quando deve ser amenizado em certas circunstâncias. Essa busca de proximidade dos atores sociais de base mais ativos, que se propõe a aprender com eles para transmitir aos dirigentes, define uma posição de mediação, que, apesar de ser reivindicada como essencial permanentemente, se choca, também de forma permanente, com o lado institucional graças ao simples jogo do envelhecimento das instituições e dos indivíduos. Esse tensionamento do ator faz aparecer uma dimensão pessoal que vai muito além do personagem social; ele exprime um modo pessoal de inserção social. Entretanto, o processo de absorção da dimensão pessoal pela dimensão social e institucional parece inevitável com o passar do tempo.

É por isso que, depois de um tempo de percurso em uma instituição forte que não corresponde às suas esperanças, esse tipo de personagem se encontra em um quadro militante mais livre, assessor de um vereador municipal, em que o constrangimento institucional é menor e é mais fácil cultivar os princípios e as idéias adquiridas na experiência de vida precedente, mesmo se sua eficácia social for largamente indeterminada.

Essa diferença de posição pública com o tipo precedente se associa, por outro lado, a uma total similitude do ponto de vista da posição do homem nas relações sociais domésticas: pequena presença no lar e nenhuma responsabilidade doméstica, apesar das fortes críticas de algumas esposas que trabalham (diferentemente do caso precedente) com um nível de salário inferior ao seu, mas em uma profissão de melhor *status* social (por exemplo, professoras primárias) e que desejariam construir uma relação familiar mais independente do mundo social de seu marido. Os filhos são educados no quadro dessa divisão sexual do trabalho, de não partilha das tarefas domésticas e de reprodução entre os pais. Eles se formam a partir de duas experiências opostas e conflitantes. É nesse contexto “socialmente natural” e conflitivo no âmbito doméstico que sua reflexividade é estimulada. O paradoxo está no fato de que o modo de ação masculino exigido pelo “trabalho” com o mundo social (a interação com a base) não chega a se aplicar ao mundo privado, como era de esperar. O que ocorre, definitivamente e de maneira separada, é uma simples reprodução não questionada das relações sociais dominantes no espaço privado e uma outra reprodução, com mais conflito, no espaço público, submetida a uma institucionalização idêntica, ainda que fundadora do mito da vontade popular. Quais interpretações poderiam ser elaboradas pela geração seguinte?

1.3. Os dois esquemas precedentes podem se inscrever na mesma família sucedendo-se cronologicamente na forma de uma ruptura: forte militância política e sindical, seguida de um corte nesse plano e de um investimento profissional intenso, assim como um esquema doméstico estabilizado com base no modo tradicional da divisão sexual do trabalho, com ou sem tensão. As razões dessa ruptura estão relacionadas com a escolha pessoal do chefe da família, que passa de um sistema de contestação muito marcante e rígido, em que experimenta ao mesmo tempo uma limitação pessoal e profissional e um impasse institucional, a uma integração também estreita e marcante no mundo do trabalho. Nessa transformação, reproduzem-se igualmente as relações sociais próprias a cada um dos dois espaços, sem interação entre eles e sem interação entre quaisquer desses dois espaços com o mundo privado, o que impede o nascimento de uma experiência original a ser transmitida à nova geração. E no momento da aposentadoria, uma nova etapa tem lugar, comparável, ainda que com mais maleabilidade, à primeira, ou seja, a “regra” da não-interferência terá continuidade.

1.4. No outro extremo do espectro social se encontram as famílias que não estão preocupadas com uma contestação, nem com uma conquista em particular no mundo do trabalho, nem ainda com qualquer inovação doméstica, e que se encontram em total conformidade com o “mundo tal como ele é”, seja pelo fato de uma adaptação individual conquistada no mundo do trabalho assalariado, o que autoriza uma capacidade de consumo que parece ser quase satisfatória, seja pela localização nos patamares menos qualificados do trabalho operário e pela aceitação sem contestação de um destino de pobreza ou de um regime de restrição permanente que parece ser, neste caso, também relativamente satisfatório: as expectativas da geração atual são remetidas àquelas que a geração anterior, dos pais, não podia sequer imaginar. E os progressos observados, mesmo os menores, são avaliados como satisfatórios. Tal satisfação é o signo da integração em um momento dado e, também, se solidifica quando o próprio indivíduo não se integra aos movimentos sociais.

Nesses últimos casos, essas experiências parecem usuais tanto no período de pleno emprego como no de emprego escasso, nos períodos de instabilidade e também quando estão estabilizados, qualificados ou não. Pode-se supor que se reduzem estatisticamente em períodos de crise, mas essas invariantes estão presentes em todas as sociedades. Talvez com uma nuance nova, trazida

pelos ares do tempo, a atenção dedicada à profissionalização feminina tenha como referência tanto assegurar o consumo quanto a preocupação com a igualdade.

2 – Projetos e percursos familiares nucleados no horizonte familiar.

Nesse tipo de percurso, a família é encarada como o único universo social digno e suscetível de ação racional. O mundo social global, o espaço público, é definido como estranho, quer porque não oferece oportunidades de ação, quer porque se desqualifica por seu próprio funcionamento. A única construção possível é a de uma vida e de uma ética familiar próprias. Trata-se, então, de perguntar se essa construção se prolonga em um verdadeiro espaço privado, com um quadro e com regras de funcionamento, com capacidades de proposição nos diferentes espaços públicos. Ou se esse mundo privado apenas reproduz ou ajusta em seu interior as regras eventualmente contraditórias dos mundos da economia moral em presença no espaço público sem chegar ou sem procurar constituir, por meio de todos esses aportes, sua ordem própria. Nesse caso, não se constituiria em espaço privado capaz de articulação com o espaço público ou com frações do espaço público. Isso remeteria aos mundos determinados da vida privada que relatam as “Histórias da Vida Privada” em todos os países e em todas as épocas.

Essa questão é de tratamento um tanto delicado no caso que comparece aqui examinado, por duas razões interligadas. A primeira diz respeito ao fato de que esse mundo privado, na medida em que se fecha sobre si mesmo, é mais difícil de ser observado (diversamente do caso precedente), o que complica a tarefa de uma interpretação que se proponha a estabelecer uma diferença entre, de um lado, uma simples reprodução das contradições das formas de economia moral do espaço público (caso precedente) e, de outro, de uma criação nova que manifesta a emergência de um verdadeiro espaço privado, isto é, de um sujeito moral privado. A segunda razão é ainda mais importante: poderia existir um sujeito privado, um espaço privado totalmente apartado do espaço público, que, por exemplo, aceitasse uma subordinação total no espaço público? Ou, ainda, a existência de um sujeito privado ou de um espaço privado que só poderia se revelar se este último tentasse agir no espaço público?

Poder-se-ia localizar aqui as famílias cuja trajetória pode ser marcada pelo sucesso, insucesso ou sucesso parcial de uma vida profissional conduzida a dois ou apenas pelo homem, nas quais o trabalho estabelece uma ligação contínua e sustentável com o mundo social, uma ligação, contudo, que não seja

de forte intensidade. O trabalho assalariado, por exemplo, não conduz à ação social, pois é interpretado primeiramente no seio da família como elemento que confere identidade e substrato ético individual a ser transmitido para os filhos. Portanto, em sua dimensão principal, é uma individualização em harmonia com os códigos da sociedade dominante. Mas pode não ser assim em outras dimensões descritas nas narrativas como aspirações, tais como a preocupação com os saberes técnicos ou com a cooperação harmoniosa e negociada entre pares ou ainda com a correspondência entre capacidades e responsabilidades na divisão do trabalho. E tantos outros valores, que são os saberes do trabalho, explícitos ou implícitos, todos eles valores, que, pouco ou mal respeitados no trabalho, talvez sejam cada vez mais explicitados nas marcas de um *ethos* familiar, sem que a ação social, generalizada ou localizada, esteja na ordem do dia. A preocupação central é aqui a de uma harmonização dos valores, às vezes negociada, no âmbito do casal, de um equilíbrio consensual que ajusta os desejos, socialmente induzidos ou não, de um e do outro, que são elaborados em uma divisão do trabalho (trabalho profissional e trabalho doméstico) que pode se efetivar em níveis muito diversos em relação a um critério de igualdade entre os sexos. É este consenso, às vezes contrastado por tensões e conflitos, que é transmitido aos filhos como moral familiar e princípio de inserção no mundo social.

Nesse contexto em que o mundo social não suscita uma crítica particularmente intensa, esse mesmo mundo se inscreve com suas contradições, de modo imediato, no seio da família; ela o internaliza ou o privatiza diretamente, sem que haja uma interação ou uma contradição entre o espaço público e o espaço privado. Esse processo responde de maneira positiva à injunção conservadora da sociedade dominante²¹ por meio da qual não pode haver história popular senão como história privada. Visto do interior da família, contudo, esse processo de não-constituição de um espaço privado não exclui conflitos, consensos negociados ou rupturas. As configurações mais dinâmicas fazem emergir arranjos elaborados como resultados de conflitos internos. Esses conflitos podem se apoiar em uma visão de mundo diferente (uma visão técnica ou tecnológica oposta a uma visão humanista) ou em projetos familiares contraditórios ou ligeiramente contraditórios, remetendo também a certas tensões sociais (desejo de um retorno à terra natal oposto ao desejo de inserção profissional e social urbana, concepções diferentes sobre a formação dos filhos) ou, ainda, em um conflito de valores relativo à divisão sexual do trabalho e ao lugar

²¹ TELLES, Vera S. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.

do trabalho doméstico, ou mesmo em um conflito de gerações: a geração anterior orientada pelo desejo de constituição de uma família “tradicional” do ponto de vista da divisão sexual do trabalho e dos papéis sociais se opõe à nova geração mais exigente quanto à autonomia individual, feminina ou masculina. De maneira geral, essas famílias parecem manifestar, no momento atual, uma predisposição a se recompor, apoiando ou tentando integrar a nova geração, negociando modificações de estilo, sob a pressão dos filhos. Em seu funcionamento interno, os valores de filiação são centrais e os valores de aliança já mencionados lhes são subordinados. Ainda de um modo geral, os valores do consenso que se constituem, resultantes dos princípios e matrizes definidos pelo mundo social dominante, são objeto de apropriações e combinações próprias e singulares.

Nesse quadro, as relações sociais de sexo podem ser um bom indicador das estabilidades e transformações potenciais no interior da família. Podem remeter a configurações tradicionais conhecidas. Entre as famílias entrevistadas, podemos encontrar: homem provedor, que se tornou contramestre, e esposa em casa, como ordenadora das relações sociais internas e externas à família;²² homem e mulher trabalhando em empregos não qualificados, sendo que a mulher abandona seu emprego depois do nascimento tardio de seu único filho; confronto de experiências individuais fortes e diferentes em que impõe, aparentemente de maneira provisória, a vontade do homem provedor em face da esposa no lar; acentuação da divisão do trabalho entre os sexos graças a migrações do trabalho que afetam apenas o homem; concentração do trabalho assalariado e do trabalho doméstico na esposa durante a espera (prolongada) de um novo trabalho, assalariado ou independente para o homem; percursos profissionais precários ou recentemente precarizados, ou percursos mais estáveis, porém modestos, de diferentes membros da família findando pela ajuda mútua entre diferentes unidades domésticas sob autoridade simbólica de um “*paterfamilias*” e a permanência da divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico das mulheres e trabalho assalariado dos homens. Nesses casos não há processos de deliberação e de constituição da família em um domínio de relativa autonomia, mas a recepção e a aceitação de normas resultantes da sociedade global. O arranjo conjugal suscitado é mais ou menos cooperativo ou mais ou menos rígido, permanecendo algumas vezes em estado de tensão. A nova geração, ainda de-

²² Estes números e letras entre parênteses referem-se às famílias entrevistadas. A relação e a breve descrição de cada uma delas encontram-se no anexo, ao final deste capítulo.

pendente, mas já em condições de se expressar, tem a expectativa de novos arranjos, já que as filhas buscam um acesso ao trabalho do mesmo modo que os filhos e não se imaginam, ao menos neste momento, em uma vida de dona de casa.

Entretanto, outros casos demonstram uma modificação, isto é, uma relativa inovação no domínio das relações sociais de sexo: descoberta coletiva da necessidade de uma participação de todos os membros da família, filhos e filhas, no trabalho assalariado e da necessidade de conjugar os recursos de cada um no quadro familiar, depois de um percurso profissional desastroso do chefe de família; dificuldades comuns das trajetórias de trabalho que se apóiam em uma divisão igualitária do trabalho doméstico e do trabalho assalariado, exemplo que parece poder ser retomado pelos filhos; responsabilização crescente do homem pelo trabalho doméstico que se segue aos fracassos profissionais deste último e à manutenção do trabalho assalariado pela esposa; relações de igualdade na divisão do trabalho de uma empresa familiar se realizam depois de itinerários salariais singulares mas comuns na precariedade, sendo que a natureza do trabalho da empresa familiar é determinada pela mulher; redução da divisão sexual tradicional do trabalho posterior às migrações em que ambos participaram da mesma aventura; iniciativa das mulheres (mãe de família e filha professora) em nome de um projeto de mobilidade social que se enquadra em uma inserção religiosa aceita momentaneamente pelos filhos já casados; partilha igualitária das tarefas domésticas em caso de dificuldades comuns e alternadas de um casal jovem que entrou no mercado de trabalho na época de suas maiores dificuldades.

Esses últimos casos que assinalam uma modificação nas relações sociais de sexo não parecem especialmente induzidos pelas dificuldades advindas do mercado de trabalho; estas, ao contrário, parecem se inscrever em um estado dado já existente das relações dentro do grupo doméstico; apenas reforçam uma relação que já era de cooperação. Mas talvez se possa afirmar, tendo em vista um grande número de casos observados de cooperação, que o aumento das dificuldades favorece mais a cooperação do que a divisão do trabalho ou um recrutamento dos papéis sexuais. Mas também o agravamento das pressões, sem engendrar maiores transformações na estrutura da organização familiar, parece dar mais espaço de ação e de decisão àqueles capazes de se orientar nos dois mundos, privado e público, o que, nos últimos casos em particular, desencadeia novas aquisições de competências tanto por um sexo quanto pelo outro.

Entretanto, adaptando-se às mudanças induzidas por esses espaços públicos, permanecendo circunscritas no mundo privado, respeitando a regra de

separação entre o espaço privado e os espaços públicos, essas modificações, quaisquer que elas sejam, não se autonomizam como regras de relações entre os sexos suscetíveis de uma penetração nos espaços públicos. Permanecem quase socialmente “invisíveis”, mesmo quando podem ser inovadoras no plano das relações familiares.

3 – Percursos familiares em que uma certa exigência de formação de si corresponde a uma questão de articulação e de ação no mundo social.

Nessa articulação entre a vida privada e o mundo social, o espaço privado e o espaço público, a primeira questão que surge é a do momento de passagem, das razões e circunstâncias do primeiro passo; a segunda é a das razões da permanência dessa articulação que pode se fazer, também, por vaivéns sucessivos entre os dois espaços.

Às vezes podem surgir tipos sociais tão fortes e tão fortemente desconectados de uma história contemporânea que parecem anacrônicos e, assim, quase privados. Mas eles fazem parte da vida atual e, pelos valores que exibem e praticam, questionam diretamente, às vezes profundamente, a partir de seu anacronismo, o mundo social contemporâneo. Trata-se de figuras masculinas e femininas que, por convicção e pela prática da doação total no interior da vida privada ou da vida social local, questionam pesadamente sua ausência no mundo social e, sobretudo, político; seu radicalismo, entretanto, impede ou hipoteca fortemente sua articulação a esse mundo social, confinando-as à ordem da convicção íntima, eventualmente religiosa. São testemunhas de uma outra história e de um outro tempo social, mas são também referências da memória vivas e respeitadas. As circunstâncias de suas escolhas não são indiferentes: em um caso, o marido, desgostoso com as repetidas injustiças do mundo do trabalho do qual esperava tanto por ocasião de sua chegada a São Paulo, volta a mobilizar as referências religiosas para investir em uma militância religiosa própria (conflitos com a hierarquia) e em um papel de bom samaritano no bairro e em sua família sem julgar a marginalidade, os excessos, os desvios de uns e de outros; em um outro, a esposa, várias vezes ameaçada de morte por um marido doente mental, se recusa a tomar as providências para si própria, buscando cuidados necessários, mas aumenta seu investimento nas suas atividades sociais e religiosas como que para significar e manifestar a impossibilidade de ruptura entre um destino individual e um destino social.

Menos anacrônicas, mas idênticas em seu esquema e igualmente potentes em sua perseverança e determinação, há famílias para as quais o mundo privado foi construído em reação e como resistência em face de um mundo social que as rejeita, mas que não têm outra perspectiva senão a de perseverar ao mesmo tempo nessa resistência privada e na tentativa de ganhar um lugar em um mundo social que continua a rejeitá-las. No ponto de partida dessa dupla resistência, uma forte referência ao valor do trabalho em si, como elemento constitutivo da relação com o outro e com o mundo, medida e bússola de toda ação. Aqui a família seria o equivalente privado do trabalho que é social, na medida em que ambos constituem as referências fundamentais das representações e práticas portadoras de um ideal das relações eletivas, privadas e públicas, de um ideal de revelação de si. De acordo com as conjunturas, tanto sociais quanto domésticas e individuais, a ênfase recai quer na família, quer em um mundo social estruturado pelo trabalho, não havendo ruptura na passagem entre a dominação de um ou de outro desses aspectos. Podem surgir variações que intervêm nesse esquema: o trabalho pode ser afetado por valores coletivos mais ou menos potentes, a duração de uma situação de ação dominante pode ser, no curso de uma vida, maior em relação ao trabalho ou mais longa em relação à família. Nesse caso, as conjunturas que se apresentam no mundo social intervêm na reversão do aspecto dominante, assim como os acontecimentos ou acidentes da vida privada, mas são apenas reversões de conjuntura, no interior de uma estrutura estabilizada.

A variante menos estruturada pela relação com o mundo social do trabalho, em seu aspecto de matriz da ação coletiva, corresponde às famílias em que o trabalho está no horizonte de expectativa da ação como valor coletivo, sem suscitar, contudo, ou suscitando de modo frágil uma ação coletiva; resta um valor de ação individualizada, fonte de representações do mundo social e de sua articulação com ele. Entretanto, nesses casos, essa variante não se constitui uma matriz de ação coletiva, por razões diversas que se podem submeter a exame. Trata-se, em geral, de uma ação social localizada que substitui a ação coletiva do trabalho como ação alternativa ou substitutiva.

Quais são, ao mesmo tempo, as razões que explicam que o trabalho não se constitua como matriz social da ação e quais são as razões de ordem social ou privada que engendram mesmo assim a decisão de agir no mundo social?

É possível encontrar, ao longo de um período extenso, no curso da ação, uma espécie de fidelidade à época da formação juvenil. Por exemplo, estabilidade no emprego de dois membros de um casal: ela é professora e ele é arte-

são, ao que se soma uma qualidade de convicções que permita atravessar diversas conjunturas. Mas é, com certeza, a consciência de uma fragilidade profissional, em conjunto com uma preocupação com a justiça social, que pode explicar as lógicas observadas nos casos que se seguem. A percepção, depois de um início de atividade profissional e sindical, da fragilidade de uma posição profissional, conduziria à expressão de fortes solidariedades nos locais de residência. Essa mesma incerteza do ponto de vista da qualificação dirige a trajetória para o trabalho independente; depois do fracasso deste último e do retorno à opressão do trabalho assalariado, a necessidade de expressão, sem canal sindical, desemboca em um investimento de ordem religiosa; ou uma qualificação adquirida que deixa de ser reconhecida em um período de emprego difícil: a passagem para o trabalho independente conduz a uma expressão de ordem religiosa que denuncia as injustiças sofridas no trabalho assalariado ou/e as injustiças da sociedade em geral; na medida em que a fragilidade profissional diz respeito àqueles que entraram no mercado de trabalho nos anos 80 e que não tiveram tempo de se estabilizar antes da crise dos anos 90, os longos momentos forçados de inatividade ou atividade mal remunerada conduziram os casais a se refugiar na religião, esperando tempos melhores; todas as modalidades de ação coletiva são criadas para responder à injustiça de base que é a perda de renda, usando as solidariedades de vizinhança materiais, espirituais ou, ainda, políticas.

Existem também razões de ordem privada que conduzem à ação social: a emancipação feminina adquirida pela luta por um divórcio pode ter prolongamentos em outras esferas sociais: trabalho, religião, vida em vizinhança; também é possível que a descoberta conjunta do amor na vida conjugal produza uma inspiração que se prolonga na vida social sob as mais variadas formas e ocasiões; pode ocorrer também a continuidade de uma inspiração materna por devoção filial. Nesses casos, também existem nuances entre as famílias, já que algumas são mais necessitadas que outras, mas essas nuances não constroem nenhuma diferença fundamental na instituição das lógicas da atividade; às vezes, entretanto, essa lógica desemboca em uma espécie de profissionalização ocasional ou temporária da atividade local. Em geral, as lógicas da atividade se referem a movimentos coletivos de ordem religiosa em primeiro lugar, de ordem associativa não confessional em seguida, mais raramente de ordem política. O tempo social traça a linha que vai da teologia da libertação ao pentecostalismo ou à Renovação Carismática; os mais jovens descobrem diretamente o pentecostalismo ou o catolicismo tradicional. Em cada caso, em cada domínio,

a relação com a atividade não é uma simples resposta às ofertas do mundo social, mas demonstra uma vontade de expressão própria, que pode se revestir de uma intenção pedagógica ou de proselitismo.

Muito mais do que no segundo caso exemplificado, reencontram-se inovações no domínio das relações sociais de sexo e da divisão do trabalho. Certamente permanecem os casos clássicos de uma articulação mais ou menos harmoniosa, mais ou menos tensa, entre trabalho doméstico desempenhado pela mulher e trabalho social ou assalariado pelo homem, mas isso está longe de ser uma tendência dominante: a mulher pode também assumir responsabilidades sociais tanto ou mais do que o homem, permanecendo com a maior parte do trabalho doméstico. A inovação pode também se efetivar na montagem de uma empresa familiar, como na tipologia precedente, com a perspectiva suplementar da ação social que, neste caso, não parece ser afetada por um recuo no interior da empresa familiar, ainda que o homem continue sendo o piloto da relação com o mundo social e a mulher também participe dele, com uma distância às vezes mais crítica.

Por outro lado, a inovação pode ser figurada como uma reversão da situação nas relações sociais de sexo: pelo fato de que as mulheres que se divorciaram por deliberação própria, em continuidade a desentendimentos sobre o que deveria ser a igualdade no grupo doméstico, perseveraram, daí em diante, com os filhos, apesar das imprevisibilidades do mercado de trabalho, na crítica das desigualdades produzidas no espaço público; pelo fato de que as mulheres tomam a iniciativa tanto no quadro doméstico como no quadro do mundo social, abrindo aos homens o espaço de uma negociação que termina deixando o trabalho doméstico completamente a seu encargo; ou, ainda, por arranjos domésticos singulares (mais raros, ao que parece), que, em um primeiro tempo, fornecem à mulher o espaço do estudo e do trabalho assalariado, ao passo que o homem se encarrega da totalidade do trabalho doméstico e, ao mesmo tempo, do trabalho assalariado; em um segundo tempo, uma inversão desse quadro termina, finalmente, em uma divisão rigorosa e igualitária das diversas tarefas domésticas e assalariadas.

A observação fundamental que pode ser feita com base nesses casos é a de que a ruptura entre espaço público e espaço privado está largamente superada; sua articulação se tornou como que natural. A segunda observação é a de que a iniciativa feminina foi favorecida nos dois espaços, o que explica que as relações sociais de sexo no quadro doméstico pareçam muito mais interativas do que nos casos precedentes. A última observação é a de que esses encami-

nhamentos para a ação coletiva, tendo em vista a justiça social, não chegam necessariamente a penetrar no espaço público. Os retornos ou desdobramentos no espaço privado são comuns. Mas é interessante notar que nos vaivéns entre esses dois espaços parece haver algo que se busca, o que é simultaneamente da ordem de um equilíbrio pessoal (sair do isolamento) e da ordem de uma ética social, às vezes pouco explicitada, mas sempre estruturante. E isso porque a ação se confronta muito rapidamente com as insatisfações e quase-insatisfações que se localizam no espaço público, seja através da percepção da ineficácia ou do desvio da ação empreendida, por um lado, ou através do não-reconhecimento do coletivo ou de um coletivo que não reconhece a existência de uma ação ou de seu sujeito ou do encapsulamento do coletivo em relações sociais hierárquicas ou mafiosos. Em todos esses casos, um espaço privado se constitui, dotado de uma ética e de regras que parecem definitivamente adquiridas e que avalizam perspectivas de articulação com os espaços públicos. Mesmo nos casos em que a fragilidade da experiência da cidadania pública tenha se revelado, existem sujeitos privados, um espaço privado, diferentemente do caso precedente.

Formada nesse tipo de família na qual a interação entre o homem e a mulher e as idas e vindas privado/público são comuns, a geração dos filhos faz simultaneamente a experiência de uma certa indecisão e de uma certa riqueza, sob a forma de uma interrogação permanente quanto às escolhas e modalidades de uma ação social cuja necessidade é indubitável, que diz respeito à escolha de uma inserção profissional ou de um papel sexual determinado. É evidente que a observação que podem fazer das modalidades de interação e de igualdade entre seus pais, assim como a preocupação desses pais em transmitir uma formação relativa à igualdade entre os sexos, podem apresentar grandes nuances ou variações.

4 – Percursos familiares com forte interação entre o espaço privado e o espaço público.

Esse tipo de percurso se assemelha ao tipo precedente na medida em que manifesta uma interação permanente entre família e mundo social; entretanto, se o primeiro ganha solidez por um investimento da ação que troca o lugar de um pelo outro, a interação entre espaço privado e espaço público se manifesta aqui por uma ação permanente e simultânea nos dois mundos, familiar e social, e remete a valores comuns que a fundam. Se não há um aconteci-

mento fundador conhecido, é bastante difícil identificar qual desses dois mundos está na origem desses valores: podem ter nascido de um itinerário pessoal anterior à união conjugal; podem ter se originado a partir de uma separação. Assim também, ao mesmo tempo, fica muito claro que os itinerários individuais anteriores, que não pareciam apresentar nenhuma predisposição a essa evolução, encontraram no casamento a ocasião para se revelar e para se expandir. Desse modo, a impossibilidade de separar esses dois mundos, de desfazer essa interação permanente e programada entre história individual e história social, ação individual ou familiar e ação social, nos coloca no centro de um enigma: quem transforma quem? O que transforma o quê? Identificar a origem dessa interação seria útil, mas é preciso identificar também o que a mantém para além das mudanças nas conjunturas privadas e sociais. As “saídas” dessas atividades podem ser a política, a profissionalização ou a semiprofissionalização, no âmbito do privado ou do público, ou uma conquista econômica qualquer. O que é importante revelar, na perspectiva de um espaço de tempo e de duração, são as razões e as justificativas da atividade e o que essa atividade revela sobre as relações, tal como foram operadas pelos atores, entre o espaço privado e os espaços públicos.

O lugar do trabalho como modo de estruturação da relação coletiva com o mundo social é, na maior parte das vezes, intenso. Quando é menos presente (mas jamais ausente), os valores que estruturam a ação social fora do trabalho são da mesma ordem daqueles que estruturam os valores do trabalho: são fundados na mesma preocupação com a justiça e com a redução das desigualdades no mundo social e na necessidade de promoção social coletiva dos atores dominados. Para dar um exemplo concreto de transformação na continuidade: os valores que fundavam a ação sindical dos anos 70-80, se reconverteram na ação da democracia participativa municipal nos anos recentes. Passagem algumas vezes anunciada no momento presente por algumas figuras que, diante da impossibilidade de resolver as injustiças do mundo do trabalho e diante de sua grande dificuldade em aceitar a disciplina do trabalho assalariado, se voltaram para a ação local. Em geral, essa continuidade na estruturação do esquema privado assegura sua adaptação às transformações do tempo social e às suas proposições de ação, certamente sem excluir as defasagens e os fracassos.

As práticas e os valores da igualdade doméstica estão na ordem do dia, mesmo quando a divisão do trabalho tradicional se reproduz entre os mais velhos ou é repostada por razões um tanto excepcionais. Essa transformação é bastante evidente em diversas situações. É possível observá-la na flexibilidade

da partilha do trabalho doméstico conforme as conjunturas, ou no lugar importante assumido pelo homem na educação dos filhos, na divisão efetiva das tarefas domésticas, a preocupação de comum acordo com a formação profissional feminina; na expulsão do homem por meio do divórcio por causa de uma recusa em partilhar as tarefas ou numa separação privada de comum acordo em que cada um segue por conta própria um itinerário idêntico àquele perseguido em comum antes da separação, na recusa de um casamento por mulheres que não puderam permanecer por muito tempo com seus companheiros, aceitando sua individualidade pessoal e social.

A observação efetuada a partir dos casos anteriores pode, assim, ser confirmada: a intervenção no mundo social é um fator de emancipação feminina. Uma observação complementar, que já estava presente na categoria precedente, pode ser colocada: o divórcio ou o ato de evitar a união deve ser lido como uma conseqüência dessa emancipação. Ao mesmo tempo, pode-se observar que tanto as mulheres, como os homens agem no mundo social. Trata-se aqui ainda da categoria de pessoas que continuam seu trabalho e que não estão profissionalizadas no trabalho social como “líderes comunitários”. Alguns estão em posição segura no mercado de trabalho, outros estão aposentados, outros em posição de maior incerteza. Tudo se passa como se a acumulação de experiências estivesse cristalizada em “identidades”, o que seria muito difícil de definir de modo genérico, remetendo-os à inelutabilidade da ação no espaço público na qual se enxerta uma experiência privada forte.

Pode-se constatar a evolução atual desses processos observando dois casos opostos. (P) se interessou progressivamente pela política começando a tomar consciência dos problemas do bairro no início dos anos 90. Chegou à região com cinco anos. Operário metalúrgico (soldador) durante os vinte primeiros anos de sua vida profissional, jogador e treinador de futebol durante os fins de semana, se instalou por sua conta como ferreiro, no momento em que percebeu que sua carreira se estagnou, na segunda metade dos anos oitenta. Sua atividade no bairro reavivou sua tomada de consciência dos problemas locais, no mesmo período em que a crise do começo dos anos 90 afetava seu trabalho (tinha encomendas, mas os clientes não pagavam). Durante um período de seis anos (1994-2000), enfrentou uma atividade de ferreiro e uma atividade social centrada na expressão dos jovens (jornal, teatro, esporte, música) e numa iniciação ao diálogo com os adultos, tanto no contexto da escola quanto em qualquer outro contexto associativo. Nesse quadro e com esse espírito, tentou revitalizar e mobilizar uma identidade local, procurando o apoio

dos poderes locais e do comércio local por meio de atividades diversas que pudessem trazer recursos (organização local de festas nacionais), expressões cidadãs (manifestações políticas locais contra a violência) ou identitárias (festas locais). Tornando-se assessor de um vereador municipal e obtendo, por este fato, um trabalho subalterno de funcionário municipal, se consagrou inteiramente a seu trabalho social. Uma crise política provocou a perda de seu emprego municipal e de sua função de assessor (fracamente remunerada). Ofereceu, então, seus serviços a um outro vereador municipal que o aceitou e deu contituidade, como fizera anteriormente, ao seu trabalho social. Acabou de formalizar sua ação fundando uma associação de apoio e de formação de jovens. É, portanto, uma pessoa constituída em uma superfície social própria, na qual os políticos buscam apoio, sobretudo por ocasião das eleições. Apoio esse que ele também procura e que oferece, sem, entretanto, se tornar dependente das estratégias que não aprova, pela mudança freqüente do vereador a quem se vincula. Sua esposa o apoiou nesse trabalho social, desempenhando um papel de execução prática e, também, de aconselhamento permanente, sem jamais procurar partilhar a superfície social que lhe é própria. De seus quatro filhos, entre 20 e 28 anos, três seguem o “caminho do trabalho” clássico (dois operários metalúrgicos, uma assistente em um posto de saúde) e outro tomara, com o seu exemplo mas de maneira independente, um caminho comparável: continuando os estudos, investiu intensamente nos problemas políticos locais ou nacionais.

(Q) teve vários empregos, como sua esposa. Eles se encontraram “em viagem” e moraram em várias cidades do país, adaptando-se com muita facilidade às situações de trabalho e de moradia as mais diversas, até que vieram a se instalar em um dos bairros mais periféricos da cidade, em que (Q) obteve, por meio de uma relação familiar, um emprego de cobrador de ônibus. Ao mesmo tempo encontraram, pela primeira vez em suas vidas, os padres da teologia da libertação, então em declínio em meados dos anos 80, que, em breve, perderiam seus lugares. Foi a primeira vez que sua capacidade de adaptação, muitas vezes confirmada, tomaria um curso mais ativo e até mesmo muito ativo. Assim, quando estavam por volta dos quarenta anos, os dois se engajaram nessa aventura social, ao lado dos jovens: ela voltada para as questões da escola e da droga, ele para as questões do esporte e da saúde. Quando ele perdeu seu emprego, passou a desempenhar em tempo integral, como sua esposa, essas atividades sociais. Ambos foram bem-sucedidos: ela se tornou membro eleito e assalariado do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescen-

te, enquanto ele se tornava assessor de um vereador municipal. Sua rede social coincide em parte com a de sua esposa e, agora, de seu filho, que foi eleito, depois da mãe, para a mesma função. Os dois se encontram em posição de reforço recíproco de sua ação. Os dois continuam a trabalhar, reconhecidamente, nas associações mais poderosas, avalizadas pela municipalidade, que se consagram a essas questões mesmo depois de sua separação conjugal. Mas sua esposa, assim como dois de seus filhos, foram, por assim dizer, profissionalizados na ação social, já que (Q) é mais dependente das imprevisibilidades da política. Os dois outros filhos seguem o percurso de trabalho aleatório dos jovens que entram no mercado de trabalho sem completar os estudos secundários. Pai e mãe seguem um caminho paralelo e coordenado, comparável em todos os pontos, sem dúvida mais intitucionalizado do que no caso precedente. Mas suas convicções são sempre elementos motores: elas não parecem ser ditadas pelas exigências de suas posições ou de suas instituições de militância.

Observando assim, no seio de uma geração, a força da ligação entre história privada e história pública, seria pertinente observar, em relação a essas famílias que estiveram no centro de um tempo social bem determinado, a evolução da geração seguinte, especialmente o que adapta e o que rejeita da geração precedente, as interpretações que dá de suas qualidades e de suas insuficiências à luz de seu próprio percurso. Certamente, o olhar da geração seguinte pode ajudar a compreender a história da geração precedente. Essa é uma perspectiva que se pretende desenvolver. Por outro lado, como podem ser estudados os modos de transmissão da geração precedente à geração seguinte? Pode-se dizer, por enquanto, que é nesse contexto familiar que os filhos têm a possibilidade de efetuar as escolhas com o maior esclarecimento possível. Há uma transmissão maleável de uma filosofia de vida; sobre essa base, entretanto, as reinterpretções, confrontadas com tempos sociais diferentes, podem ser múltiplas.

Conclusão

Sobre a unidade das classes populares

Em sua articulação com os espaços públicos, o espaço privado se transforma. Em vinte anos, o trabalho e o sindicalismo não oferecem mais os lugares de integração que ofereciam. O lugar dessas mediações poderosas das relações com o mundo social foi ocupado, de maneira segmentada e parcial, por outras

mediações. A rede familiar, as redes locais, as associações e as ONGs as substituem no que diz respeito ao acesso ao emprego, de modo mais ou menos exitoso; neste momento, revitalizam-se e se ramificam, com base nos recursos ainda segmentados e parciais propostos pelas políticas de emprego e renda da municipalidade, do Estado e da União e até mesmo do sindicalismo. A natureza dos vínculos que se constituem nessas ocasiões depende, em primeiro lugar, da natureza da oferta proposta: pelo seu caráter não universal, pela circunscrição em certas categorias, pela identificação insatisfatória dessas categorias ou, ainda, pela impossibilidade de satisfazer o conjunto da categoria definida, podem se imbricar nas relações mais diversificadas de clientelismo, paternalismo e subordinação. Paradoxalmente, a noção de direitos sociais pode surgir dessa confusão. Os serviços oferecidos pelo poder público são, de qualquer modo, insuficientes para criar uma categoria ou uma identidade negativa dos “assistidos sociais”. Não há, uma visão discriminatória das classes mais pobres por outras camadas que teriam uma condição um pouco melhor. Não há um esquema de “denúncia” do mais pobre pelo menos pobre que procure construir um estatuto simbólico superior em relação a seu vizinho; talvez, porque não existe uma referência a um Estado reconhecido como superior e mediador, ordenador de uma visão hierarquizada da sociedade e, mais particularmente, das camadas mais baixas que dependeriam de sua atenção e seu cuidado. O Estado jamais exerceu autoridade moral suficiente para denunciar a ilegitimidade das favelas ou, menos ainda, para fazer reinar em seu seio a legalidade; na medida em que age, não pode ter como base um registro ético; o registro do Estado se funda, assim, mais na força ou no direito, ou em uma combinação dos dois. Essa espécie de incapacidade de longa duração define, mesmo que em negativo, a unidade das classes populares.

Espaço privado e espaço público na abertura do mundo

O que teria sido, então, modificado pelo processo de democratização, iniciado em 1984? As práticas e representações do trabalho de mediação com o poder e o sistema de representação política, nos quais se inscreve em grande parte o trabalho social, foram igualmente afetadas pelo processo de subordinação do político ao econômico e pelo movimento contraditório de autonomização e reabilitação próprio do político. Para se articular a esse movimento, as famílias podem se apegar aos modos de relação mais tradicionais e mais reconhecidos do mundo político, que se baseiam no clientelismo, ou se apoiar nos

espaços em que se desenvolvem relações construídas pela afirmação dos direitos sociais e da exigência de cidadania. Como a passagem de uma estratégia à outra, de uma cultura à outra nunca é nítida, constituem-se espaços intermediários que misturam essas duas culturas de maneira original. E a intensidade das novas políticas públicas municipais no espaço local e no bairro (políticas de acesso ao emprego e renda, políticas de solidariedade e de assistência, políticas de participação e de ação cidadã), que se mostram mais cidadãs que clientelistas, acaba necessariamente por ocupar um lugar nesse quadro.

O que, ao contrário, parece novo, é o modo de emergência das ONGs e associações no âmbito nacional e internacional: a ação de cidadãos que não encontram respostas na política constituída – mas que pode ser recuperada, em seguida, por essa mesma política constituída – parece estar referida à noção de espaço privado nos dois sentidos do termo: espaço privado como fundador da ética e espaço privado da expressão de necessidades elementares e fundamentais. Para além do aparente jogo de palavras sobre a noção de privado, (privado por oposição ao público e “privado de” por oposição a “rico em”), parece que, atualmente, se passa de um regime da família como regime de privação e de ruptura com o espaço social e político a um regime do espaço privado que se define por suas articulações e contradições com o espaço público, o que põe em questão, ao mesmo tempo, seu próprio isolamento e suas faltas, sua privatização e suas privações. E se, para além da cidade, a relação do cidadão com o planeta não pode se efetivar sem novas mediações – elas também manipuláveis pelos poderes constituídos –, pode-se observar uma tensão entre, de um lado, o mundo daqueles que foram privados de suas necessidades e que tentam estabelecer entre si essas mediações inéditas para que as possam impor e exprimir e, de outro, o mundo daqueles que querem reproduzir, ou dispor do *status quo* em seu benefício. A origem das necessidades, tanto das mais elementares como das mais planetárias, não determina o destino social e político, mas ela continua sendo uma matriz viva e capaz de refundação, em uma história marcada pela incerteza.

Quais regimes de abertura são possíveis?

Essas incertezas, em conjunto com a ausência ou a má qualidade das respostas do Estado, que atesta em negativo a unidade das classes populares, recobrem, porém, uma grande diversidade de posições destas últimas: a intensidade da privação de suas necessidades não é idêntica. Para tomar apenas o

exemplo do trabalho, há grandes diferenças de situação entre aqueles que continuam privilegiados pela manutenção de seu emprego nas ilhas virtuosas da produção mundializada, como a indústria automobilística, e que são levados a entrar no jogo de uma solidariedade de “ricos” na empresa, em especial no que se refere às suas próprias lutas, e aqueles que vivem desempregados, do trabalho informal ou na miséria. Pode haver uma forte tensão entre essas camadas sociais na medida em que, em uma percepção do conjunto da realidade social, a visão e o sentimento de um progresso comum desapareceram e foram substituídos pela observação do crescimento das desigualdades. De onde podem surgir as ligações entre essas duas categorias sociais, para além de seus interesses imediatos respectivos, senão de convicções que surgem de uma ordem, a ordem de uma visão da sociedade em que a paixão pela igualdade substituiu a paixão pela liberdade, paixão que a democracia política garante, cada vez menos, paixão apoiada em uma ética privada ou íntima, religiosa ou política. As lacunas da política já foram enfatizadas, mas vale dizer que o ascenso do religioso parece se efetuar de maneira contraditória entre, de um lado, a afirmação de sua independência em relação ao mundo social, o que se desdobra na aceitação de um *status quo* e, por outro lado, na afirmação de fundamentalismos com pretensões universais, ainda que amplamente segmentadas. Quais seriam, então, as capacidades de refundação do íntimo o do privado?

Um novo modelo: a interatividade do espaço privado como condição de acesso ao espaço público?

As práticas do trabalho informal são ordenadas por uma linha de grande homogeneidade entre as experiências dos homens e das mulheres: experiência aleatória dos “viradores”, que passam de uma atividade a outra, incorporando ao princípio de seu funcionamento um destino de instabilidade, experiência dos semi-assalariados das empresas de subcontratação de atividade irregular, experiência de microempresas familiares estabilizadas ou perpetuamente recomeçadas, sem falar da experiência das mulheres que retomam uma atividade produtiva qualquer substituindo um marido, presente ou ausente, vencido ou desmoralizado, pelo mercado de trabalho, e da experiência daquelas que, por meio de associações ou de programas municipais, empreendem uma atividade coletiva nas cooperativas. Sua experiência de trabalho sai do espaço doméstico e se torna comparável à do homem. A experiência desses homens se enriquece igualmente com práticas novas e socialmente desvaloriza-

das. E as representações as seguem, mesmo quando resistem por mais tempo. Resistem, entretanto, sobretudo aos olhos do mundo social e muito menos no quadro da intimidade doméstica. O homem que acaba realizando trabalhos de costura ou de confecção de bibelôs em casa, à vista de toda família, pode se sentir socialmente desvalorizado, já que não comenta com ninguém, mas ele não se sente desvalorizado. E não há mais homens privilegiados pela sorte que possam dizer, no momento presente, o mesmo que diziam há vinte anos: “graças a Deus, minha mulher não trabalha”. Entretanto, há aqueles que escondem, mascaram essa igualdade e aqueles que a tomam sob sua responsabilidade.

Como definir a linha de demarcação entre aqueles que vêem como o mundo se transforma e julgam que podem se adaptar a ele, tentando modificá-lo, ou que desejam simplesmente modificá-lo, e aqueles que julgam que essas mudanças são muito pesadas ou muito leves, que julgam que um engajamento pessoal é aleatório demais e, ao mesmo tempo, inoportuno? A incerteza das escolhas se consitui com base na incerteza dos fatos, mas também, certamente, sobre a experiência social. E o recuo para o espaço privado pode aparecer como a solução mais segura ou mais propícia à reflexão, na expectativa de uma eventual intervenção no espaço público. Apóiam essa afirmação as observações de uma duração (relativamente) longa. Esse recuo parece, com efeito, se organizar como resistência, na medida em que ele se redefine como lugar de apreciação e de julgamento do espaço público. Todas as gamas desse julgamento são possíveis: indiferença, desdém, hostilidade ou rancor, mas o julgamento é sempre normativo, pois designa em positivo ou negativo o que deveria ser. Não é difícil identificar a natureza desse movimento de distância e de julgamento (que existiu sempre de um modo satírico e por vezes ambíguo), ainda que seja mais difícil identificá-la no momento presente. Mas o mais importante talvez seja que, ligado a essa mesma natureza (autonomia em relação ao espaço público), um sujeito feminino possa se exprimir. Se esse julgamento estava anteriormente reservado aos homens, que eram os únicos a ter legitimidade de ação no espaço público, **ele pode, doravante, ser emitido a partir do espaço privado, tanto pelas mulheres quanto pelos homens**. Essa mudança nos parece fundamental, de um lado, porque quebra as barreiras invisíveis instituídas nas representações da casa e da rua que estão na base da divisão sexual do trabalho e da separação dos espaços privados e públicos. Por outro lado, porque a introdução de um ponto de vista “privado” modifica, a longo prazo, a “natureza” do espaço público.

Pensar a democracia econômica: o espaço privado como fonte do político?

As transformações contemporâneas permitem observar que o espaço público político é incapaz de se reformular ou de empreender por si mesmo sua transformação: tanto no espaço restrito de suas próprias regras de representação ou de participação, que é um espaço controlado a distância pelo econômico, quanto no espaço mais amplo das relações entre a política e a economia, em que o enfrentamento é direto e o político fica em desvantagem. Da mesma maneira que o econômico, que se engaja em uma espiral narcísica se definindo como o único que se legitima ao construir a ética da sociedade como um todo, o político não pode se construir em um narcisismo auto-referente: mesmo quando o espaço da democracia participativa continua aberto, ele se esteriliza ao se isolar em um diálogo fechado com a democracia representativa. Para se vincular à construção da democracia econômica, o político tem necessidade de incorporar um referente exterior que tem algo a ver com o espaço privado ou com problemas considerados até aqui como privados. A necessidade de ética na esfera política não pode simplesmente ter origem nas reivindicações que se tornaram, neste momento, encantatórias sobre a democracia e a cidadania; ao contrário, estas últimas devem se alimentar no espaço privado. Mesmo se esse espaço multiforme parece ambíguo, é de sua interação recíproca com o espaço público que nasce uma representação da realidade social cada vez mais nítida atualmente: a necessidade de expressão do sujeito no espaço privado tem forçosamente que se expressar no interior do espaço público; **a necessidade do sujeito no espaço público tem que se utilizar de recursos da ordem do privado caso esse espaço privado chegue a se autonomizar.** Essa expressão e essa vinculação têm a capacidade de relegitimar a política; a legitimidade do político parece ser mensurada, de agora em diante, por suas categorias de incorporação e de tradução na esfera pública, das “verdades e valores” do espaço privado,²³ de um espaço privado constituído de sujeitos, e não o seu

²³ Pode aqui haver um paralelo a ser feito entre os modelos políticos “em desenvolvimento” e os modelos “em desconstrução”: entre o crescimento lento e contínuo, durante mais de 20 anos do Partido dos Trabalhadores que se define por processos, métodos, atividades no âmbito municipal em nome de uma inversão das prioridades em favor dos mais pobres, muito mais do que por programas em âmbito nacional e, de outro lado, pelo crescimento contínuo da abstenção eleitoral e ainda, segundo as conjunturas, os votos de revolta contra “os políticos” ou em favor da extrema direita, na França, assim como na Europa. O ponto de chegada que se observa atualmente no Brasil quando o Partido dos Trabalhadores passa da contestação à gestão, da militância ao poder e ao governo, assinala com clareza essa desvinculação com o seu compromisso inicial.

contrário, o espaço privado do individualismo privado, da satisfação do consumidor, da democracia emotiva ou populista, elementos que também integram o universo privado, simples reflexos, contudo, do *laissez-faire* do neoliberalismo econômico e de uma democracia política que lhe é, em larga medida, subordinada.

É nesse sentido que o jogo de constituição do sujeito privado, ou do espaço privado, parece central, no momento mesmo em que alguns dos novos atores da mediação social foram levados aos lugares da fragilidade do político para tentar reconstruí-lo, tomando consciência de que a força da sociedade civil deve se enraizar nos valores formulados pelo espaço privado. Trata-se de um novo regime de potencialidades entre o espaço privado e o espaço público.²⁴ Será necessário, então, observar as “novas cenas” e construir novos cenários em que sejam operantes as articulações entre o espaço privado, como espaço de autonomia, e os espaços públicos.

²⁴ A propósito da abordagem biográfica, P. Bourdieu observa que ela permite compreender “os desconfortos não expressos e freqüentemente inexprimíveis que as organizações políticas, que só dispõem das categorias ultrapassadas do ‘social’ não podem nem perceber nem, com mais razão, aceitar conscientemente. Elas só poderiam fazê-lo sob a condição de alargar a visão limitada do ‘político’ que herdaram do passado... e de inscrever aí... todas as expectativas e esperanças difusas que, porque tangenciam a idéia de que as pessoas se fazem por sua identidade e sua dignidade, parecem participar da ordem privada, sendo portanto legitimamente excluídas dos debates políticos”. BOURDIEU, P. *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993, p. 942.

CONCLUSÃO

Conclusão

Juntando pontos e linhas, abrindo novas questões

OS CAPÍTULOS PRECEDENTES levantam feixes diferenciados de questões, cada qual no contexto e na particularidade das situações descritas e discutidas. Mas são questões em ressonância umas com as outras. É essa transversalidade que interessa aqui pontuar. Fazendo eco às anotações que, ao longo da pesquisa, foram compondo nossos diários de campo, essas questões sugerem novas perspectivas, uma agenda a seguir de investigação.

Novas mediações, novo diagrama de relações: gestão da pobreza, uma outra “invenção do social”?

Vimos no capítulo 4 o deslocamento do espaço político antes ocupado pelos movimentos sociais cantados em verso e prosa nos anos 80, dando lugar a uma outra gramática política pautada pelo chamado empreendedorismo social, a lógica dos projetos e as parcerias para a implementação de programas sociais locais. O peculiar no caso aqui descrito, peculiar mas não único, é que este é um espaço travejado por relações persistentes (e hoje repostas) de clientelismo, tutela e assistencialismo e que, por décadas seguidas, no contraponto da épica dos movimentos sociais, constituíram aí o principal meio de acesso dos moradores aos poderes públicos. Os deslocamentos produzidos pela entrada em cena dessas novas mediações imprimem as marcas do atual em uma configuração particular. Conferem modernidade (ou ares de) a práticas ancoradas em uma história local, mas em fina sintonia com uma história de longa duração que bem conhecemos. Práticas que, agora, ganham outros formatos e seguem sob outras lógicas e pelos meandros de um novo jogo de atores que mobilizam organizações não-governamentais e “técnicos sociais”, funda-

ções empresariais e o chamado marketing social, agentes públicos e os programas ditos de inserção social. Tudo isso ao mesmo tempo em que as entidades sociais se multiplicam, talvez melhor dizer, se proliferam em disputa por recursos, cada qual vinculada à gestão de seus programas sociais específicos definidos por um perfil, uma marca ou, simplesmente, o nome de uma marca (o nome da própria organização) que lhes atribui uma identidade.

Sinal dos tempos e da diferença dos tempos em relação às décadas anteriores, esse feixe de mediações está por todos os lados. E por todos os cantos redefine o jogo dos atores, os agenciamentos locais e a gramática política na qual lideranças populares ganham o *status* de empreendedores sociais, os moradores (antes sob a figuração de cidadãos reivindicantes) viram público-alvo e o tão celebrado (e almejado) espaço público vai se contraindo na disputa por recursos que passam agora também por outros meandros, outros meandros da riqueza social disputada, pelas agências públicas certamente, mas também e cada vez mais por essa espécie de mercado social em que parece ter-se tornado a gestão da pobreza sob o traço distintivo da responsabilidade social e da benemerência eficaz. É verdade também que tudo isso ganha constelações muito diferenciadas conforme os locais e conforme o modo como interage com outras práticas associativas, outros atores, outros diagramas de relações e vinculações políticas. Seja como for, entre entidades sociais e suas parcerias em torno de programas sociais locais, organizações não-governamentais e suas vinculações em rede de natureza e extensão variada, os circuitos do assim chamado Terceiro Setor e as formas renovadas de gestão da pobreza, tudo isso vai ganhando forma e realidade em configurações sociais que ainda precisam ser mais bem conhecidas.

Para lembrar a expressão de Jacques Donzelot,¹ talvez estejamos em face de uma outra “invenção do social”, que se faz no sentido contrário ao percurso discutido pelo autor ao tratar do diagrama de relações que desaguou na moderna questão social tal como figurada e objetivada no correr do século XX. Melhor dizendo, uma outra invenção do social que se faz dos escombros da anterior e que, nas suas dobras e em outros agenciamentos das relações entre social, econômico e político, vai ganhando forma nas práticas de gestão da pobreza e administração de suas urgências. Retomando aqui questões discutidas no capítulo 2, é um campo social construído em uma trama de relações

¹ DONZELOT, Jacques. *L'invention du social. Essai sur le déclin des passions politiques*. Paris: Fayard, 1984.

e mediações em sintonia com os tempos políticos da cidade, atravessado por toda sorte de ambivalências entre formas novas e velhas de clientelismo e tutela, disputas abertas ou subterrâneas por recursos e poder nos agenciamentos locais, e também práticas associativas que transitam nessa tênue fronteira entre a gestão da pobreza e outros sentidos da política. Essas mediações e jogo de atores compõem as tramas da cidade e conformam campos de gravação da experiência social. E também se impõem como referências que afetam formas de vida e as destinações de homens e mulheres tecidas nas interfaces de histórias familiares e as mediações sociais, no reiterado esforço de lidar com as urgências da vida.

Campos de disputa ou em disputa regidos pelas incertezas e indeterminações dos tempos que correm: temos aí questões a serem investigadas. Para lembrar aqui o pressuposto que orienta nossa estratégia descritiva (e de investigação), são processos situados e, sendo assim, teriam que ser vistos a partir de cenas descritivas que permitam descobrir as lógicas em ação nessa trama de atores e mediações sociais, as questões em jogo e os lugares em disputa, modos de organização e de relações entre os atores. As práticas assistencialistas e clientelistas são mais conhecidas, mas são também estruturantes desse campo social redefinido: elas próprias ganham outros formatos e seguem outros meandros que ainda precisam ser mais bem situados. Quanto aos novos agenciamentos sociais, também a serem mais bem conhecidos, não poucas vezes têm fortes laços de parentesco com os anteriores, mas se apresentam como mais modernos porque se integram mais diretamente na esfera econômica, articulam num maior número de atores, passam pelos meandros das esferas institucionais e estão inseridos em redes socioinstitucionais de extensão variada.

Mas também será importante conhecer melhor o modo como essa malha de relações e mediações conforma o espaço social construído nas interfaces entre as esferas da vida privada e as diversas facetas do mundo público. É sob esse prisma que também valeria a pena averiguar a teia de relações e os campos de ação social construídos em torno dos programas e políticas sociais que hoje se estendem por todo o mundo urbano. Por esse ângulo, é preciso um esforço de deciframento das possibilidades, impasses e bloqueios da ação coletiva e de uma hoje mais do que necessária reinvenção da política (e reinvenção da cidade). Mas isso supõe relançar a interrogação de cunho antropológico proposta no último capítulo deste livro sobre os lugares da família: os modos pelos quais são construídas as relações de homens e mulheres com o mundo social, as tensões que aí podem estar sendo engendradas, os espaços de autonomia e

reinvenção dos sentidos da vida que podem estar sendo germinados e, quem sabe, na experiência de práticas associativas renovadas, outras referências de um mundo comum.

Novas ilegalidades e as flores do mal: no jogo de luz e sombra entre o lícito e o ilícito, defesa da vida e das formas de vida?

A produção da chamada “cidade ilegal” não é propriamente novidade. Desde bastante tempo é item obrigatório da agenda de estudos urbanos, quanto mais não seja pelas características predatórias da urbanização de nossas cidades, normalmente pelas vias da expansão da ocupação irregular do solo urbano, de que o crescimento exponencial do favelamento e das zonas de ocupação no correr dos anos 90 são evidência gritante. No entanto, o que merece uma interrogação mais detida são as novas mediações e conexões pelas quais essas ilegalidades variadas vêm sendo urdidas no cenário urbano. Na verdade, esse jogo entre o legal e ilegal é hoje feito em termos algo diferentes do tão debatido descompasso entre a cidade legal e a cidade real. Pois esse campo social redefinido sobre o qual insistimos tantas vezes ao longo dos capítulos é atravessado por uma crescente e ampliada zona de indiferenciação entre o lícito e o ilícito, entre o direito e o não-direito, entre público e privado, entre a norma e a exceção, que passa por todo o entramado da vida social, pelas práticas e suas mediações, pelos circuitos da vida urbana e as conexões que se fazem nas dobraduras da vida social, projetando uma inquietante linha de sombra no conjunto da vida urbana e suas formas políticas. Questão lançada nos capítulos 5 e 7, é justamente isso que abre novas perguntas.

Assim, para ficar aqui em apenas algumas entre outras situações que poderiam ser inventariadas: indivíduos e suas famílias, agentes públicos, lideranças comunitárias e ONGs disputam e negociam com chefes locais do tráfico de drogas os agenciamentos práticos para a ocupação de terras ou, então, entram em relações de cooperação, disputa ou conflito aberto em torno dos recursos de poder e influência local. Na implementação de programas sociais (assistenciais e outros), outros tantos coletivos são mobilizados: famílias pobres cujas vidas parecem como que dependuradas nos programas sociais, associações comunitárias, lideranças locais, o clientelismo velho de guerra, os perueiros (clandestinos ou não, que mobilizam recursos para garantir a distribuição de cestas básicas), os chefes locais do tráfico de drogas, o crime or-

ganizado, as máfias de comerciantes (que vendem os produtos que irão compor as mesmas cestas básicas), a velha e a nova filantropia e suas redes variadas de vinculações com ONGs, entidades patronais e agências multilaterais. E ainda: os circuitos variados do chamado mercado informal, mobilizando os intermediários que fazem a conexão com os pólos globalizados da economia e também com negócios ilícitos de procedência variada, os agentes públicos que tentam (sem sucesso) controlar o uso irregular dos espaços urbanos e o comércio clandestino, associações comunitárias ditas filantrópicas, que se transformam em agenciadoras das redes locais de subcontratação; ainda: os fluxos da migração clandestina, que trazem para os fundos da periferia da cidade coreanos e bolivianos, agora personagens conhecidos na paisagem urbana, em grande parte vinculados aos circuitos da produção têxtil, que, no caso da zona leste da cidade, se alimenta da história urbana da região e reatualiza a importância do “centro velho” da cidade (Brás, Bom Retiro), onde estão instaladas as confecções, onde se entrelaçam todos esses fios, abertos e subterrâneos ou clandestinos, e são igualmente urdidas as vinculações com um mercado em aceleradíssimo processo de integração ao capital globalizado.

Vistos pelos ângulo das práticas cotidianas, todos esses fios se misturam e se entrelaçam nos agenciamentos práticos para lidar com a vida e as urgências da vida. Em um cenário de incertezas, quando não de aleatoriedade dos lances do destino, essas microcenas podem ser vistas como evidências de práticas e arranjos sociais, que, nesse jogo de luz e sombra entre o lícito e o ilícito, são feitos e refeitos em uma sempre reaberta negociação da vida e das formas de vida. Por certo, é desse entramado social que o tráfico de drogas também se alimenta e é por essa via que se podem apreender suas capilaridades nas redes sociais, ao mesmo tempo em que, nesses fios entrecruzados da vida social, configuram-se situações de violência intrapares em que acertos e desacertos da vida cotidiana misturam-se com lealdades mafiosas e as circunstâncias de disputa de territórios. Mas por isso mesmo (mas não só) esses arranjos sociais ainda precisam ser mais bem compreendidos. Indivíduos e suas famílias transitam nessas tênues fronteiras do ilegal e legal, sabem muito bem lidar com os códigos de ambos os lados e sabem também (ou sobretudo) lidar com as regras que vão sendo construídas para “sobreviver na adversidade”, lembrando aqui questões discutidas no capítulo 5. É isso que nos faz pensar que, em torno dos diversos vetores (e suas zonas de turbulência) das mudanças recentes, vão se formando linhas de força que transbordam as formas estabelecidas de regulação política, que escapam às formas conhecidas de interpelação e representação política,

mas vão se constelando em formas sociais, vão se conjugando nas tramas da cidade, nos tempos e espaços da experiência urbana. Será preciso interrogar esse campo social, esses “ásperos terrenos incertos e sem nome”, para também lembrar aqui a citação de Agambem que encerra o capítulo 7. Nessas zonas de indiferenciação entre o lícito e o ilícito, entre a norma e a exceção, entre o direito e a força, é que se joga a partida entre a “vida nua” e as formas de vida: entre a vida matável e as condições que abrem possibilidades, potências, capacidade de inventar outros possíveis. É isso que ainda precisa ser bem entendido.

Experiência do trabalho, experiência urbana: onde ouvir os rumores da cidade?

Retomando questões discutidas no capítulo 2 e situadas no contexto descritivo dos capítulos 3 e 4, as conexões entre trabalho e experiência urbana sugerem outras perguntas, abrem outras sendas de investigação. De partida, é preciso que se diga que estamos aqui propondo relançar a pergunta sobre os sentidos do trabalho e sobre seus efeitos estruturantes na vida social. E que também se diga: com isso estamos propondo recolocar os lugares do trabalho, pergunta lançada no contrapelo das ênfases que hoje predominam, que fazem com que a questão do trabalho a rigor se desvaneça sob o tema da pobreza e da gestão das políticas ditas de inserção. Nesse deslizamento da questão do trabalho para o problema da pobreza e da gestão urbana (também sinais do tempos e da diferença dos tempos), o trabalho, quando muito, aparece sob a ótica dos problemas da dita empregabilidade e tudo parece se resumir a um problema de “emprego e renda”. Mas o trabalho não é apenas uma forma de aquisição de renda, uma entre outras e equivalente às formas de alocação ou transferência de renda hoje postas em prática por políticas sociais. Se o trabalho não mais estrutura as promessas de progresso social (a seta do tempo dirigida para o futuro), se os coletivos foram desfeitos sob as injunções do trabalho precário e incerto, se direitos e sindicatos não mais operam como mediações e referências para as maiorias, se tudo isso junto (e mais alguma coisa) mostra que os “tempos fordistas” já se foram, nem por isso o trabalho deixa de ser uma dimensão estruturante da experiência social. Repetindo aqui questões lançadas no capítulo 2, será preciso dar um giro no jogo de referências para recolocar o trabalho no mundo social. Não mais as verticalidades que construíram o trabalho nas formas conhecidas de emprego (e suas regulações centralizadas), mas

os vetores horizontalizados de relações que articulam trabalho, a cidade e seus espaços. Outros agenciamentos entre os tempos da vida e os tempos do trabalho. Também, talvez, outras referências pelas quais a experiência das desigualdades vem se processando. Se não é mais remetida às configurações coletivas de classe, seria possível arriscar dizer que essa experiência vem sendo configurada nos espaços da cidade e seus circuitos.

Mas, então, para seguir essa pista de investigação, também será preciso se indagar sobre os campos de experiência em torno do trabalho e os coletivos que se estruturam em suas novas configurações, não mais as “relações de classe” de antes, mas que ganham forma e pulsam nas condições mais do que draconianas impostas nas redes de subcontratação e seus intermediários, nas confecções em que entram em cena os migrantes clandestinos, coreanos ou bolivianos, no trabalho em domicílio, que mobiliza redes de proximidade entre familiares e vizinhança, tudo isso por vezes para ganhar não mais de um real por hora trabalhada ou, então, os catadores de lixo e as redes ampliadas que hoje mobilizam coletivos diversos nas práticas da reciclagem, e mais miríades de outras situações que hoje compõem o mundo urbano, que se entrelaçam com as questões discutidas no item anterior e que estruturam relações e tramas de atores. Momento oportuno para uma releitura de Thompson e com ele aprender a escuta dos rumores da cidade. Não mais os “rumores da multidão” (ou não os mesmos) com os quais o autor identificou campos de experiência e desenhou o cenário das relações conflitivas e as resistências surdas ou manifestas da Inglaterra do século XVIII.² Mesmo quando não ganham superfície, mesmo quando invisíveis socialmente, resistências não deixam de existir como um surdo rumor crítico em busca de referências, mediadores e meios de expressão.

Se nos tempos que correm não há nenhuma razão, muito pelo contrário, para alimentar otimismo ingênuos, colocar essas realidade sob perspectiva crítica supõe, mesmo que na forma de uma experimentação, tentar descobrir, nos pontos de clivagem da atualidade, os campos de força e sinais de confrontação com o presente, potências contidas no atual estado de coisas mesmo quando invisíveis socialmente porque se contradizem, porque se dispersam, porque se deixam confundir nesse jogo de luz e sombra de que é feito o mundo social. Essa é a aposta que nos orienta nessa prospecção da cidade e das tramas da cidade.

² THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta, consciencia de clase*: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Critica, 1979.

LIVRARIA HUMANITAS
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – Cid. Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Tel: 3091-3728 / Telefax: 3091-3796
e-mail: livrariahumanitas@usp.br

HUMANITAS – DISTRIBUIÇÃO
Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Telefax: 3091-4589
e-mail: pubfflch@edu.usp.br
<http://www.fflch.usp.br/humanitas>

Ficha técnica

<i>Mancha</i>	12 x 20 cm
<i>Formato</i>	16 x 23 cm
<i>Tipologia</i>	Cheltenham BT e DeVinne BT
<i>Papel</i>	miolo: Off-set 75 g/m ² capa: Supremo 250 g/m ²
<i>Impressão e acabamento</i>	Provo Gráfica Ltda.
<i>Número de páginas</i>	442
<i>Tiragem</i>	500 exemplares

Muitas páginas já foram escritas sobre as atuais mudanças no mercado de trabalho e também sobre as reconfigurações urbanas sob o impacto dos capitais globalizados na cidade de São Paulo (e outras metrópoles brasileiras). Mas pouco se sabe ainda sobre como essas mudanças redesenham o mundo social e seus circuitos, os campos de práticas e relações de força. À distância de explicações gerais sobre a "cidade e sua crise", e também de categorias prévias ou tipificações dos pobres urbanos e excluídos do mercado de trabalho, tentamos ler essas mudanças com base nas trajetórias de indivíduos e suas famílias, seus deslocamentos espaciais em busca da moradia, seus percursos ocupacionais nas circunstâncias do desemprego e do trabalho precário, suas práticas cotidianas e seus trajetos entre espaços de moradia e a cidade, seus espaços e serviços. É por esse prisma que tentamos conhecer algo das tramas sociais que configuram os espaços urbanos. No curso de suas vidas, indivíduos e suas famílias atravessam espaços sociais diversos, seus percursos perpassam através de diversas fronteiras, e são esses traçados que podem nos informar sobre a tessitura do mundo urbano, seus bloqueios, suas fraturas e pontos de tensão, mas também seus campos possíveis que se abrem ou vêm se abrindo na atualidade. Foi com essa perspectiva que nos lançamos em uma pesquisa realizada entre 2001 e 2005 em alguns bairros periféricos da cidade de São Paulo. Alguns de seus resultados são apresentados no livro que agora vem a público.

Vera da Silva Telles, docente do Departamento de Sociologia da USP e pesquisadora do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania Cenedic, publicou *DIREITOS SOCIAIS: AFINAL DO QUE SE TRATA?* (Belo Horizonte: UFMG, 2006, 2ª edição) e *CIDADANIA E POBREZA* (São Paulo: Editora 34, 2001).

Robert Cabanes, sociólogo, pesquisador do Institut de Recherche pour le Développement IRD, França, publicou *TRAVAIL, FAMILLE, MONDIALISATION* (Paris : Karthala-Ird, 2002). Daniel Hirata, Eliane Alves e José César Magalhães são pós-graduandos do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

...na contraposição entre histórias e percursos diversos, são as modulações da cidade que vão se perfilando nas suas diferentes configurações de tempo-espço. É isso que pode oferecer nos uma chave para apreender as dinâmicas urbanas que definem as condições de acesso à cidade, as modalidades de apropriação dos espaços e seus recursos, as possibilidades (e bloqueios) para que os indivíduos transformem bens e recursos em formas valiosas de vida... É justamente nas tramas da cidade que se aloja a complicação atual e que será preciso auscultar. É aí que se processam as exclusões, as fraturas, os bloqueios, e também as capturas na hoje extensa e multifacetada malha de ilegalidades que perpassam a cidade inteira e que operam, também elas, como outras tantas formas de junção e conjugação da trama social. Aí também os elos perdidos da política, tragados que foram pelo princípio gestorário que trata das "pontas", da dita governança econômica e, de outro lado, da gestão do social e administração de suas urgências. No meio, quer dizer, em tudo o que importa, não existe o vazio que expressões como a de exclusão social podem sugerir, mas os fios que tecem as tramas da cidade e nas quais estão em jogo os sentidos da vida e das formas de vida.